

PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE **IBIRAREMA - SP**



Relatório Final das Atividades

DEZEMBRO/2015



EQUIPE TÉCNICA

- **ENGENHEIRO CIVIL:**
ANDRÉ PAVARINI / CREA - 5061281496
- **ARQUITETA:**
TASSIANE PEPE / CAU - 5061508879
- **TÉCNICO EM INFORMÁTICA:**
LUIZ CARLOS GALLI NETO
- **GEÓLOGO:**
EVANDRO DALBEM / CREA - 060.168.050-9
- **TÉCNICO EM TOPOGRAFIA:**
LILIAN MESQUITA SILVA / CREA - 506.901.220-8
- **AUXILIARES DE CAMPO:**
RENATO JOSÉ BASSO
JOÃO RICARDO R. ALFERES BERTONCINI
VINICIUS HENRIQUE DA SILVA
- **AUXILIARES DE TOPOGRAFIA:**
EDSON GERALDO SABBAG JUNIOR
LUCAS GONÇALVES PENNA



SUMÁRIO

FIGURAS	10
TABELAS	12
GRÁFICOS.....	13
1 – APRESENTAÇÃO.....	14
2 – INTRODUÇÃO	15
3 – CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	18
3.1 – PERFIL SÓCIO–ECONÔMICO.....	20
3.1.1 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA	21
3.1.2 – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO:	21
3.1.3 – GRAU DE URBANIZAÇÃO:.....	22
3.1.4 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.....	23
3.1.5 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDHM	24
3.1.6 – OUTROS INDICADORES.....	25
3.2 – POLÍTICA URBANA.....	29
3.3 – USO DO SOLO RURAL.....	30
3.3.1 – PRINCIPAIS CULTURAS IDENTIFICADAS NO TERRITÓRIO DE IBIRAREMA.....	30
3.3.2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO ANIMAL EM IBIRAREMA.....	32
3.4 – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	33
3.5 – SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS	35
3.6 – ACERVO E BASE DE DADOS DO MUNICÍPIO	35
3.7 – HIDROLOGIA REGIONAL	36
3.7.1 – PLUVIOMETRIA	37
3.7.2 – FLUVIOMETRIA	38
3.7.3 – DISPONIBILIDADE HÍDRICA	39
3.8 – CLIMA.....	41
4 – DEFINIÇÃO DAS BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO	42



5	– CONSEQUÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO NA DRENAGEM DAS BACIAS DE IBIRAREMA.....	42
6	– O ESTUDO DA DRENAGEM DE IBIRAREMA.....	46
	6.1 – PRINCÍPIOS BÁSICOS	47
7	– HIDROLOGIA URBANA DE IBIRAREMA.....	48
	7.1 – PERÍODO DE RETORNO.....	49
	7.2 – TEMPO DE CONCENTRAÇÃO	51
	7.2.1 - PRECIPITAÇÃO MÁXIMA PONTUAL: IDF	55
8	– ELEMENTOS DE MICRODRENAGEM URBANA DE IBIRAREMA	56
	8.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS COMPONENTES	57
9	– DIMENSIONAMENTO HIDRÁULICO DOS COMPONENTES	58
	9.1 – RUAS E SARJETAS	58
	9.2 – BOCAS-DE-LOBO	59
	9.3 – GALERIAS	61
	9.4 – POÇOS DE VISITA.....	62
	9.5 – REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO.....	63
10	– RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS PONTOS CRÍTICOS	64
11	– RELATÓRIO TOPOGRÁFICO	91
12	– MACRODRENAGEM	97
13	– INTERVENÇÕES NÃO ESTRUTURAIS	98
	13.1 – CONTROLES DO USO DO SOLO URBANO	99
	13.2 – SEGUROS INUNDAÇÃO.....	100
	13.3 – CONVIVÊNCIAS COM AS INUNDAÇÕES.....	100
	13.4 – SISTEMAS DE ALERTA, SUPERVISÃO E CONTROLE DE CHEIAS.....	101
	13.5 – PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO.....	102
	13.6 – IMPLANTAÇÕES DA DIVISÃO DE DRENAGEM.....	103
	13.7 – IMPLANTAÇÕES DA TAXA DE ÁREA PERMEÁVEL DOS LOTES.....	103
	13.8 – LEGISLAÇÕES RELACIONADAS À COBRANÇA DE TAXA DE DRENAGEM	104
	13.9 – REGULAMENTAÇÕES PARA ÁREAS EM CONSTRUÇÃO	104
	13.10 – CADASTROS TÉCNICOS MULTIFINALITÁRIO.....	105
	13.11 – MAPEAMENTO.....	105
	13.12 – ÁREAS VERDES	106



13.13 – VARRIÇÕES DE RUAS	107
13.14 – CONTROLES DA COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DO LIXO ...	107
13.15 – EDUCAÇÃO AMBIENTAIS DA POPULAÇÃO.....	107
14 – INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS	108
15 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	108
15.1 – ASPECTOS AMBIENTAIS.....	109
15.1.1 – BOTA – FORA.....	109
15.1.2 – EROÇÃO	110
15.1.3 – VEGETAÇÃO	110
15.2 – LIMPEZAS DE ÁREA.....	110
15.3 – CANTEIRO	111
15.4 – TAPUMES / CERCAS.....	111
15.5 – PLACAS.....	112
15.6 – SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS.....	112
15.7 – REDES DE CONCESSIONÁRIAS	112
15.8 – CONTROLES TECNOLÓGICOS	113
15.9 – MODIFICAÇÕES DE PROJETOS E CADASTRO	113
16 – PROGRAMAÇÃO E CONTROLE	113
16.1 – EXECUÇÃO.....	119
16.1.1 – SERVIÇOS PRELIMINARES.....	119
16.1.2 – OPERAÇÕES CONSTRUTIVAS	119
16.1.3 – PRÉ - MOLDADOS.....	120
16.1.4 – PROTEÇÃO DAS OBRAS.....	120
16.2 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO	120
16.2.1 – GUIAS	120
16.2.2 – FORMAS	121
16.2.3 – CONCRETO	122
16.2.4 – BOCAS DE LOBO E POÇOS DE VISITA.....	122
16.2.5 – ALVENARIA DE BLOCOS.....	122
16.2.6 – ARMAÇÃO.....	124
16.2.7 – CONCRETO ESTRUTURAL	125
16.2.8 – CONTROLE.....	126
16.3 – MATERIAIS PARA CONCRETO – ESPECIFICAÇÕES	129
16.3.1 – AGREGADOS.....	129



16.3.2 – CIMENTO	130
16.3.3 – ÁGUA	130
16.3.4 – ADITIVOS	130
16.4 – GENERALIDADES.....	131
16.4.1 – LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	131
16.4.2 – PREPARAÇÃO PARA PLANTIO	132
16.4.3 – TUTORES.....	134
17. - SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	155
17.1. - INTRODUÇÃO.....	155
17.2. - ELEMENTOS DO SISTEMA PROJETADO:.....	156
17.2.1. - DEFINIÇÕES DOS ELEMENTOS	156
17.3. - PARÂMETROS DE PROJETO	157
17.4. - FÓRMULAS UTILIZADAS	160
17.4.1. - MÉTODO RACIONAL.....	160
17.4.2. - CÁLCULO DA CAPACIDADE DE VAZÃO DE UMA SARJETA:.....	160
17.4.3. - CÁLCULO DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	161
17.5. - CÁLCULOS	161
17.5.1. - VAZÕES DAS SUB-BACIAS	161
17.5.2. - GALERIAS DE TUBOS	161
17.6. - DESTINO DAS ÁGUAS PLUVIAIS	162
17.7. – PLANILHA DE DRENAGEM	163
17.8. – BACIAS DE DRENAGEM DO MUNICÍPIO	164
17.8.1. – PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	164
17.8.2. – DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE DRENAGEM PROPOSTO POR BACIA	165
18. – OBRAS DE DETENÇÃO E RETENÇÃO.....	177
18.1. – PROCEDIMENTOS DE PLANEJAMENTO E PROJETO	178
18.2. – CUIDADOS ESPECÍFICOS QUANTO ÀS OBRAS DE DETENÇÃO.....	180
18.3. – IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS LOCAIS PARA ARMAZENAMENTO	181
19. – DIMENSIONAMENTO DE RESERVATÓRIO DE DETENÇÃO E RESERVATÓRIO.....	182
19.1. – OBRAS MÚLTIPLAS DE DETENÇÃO E RETENÇÃO.....	190



19.2. – ASPECTOS NEGATIVOS E USOS INADEQUADOS DE OBRAS DE DETENÇÃO E RETENÇÃO	192
20. – MEDIDAS ESTRUTURAIS DE CONTROLE NA FONTE	193
20.1. – CRITÉRIOS DE ESCOLHA DAS OBRAS DE REDUÇÃO E CONTROLE	193
20.1.1 – ÁREA DE DRENAGEM	194
20.1.2 – CAPACIDADE DE INFILTRAÇÃO DO SOLO	194
20.1.3 – NÍVEL DO LENÇOL FREÁTICO.....	194
20.1.4 – DECLIVIDADE DO TERRENO	194
20.1.5 – DISPONIBILIDADE DA ÁREA.....	195
20.1.6 – INSTALAÇÕES SUBTERRÂNEAS	195
20.1.7 – POLUIÇÃO POR ESGOTO	195
20.1.8 – SEDIMENTOS	195
20.1.9 – SISTEMA VIÁRIO ADJACENTE A INTENSIDADE DE TRÁFEGO	195
20.1.10 – POLUIÇÃO DIFUSA.....	195
20.2. – PRÉ-DIMENSIONAMENTO DAS MEDIDAS DE CONTROLE.....	198
20.2.1 – BACIA DE DETENÇÃO	199
20.2.2 – TÉCNICAS DE COMPENSAÇÃO LINEAR.....	199
20.2.3 – TRINCHEIRAS DE INFILTRAÇÃO E DETENÇÃO.....	200
20.2.4 – VALAS, VALETAS E PLANOS DE DETENÇÃO E INFILTRAÇÃO.....	202
20.2.5 – PAVIMENTOS PERMEÁVEIS COM ESTRUTURAS DE DETENÇÃO E INFILTRAÇÃO.....	203
20.2.6 – POÇOS.....	203
20.2.7 – TELHADOS ARMAZENADORES.....	204
20.3. – VANTAGENS DAS MEDIDAS DE CONTROLE NA FONTE.....	205
20 4. – EFEITO AMBIENTAL DAS MEDIDAS DE CONTROLE NA FONTE.....	205
21. – FUNDAMENTOS DE MEDIDAS DE CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL.....	206
21.1. – MEDIDAS DE CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL. 206	
21.1.1 – PAPEL DAS MEDIDAS DE CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL	207
21.2 – REVITALIZAÇÕES DE CORPOS HÍDRICOS.....	208



21.3. – O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO SOBRE OS RIOS URBANOS	210
21.4. – ESTRUTURAS AUXILIARES DE RETENÇÃO DE LIXO E SEDIMENTOS	212
21.4.1 – BACIA DE RETENÇÃO DE SEDIMENTOS	213
21.4.2 – GRELHAS.....	213
21.5. – REGULAMENTAÇÃO DA ZONA INUNDÁVEL.....	214
22. – FUNDAMENTOS DE TRANSPORTE DE SEDIMENTOS	217
22.1. – EROSÃO URBANA.....	217
22.1.1 – DEFINIÇÕES GERAIS	219
22.1.2 – VAZÃO LÍQUIDA CARACTERÍSTICA	219
22.1.3 – VAZÃO SÓLIDA	219
22.2. – EROSÃO SUPERFICIAL	221
22.2.1 – FORMAS DE EROSÃO	221
22.2.2 – FATORES QUE AFETAM A EROSÃO	223
23. – CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A DRENAGEM URBANA	225
23.1 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL	225
23.1.1 – DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	225
23.1.2 – GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE URBANA.....	225
23.1.3 – O PAPEL DO MUNICÍPIO NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE URBANO	227
23.1.4 – DOMÍNIO DA ÁGUA.....	227
23.1.5 – SANEAMENTO BÁSICO	228
23.2 – ESTATUTO DAS CIDADES.....	228
23.3 – POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	229
23.3.1 – CONCEITOS	229
23.4 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL	231
23.5 – CÓDIGO FLORESTAL, PLANO DE DRENAGEM E APP URBANA.....	234
23.6 – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)	236
23.7 – RIOS, CURSOS D'ÁGUA E NASCENTES	237
23.8 – PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO	239
23.9 – LEI DAS PISCININHAS	247



23.10 - OUTORGA DE RECURSOS HÍDRICOS	248
24. - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	254



FIGURAS

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIRAREMA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA - CBH-MP – UGRHI 17.....	18
FIGURA 02 – CARTA DO IBGE (ESCALA 1:50.000) – PALMITAL - SF-22-Z-A- V-4.....	19
FIGURA 03 – TIPOS DE SOLOS NO MUNICÍPIO DE IBIRAREMA	34
FIGURA 04 – HIDROGRAMA TÍPICO	52
FIGURA 05 – TIPOS DE BOCAS-DE-LOBO	59
FIGURA 06 – BOCAS-DE-LOBO	61
FIGURA 07 – POÇOS DE VISITA.....	63
FIGURA 08 – APONTAMENTO DOS PONTOS CRÍTICOS	65
FIGURA 09 – LOCALIZAÇÃO DA BASE	92
FIGURAS 10 E 11 – MARCO IMPLANTADO E BASE MONTADA	93
FIGURA 12 - PONTO DE ORIGEM DO REFERENCIAL GEOCÊNTRICO.....	94
FIGURA 13 – BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO	164
FIGURA 14 – PRIORIDADES DE INVESTIMENTOS DAS BACIAS.....	165
FIGURA 15: RESERVATÓRIO IN-LINE E OFF-LINE	184
FIGURA 16: EFEITO NO RESERVATÓRIO IN-LINE.....	185
FIGURA 17: EFEITO NO RESERVATÓRIO OFF-LINE	185
FIGURA 18: DEFINIÇÃO DE VOLUME DO RESERVATÓRIO IN-LINE	187
FIGURA 19: DIMENSIONAMENTO DE RESERVATÓRIO COM PRESERVAÇÃO DA SAZONALIDADE	187
FIGURA 20: RELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS DE RESTRIÇÃO E DE SAZONALIDADE DE CHEIAS	188
FIGURA 21: INTERAÇÃO ADVERSA DE HIDROGRAMAS DE CHEIAS COMO CONSEQUÊNCIA DE UMA OBRA DE DETENÇÃO/RETENÇÃO.....	191
FIGURA 22: COMPARAÇÕES ENTRE OS HIDROGRAMAS DE UMA BACIA URBANA E UMA BACIA RURAL	211
FIGURA 23: RESPOSTA DA GEOMETRIA DO ESCOAMENTO DEVIDO À URBANIZAÇÃO	212



FIGURA 24: REGULAMENTAÇÃO DA ZONA INUNDÁVEL.....	217
FIGURA 25: CONFRONTO ENTRE A DISPONIBILIDADE DE SEDIMENTOS E A CAPACIDADE DE TRANSPORTE SÓLIDO	220



TABELAS

TABELA 01: RELAÇÃO DE MAPAS EM ANEXO.	16
TABELA 02 – TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	20
TABELA 03 – ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE	20
TABELA 04 – HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA	20
TABELA 05 – USO DO SOLO RURAL (HA)	30
TABELA 06 – PRINCIPAIS CULTIVOS (HA)	32
TABELA 07 – EXPLORAÇÃO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE IBIRAREMA	33
TABELA 08 – DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO	35
TABELA 09 – VAZÕES MÁXIMAS MENSAIS.....	38
TABELA 10 – DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS – UGRGHI 1740	
TABELA 11 – CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA DE KOEPPEN.....	41
TABELA 12 – CLASSIFICAÇÃO DE BACIAS	49
TABELA 13 – PERÍODOS DE RETORNO EM FUNÇÃO DA OCUPAÇÃO DA ÁREA	50
TABELA 14 – VELOCIDADES MÉDIAS (M/S).....	55
TABELA 15 – ESPAÇAMENTOS ENTRE POÇOS DE VISITA.....	58
TABELA 16 – FATORES DE REDUÇÃO DO ESCOAMENTO NAS SARJETAS	63
TABELA 17 – FATORES DE REDUÇÃO DA CAPACIDADE DAS BOCAS-DE- LOBO	64
TABELA 18: COORDENADAS CORRIGIDAS PELO PPP	95
TABELA 19: COEFICIENTE C DE ACORDO COM O REVESTIMENTO DA SUPERFÍCIE.....	158
TABELA 20: COEFICIENTE C DE ACORDO COM A OCUPAÇÃO DA ÁREA	158
TABELA 21: COEFICIENTE C PARA SOLOS ARENOSOS.....	159
TABELA 22: COEFICIENTE C PARA SOLOS PESADOS.....	159



GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA.....	21
GRÁFICO 02 – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL	22
GRÁFICO 03 – GRAU DE URBANIZAÇÃO.....	23
GRÁFICO 04 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.....	24
GRÁFICO 05 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	25
GRÁFICO 06 – PIB PER CAPITA	26
GRÁFICO 07 – PARTICIPAÇÃO DO PIB DE IBIRAREMA NO ESTADO.....	27
GRÁFICO 08 – PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA.....	27
GRÁFICO 09 – PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA	28
GRÁFICO 10 – PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS	28
GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES DO ESTADO.....	29
GRÁFICO 12 – USO DO SOLO RURAL (HA).....	31
GRÁFICO 13 – PRINCIPAIS CULTIVOS (HA).....	32
GRÁFICO 14 – PLUVIOGRAMA ACUMULADO MÉDIO MENSAL.....	37
GRÁFICO 15: DESVIO PADRÃO X COORDENADA DA LATITUDE	95
GRÁFICO 16: DESVIO PADRÃO X COORDENADA DA LONGITUDE	95
GRÁFICO 17: DESVIO PADRÃO X COORDENADA DA ALTITUDE	96



1 – APRESENTAÇÃO

O acelerado processo de urbanização ocorrido nas últimas três décadas, notadamente nos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, é o principal fator responsável pelo agravamento dos problemas relacionados às inundações nas cidades, aumentando a frequência e os níveis das cheias.

Isto ocorre devido a impermeabilização crescente das bacias hidrográficas, e a ocupação inadequada das regiões ribeirinhas aos cursos d'água. Além disso, a inexistência de Planos Diretores de Drenagem Urbana, que procurem equacionar os problemas de drenagem sob o ponto de vista da bacia hidrográfica, a falta de mecanismos legais e administrativos eficientes, que permitam uma correta gestão das consequências do processo de urbanização sobre as enchentes urbanas e a concepção inadequada da maioria dos projetos de drenagem urbana, contribuem para o agravamento do problema.

Este trabalho, tem como escopo principal estabelecer diretrizes básicas para os projetos de drenagem urbana no Município de Ibirarema, enfatizando o gerenciamento e o controle integrado da drenagem urbana, tendo como enfoque de planejamento a totalidade da bacia hidrográfica a importância do planejamento diretor; os critérios e métodos de dimensionamento das obras de drenagem e, os aspectos relacionados à qualidade das águas e à produção de sedimentos em áreas urbanas.



2 – INTRODUÇÃO

O sistema de drenagem faz parte do conjunto de melhoramentos públicos existentes em uma área urbana, assim como as redes de água, de esgotos sanitários, de cabos elétricos e telefônicos, além da iluminação pública, pavimentação de ruas, guias e passeios, parques, áreas de lazer, e outros.

Em relação aos outros melhoramentos urbanos, o sistema de drenagem tem uma particularidade: o escoamento das águas das tormentas sempre ocorrerá, independente de existir ou não sistema de drenagem adequado. A qualidade desse sistema é que determinará se os benefícios ou prejuízos à população serão maiores ou menores.

Outra característica, de certo modo única, do sistema de drenagem é a sua solicitação não permanente, isto é durante e após a ocorrência de tormentas, contrastando com outros melhoramentos públicos que são essencialmente de uso contínuo.

O sistema tradicional de drenagem urbana deve ser considerado como composto por dois sistemas distintos que devem ser planejados e projetados sob critérios diferenciados: o Sistema Inicial de Drenagem e o Sistema de Macrodrenagem.

O Sistema Inicial de Drenagem ou de Microdrenagem ou, ainda, Coletor de Águas Pluviais, é aquele composto pelos pavimentos das ruas, guias e sarjetas, bocas de lobo, rede de galerias de águas pluviais e, também, canais de pequenas dimensões. Esse sistema é dimensionado para o escoamento de vazões de 2 a 10 anos de período de retorno. Quando bem projetado, e com manutenção adequada, praticamente elimina as inconveniências ou as interrupções das atividades urbanas que advém das inundações e das interferências de enxurradas.

Já o Sistema de Macrodrenagem é constituído, em geral, por canais (abertos ou de contorno fechado) de maiores dimensões, projetados para vazões de 25 a 100 anos de período de retorno. Do seu funcionamento adequado depende a prevenção ou minimização dos danos às propriedades,



dos danos à saúde e perdas de vida das populações atingidas, seja em consequência direta das águas, seja por doenças de veiculação hídrica.

Esses sistemas encaixam-se no contexto do controle do escoamento superficial direto, tendo tradicionalmente como base o enfoque orientado para o aumento da condutividade hidráulica do sistema de drenagem.

As tendências modernas desse controle, que já vêm amplamente aplicadas ou preconizadas internacionalmente, passam a dar ênfase ao enfoque orientado para o armazenamento das águas por estruturas de detenção ou retenção. Esse enfoque é mais indicado a áreas urbanas ainda em desenvolvimento, podendo ser utilizado também em áreas de urbanização mais consolidadas desde que existam locais (superficiais ou subterrâneas) adequados para a implantação dos citados armazenamentos. Este conceito não dispensa, contudo, a suplementação por sistemas de micro e macrodrenagem.

Tabela 01: Relação de mapas em anexo.

FOLHA 01/11	MAPA BASE
FOLHA 02/11	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL
FOLHA 03/11	MAPA DE DECLIVIDADES
FOLHA 04/11	MAPA TEMÁTICO DE ELEVAÇÕES
FOLHA 05/11	MAPA DE REFERÊNCIA FOTOGRÁFICA
FOLHA 06/11	MAPA DE BACIAS DO PERÍMETRO URBANO
FOLHA 07/11	MAPA DE SUB - BACIAS DO PERÍMETRO URBANO
FOLHA 08/11	MAPA DE IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS



FOLHA 09/11	MAPA COMPARATIVO DO SISTEMA DE DRENAGEM
FOLHA 10/11	MAPA DE DIVISÃO TERRITORIAL
FOLHA 11/11	CARTA DO IBGE – ESCALA 1:50.000
FOLHA 01/04	DETALHAMENTO POÇO DE VISITA
FOLHA 02/04	DETALHAMENTO BOCAS-DE-LOBO
FOLHA 03/04	DETALHAMENTO DISSIPADOR DE ENERGIA
FOLHA 04/04	DETALHAMENTO CAIXA DE RETENÇÃO
FOLHA 01-05/05	PERFIS LONGITUDINAIS DOS TRECHOS
FOLHA ÚNICA	MAPA ILUSTRATIVO DE ELEVAÇÕES



3 – CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Ibirarema tem sua sede localizada na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 17 (Médio Paranapanema), desta forma, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema – CBH-MP.

A figura abaixo ilustra a localização de na Bacia Hidrográfica.

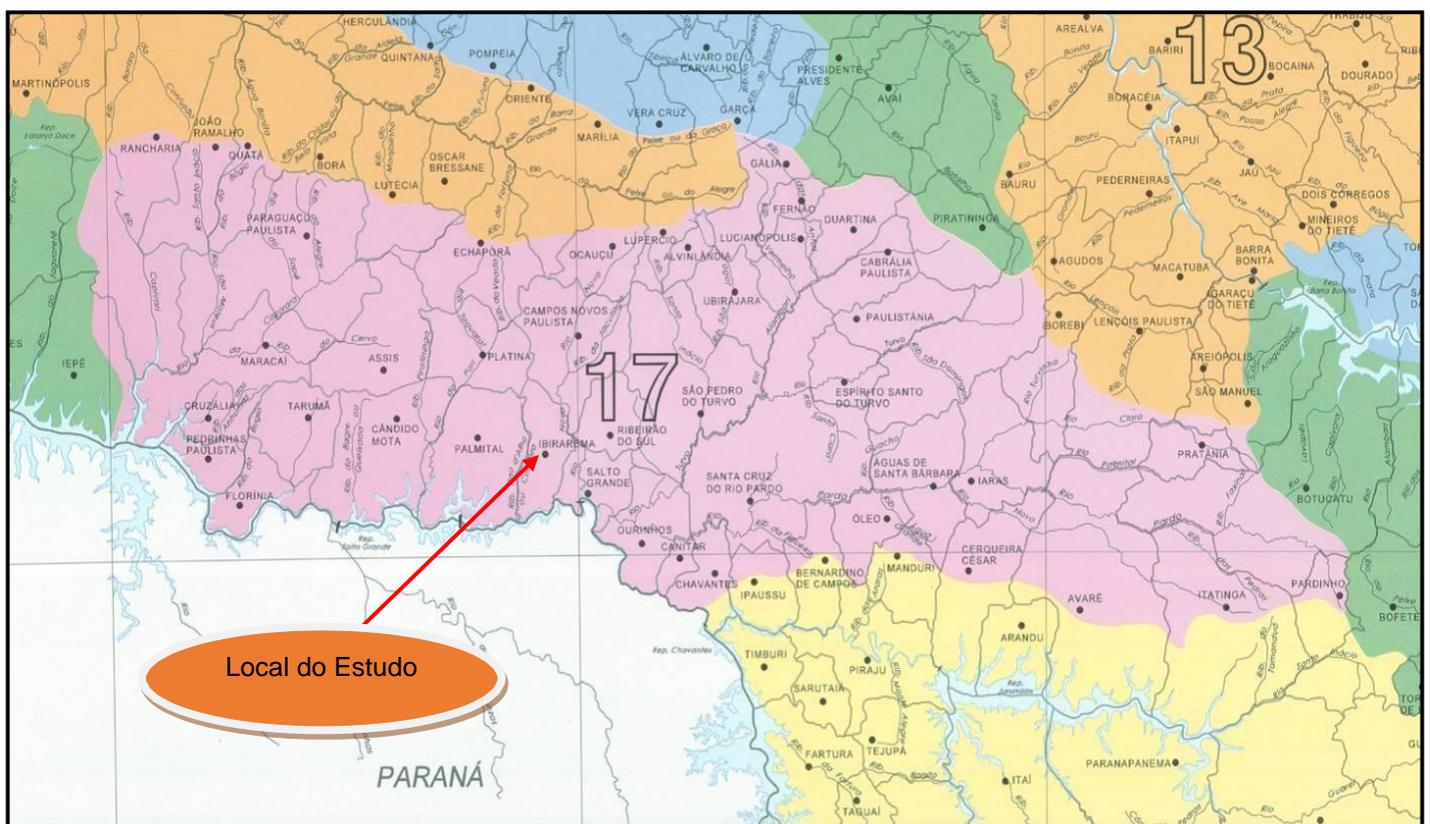


Figura 01 – Localização do município de Ibirarema na Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema - CBH-MP – UGRHI 17



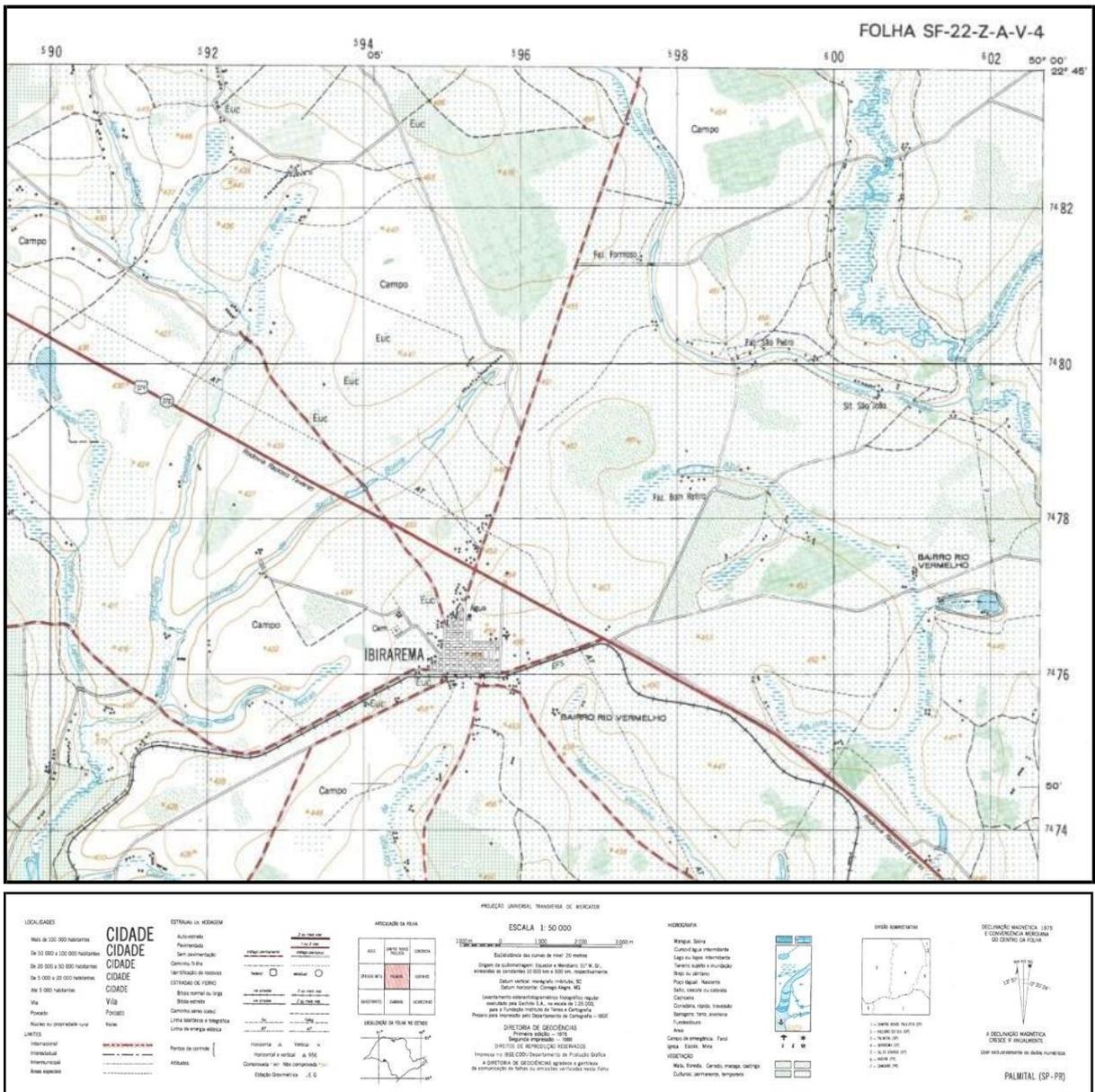


Figura 02 – Carta do IBGE (escala 1:50.000) – Palmital - SF-22-Z-A-V-4

Ibirarema pertence a Região Administrativa de Marília e de Governo de Assis. O município faz divisa com as seguintes cidades: Palmital, Platina, Campos Novos Paulista, Ribeirão do Sul, Salto Grande e o estado do Paraná.



3.1 – PERFIL SÓCIO–ECONÔMICO

Quanto ao perfil socioeconômico, Ibirarema apresenta os seguintes dados:

Tabela 02 – Território e população

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2015	228,32	5.484,44	248.222,36
 População	2015	7.121	246.089	43.046.555
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2015	31,19	44,87	173,42
  Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2010/2015 (Em % a.a.)	2015	1,18	0,52	0,87
  Grau de Urbanização (Em %)	2014	93,12	92,98	96,21
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2015	72,69	82,84	67,20
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2015	19,90	18,60	19,63
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2015	14,46	15,41	13,19
  Razão de Sexos	2015	100,93	97,32	94,80

Fonte: Fundação SEADE

Tabela 03 – Estatísticas vitais e saúde

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
  Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2013	12,79	12,64	14,45
  Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2013	48,21	47,24	51,14
  Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2013	22,47	12,67	11,47
  Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2013	22,47	16,89	13,20
  Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2013	132,04	102,54	116,70
  Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2013	2.719,03	3.775,37	3.504,71
  Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2013	12,36	9,13	6,90
  Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2013	57,95	80,09	76,64
  Partos Cesáreos (Em %)	2013	74,16	73,84	60,33
  Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2013	4,49	8,19	9,14
  Gestações Pré-Termo (Em %)	2013	5,75	12,88	12,38
  Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2014	-	1,50	1,37

Fonte: Fundação SEADE

Tabela 04 – Habitação e infraestrutura urbana

Habitação e Infraestrutura Urbana	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
  Coleta de Lixo – Nível de Atendimento – Censo Demográfico (Em %)	2010	99,85	99,76	99,66
  Abastecimento de Água – Nível de Atendimento – Censo Demográfico (Em %)	2010	99,40	99,16	97,91
  Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento – Censo Demográfico (Em %)	2010	95,40	98,05	89,75

Fonte: Fundação SEADE



3.1.1 – Densidade Demográfica:

Densidade demográfica é o número de habitantes residentes de uma unidade geográfica em determinado momento, em relação à área dessa mesma unidade. A densidade demográfica é um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território.

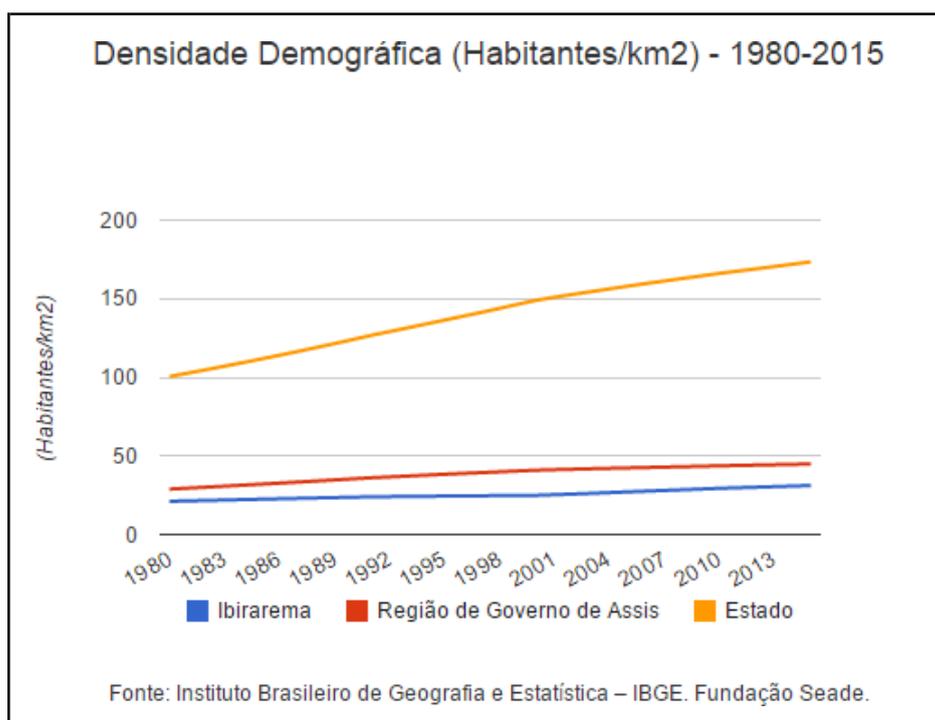


Gráfico 01 – Densidade demográfica

3.1.2 – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População:

Expressa em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.



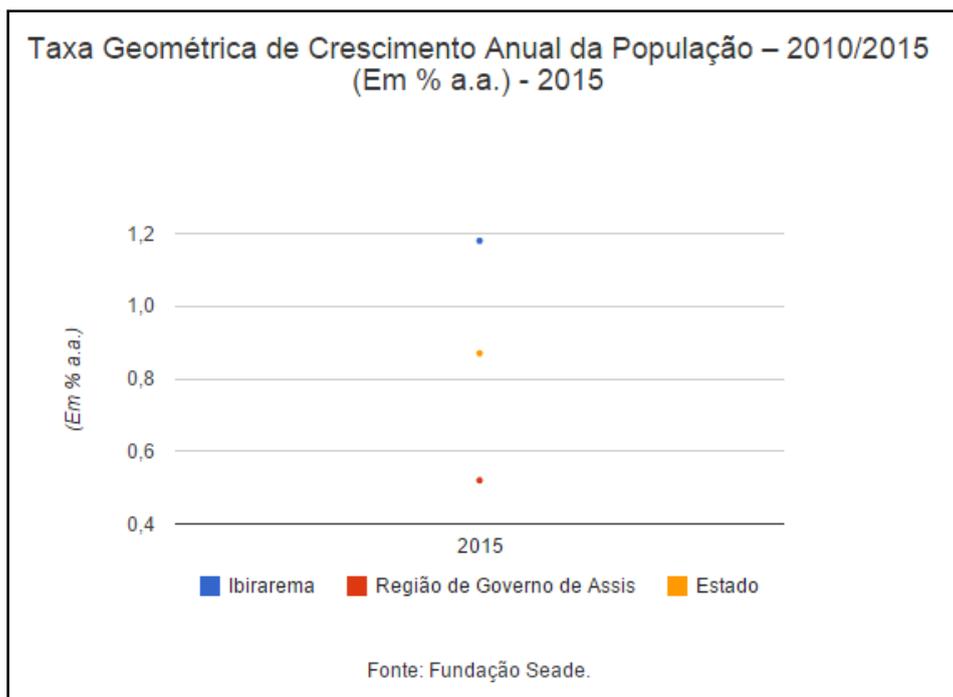


Gráfico 02 – Taxa geométrica de crescimento populacional

3.1.3 – Grau de Urbanização:

É o percentual da população urbana em relação à população total. É calculado, geralmente, a partir de dados censitários, segundo a fórmula:

$$\frac{\text{Grau de Urbanização} = \text{População Urbana}}{\text{População Total}} \times 100$$



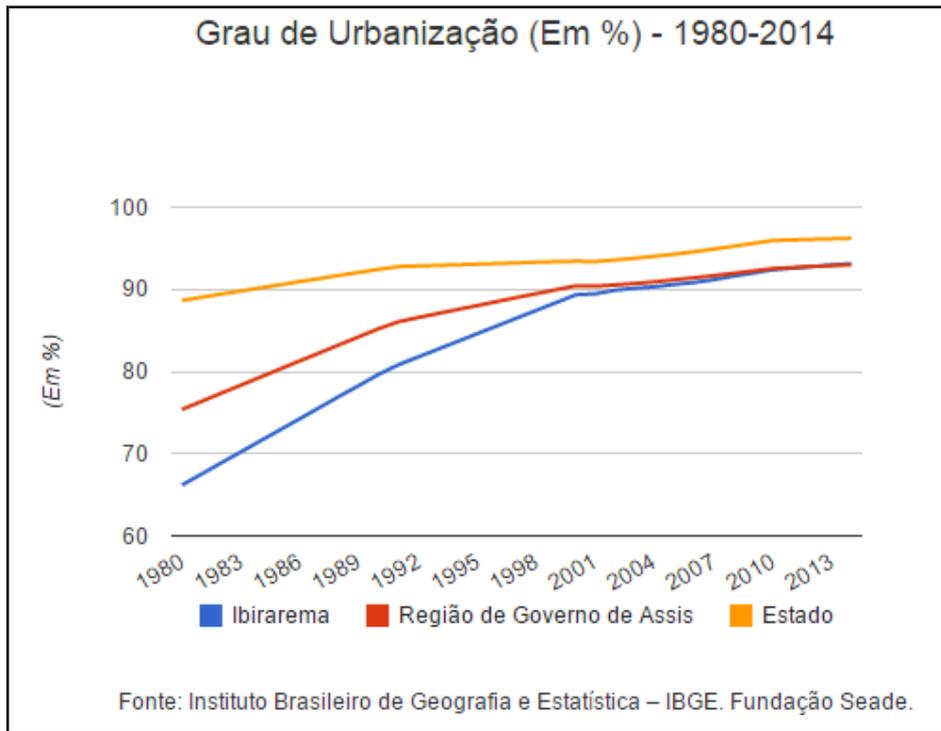


Gráfico 03 – Grau de urbanização

3.1.4 – Taxa de Mortalidade Infantil:

Relação entre os óbitos de menores de um ano residentes numa unidade geográfica, num determinado período de tempo (geralmente um ano) e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período, segundo a fórmula:

$$\text{Taxa de Mortalidade Infantil} = \frac{\text{Óbitos de Menores de 1 Ano}}{\text{Nascidos Vivos}} \times 1.000$$



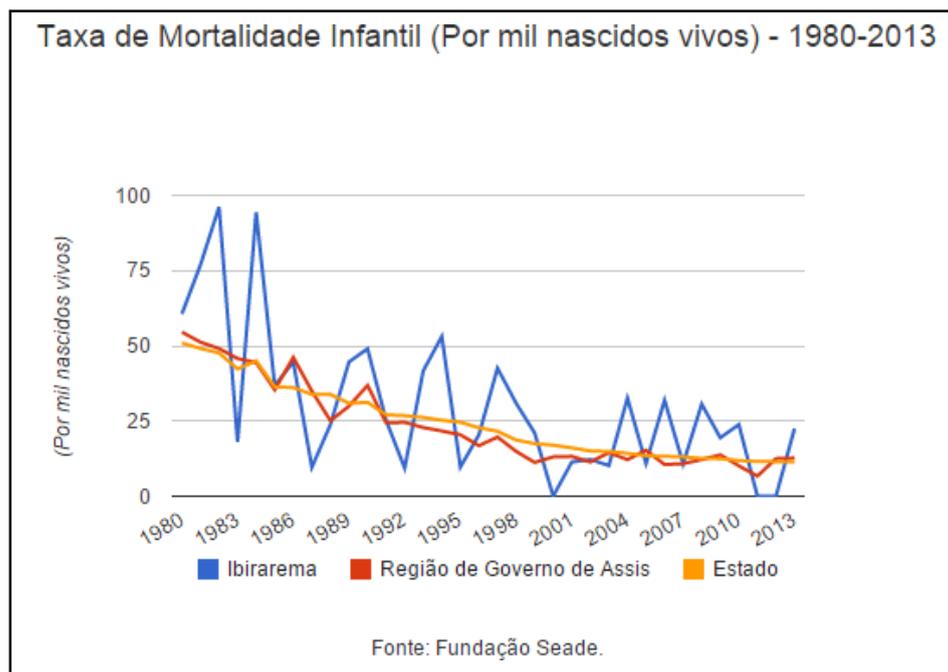


Gráfico 04 – Taxa de mortalidade infantil

3.1.5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM:

Indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação, segundo a fórmula:

$$\text{IDHM} = \frac{\text{Índice de Longevidade} + \text{Índice de Educação} + \text{Índice de Renda}}{3}$$

3

Em relação à Longevidade, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). No aspecto educação, considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples). Em relação à renda, considera a renda familiar per capita (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar). Todos os indicadores são



obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE. O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, segundo classificação do PNUD, os valores distribuem-se em 3 categorias:

- Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;
- Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800;
- Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

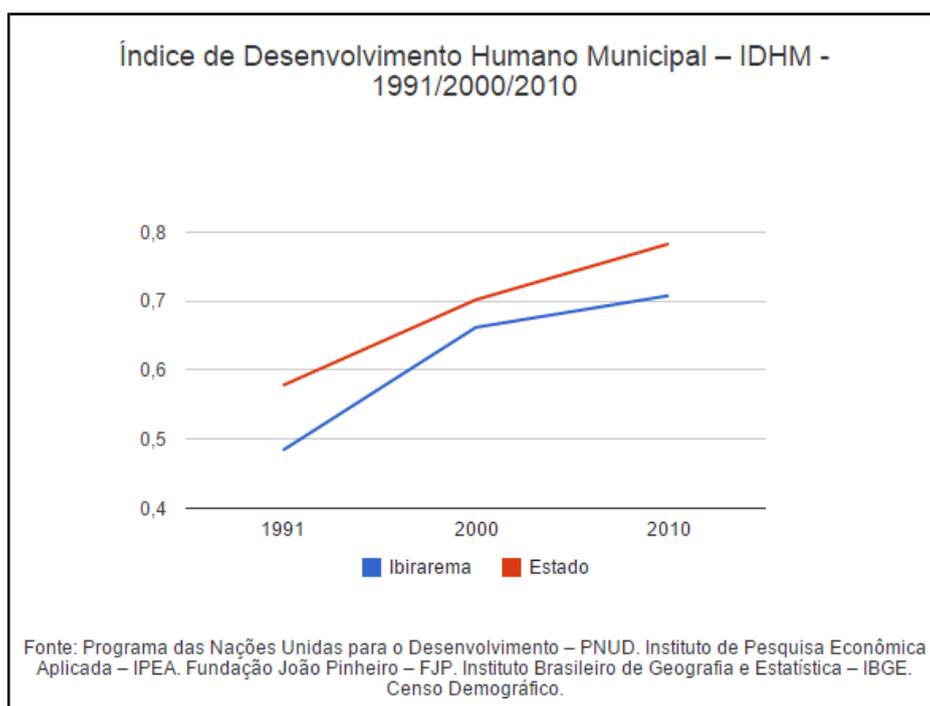


Gráfico 05 – Índice de desenvolvimento humano

3.1.6 – Outros Indicadores:

Outros indicadores também ilustram a representatividade da economia do município de Ibirarema. Dentre eles, podemos destacar:

- Participação no PIB do Estado
- Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado



- Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado
- Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado
- Participação nas Exportações do Estado

Com relação ao PIB de Ibirarema, o mesmo se define como o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtivas, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos.

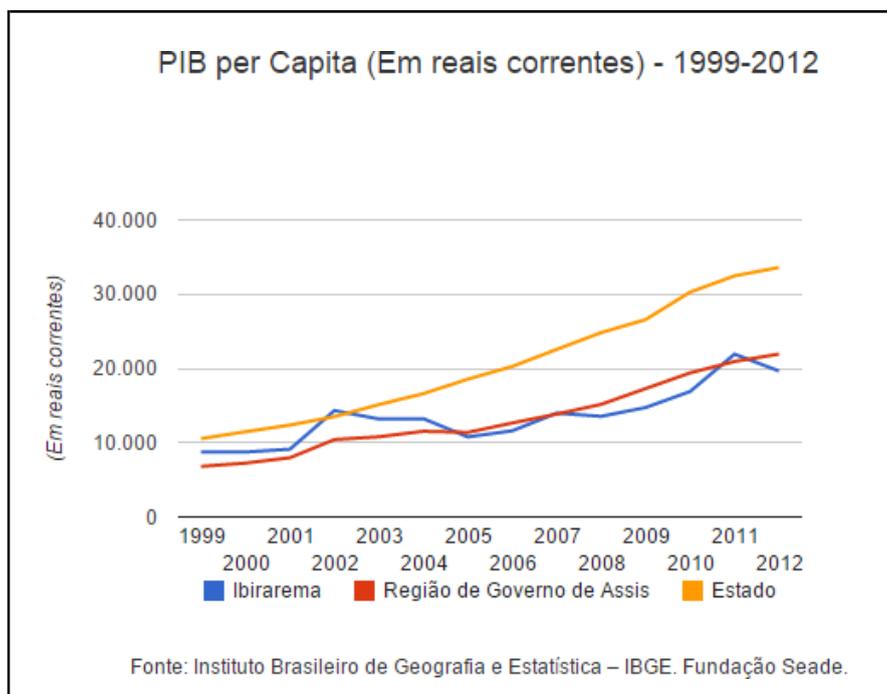


Gráfico 06 – PIB per Capita



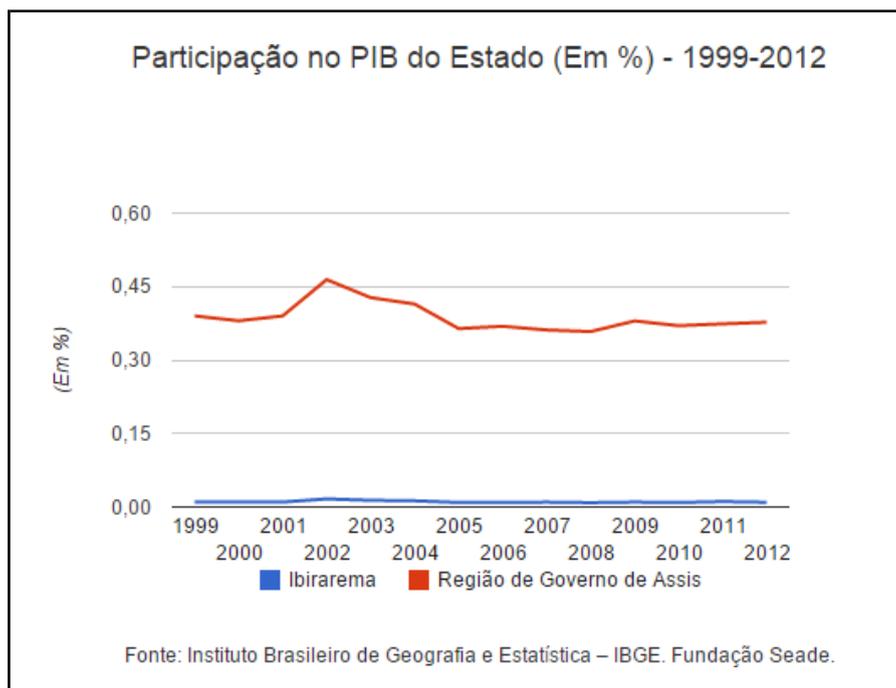


Gráfico 07 – Participação do PIB de Ibirarema no Estado

O valor adicionado do setor agropecuário é o valor que a atividade Agropecuária agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo.

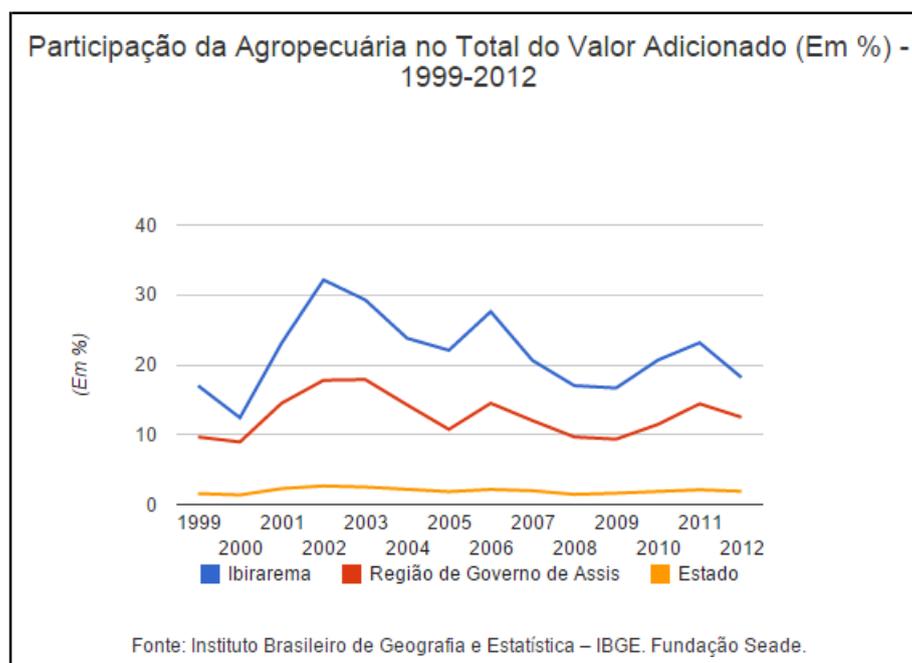


Gráfico 08 – Participação da agropecuária



O mesmo conceito se aplica aos setores da Indústria e de Serviços.

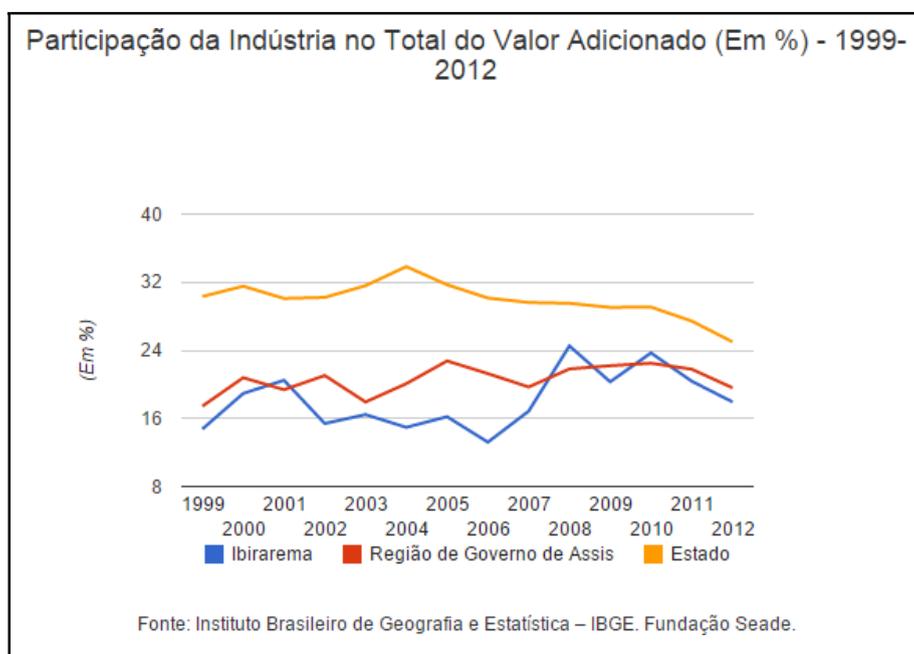


Gráfico 09 – Participação da indústria

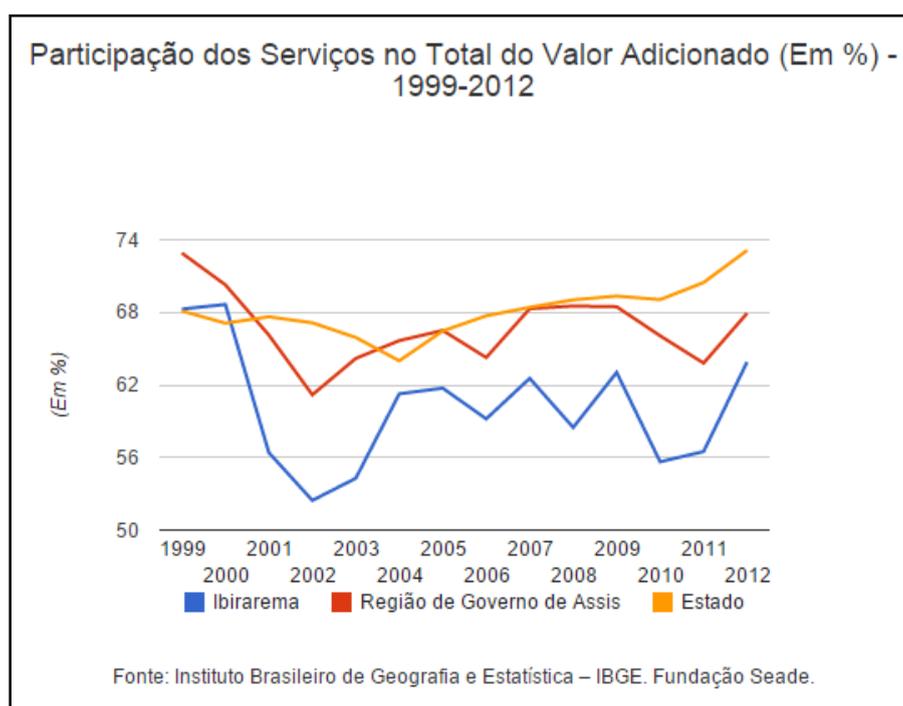


Gráfico 10 – Participação dos serviços

A participação municipal nas exportações corresponde o quanto essa região exporta em relação ao valor total exportado pelo Estado de São Paulo.





Gráfico 11 - Participação nas exportações do Estado

3.2 – POLÍTICA URBANA

A população do município de Ibirarema não teve um aumento considerado, porém, de acordo com as políticas públicas junto a Secretaria da Habitação, implanta-se Loteamentos Urbanos e Distritos Industriais na área do município. Com a demanda de infraestrutura urbana, e a impermeabilização do solo, percebe-se a importância no aumento das captações das águas Pluviais.

Em relação aos dispositivos legais para a gestão urbana, Ibirarema não possui Plano Diretor do Município. A inexistência de mecanismos legais indica, de certa forma, que o grau de mobilização do poder público, no sentido de organizar o processo de ocupação antrópica e impedir ações que possam degradar os recursos naturais no meio urbano, está defasado.

Outro instrumento importante para o planejamento das cidades, que vem sendo implantado dentro do CBH-MP, é o Estudo de drenagem do Município. O objetivo deste estudo é minimizar os impactos nos cursos d'água que permeiam o município, tanto na área urbana quanto na zona rural, decorrentes do mau dimensionamento das obras hidráulicas, uso e ocupação do solo



desordenada, práticas agrícolas equivocadas, bem como da falta de projetos técnicos por parte da maioria das prefeituras.

3.3 – USO DO SOLO RURAL

3.3.1 – Principais culturas identificadas no território de Ibirarema

De acordo com levantamento realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado de SP nos anos de 2007 e 2008 através da CATI (Projeto LUPA), no município de Ibirarema, as mais importantes modalidades de uso e ocupação do solo rural e as principais culturas existentes na região são apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 05 – Uso do Solo Rural (ha)

IBIRAREMA	Cultura perene	Cultura temporária	Pastagens	Reflorestamento	Vegetação natural	Vegetação de brejo e várzea	Área em descanso	Área complementar
Hectare	12,1	19439,10	2008,20	29,60	840,00	414,20	89,80	382,90
Percentual	0,05	83,73	8,65	0,13	3,62	1,78	0,39	1,65

Fonte: CATI – Projeto LUPA

Considerando uma área total rural de 29.215,90 ha, e analisando os dados apresentados no quadro acima, verifica-se que o uso e ocupação do solo rural no município de Ibirarema é, em sua grande maioria, de Culturas temporárias (83,73%). Já as Pastagens ocupam 8,65%. As vegetações de brejo e várzea, e os reflorestamentos se equiparam, com 1,78% e 0,13%, Esse baixo percentual de reflorestamento no município pode implicar numa política para este seguimento de recuperação ambiental.



Ibirarema – Uso e Ocupação do Solo Rural

Área Total: 23.215,90 ha

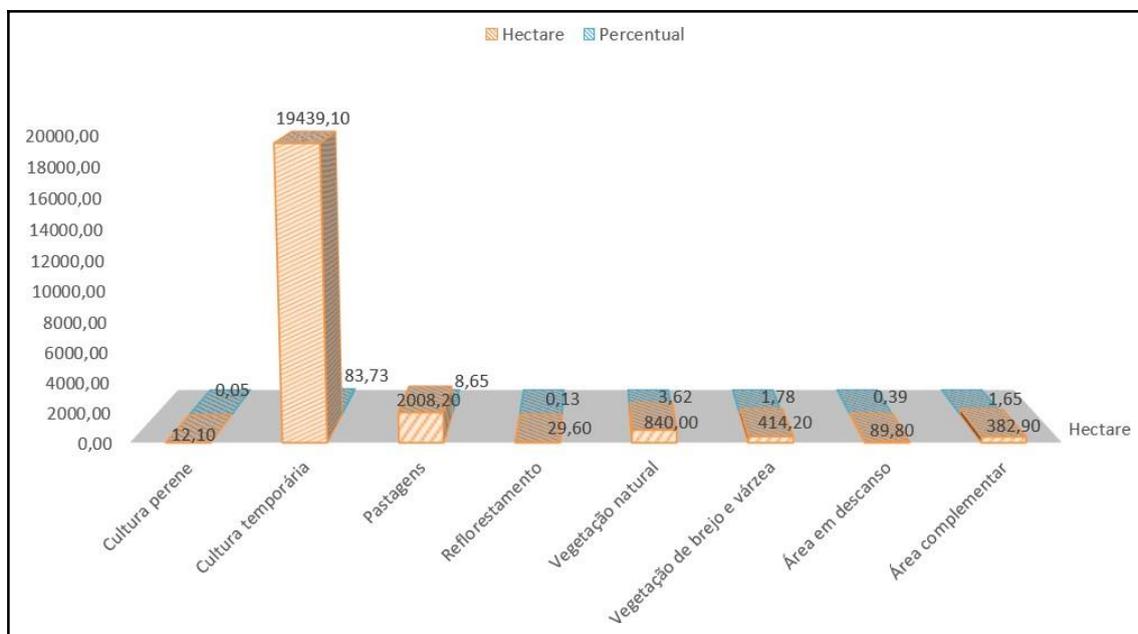


Gráfico 12 – Uso do Solo Rural (ha)

Fonte: CATI – Projeto LUPA

Culturas Perenes (Permanentes):

Entende-se por culturas perenes (ou permanentes) a área plantada ou em preparo para plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos.

No município de Ibirarema a área que corresponde a este tipo de cultura é bem pequena, como pudemos observar no quadro acima. Porém, para efeito de exemplo, essa cultura vem a ser a banana.

Culturas Temporárias:

Entende-se por cultura (lavoura) temporária as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita.



Como exemplos de lavouras temporárias, podemos citar as mais cultivadas no município de Ibirarema como a cana-de-açúcar, a soja, o milho safrinha, a mandioca, dentre outras.

Tabela 06 – Principais Cultivos (ha)

Cana-de-açúcar	Soja	Milho Safrinha	Mandioca	Braquiária	Milho	Trigo	Gramas	Aveia	Eucalipto	Colonião	Grama em Placas	Banana	Outras gramíneas para pastagem	Mandioquinha	Arroz	Alface
11.426,50	5.399,30	3.069,50	1.880,40	1772,8	910,2	671,6	201,4	156,8	29,6	27	16,1	12,1	7	4,9	3,5	2,1

Fonte: CATI – Projeto LUPA

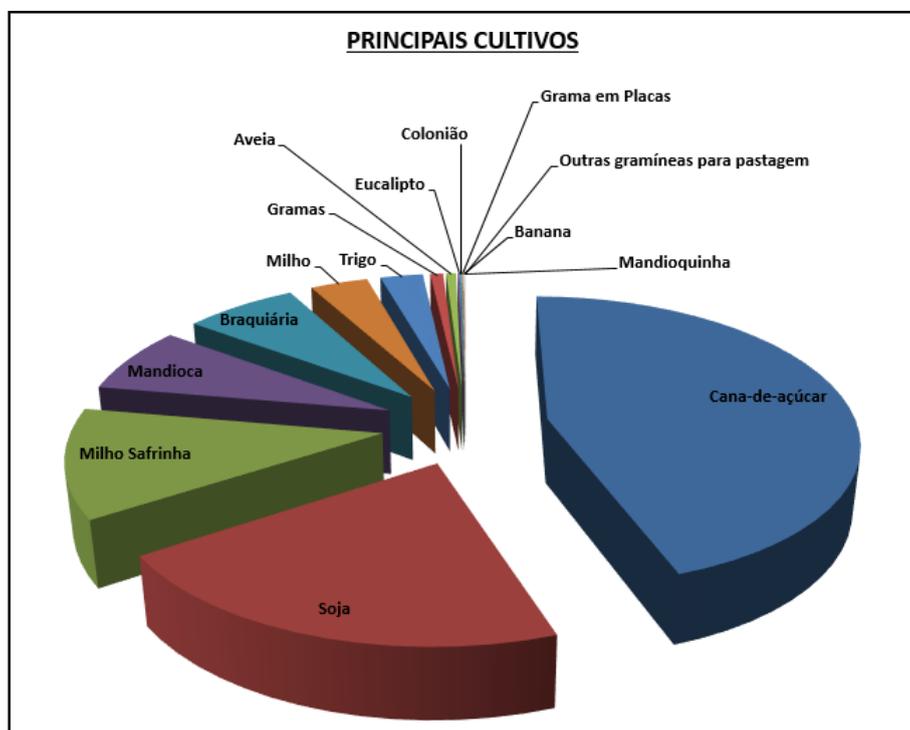


Gráfico 13 – Principais Cultivos (ha)

Fonte: CATI – Projeto LUPA

3.3.2 – Principais atividades de exploração animal em Ibirarema

Conforme os dados constantes no projeto LUPA 2007/2008 da CATI, publicado em 2009, as principais atividades de exploração animal dentro dos limites do município de Ibirarema se dá como ilustrado na tabela abaixo:



Tabela 07 – Exploração Animal no município de Ibirarema

ITEM	UNIDADE	TOTAL
Bovinocultura de Corte	Cabeças	2060
Bovinocultura de Leite	Cabeças	255
Bovinocultura Mista	Cabeças	1223
Asininos e Muares	Cabeças	32
Avicultura de Corte	Cab./ano	250
Avicultura para Ovos	Cabeças	150
Caprinocultura	Cabeças	24
Equinocultura	Cabeças	254
Ovinocultura	Cabeças	774
Psicultura	M ²	5000
Suinocultura	Cabeças	1587

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA

Analisando o quadro verificamos a forte aplicação da Bovinocultura de Corte, seguida pela Bovinocultura Mista e Bovinocultura de Leite, no município de Ibirarema, com algumas aplicações em Avicultura para Ovos e Corte, dentre outras.

3.4 – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O perímetro urbano do município de Ibirarema tem sua sede localizada na Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, CBH-MP. Os corpos d'água significantes mais próximos da mancha urbana da cidade são: o Ribeirão Pau d'Alho, Ribeirão Santa Rosa, Rio Novo (Extensão 66 Km) e Rio Paranapanema (Extensão 929 Km).



Pedologicamente predomina, no município de Ibirarema, o Latossolo Vermelho eutrófico e distroférrico A moderado textura argilosa e relevo plano e suave ondulado.

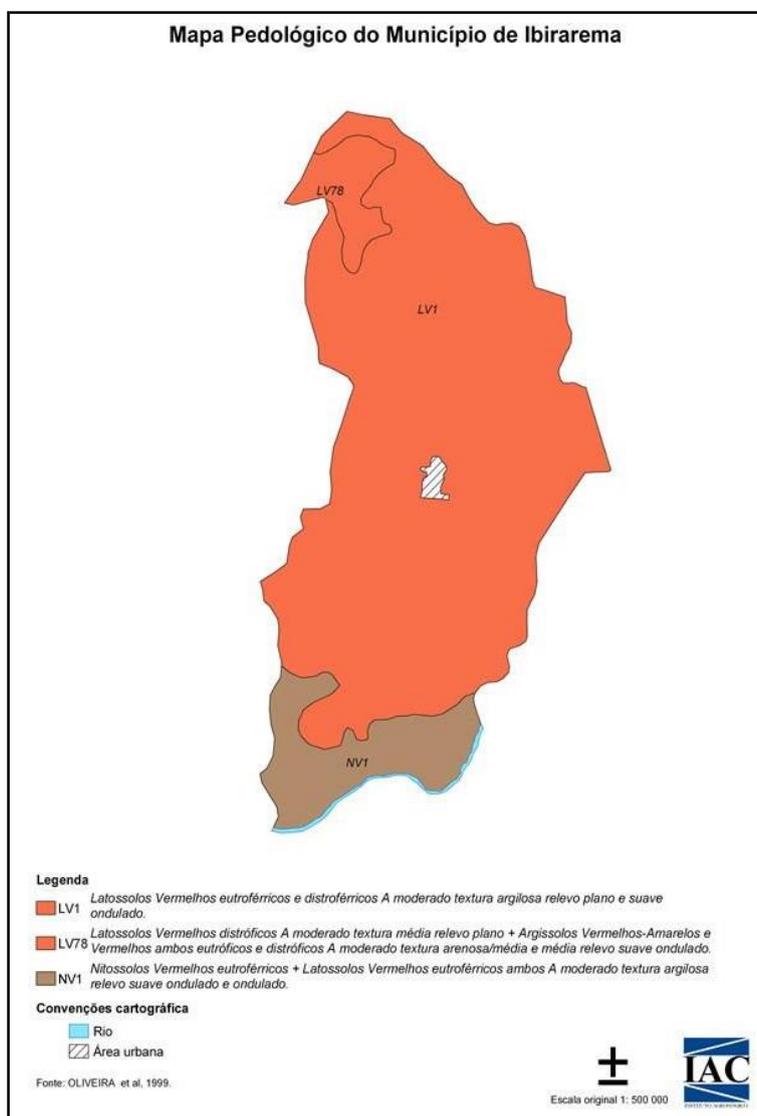


Figura 03 – Tipos de Solos no Município de Ibirarema

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), o município de Ibirarema encontra-se em áreas consideradas de CRITICIDADE BAIXA quanto aos processos erosivos.

Apresenta em sua Geomorfologia relevo colinoso, com colinas amplas onde predominam interflúvios com área superior a 4 Km², topos extensos e aplainados, vertentes com perfis retilíneos a convexos. Drenagem de baixa densidade, padrão subdendrítico, com vales abertos, planícies aluviais interiores restritas, presença eventual de lagoas perenes ou intermitentes.



Geologicamente faz parte das Formações Santo Anastácio e Serra Geral.

Fica importante salientar que corpos de assoreamento foram identificados pela ausência de Matas ciliares nos corpos hídricos, pelo carreamento do solo descoberto, relevo e pedologia.

Na área Urbana, há a real necessidade do aumento das linhas coletoras de drenagem e das readequações dos lançamentos das águas pluviais.

3.5 – SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS

O sistema de água e esgoto do município é operado pela Prefeitura Municipal. Segundo o último Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo, elaborado pela CETESB, o município de Ibirarema apresenta os seguintes números quanto ao esgotamento sanitário:

Tabela 08 – Dados de saneamento básico do município

UGRHI	Município	Concessão	População Urbana	Atendimento (%)		Eficiência	Carga Poluidora (kg DBO/dia)		ICTEM	Corpo Receptor
				Coleta	Tratamento		Potencial	Remanesc.		
17	Ibirarema	PM	6654	97,51	100	86,00	359	58	9,76	Rib.Pau d'Alho

Fonte: Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de São Paulo - CETESB

A eficiência do tratamento é de 100%.

O nível de atendimento ao abastecimento de água tratada para a população urbana do município é de 97,51%. Quanto aos resíduos sólidos, de acordo com a CETESB, a situação se encontrava CONDIÇÃO ADEQUADA, com o município gerando algo em torno de 4,66 ton/dia de lixo.

3.6 – ACERVO E BASE DE DADOS DO MUNICÍPIO

O município de Ibirarema não conta com nenhum estudo específico sobre drenagem urbana e quanto ao acervo de mapas e plantas, tudo que o município dispõe está em papel, não havendo praticamente nenhum tipo de



acervo em meio digital. Portanto, há uma notória carência de material gráfico, principalmente em meio digital.

A falta de dados geotécnicos, levantamentos topográficos e planialtimétricos da cidade, cadastramento das bacias e sub-bacias de contribuição, levantamentos das áreas permeáveis e impermeáveis, estudo da eficiência das galerias existentes, dentre outros, prejudica a concepção planejada da cidade.

Devido a estes fatos, e com a implantação de galerias sem planejamento, acarreta perda de solo e conseqüentemente surgimento de Erosões, ocasionando danos ao meio ambiente da região.

A falta de tal estudo acarreta vários problemas para a população, quer seja no aspecto da saúde pública, no aspecto social, como também no aspecto financeiro, visto que, a implantação de obras que, por muitas vezes, se mostram inadequadas e insuficientes por parte da administração Municipal.

3.7 – HIDROLOGIA REGIONAL

Quanto aos cursos d'água que permeiam o município de Ibirarema, podemos destacar os Rios Paranapanema e Rio Novo e os Ribeirões Pau d'Alho e Santa Rosa.

A UGHRI 17 é formada pelo Rio Paranapanema, tem uma extensão total de 929 km em um desnível de 570m, desenvolvendo-se no sentido geral leste-oeste e desenvolvendo no rio Paraná numa altitude de 239m aproximadamente.

As nascentes do rio Paranapanema estão localizadas na serra Agudos Grandes em Capão Bonito muito próximo da divisa dos municípios de Eldorado e Ribeirão Grande, no Sudeste do estado de São Paulo, a aproximadamente 100 km da costa Atlântica, numa latitude de 24°16'41,5" sul e longitude 48°16'36,4 oeste, a cerca de 900m acima do nível do mar.

O rio Paranapanema, das nascentes até a foz do rio Itararé, corre em território paulista; a jusante deste ponto faz fronteira entre os estados do Paraná e de São Paulo.

A declividade média total do rio Paranapanema, desde suas nascentes até a desembocadura no rio Paraná é de 61 cm/km. Não considerando os



primeiros 100 km, onde o rio desce a serra de Paranapiacaba, a declividade média é de 43 cm/km, valor relativamente baixo para um percurso tão extenso de 820 km.

Ele é tão importante que tem o seu próprio dia, criado pela Lei Estadual 10.488/99 (Antônio Salim Curiati), (sancionada pelo Governador Mário Covas), designado 27 de agosto.

O Paranapanema é o rio menos poluído do estado de São Paulo.

3.7.1 – Pluviometria

Em relação aos postos pluviométricos, de acordo com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, há cadastro de 1 posto pluviométrico, no município de Ibirarema, conforme gráfico abaixo.

Município	Prefixo	Nome	Altitude	Latitude	Longitude
IBIRAREMA	D7-012	IBIRAREMA	450,000	22° 49' 00"	50° 04' 00"

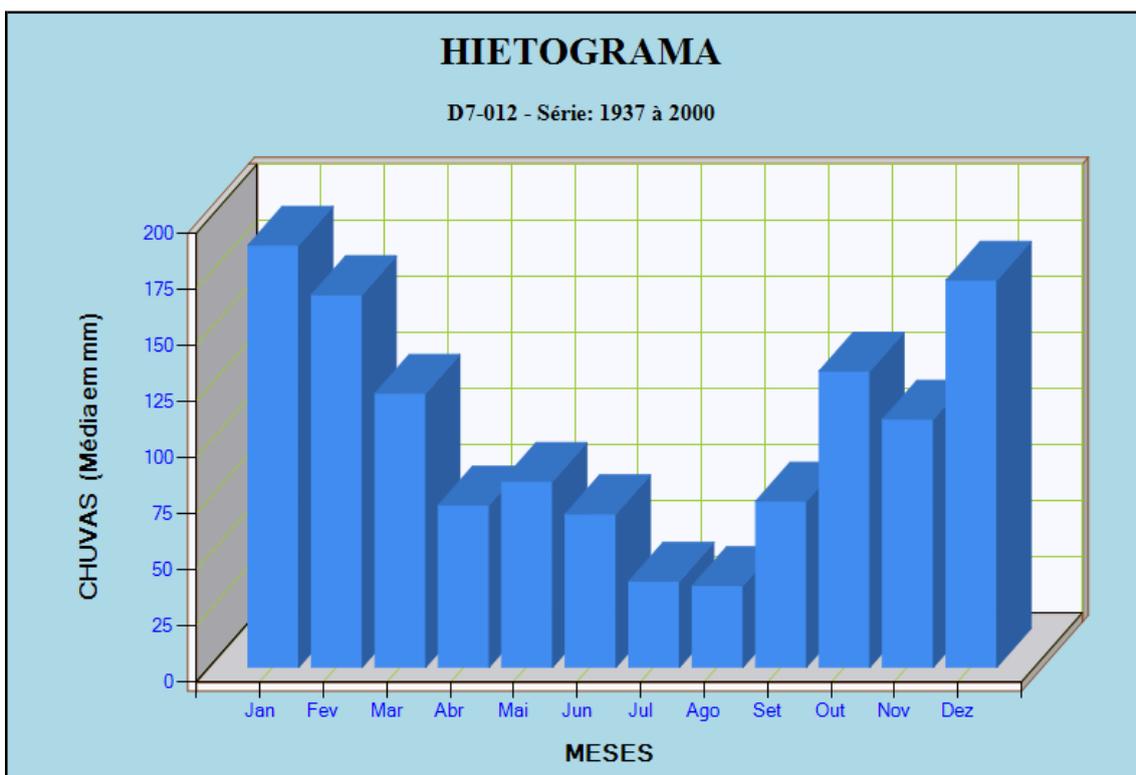


Gráfico 14 – Pluviograma acumulado médio mensal



3.7.2 – Fluviometria

Já em relação aos dados Fluviométricos, que medem as vazões dos rios, no município de Ibirarema, segundo dados do DAEE, não existe nenhum posto de medição. Portanto, disponibilizamos abaixo, o índice de vazões mensais do posto mais próximo, localizado no município de Palmital:

Tabela 09 – Vazões máximas mensais

Município	Prefixo	Nome	Latitude	Longitude	Área (Km ²)	Curso d'Água
PALMITAL	7D-006	SUCUI	22° 48' 58"	50° 18' 53"	934,00	PARI, R DO/VEADO, RIB DO

Vazões Máximas Mensais (m ³ /s)												
Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1969									4,19	8,59	8,75	5,22
1970	6,75	13,43	7,14	6,13	7,06	6,83	6,36	9,08	7,62	8,26	5,37	9,25
1971	15,89	8,84	8,67	7,06	10,89	20,1	9,17	6,98	8,59	8,26	5,97	27,97
1972	43,04	32,97	38,29	25,77	16,33	11,15	18,5	11,15	13,29	68,3	18,97	15,89
1973	34,58	21,26	18,81	13,85	23,13	11,02	18,5	16,94	11,15	14,14	13,16	25,24
1974	31,21	22,96	41,72	19,13	25,24	31,79	14,28	11,67	15,44	26,14	18,34	25,06
1975	22,44	18,5	18,18	12,2	10,89	9,03	10,63	7,39	7,39	20,76	23,13	24,53
1976	24,7	29,48	22,27	14,71	33,77	39,35	31,6	26,68	22,78	26,68	28,53	33,57
1977	37,87	24,7	16,18	19,29	11,94	14,14	9,51	7,82	9,76	8,34	24,35	26,86
1978	29,86	12,74	24	9,39	17,25	9,27	22,27	7,9	12,07	13,71	12,07	19,94
1979	14,28	13,29	15,15	8,6	28,53	8,25	9,27	10,51	11,67	8,08	12,2	17,71
1980	17,09	42,16	41,5	21,76	16,33	14,86	10,89	8,51	12,61	15,29	9,23	14,87
1981	17,06	10,17	6,33	15,86	13,09	10,17	6,8	6,1	5,95	11,21	22,36	27,08
1982	14,22	22,98	46,34	16,2	13,54	33,3	18,5	12,01	10,95	22,16	29,39	65,72
1983	51,96	28,22	33,3	23,47	--	--	26,23	18,02	32,58	22,53	23,82	36,01
1984	27,6	19,29	14,89	29,1	15,57	10,69	9,78	12,48	12,58	11,42	12	27,6
1985	33,17	13,01	24,88	13,89	21,93	12,48	12,91	8,99	9,39	7,75	16,95	13,01
1986	14,67	25,59	31,4	31,01	15,68	13,12	9,68	30,05	9,78	9,68	12,48	48,79
1987	24,17	21,26	13,34	11,42	21,93	46,85	12,48	9,78	12,05	18,97	24,88	21,59
1988	22,61	20,43	22,61	27,79	17,44	15,64	11,99	10,59	12,1	29,67	30,24	14,24
1989	24,21	--	22,62	21,2	19,42	13,89	21,58	29,1	23,55	13,33	13,72	43,37
1990	58,62	23,48	27,42	16,71	17,56	12,32	16,59	12,88	15,05	20,49	37,25	33,57
1991	43,15	49,1	37,25	31,01	17,62	19,29	15,34	11,88	11,99	18,73	25,49	49,26
1992	16,83	17,07	17,62	25,29	25,29	15,05	--	12,65	22,62	12,93	20,43	12,54
1993	19,86	40,64	23,02	28,16	22,62	22,43	12,99	16,11	13,38	15,76	16,95	31,6



1994	48,79	27,88	20,3	17,68	15,52	14,99	12,05	11,55	10,01	16,35	15,11	17,07
1995	32,88	75,21	29,38	38,08	19,86	12,69	15,57	9,68	13,61	29,76	14,55	15,34
1996	31,01	15,34	25,96	15,91	13,83	10,59	10,08	10,13	16,79	16,85	15,54	38,51
1997	45,38	37,87	21,77	18,58	19,96	42,93	15,24	13,34	14,31	19,45	28,63	22,7
1998	21,85	32,88	44,26	43,04	25,26	15,99	12,09	22,53	18,08	23,49	15,07	20,36
1999	49,31	37,94	38,94	26,76	25,49	21,68	16,05	12,96	16,05	15	13,61	21,85
2000	15	43,65	23,92	12,96	11,36	11,07	14,3	13,63	21,51	9,98	25,62	28,94
2001	26,98	44,72	41,26	19,03	22,62	17,44	14,85	14,18	11,48	20,75	19,51	13,02
2002	30,18	18,3	28,19	9,87	31,73	10,96	8,3	26,8	11,02	8,86	18,54	26,8
2003	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2004	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2005	31,22	27,84	18,39	13,64	28,96	16,06	12,05	8,81	15,15	27,24	20,11	21,42
2006	27,14	29,16	15,2	14,04	10,77	9,83	9,25	9,34	9,83	13,39	8,37	17,37
2007	30,91	19,54	21,54	17,12	13,65	12,05	25,78	11,8	8,26	11,35	18,32	16,14
2008	18,32	19,21	14,54	14,49	18,38	13,44	8,55	13,29	12,41	20,87	13,6	7,14
2009	28,25	25,78	17,83	17,06	13,34	11,4	24,38	20,87	27,42	28,88	27,11	39,46
2010	36,8	29,51	27,84	22,89	17,72	16,63	17,17	11,75	15,66	25,78	12,51	33,55
2011	26,81	36,63	29,41	26,19	17,77	21,35	14,86	14,6	13,86	64,84	20,21	14,18
2012	44,44	15,77	18,16	19,32	27,84	58,74	22,21	15,55	22,12	14,39	22,21	27,63
2013	39,1	27,22	22,21	41,64		30,11	22,92	15,67	16,98	41,64	19,62	16,35
2014	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	

Fonte DAEE

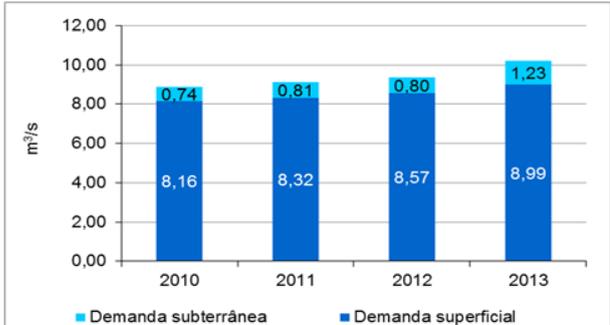
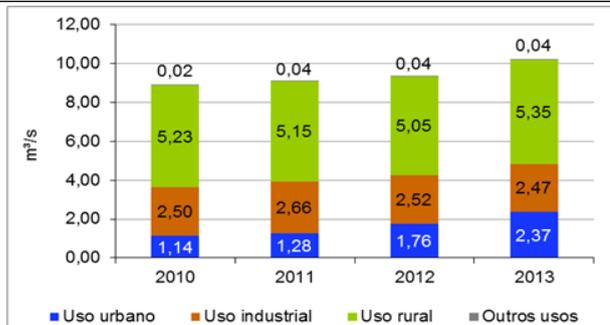
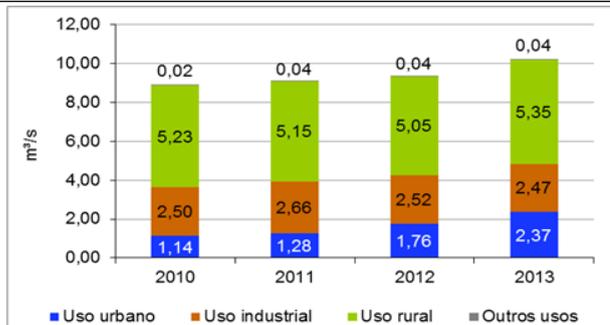
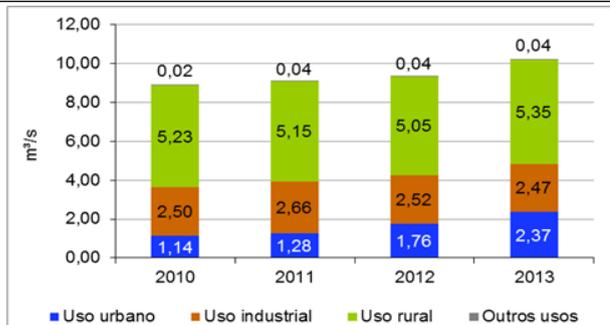
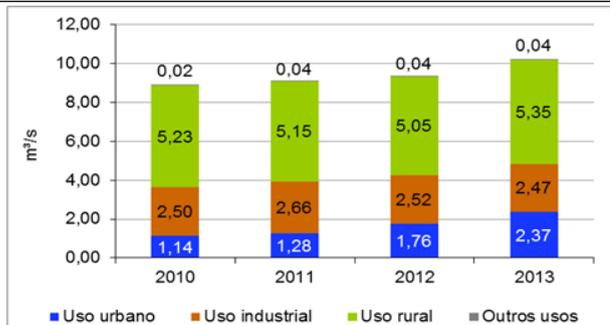
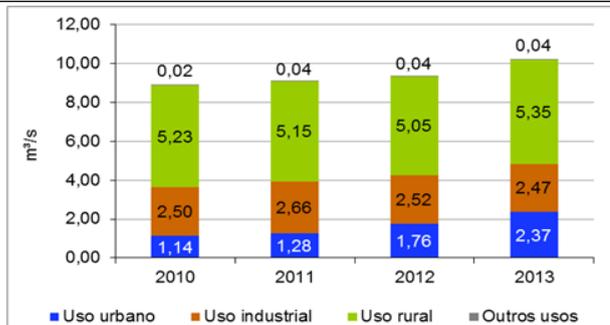
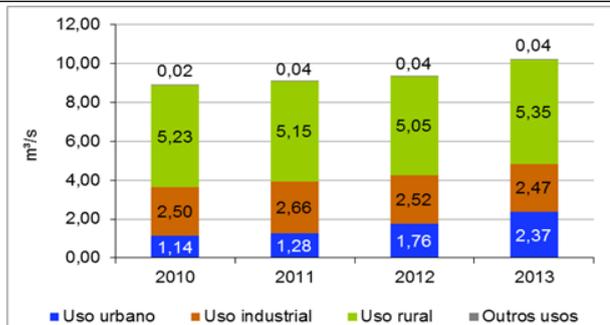
3.7.3 – Disponibilidade Hídrica

De acordo com os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, bem como no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (CBH-MP), o município de Ibirarema encontra-se inserido na Sub-bacia do Médio Paranapanema, apresentado um confortável quadro em relação à quantidade de água nesses cursos d'água, conforme podemos observar no quadro seguinte.



Tabela 10 – Disponibilidade de Recursos Hídricos – UGRGHI 17

Disponibilidade das águas				
Parâmetros	2010	2011	2012	2013
Disponibilidade <i>per capita</i> - $Q_{\text{médio}}$ em relação à população total ($\text{m}^3/\text{hab.ano}$)	 7.345	 7.305	 7.266	 7.226
Síntese da Situação e Orientações para gestão: Disponibilidade das águas.				
<p>Síntese da Situação da Disponibilidade Hídrica na UGRHI 17 - O Médio Paranapanema se configura como uma região bastante heterogênea sob o ponto de vista de recursos naturais, principalmente quanto a ecossistemas (norte predominio de cerrados e sul predominio da mata atlântica), solos (norte arenosos e pouco férteis, sul argilosos e férteis) e disponibilidade hídrica (escassa no norte que é região de nascentes dos rios e abundante no sul que é onde se localizam o exutório de tais rios). Outro fator de heterogeneidade são os aquíferos (Aquífero Bauru, granular, no norte e Aquífero Serra Geral, fissural, no sul). Sob o ponto de vista de média geral a região apresenta disponibilidades hídricas altas, pois regiões cuja disponibilidade hídrica per capita estejam entre 5.000 e 10.000 $\text{m}^3/\text{hab.ano}$ são consideradas ricas em água. A UGRHI-17 tinha, no ano de 2013, a disponibilidade hídrica "per capita", considerando as vazões médias da Unidade, de 7.226 $\text{m}^3/\text{hab.ano}$. A tendência de diminuição desta disponibilidade (1,6% entre 2010 e 2013) está diretamente relacionada ao aumento da população, que foi muito pequeno, mas exigindo melhores medidas de controle de uso e programas específicos de gerenciamento em áreas de restrição.</p> <p>Orientações para gestão: Apesar de, na média, a disponibilidade hídrica ser alta, há risco de "deficit" na porção norte, onde os rios têm baixa vazão e sofrem com os assoreamentos. Já na porção sul, apesar da abundância hídrica, há maior fragilidade destes recursos, pois é aí que se concentram as Pressões. Há maior população, maior atividade industrial e avanço da agricultura irrigada. Para garantir que a água esteja disponível para todos os usos, o Plano da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, em vigor, indica as seguintes ações: a) Dada à condição de reserva estratégica das águas subterrâneas, estudos devem ser desenvolvidos para a determinação das reservas reais dos aquíferos, como determinado pela Meta de Gestão 4 [MGE 4: Gestão dos aquíferos da UGRHI-17 (Com as ações específicas: AMGE 4.1 para o Aquífero Bauru, AMGE 4.2 para o Aquífero Serra Geral e AMGE 4.3 para o Aquífero Guarani)]; b) Nas regiões onde a disponibilidade hídrica possa ser ameaçada por assoreamentos, continuar implementando a Meta de Intervenção MRH 2 (PRIORIDADE 2): Efetuar, em caráter permanente, medidas de combate à erosão, assoreamento e inundação nos municípios da UGRHI-17, principalmente a ação AMRH 2.3: Efetuar medidas preventivas e corretivas de combate ao assoreamento nos municípios da UGRHI-17.</p>				

Demanda de água				
Parâmetros	2010	2011	2012	2013
Demanda total de água (m^3/s)				
Demanda de água superficial (m^3/s)				
Demanda de água subterrânea (m^3/s)				
Demanda para outros usos de água (m^3/s)				
Demanda urbana de água (m^3/s)				
Demanda industrial de água (m^3/s)				
Demanda rural de água (m^3/s)				
Demanda de água em rios da União (m^3/s)	0,12	0,16	0,26	0,30

Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – CBH-MP/2013



3.8 – CLIMA

A região do Estado de São Paulo, na qual se localiza a bacias do Médio Paranapanema, caracteriza-se, por clima tropical chuvoso (CWA-KOPEM) com inverno seco e verão chuvoso, clima quente, temperatura média em torno de 22,4°, onde o mês menos chuvoso tem precipitação inferior a 45mm. O mês mais frio tem temperatura média de 11,4°C. É denominado de Clima de Monção, onde o regime de pluviosidade, e a conseqüente alternância entre estações seca e chuvosa, é governado pela monção, cujo efeito é causado pelo aparecimento sazonal de grandes diferenças térmicas entre os mares e as regiões continentais adjacentes nas zonas próximas dos bordos externos das células de circulação fechada da atmosfera terrestre, predominante nas latitudes equatoriais e tropicais (células de Hadley).

Tabela 11 – Classificação Climática de Koeppen

Ibirarema				
Latitude: 22g 29m Longitude: 50g 2m Altitude: 454 metros				
Classificação Climática de Koeppen: Aw				
MÊS	TEMPERATURA DO AR (C)			CHUVA (mm)
	mínima	média	máxima	
JAN	19.4	25.2	31.0	188.5
FEV	19.6	25.4	31.1	169.5
MAR	18.9	24.8	30.7	126.0
ABR	16.2	22.5	28.9	71.3
MAI	13.5	20.2	26.8	87.0
JUN	12.0	18.8	25.6	65.8
JUL	11.4	18.6	25.9	36.1
AGO	12.8	20.4	28.1	35.3
SET	14.8	21.8	28.9	74.1
OUT	16.4	23.0	29.5	135.3
NOV	17.4	23.8	30.2	116.7
DEZ	18.7	24.5	30.2	173.6
Ano	15.9	22.4	28.9	1279.2
Min	11.4	18.6	25.6	35.3
Max	19.6	25.4	31.1	188.5

Fonte: CEPAGRI – Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura



4 – DEFINIÇÃO DAS BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO

Uma bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso de água é o conjunto de terras que fazem a drenagem da água das precipitações para esse curso de água e seus afluentes.

A formação da bacia hidrográfica dá-se através dos desníveis dos terrenos que orientam os cursos da água, sempre das áreas mais altas para as mais baixas.

Essa área é limitada por um divisor de águas que a separa das bacias adjacentes e que pode ser determinado nas cartas topográficas. As águas superficiais, originárias de qualquer ponto da área delimitada pelo divisor, saem da bacia passando pela seção definida e a água que precipita fora da área da bacia não contribui para o escoamento na seção considerada.

5 – CONSEQUÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO NA DRENAGEM DAS BACIAS DE IBIRAREMA

O comportamento do escoamento superficial direto sofre alterações substanciais em decorrência do processo de urbanização de uma bacia hidrográfica, principalmente como consequência da impermeabilização da superfície, o que produz maiores picos e vazões.

O desmatamento causa aumento dos picos e volumes de cheias e, conseqüentemente, da erosão do solo; se o desenvolvimento urbano posterior ocorrer de forma desordenada, estes resultados deploráveis podem ser agravados com o assoreamento em canais e galerias, diminuindo suas capacidades de condução do excesso de água. Além de degradar a qualidade da água e possibilitar a veiculação de moléstias, a deficiência de redes de esgoto contribui também para aumentar a possibilidade de ocorrência de inundações. Uma coleta de lixo ineficiente, somada a um comportamento indisciplinado dos cidadãos, acaba por entupir bueiros e galerias e deteriorar ainda mais a qualidade da água. A estes problemas soma-se a ocupação



indisciplinada das várzeas, que também produz maiores picos, aumentando os custos gerais de utilidade pública e causando maiores prejuízos. Os problemas advindos de um mau planejamento não se restringem ao local de estudo, uma vez que a introdução de redes de drenagem ocasiona uma diminuição considerável no tempo de concentração e maiores picos a jusante.

Estes processos estão inter-relacionados de forma bastante complexa, resultando em problemas que se referem não somente às inundações, como também à poluição, ao clima e aos recursos hídricos de uma maneira geral.

Os problemas de controle de poluição diretamente relacionados à drenagem urbana têm sua origem na deterioração da qualidade dos cursos receptores das águas pluviais, no caso da área central do município de Ibirarema, que além de aumentar o volume do escoamento superficial direto, a impermeabilização da superfície também faz com que a recarga subterrânea, já reduzida pelo aumento do volume das águas servidas (consequência do aumento da densidade populacional), diminua ainda mais, restringindo as vazões básicas a níveis que podem chegar a comprometer a qualidade das águas pluviais.

Logo se vê que estes problemas são inerentes ao processo de urbanização em si, como também ao manejo do solo rural, formando um emaranhado complexo de causas e efeitos, relacionados de forma não biunívoca. Portanto, tal complexidade não permite que possa haver soluções eficientes e sustentáveis que não abranjam todos os processos e suas inter-relações, o que exige que se atue sobre as causas.

Entretanto, os impactos decorrentes do processo de ocupação em uma bacia hidrográfica não são apenas de origem hidrológica. Não menos importantes são os impactos não-hidrológicos que, no caso específico de Ibirarema, possuem relevância bastante significativa. Devido a suas características particulares, os impactos não-hidrológicos mais importantes no que concerne à drenagem urbana em Ibirarema são provenientes da falta de drenagem Urbana

Dentre os problemas relativos à ocupação do solo, sobressaem-se as consequências diretas da ausência absoluta da observação de normas que impeçam a ocupação de cabeceiras íngremes e de várzeas de inundação, isto tanto na área urbana quanto na zona rural, onde nesta última, por muitas



vezes, não são respeitadas nem as Área de Proteção Permanentes definidas na Legislação Nacional.

A inexistência de controle técnico da distribuição racional da população, assim como do manejo adequado do solo rural, dificulta a construção de canalizações e de plantio de vegetação para que se possam eliminar áreas de armazenamento.

O desenvolvimento de um município exige que a capacidade dos condutos seja ampliada, o que aumenta os custos e acirra a disputa por recursos financeiros entre os diversos setores da administração pública, fazendo com que prevaleça, quase sempre, a tendência viciosa de se atuar corretivamente em pontos isolados da bacia hidrográfica, sendo que a escolha desses locais é frequentemente desprovida de quaisquer critérios técnicos.

A drenagem secundária é, então, sobrecarregada pelo aumento da vazão, fazendo com que ocorram impactos maiores na macrodrenagem.

Nota-se que os impactos de características não hidrológicas nas drenagens urbanas e rural se originam, em sua totalidade, nos problemas sociais brasileiros, consequência dos interesses políticos locais e, em última instância, da estrutura organizacional cultural das pessoas. No entanto, cabe aos técnicos propor soluções para esses problemas de origem alheia à engenharia, mesmo em condições adversas, de difícil solução a curto e médio prazos.

Das fases básicas do ciclo hidrológico, talvez a mais importante para o engenheiro seja a do escoamento superficial, que é a fase que trata da ocorrência e transporte da água na superfície terrestre, pois a maioria dos estudos hidrológicos está ligada ao aproveitamento da água superficial e à proteção contra os fenômenos provocados pelo seu deslocamento.

Como já foi visto a existência de água nos continentes é devida à precipitação. Assim, da precipitação que atinge o solo, parte fica retida quer seja em depressões quer seja como película em torno de partículas sólidas. Quando a precipitação já preencheu as pequenas depressões do solo, a capacidade de retenção da vegetação foi ultrapassada e foi excedida a taxa de infiltração, começa a ocorrer o escoamento superficial. Inicialmente, formam-se pequenos filetes que escoam sobre a superfície do solo até se juntarem em corredeiras, canais e rios. O escoamento ocorre sempre de um ponto mais alto



para outro mais baixo, sempre das regiões mais altas para as regiões mais baixas até o mar.

O processo do escoamento inclui uma série de fases intermediárias entre a precipitação e o escoamento em rios. Para entender o processo do escoamento é necessário entender cada uma destas fases. Esta sequência de eventos é chamada de ciclo do escoamento.

O ciclo do escoamento pode ser descrito em três fases: na primeira fase o solo está seco e as reservas de água estão baixas; na fase seguinte, iniciada a precipitação, ocorrem interceptação, infiltração e escoamento superficial; na última fase o sistema volta a seu estado normal, após a precipitação. Fatores como tipo de vegetação, tipo de solo, condições topográficas, ocupação e uso do solo, são fatores que determinam a relação entre vazão e precipitação.

1ª Fase:

Após um período de estiagem, a vegetação e o solo estão com pouca umidade. Os cursos d'água existentes estão sendo alimentados pelo lençol d'água subterrâneo que mantém a vazão de base dos cursos d'água. Quando uma nova precipitação se inicia, boa parte da água é interceptada pela vegetação, e a chuva que chega ao chão é infiltrada no solo. Exceto pela parcela de chuva que cai diretamente sobre o curso d'água, não existe nenhuma contribuição para o escoamento nesta fase. Parte da água retida pela vegetação é evaporada.

2ª Fase:

Com a continuidade da precipitação, a capacidade de retenção da vegetação é esgotada, e a água cai sobre o solo. Se a precipitação persistir, a capacidade de infiltração do solo pode ser excedida, e a água começa a se acumular em depressões rasas, que em seguida se unem formando um filme de água sobre o solo, começando, então, a mover-se como escoamento superficial, na direção de um curso d'água. A água infiltrada no solo começa a percolar na direção dos aquíferos subterrâneos. Finalmente, se a chuva continuar, o escoamento superficial ocorrerá de forma contínua, na direção de um rio. O nível do lençol freático poderá subir, fornecendo uma contribuição extra de água subterrânea ao escoamento.



Na maioria dos casos, a contribuição das águas subterrâneas para o escoamento superficial, devido à recarga pela chuva, ocorre quando a precipitação já cessou, devido à baixa velocidade do escoamento subterrâneo.

3ª Fase:

Quando a precipitação para, o escoamento superficial rapidamente cessa, a evaporação e a infiltração continuam a retirar água da vegetação e de poças na superfície do solo. O nível do rio está agora mais alto do que no início da precipitação. A água que se infiltrou nas margens do rio, lentamente é liberada, na medida em que o nível do rio baixa até o nível em que permanece nos períodos secos.

O ciclo do escoamento em uma região árida ou semiárida é diferente do que ocorre em uma região úmida. Nas regiões árida e semiárida, a água subterrânea costuma estar em camadas muito profundas do solo, bem abaixo do leito dos rios. Por isso, a maior parte da vazão dos rios depende apenas da precipitação e, como longos períodos de estiagem separam os períodos chuvosos, os rios são intermitentes.

6 – O ESTUDO DA DRENAGEM DE IBIRAREMA

Uma estratégia essencial para a obtenção de soluções eficientes para o município de Ibirarema é a presente elaboração do Estudo de Drenagem.

O Estudo de Drenagem do município de Ibirarema deverá possibilitar a identificação das áreas a serem preservadas e em se tratando da área urbana, a seleção das que possam ser adquiridas pelo poder público antes que sejam ocupadas, loteadas ou que seus preços se elevem e tornem a aquisição proibitiva. É também fundamental a elaboração do zoneamento da várzea de inundação e o estabelecimento de um escalonamento cronológico e espacial da implantação das medidas necessárias, de forma tecnicamente correta e de acordo com os recursos disponíveis.



O Estudo de Drenagem de Ibirarema deverá ser articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, tipo de manejo do solo, etc.) de forma a possibilitar o desenvolvimento da forma mais harmonizada possível. Do estudo deverá também constar a elaboração de campanhas educativas que visem a informar a população sobre a natureza e a origem do problema das degradações ambientais, sua magnitude e consequências.

É de capital importância, principalmente em se tratando da população mais carente, o esclarecimento da comunidade sobre as formas de solução existentes e os motivos da escolha de uma solução. A solicitação de recursos deve ser respaldada técnica e politicamente, dando sempre preferência à adoção de medidas preventivas de maior alcance social e menor custo.

Para tanto, são aqui sugeridas as seguintes etapas para a implantação com sucesso do Estudo de Drenagem de Ibirarema:

- 1-). Determinação das características das bacias e sub-bacias de drenagem no município;
- 2-). Simulação do comportamento hidrológico das bacias para condições atuais e futuras;
- 3-). Identificação das possíveis medidas estruturais e não estruturais cabíveis por parte da Prefeitura;
- 4-). Elaboração de diferentes cenários que quantifiquem os resultados da atuação do Poder Público local;

6.1 – PRINCÍPIOS BÁSICOS

Dado seu caráter técnico-político, o Estudo de Drenagem de Ibirarema conta com o apoio dos poderes decisórios e da comunidade em geral, por se constituir em um documento político importante.

Nunca se pode esquecer que o sistema de drenagem não é isolado dos diversos sistemas que constituem a organização das atividades do município



de Ibirarema, fazendo parte de uma rede complexa, devendo, portanto, ser articulado com os outros sistemas, possibilitando a melhoria do ambiente urbano de forma ampla e harmônica.

Uma vez que as águas pluviais atinjam o solo, irá escoar, infiltrar ou ficar armazenada na superfície, independentemente da existência, ou não, de um sistema de drenagem adequado. Se armazenamento natural for eliminado pela implantação de uma rede de drenagem sem a adoção de medidas compensatórias eficientes, o volume eliminado acabará sendo conduzido para outro local.

Em outras palavras, as galerias, os desvios e as reversões deslocam a necessidade de espaço para outros locais, ou seja, transportam o problema para baixo (jusante).

Em se tratando de gestão ambiental, deve-se levar em conta que a qualidade e a quantidade da água são variáveis indissociáveis e que devem sempre ser consideradas em conjunto. As consequências das degradações ambientais em áreas onde a água está deteriorada são muito mais graves, pois estes locais podem se transformar em fontes propagadoras de moléstias e enfermidades. Ademais, a boa qualidade das águas pluviais pode proporcionar recursos utilizáveis para a recarga de aquíferos, irrigação, abastecimento industrial, combate a incêndios e recreação, entre outros benefícios.

Estas observações são princípios essenciais à elaboração do Estudo de Drenagem de Ibirarema, e constituem a base fundamental sobre a qual devem ser orientadas todas as fases do processo.

7 – HIDROLOGIA URBANA DE IBIRAREMA

Normalmente, as bacias ocupadas pelo processo de urbanização são de porte pequeno e médio. Devido à variação natural dos parâmetros que influem no comportamento hidrológico da bacia, a distinção entre bacias pequenas e médias é imprecisa e até mesmo subjetiva. Comumente, bacias com tempo de concentração inferior a 1 hora e/ou área de drenagem não superior a 2,5 km² são classificadas como pequenas. Bacias com tempo de concentração superior



a 12 horas e/ou área de drenagem maior que 1.000 km² se classificam como grandes; bacias médias se situam entre esses dois tipos.

Normalmente, as bacias ocupadas pelo processo de urbanização são de portes pequeno e médio. Devido à variação natural dos parâmetros que influem no comportamento hidrológico da bacia, a distinção entre bacias pequenas e médias é imprecisa e até mesmo subjetiva.

Na grande maioria das vezes, não se dispõe de registros de vazão nas áreas nas quais se pretende realizar obras de drenagem. No entanto, pode-se sintetizar as vazões de projeto por meio dos dados de precipitação. É nesse contexto que a classificação da bacia em pequena ou média é fundamental. Embora se possa utilizar o método racional em bacias pequenas, não é recomendável que o mesmo seja usado para o cálculo das vazões em bacias de porte médio. Devido à necessidade de se considerar a variação temporal da intensidade da chuva e o amortecimento na bacia de porte médio, são usadas, normalmente, técnicas baseadas na teoria do hidrograma unitário, pois do contrário as vazões de pico seriam superestimadas. A escolha do método de cálculo pode ser auxiliada por meio do quadro seguinte, o qual aponta alguns atributos das bacias pequenas e médias.

Tabela 12 – Classificação de Bacias

Característica	Bacia pequena	Bacia média
Varição temporal da intensidade de chuva	Constante	Variável
Varição espacial da intensidade de chuva	Uniforme	Uniforme
Escoamento superficial	Predominante em superfícies	Em superfícies e canais
Armazenamento na rede de canais	Desprezível	Desprezível

7.1 – PERÍODO DE RETORNO

Para se decidir o grau de proteção conferido à população de Ibirarema com a construção das obras de drenagem, deve-se determinar a vazão de projeto. Deve-se, também, conhecer a probabilidade P de o valor de uma determinada vazão ser igualado ou superado em um ano qualquer. A vazão de



projeto é imposta de tal forma que sua probabilidade P não exceda um determinado valor pré-estabelecido.

É difícil avaliar os danos resultantes de uma inundação, principalmente quando esses danos não passam de mero transtorno. Os prejuízos decorrentes de inundações (mesmo que não frequentes) de sarjetas e cruzamentos em áreas residenciais da cidade de Ibirarema, podem até mesmo ser desprezíveis, se o acúmulo de água durar pouco de cada vez. Já na uma zona comercial da cidade, esse mesmo tipo de ocorrência pode causar transtornos mensuráveis.

A aplicação de métodos puramente econômicos para o estabelecimento do período de retorno é limitada pela impossibilidade de levar em conta aspectos que não podem ser expressos em termos monetários, por motivos éticos. Além disso, a relação benefício/custo é de difícil quantificação. Quanto maior o período de retorno adotado, maior será a proteção conferida à população de Ibirarema; por outro lado não só o custo, como também o porte das obras e sua interferência no ambiente urbano serão maiores.

Devido a essas dificuldades em estabelecer o período de retorno de forma objetiva, sua escolha acaba recaindo sobre critérios técnicos. Quando a escolha do período de retorno adequado fica a critério exclusivo do projetista, pode-se usar os valores do quadro seguinte, que são valores aceitos de forma mais ou menos ampla pelos técnicos e gozam de certo consenso.

Tabela 13 – Períodos de retorno em função da ocupação da área

Tipo de obra	Tipo de ocupação	Período de retorno (anos)
Microdrenagem	Residencial	2
Microdrenagem	Comercial	5
Microdrenagem	Áreas comerciais e artérias de tráfego	5-10
Macro-drenagem	Áreas Comerciais e residenciais	50-100

Para que se possa escolher o valor desejado, é fundamental a distinção entre risco e *período de retorno*. A probabilidade P da vazão de projeto ser igualada ou superada durante a vida útil da obra (N anos) é o inverso do período de retorno T, ou seja: $P=1/T$. Há portanto, a cada ano, uma probabilidade de que a obra não falhe igual a $1-1/T$. Portanto, a possibilidade de que ela não venha a falhar em toda sua vida útil é $(1-1/T)^N$, o que implica



que o risco, ou probabilidade de que a obra falhe pelo menos uma vez durante sua vida útil é $R=1-(1-1/T)^N$.

Uma vez obtido o período de retorno, conhece-se a tormenta de projeto e a chuva excedente. São, então, aplicadas técnicas que determinam o hidrograma de projeto através do hietograma da chuva excedente.

7.2 – TEMPO DE CONCENTRAÇÃO

- - *Tempo de retardo* (t_r). É o intervalo de tempo entre os centros de gravidade do hietograma e do hidrograma.
- - *Tempo do pico* (t_p). É o intervalo entre o centro de massa do hietograma e o tempo em que ocorre o pico do hidrograma.
- - *Tempo de ascensão* (t_m). É o intervalo de tempo decorrido entre o início da chuva e o pico do hidrograma.
- - *Tempo de base* (t_b). É o tempo entre o início da precipitação e aquele em que a precipitação ocorrida já escoou através na superfície, ou que a superfície volta às condições anteriores à ocorrência da precipitação.
- - *Tempo de recessão* (t_e). É o tempo necessário para a vazão baixar até o ponto C, quando cessa o escoamento superficial.
- - *Tempo de concentração* (t_c). É o tempo necessário para que a água precipitada no ponto mais distante da bacia participe na vazão do fundo do vale. Esse tempo também é definido como o intervalo de tempo entre o fim da precipitação e o ponto de inflexão do hidrograma.

Entretanto, esses parâmetros estão inter-relacionados através de fórmulas empíricas o que torna suficiente o conhecimento apenas do tempo de concentração.



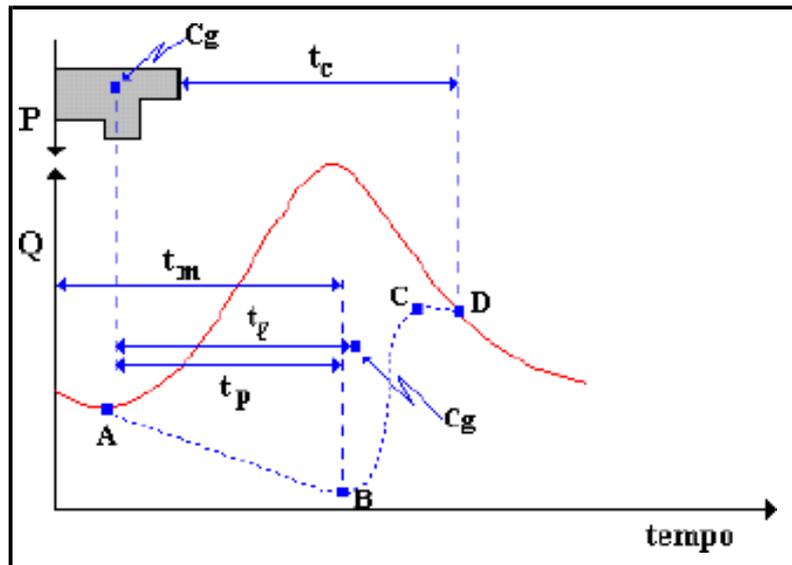


Figura 04 – Hidrograma típico

A grande quantidade de fórmulas que fornecem o valor do tempo de concentração em função das características da bacia e da intensidade de precipitação se originam de estudos experimentais e devem ser aplicadas em condições aproximadas àquelas para as quais foram determinadas. Cada fórmula procura representar um tipo diferente de escoamento, que podem ser classificados em três grupos:

- *Escoamentos em superfícies.* Prevalcem em bacias diminutas e são constituídos de lâminas que escoam à baixa velocidade sobre planos. Dependem sobretudo da intensidade da chuva e da rugosidade e declividade da superfície. A extensão deste tipo de escoamento é raramente superior a 100 metros e, portanto, as fórmulas que os refletem podem ser aplicadas a aeroportos, parques de estacionamento, etc.

- *Escoamentos em canais naturais.* As velocidades são maiores que no caso anterior, pois prevalecem em bacias de maior porte, nas quais os canais são bem delineados, implicando em um escoamento mais eficiente. Escoamentos que se encaixam nesta categoria dependem menos da intensidade da chuva e da rugosidade do terreno, pois o tempo que a água demora para escoar no canal é maior que na superfície.



- *Escoamentos em canais artificiais e galerias.* As velocidades são ainda mais altas, pois este tipo de escoamento ocorre em bacias que tiveram suas condições primitivas modificadas por obras de drenagem, de maneira significativa.

Com maior ou menor predominância, as três categorias de escoamento ocorrem simultaneamente em uma mesma bacia, dependendo das características da mesma. Com certeza, na área urbana de Ibirarema teremos essas ocorrências. As fórmulas mais usuais são apresentadas a seguir. Em todas elas, o tempo de concentração é obtido em minutos, a declividade S da bacia é dada em m/km e o comprimento L do talvegue, em km. Todas as fórmulas apresentam resultados semelhantes para L = 10 km, a partir do qual passam a divergir.

- **Fórmula de Kirpich.** Para ser utilizada em bacias não maiores que 0,5 km² e declividades entre 3 e 10%.

$$t_c = 3,989 \frac{L^{0,770}}{S^{0,385}}$$

onde L é o comprimento do talvegue e S é sua declividade. Esta fórmula foi obtida para bacias com canais bem definidos e declividades altas. No entanto, o fato de ter sido desenvolvida para bacias tão pequenas, parece indicar que reflete o escoamento do primeiro tipo.

- **SCS Lag Formula.** Desenvolvida para bacias rurais com áreas de drenagem inferiores a 8 km².

$$t_c = 3,42 \left(\frac{1000}{CN} - 9 \right)^{0,7} \frac{L^{0,8}}{S^{0,5}}$$

onde CN é o número da curva (curve number) do método desenvolvido pelo Soil Conservation Service. Deve-se ajustar o valor de CN para bacias urbanas em função da parcela dos canais que foram modificados e da área



impermeabilizada. Para uma ocupação não-homogênea do solo urbano, o SCS recomenda que seja feita uma média ponderada dos números da curva.

$$CN = \frac{\sum_{i=1}^k A_i \cdot CN_i}{A}$$

Como as velocidades de escoamento também se alteram, o SCS propõe que o tempo de concentração seja ajustado através da seguinte expressão:

$$F_a = 1 + PRCT(0,02185CN^3 + 0,4298CN^2 - 335CN + 6789) \times 10^6$$

onde F_a é o fator de correção e PRCT é a porcentagem impermeabilizada da bacia.

- **Método Cinemático do SCS.** Para bacias compostas de trechos de declividades variáveis, esta fórmula se baseia no fato de que a somatória dos tempos de trânsito em cada trecho nada mais é que o tempo de concentração.

$$t_c = \frac{100}{6} \sum \frac{L}{V}$$

Do ponto de vista conceitual, este método é o mais correto, pois permite que se leve em conta as características específicas da bacia. O SCS propõe que se use o conteúdo do quadro seguinte para o cálculo das velocidades na parte superior da bacia onde há predominância de escoamento em superfície.

O quadro seguinte apresenta as velocidades médias para os diversos tipos de escoamentos.



Tabela 14 – Velocidades médias (m/s)

Tipo de escoamento	0% ≤ S ≤ 3%	4% ≤ S ≤ 7%	8% ≤ S ≤ 11%	S ≥ 12%
<i>Em superfície de:</i>				
-Florestas	0-0,5	0,5-0,8	0,8-1,0	1,0
-Pastagens	0-0,8	0,8-1,1	1,1-1,3	1,3
-Áreas cultivadas	0-0,9	0,9-1,4	1,4-1,7	1,7
-Pavimentos	0-2,6	2,6-4,0	4,0-5,2	5,2
<i>Em canais:</i>				
-Mal definidos	0-0,6	0,6-1,2	1,2-2,1	***
-Bem definidos	Manning	Manning	Manning	Manning

- **Fórmula de Dooge.** Foi determinada para bacias rurais com áreas de drenagem variando de 140 a 930 km², servindo para os três tipos de escoamento descritos, embora seja mais apropriada para escoamentos em canais.

$$t_c = 21,88 \frac{A^{0,41}}{S^{0,17}}$$

, onde A é a área de drenagem da bacia em km².

É recomendável que se calcule a velocidade média e compare o valor encontrado com os do quadro anterior. Também se recomenda que seja feita uma análise de sensibilidade do hidrograma de projeto com relação à rugosidade, número da curva e outros parâmetros que são determinados com alto grau de incerteza.

7.2.1 - PRECIPITAÇÃO MÁXIMA PONTUAL: IDF

A IDF Intensidade- duração - frequência de um determinado local é obtida à partir de registros históricos de precipitação de pluviógrafos. Esta precipitação é o máximo pontual que possui abrangência espacial reduzida.

A curva IDF de determinado local fornece a intensidade da chuva (mmh-1) para uma dada duração t (horas) e período de retorno Tr (anos).

Para o tempo de retorno escolhido, calcular através da IDF selecionada a precipitação correspondente à duração, espaçadas pelo intervalo de tempo



até a duração total. Por exemplo, sendo a duração total de 60 min e o intervalo de tempo de 10 min, calcula-se a partir da IDF as precipitações de 10, 20, 30, 40, 50 e 60 minutos. Estes valores são precipitações acumuladas, $P_a(t)$, para cada duração.

Considerando que a precipitação em cada intervalo de tempo é a diferença entre dois intervalos de tempo, obtém-se a primeira versão do hietograma. Por exemplo, $P_i(t=30\text{min}) = P_a(30\text{min}) - P_a(20\text{min})$. Geralmente este resultado mostrará o valor máximo no primeiro intervalo de tempo, portanto o hietograma deve ser reordenado para buscar cenários mais desfavoráveis; 3. Para reordenar o hietograma posicione o maior (primeiro) valor a 50% da duração, o segundo logo após ao anterior e o terceiro antes do maior valor e assim, sucessivamente.

Para o Município de Ibirarema serão utilizados cálculos do município de Salto Grande e como referência a base D7-012 localizado no município de Ibirarema.

8 – ELEMENTOS DE MICRODRENAGEM URBANA DE IBIRAREMA

Os elementos principais da microdrenagem que certamente deverão compor os sistemas da área urbana de Ibirarema: os meio-fios, as sarjetas, as bocas-de-lobo, os poços de visita, as galerias, os condutos forçados, as estações de bombeamento e os sarjetões.

- *Meio-fio*: São constituídos de blocos de concreto ou de pedra, situados entre a via pública e o passeio, com sua face superior nivelada com o passeio, formando uma faixa paralela ao eixo da via pública.

- *Sarjetas*: São as faixas formadas pelo limite da via pública com os meio-fios, formando uma calha que coleta as águas pluviais oriundas da rua.

- *Bocas-de-lobo*: São dispositivos de captação das águas das sarjetas.



- **Poços de visita:** São dispositivos colocados em pontos convenientes do sistema, para permitir sua manutenção.
- **Galerias:** São as canalizações públicas destinadas a escoar as águas pluviais oriundas das ligações privadas e das bocas-de-lobo.
- **Sarjetões:** São formados pela própria pavimentação nos cruzamentos das vias públicas, formando calhas que servem para orientar o fluxo das águas que escoam pelas sarjetas.

8.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS COMPONENTES

- **Traçado preliminar das galerias:** O traçado das galerias deve ser desenvolvido simultaneamente com o projeto das vias públicas e parques, para evitar imposições ao sistema de drenagem que geralmente conduzem a soluções mais onerosas. Deve haver homogeneidade na distribuição das galerias para que o sistema possa proporcionar condições adequadas de drenagem a todas as áreas da bacia.
- **Coletores:** A rede coletora pode se situar sob o meio-fio ou sob o eixo da via pública, com recobrimento mínimo de 1,00 m e possibilitar a ligação das tubulações de escoamento das bocas-de-lobo, ligações estas que devem ter um recobrimento mínimo de 60 cm.
- **Bocas-de-lobo:** Recomenda-se que a localização das bocas-de-lobo obedeam os seguintes critérios: Quando for ultrapassada sua *capacidade de engolimento*, ou houver saturação da sarjeta, deve haver bocas-de-lobo em ambos os lados da via. Deverá haver bocas-de-lobo nos pontos mais baixos de cada quadra. Se não se dispuser de dados sobre a capacidade de escoamento das sarjetas, recomenda-se um máximo espaçamento de 60 m entre as bocas-de-lobo. Não se recomenda colocar bocas-de-lobo nas esquinas, pois os pedestres teriam de saltar a torrente em um trecho de descarga superficial máxima para atravessar a rua, além de ser um ponto onde duas torrentes



convergentes se encontram. A melhor localização das bocas-de-lobo é em pontos um pouco à montante das esquinas.

▫ **Poços de visita.** Sugere-se o uso das medidas constantes do quadro seguinte, que apresenta o espaçamento máximo recomendado para os poços de visita. Deve haver poços de visita nos pontos onde há mudança de direção, de declividade e de diâmetro e nos cruzamentos de vias públicas.

Tabela 15 – Espaçamentos entre poços de visita

Diâmetro do conduto (cm)	Espaçamento (m)
30	120
50 - 90	150
100 ou mais	180

▫ **Caixas de ligação:** Quando é necessária a construção de bocas-de-lobo intermediárias ou para evitar que mais de quatro tubulações cheguem em um determinado poço de visita, utilizam-se as chamadas caixas de ligação. A diferença entre as caixas de ligação e os poços de visita é que as caixas não são *visitáveis*.

9 – DIMENSIONAMENTO HIDRÁULICO DOS COMPONENTES

9.1 – RUAS E SARJETAS

A capacidade de descarga das sarjetas depende de sua declividade, rugosidade e forma. Se não houver vazão excessiva, o abaulamento das vias públicas faz com que as águas provenientes da precipitação escoem pelas sarjetas. O excesso de vazão ocasiona inundação das calçadas, e as velocidades altas podem até erodir o pavimento. Pode-se calcular a capacidade de condução das ruas e sarjetas sob duas hipóteses:

- Água escoando por toda a calha da rua.* Admite-se que a declividade da via pública seja de 3% e que a altura da água na sarjeta seja de 15 cm;



b) *Água escoando somente pelas sarjetas.* Neste caso se admite que a declividade da via seja também de 3%, porém com 10 cm de altura da água na sarjeta. Para os dois casos, usa-se normalmente a fórmula de Chézy com coeficiente de Manning:

$$V = \frac{\sqrt{S}}{n} R_h^{2/3}$$

onde V é a velocidade na sarjeta em m/s, S é a declividade longitudinal da rua em m/m, R_h é o raio hidráulico e n é o coeficiente de rugosidade de Manning, adotado como 0,0167 para pavimentos comuns de vias públicas.

Deve-se levar em conta que as tensões de cisalhamento junto às paredes da sarjeta é irregular, devido à profundidade transversalmente variável, o que ocasiona um escoamento não-uniforme, mesmo quando em regime permanente. Se a água da sarjeta se acumula em torno da boca-de-lobo, as características da boca-de-lobo serão mais determinantes na altura do escoamento que a sarjeta.

9.2 – BOCAS-DE-LOBO

Há três tipos principais de bocas coletoras, como pode ser visto na figura seguinte.

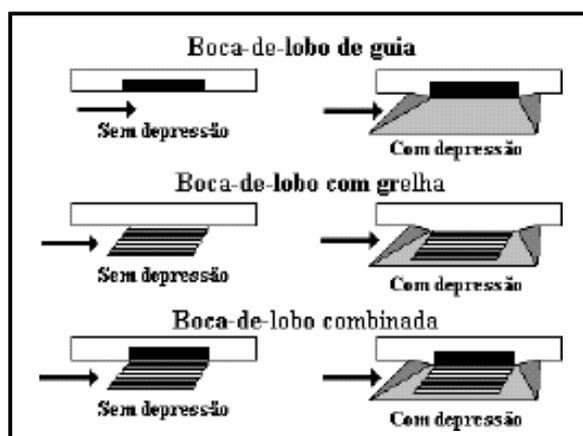


Figura 05 – Tipos de bocas-de-lobo



A água, ao se acumular sobre a boca-de-lobo com entrada pela guia, gera uma lâmina d'água mais fina que a altura da abertura no meio-fio, fazendo com que a abertura se comporte como um vertedouro de seção retangular, cuja *capacidade de engolimento* é:

$$Q = 1,7Ly^{3/2}$$

onde Q é a vazão em m³/s, y é a altura da lâmina d'água próxima à abertura da guia e L é o comprimento da soleira em metros.

Se a altura da água superar o dobro da abertura no meio-fio, a vazão é calculada pela seguinte expressão:

$$Q = 3,101Lh^{3/2} \sqrt{\frac{2y-h}{2h}}$$

onde h é a altura do meio-fio em metros. A opção por uma ou outra fórmula para $h < y < 2h$, fica a critério do projetista.

Para lâminas d'água de profundidade inferior a 12 cm, as bocas-de-lobo com grelha funcionam como um vertedouro de soleira livre, cuja equação é:

$$Q = 1,7Py^{3/2}$$

onde P é o perímetro do orifício. Se um dos lados da grelha for adjacente ao meio-fio, o comprimento deste lado não deve ser computado no cálculo do valor de P.

Se a profundidade da lâmina for maior que 42 cm, a vazão deve ser calculada por:

$$Q = 2,91A\sqrt{y}$$

onde A é a área livre da grade em m², ou seja: as áreas das grades devem ser excluídas. Como no caso anterior, o projetista deve se encarregar do critério a ser adotado para $12 \text{ cm} < y < 42 \text{ cm}$.



Teoricamente, a capacidade de engolimento das bocas-de-lobo combinadas é aproximadamente igual à soma das vazões pela abertura na guia e pela grelha. A seguinte mostra detalhes de bocas-de-lobo em corte longitudinal.

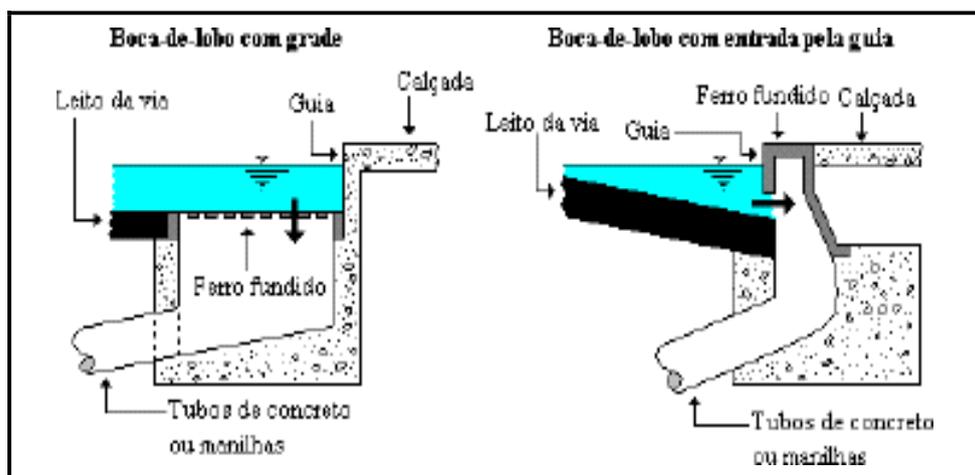


Figura 06 – Bocas-de-lobo

9.3 – GALERIAS

O dimensionamento das galerias é feito através das equações de Chézy, Manning e outras expressões adotadas para o escoamento da vazão de projeto em regime permanente uniforme. O problema principal é a determinação das declividades e dimensões mais econômicas. No entanto, as normas seguintes podem orientar a escolha desses parâmetros:

- ✓ Os condutos devem ser calculados para escoamento permanente e uniforme à seção plena, e com velocidade não inferior a 76 cm/s;
- ✓ Deve-se adotar condutos de no mínimo 60 cm de diâmetro para evitar obstruções;
- ✓ Nunca se deve diminuir as seções à jusante, pois qualquer detrito que venha a se alojar na tubulação deve ser conduzido até a descarga final;



- ✓ Para que se minimize o volume de escavação, a declividade dos condutos deve se adaptar o mais que for possível à declividade do terreno;

- ✓ Os ajustes nas conexões de condutos de seções diferentes devem ser feitos pela geratriz superior interna. Porém, isto não se aplica a junções de ramais secundários que afluem em queda aos poços de visita.

- ✓ Coeficiente de rugosidade de Manning para Tubos de concreto:
 - 0,012 muito boa;
 - 0,013 boa; (Sistema adotado)
 - 0,015 regular;
 - 0,016 má;

9.4 – POÇOS DE VISITA

Além de proporcionar acesso aos condutos para sua manutenção, os poços de visita também funcionam como caixas de ligação aos ramais secundários. Portanto, sempre deve haver um poço de visita onde houver mudanças de seção, de declividade ou de direção nas tubulações e nas junções dos troncos aos ramais.

Geralmente, os poços são construídos de concreto, tijolos, blocos de concreto ou metal corrugado. A seguinte ilustra a forma mais usual de poços de visita de concreto ou de tijolos. O fundo do poço é, geralmente, de concreto e possui uma canaleta de seção semi-circular para o escoamento da água. Os ramais podem ser ligados diretamente ao poço, ou pode-se, através de uma queda externa, ligá-los ao fundo do poço. Quando a queda exceder 60 cm, normalmente, adota-se esta última solução. Se os condutos tiverem diâmetro superior a 1,20 m, o poço deve ser construído como esquematizado na figura seguinte.



As tampas dos poços, assim como as molduras onde se encaixam, devem ser de ferro fundido com peso variando entre 90 kg (quando submetida a tráfego leve) e 270 kg (em vias principais). As tampas não podem ser lisas para evitar que os veículos derrapem ao trafegar sobre elas. É aconselhável que as tampas sejam aferrolhadas, se houver possibilidade de saltarem por pressão de águas refluídas ou por explosão de gás de esgoto.

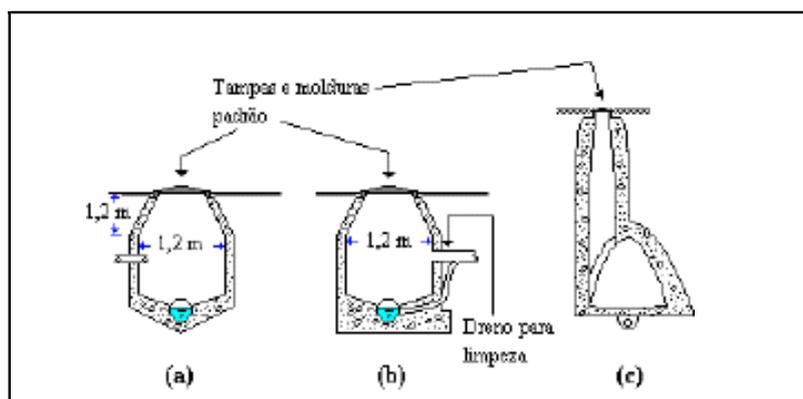


Figura 07 – Poços de visita

9.5 – REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO

No caso das sarjetas de pequena declividade, multiplica-se o valor da capacidade calculada por um fator de redução que considera a obstrução por sedimentos. Recomenda-se o uso dos dados constantes do quadro seguinte:

Tabela 16 – Fatores de redução do escoamento nas sarjetas

Declividade da sarjeta	Fator de redução
0,4 %	0,50
1,0 % a 3,0 %	0,80
5,0 %	0,50
6,0 %	0,40
8,0 %	0,27
10,0 %	0,20

Tanto a obstrução ocasionada por detritos como a irregularidade do pavimento das vias públicas próximo às sarjetas fazem com que a capacidade



real de engolimento das bocas-de-lobo seja inferior à calculada. Esta redução pode ser estimada por meio do quadro seguinte:

Tabela 17 – Fatores de redução da capacidade das bocas-de-lobo

Localização na sarjeta	Tipo de boca-de-lobo	Fator de redução
Ponto baixo	De guia	0,80
	Com grelha	0,50
	Combinada	0,65
Ponto intermediário	De guia	0,80
	Com grelha longitudinal	0,60
	Com grelha transversal ou longitudinal com barras transversais combinada	0,60
		110% dos valores indicados para a grelha correspondente

Para as fases seguintes do projeto, estão previstos todos os dimensionamentos hidráulicos/hidrológicos, bem como o detalhamento de todo o sistema de drenagem existente e proposto, considerando os diâmetros apropriados para cada situação.

Será apresentado também um esboço das eventuais soluções encontradas para os possíveis problemas de criticidade que ocorrem no município de Ibirarema, enfocando a melhor solução a ser adotada, bem como as respectivas estimativas de custos.

10 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS PONTOS CRÍTICOS

Aqui são apresentadas algumas fotos que identificam os problemas mais agudos com relação a drenagem do município de Ibirarema, tanto na questão das erosões, como também na questão de pontos de alagamentos e dissipação das águas de chuva coletadas. As mesmas foram tiradas quando da Visita técnica em Campo realizada no mês de Junho de 2015, acompanhadas do funcionário da prefeitura, Sr. Bruno Ramos Claro.



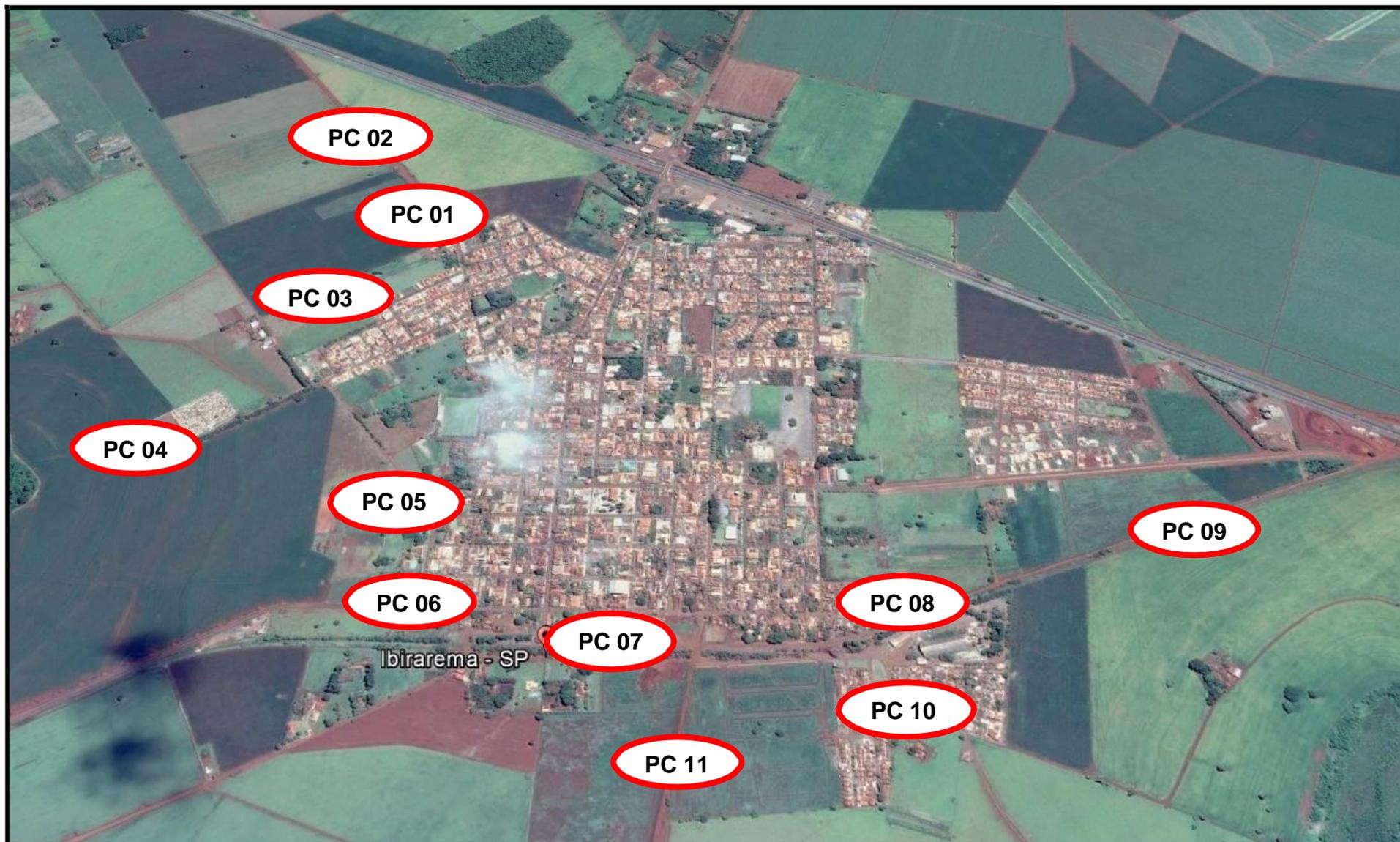


Figura 08 – Apontamento dos pontos críticos



Ponto Crítico 01

Trecho de galerias localizados na Rua Francisco José da Silva. Devido a dissipação incorreta em meia encosta, é possível identificar o início de processos erosivos no local de lançamento da tubulação.





Ponto Crítico 02

Ponto crítico localizado ao final da Rua Francisco José da Silva próximo ao Distrito Industrial. Início de processos erosivos no passeio, devido à ausência de captação e estruturas de drenagem no local.





Ponto Crítico 03

Ponto crítico localizado ao final da Rua Vereador Eusébio de Paula. Trecho de galeria construído a pouco tempo, sem estrutura de dissipação com dispositivos de amortecimento, além do lançamento a meia encosta, podendo causar processos erosivos na propriedade com o passar do tempo.







Ponto Crítico 04

Ponto crítico localizado ao final da Alameda Augusta Martins Vieira, próximo ao cemitério municipal. Nos dias de chuvas mais intensas, o local sofre com inundações devido à ausência de sistema de drenagem e estruturas de captação das águas pluviais, que seguem superficialmente através das sarjetas, podendo causar erosões nas propriedades que recebem essas águas.





Ponto Crítico 05

Ponto crítico localizado no cruzamento da Rua Vicente da Costa Melo com a Rua Dr. Gabriel Monteiro da Silva, próximo ao velório municipal. As bocas de lobo, que servem como estruturas de captação das águas pluviais estão danificadas e apresentam entupimento, prejudicando todo o sistema de drenagem no local, que sofre com alagamentos em dias de chuva.





Ponto Crítico 06

Ponto crítico localizado no final da Avenida Dep. Nelson Fernandes. É possível identificar no local, início de processos erosivos, causados pela ausência de sistema de drenagem e estruturas de captação de águas pluviais, já que a água esco superficialmente através das sarjetas, sendo lançadas *in natura* no passeio da estrada.





Ponto Crítico 07

Ponto crítico localizado na Praça Presidente Getúlio Vargas, próximo a Prefeitura Municipal. Devido à falta de drenagem no local, foi construída uma estrutura de captação de águas pluviais, ligadas a uma rede de drenagem. Porém, de acordo com a área de contribuição, percebe-se um diâmetro insuficiente, além da dissipação incorreta nem nenhuma estrutura de amortecimento, podendo causar erosões no local.











Ponto Crítico 08

Estrutura de captação localizada no final da Avenida Dep. Nelson Fernandes com a dissipação da galeria na Estrada Municipal André Camacho. Devido a área de contribuição, o diâmetro utilizado para as tubulações é insuficiente e a dissipação ocorre em meia encosta, causando o início de processos erosivos no local.





Ponto Crítico 09

Ponto crítico localizado na Estrada Municipal André Camacho. Todas os sistemas de drenagem dos bairros adjacentes, inclusive do novo loteamento próximo ao local, lançam a rede de galerias no Canal natural na beira da Estrada. Porém a dissipação ocorre de forma inadequada, causando processos erosivos e alagamentos que prejudicam o acesso ao local nos dias de chuvas intensas.





Ponto Crítico 10

Ponto crítico localizado na Rua Alzira Teófilo Antunes Romão. É possível observar início de processos erosivos no final da rua, devido a ausência de drenagem no local, já que as águas pluviais escoam superficialmente nas sarjetas, sem nenhuma estrutura para captá-las. Ponto de alagamento em dias de chuvas intensas.



Ponto Crítico 11

Ponto crítico localizado no final da Rua Auzenda de Almeida. Dissipação a meia encosta, com estrutura de amortecimento. Início de processos erosivos podem ser observados no local devido a dissipação no local incorreto.





11 – RELATÓRIO TOPOGRÁFICO

RELATÓRIO TÉCNICO E DE ATIVIDADES DO SERVIÇO DE TOPOGRAFIA PARA ESTUDO DE DRENAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE IBIRAREMA - SP

Introdução:

Este Relatório Técnico contém informações gerais sobre o levantamento e processamento dos dados levantados na malha urbana do Município, com a finalidade de Elaboração do Estudo de Drenagem.

Finalidade:

O presente trabalho tem a finalidade em efetuar a Planta Topográfica da malha urbana, onde demonstra através deste relatório, que utilizando equipamentos de alta tecnologia e como resultado as peças técnicas, que ao final juntadas ao mesmo, colocarão de forma clara a posição do imóvel, através de pontos seguros e precisos, referenciado ao novo Sistema de Referência Geocêntrico SIRGAS2000, pós processado pelo IBGE-PPP, a planta e demais documentos elaborados com suficiente qualidade técnica e provável ausência de erros, servirão para atender os objetivos de uma forma mais confiável e segura.



Metodologia:

Para o presente levantamento foi utilizado um aparelho GPS RTK L1/L2, onde a base foi deixada na garagem da Prefeitura nas coordenadas UTM X: 594.891,657; Y: 7.476.288,303 com altitude de 472,96 metros em relação ao nível do mar, fuso 22. Foram coletados pontos para o cadastramento de todas as bocas de lobo com precisão horizontal de 3 mm. As ruas foram desenhadas a partir dos pontos coletados na guia de cada esquina.

As coordenadas corrigidas pelo RTK e pelo PPP foram descarregadas no software TopoEVN, onde foi possível gerar as curvas de nível para a representação topográfica da área.

Da maneira como foi executado o transporte de coordenadas e o levantamento dos pontos no imóvel, a precisão dos pontos é considerada bem melhor que a precisão requerida para a finalidade.

Quanto a rede de drenagem existente, foram cadastrados pontos onde possível ou obtidos dados em mapas quando existentes ou informações verbais de funcionários da Prefeitura Municipal.



Figura 09 – Localização da base





Figuras 10 e 11 – Marco Implantado e Base montada

Período de Execução:

Os trabalhos de campo se iniciaram no dia 29/06/2015 e finalizados no dia 30/06/2015.

No escritório houve o descarregamento de dados em micro computador para processamento e verificação do trabalho executado e elaboração das peças técnicas.

Origem (datum):

O Datum geodésico SIRGAS tem como origem os parâmetros do elipsóide GRS80, (Geodetic Reference System 1980), sendo considerado idêntico ao WGS84 para efeitos práticos da cartografia.

As constantes dos dois elipsóides são praticamente idênticas, com exceção de uma pequena variação no achatamento terrestre (WGS84=1/298,257223563; GRS80=1/298,257222101), as diferenças apresentadas são na ordem de um centímetro.

Devidas as características do sistema GPS, às coordenadas podem ser aplicadas diretamente aos levantamentos cartográficos, evitando a necessidade de transformação e integração entre os referencias.



O SAD-69 é um sistema topocêntrico que tem como referência uma origem na superfície terrestre, enquanto o WGS84 e SIRGAS são sistemas geocêntricos que tem como referencial um ponto no centro de massa da terra. O ponto de origem do geóide coincide com o do elipsóide geocêntrico conforme mostrado na figura abaixo.

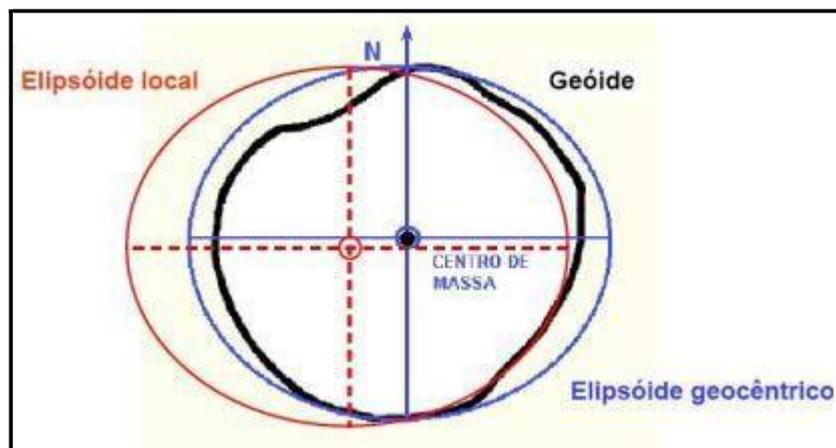


Figura 12 - Ponto de origem do referencial geocêntrico.

Utilização do Pós Processamento por PPP.

O IBGE-PPP (Posicionamento por Ponto Preciso ou Posicionamento Absoluto Preciso) é um serviço on-line para o pós-processamento de dados GPS (Global Positioning System). Ele permite aos usuários de GPS, obterem coordenadas de boa precisão no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000) e no International Terrestrial Reference Frame (ITRF). No posicionamento com GPS, o termo Posicionamento por Ponto Preciso normalmente refere-se à obtenção da posição de uma estação utilizando as observáveis fase da onda portadora coletadas por receptores de duas frequências e em conjunto com os produtos do IGS (International GNSS Service).

No referente trabalho realizado obtemos os seguintes dados de pós processamento.



Tabela 18: Coordenadas corrigidas pelo PPP.

Coordenadas Sirgas						
	Latitude(gms)	Longitude(gms)	Alt. Geo.(m)	UTM N(m)	UTM E(m)	MC
Em 2000.4 (É a que deve ser usada) ⁴	-22° 49' 06,1685"	-50° 04' 31,1579"	472,96	7476288.303	594891.657	-51
Na data do levantamento ⁵	-22° 49' 06,1626"	-50° 04' 31,1591"	472,96	7476288.485	594891.624	-51
Sigma(95%) ⁶ (m)	0,002	0,003	0,007			
Modelo Geoidal	MAPGEO2010					
Ondulação Geoidal (m)	-5,27					
Altitude Ortométrica (m)	478,23					

Nos gráficos abaixo segue o desvio padrão da latitude, longitude e altitude levando em consideração as horas do dia.

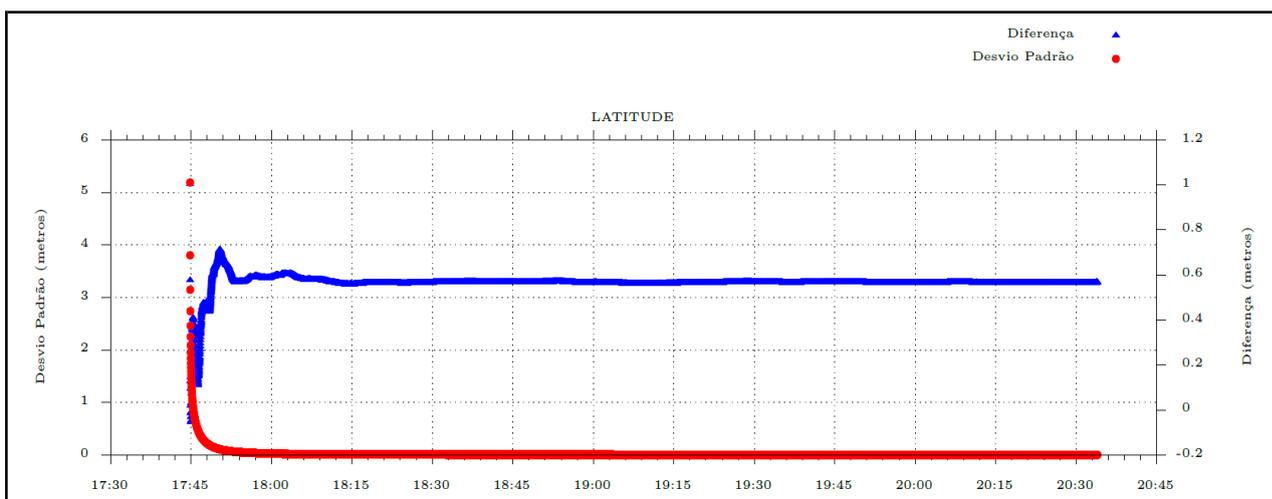


Gráfico 15: Desvio padrão x coordenada da latitude.

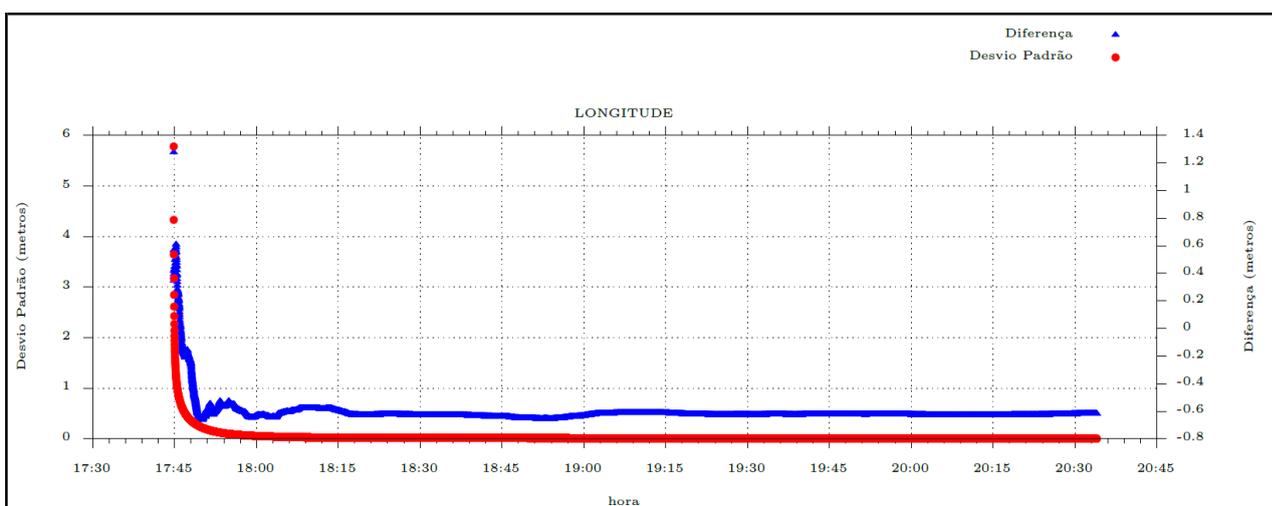


Gráfico 16: Desvio padrão x coordenada da longitude.



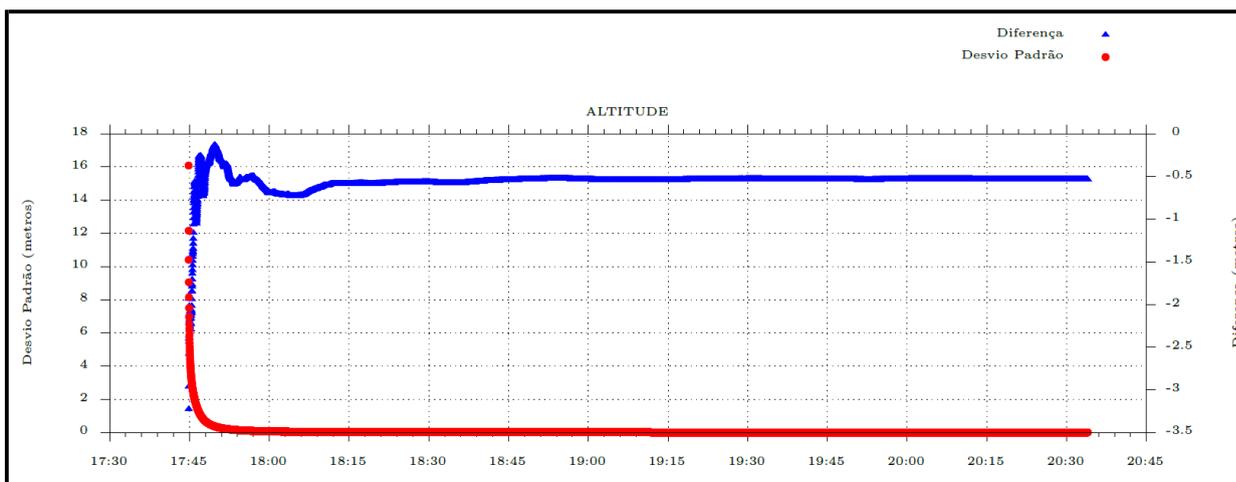


Gráfico 17: Desvio padrão x coordenada da altitude.

Dificuldades encontradas para execução deste trabalho

A Prefeitura disponibilizou mapas quando existentes e informações verbais. Somente não foi executado o cadastramento preciso do sistema de galerias de águas pluviais onde o sistema não é visível, há falta de cadastros, conhecimento do sistema pelos funcionários e inexistência de poços de visita de galeria de águas pluviais (Caixa de passagem oculta).

Equipe Técnica

Pela sistemática e metodologia aplicada, a equipe foi composta por Engenheiro Civil, Técnicos em Topografia que operaram o equipamento e auxiliaram em todo o processo de levantamento e técnicos em Geoprocessamento que elaboraram todas as plantas técnicas.

Documentos produzidos

Planta Topográfica, Mapa de Declividades e Relatório Técnico.



12 – MACRODRENAGEM

A intensa urbanização desordenada dos últimos anos tem agravado muito os problemas de drenagem urbana e de gerenciamento dos recursos hídricos. Um dos principais impactos tem ocorrido na forma de aumento da frequência e magnitude das inundações e deterioração ambiental.

A elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana (PDDU) é medida altamente recomendável e constitui estratégia essencial para a obtenção de boas soluções de drenagem urbana.

Este trabalho tem o intuito auxiliar os Planos Diretores de Drenagem Urbana.

Os objetivos deste projeto atendem à pergunta: Quais estratégias metodológicas podem-se avaliar no ciclo hidrológico e que auxiliem o gerenciamento ambiental da drenagem?

Bacia Urbana é uma infraestrutura de apoio, onde a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico na área de recursos hídricos urbanos abrem as possibilidades para a participação social.

Os princípios ligados à conservação da água no meio urbano são:

- (1) o monitoramento dos recursos hídricos urbanos,
- (2) a hidro solidariedade induzida pelos setores da sociedade de trechos de jusante e de montante, e
- (3) o planejamento que a sociedade realiza através de seu nível de participação nos Comitês de Bacias. Colabora-se, então, com o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos e uma melhor qualidade de vida dos moradores.

A metodologia inicialmente proposta para o desenvolvimento do projeto de Bacia Urbana estava dividida nas seguintes atividades:

- (1) caracterização de bacias urbanas;
- (2) estudo de caso em Bacia urbana;
- (3) estratégias de abordagem para comitês de bacias urbanas, e
- (4) disponibilidade de dados para a sociedade.



Seguindo essa metodologia, foi realizado um diagnóstico das bacias urbanas da cidade de Ibirarema, levantando dados de características físicas e condições de urbanização das bacias. No item relativo a estudo de caso em Bacia urbana, inicialmente foram feitos estudos, para as bacias urbanas, de cálculo de tempo de concentração a partir de diversas fórmulas empíricas e previsão de vazões para chuvas de projeto. Posteriormente, aprofundou-se o estudo de caso para as bacias com a realização de simulações hidrológicas com software específico.

Outras atividades importantes para o estudo do gerenciamento ambiental foram participações em algumas reuniões de elaboração do Plano Diretor da Cidade de Ibirarema.

13 – INTERVENÇÕES NÃO ESTRUTURAIS

As medidas não estruturais podem ser classificadas em: emergencial, temporária e definitiva:

- Emergencial:
 - Instalação de vedação ou elemento de proteção temporária ou permanente nas aberturas das estruturas;
 - Sistema de previsão de cheias e plano de procedimentos de evacuação e apoio à população afetada.

- Temporária:
 - Criar e tornar o Manual de Drenagem um modelo dinâmico de como tratar a drenagem da bacia, para o qual foi definido;
 - Regulamentação da área de inundação, delimitar por cercas, por obstáculos, se possível natural, constante divulgação de alertas, avisos e fiscalização para não ocupação da área de risco, na comunidade, nas escolas e através da mídia local com aplicação de penas alternativas para infratores.



- Definitiva
 - Estudos hidrológicos atualizados da bacia de contribuição e dos efeitos sofridos a jusante;
 - Reserva de área para lazer e atividades compatíveis com os espaços abertos;
 - Seguro inundação;
 - Programa de manutenção e inspeção das estruturas à prova de inundação, juntamente com o acompanhamento da quantidade e qualidade da água drenada;
 - Adequação das edificações ribeirinhas ao convívio de eventuais inundações e/ou alagamentos, como estruturas sobre pilotis;
 - Regulamentação dos loteamentos e códigos de construção;
 - Desocupação de construções existentes em áreas de inundação e realocação de possíveis ocupantes;
 - Política de desenvolvimento adequada ao município, evitando prejuízos da inundação ou alagamento;
 - Educação ambiental dinâmica e constante.

13.1 – CONTROLES DO USO DO SOLO URBANO

O disciplinamento do uso do solo possui como principais medidas:

- Monitoramento das áreas ocupadas;
- Intervenções emergenciais em áreas consideradas de risco;
- Estudos das áreas;
- Criação de leis de ordenamento, controle do uso e ocupação do solo.

O estabelecimento de instrumentos que promovam o aprimoramento da gestão é de suma importância no controle do uso do solo urbano, principalmente em áreas de risco geotécnico e de inundação, garantindo também a preservação ambiental destas áreas.



13.2 – SEGUROS INUNDAÇÃO

O seguro contra inundações representa uma saída para a falta de recursos e fiscalização das áreas de risco, possibilidade de uso do poder econômico da iniciativa privada. É uma das modalidades de medidas não estruturais mais aplicadas nos EUA (MELO 2007).

O seguro inundações pode ser aplicado da seguinte forma:

- Decisão política de se adotar o seguro inundações;
- Elaboração de um trabalho para a definição de critérios, regras, prêmios do seguro, dentre outros;
- Elaboração de um conjunto de requisitos para as comunidades aderirem ao plano de seguros;
- Subsídio governamental aos prêmios dos seguros.

Esse tipo de medida ajudaria a disseminar a delimitação e a regulamentação das áreas potencialmente inundáveis.

13.3 – CONVIVÊNCIAS COM AS INUNDAÇÕES

A adoção de dispositivos individuais de combate às inundações consiste em uma estrutura ou um conjunto delas, bem como de procedimentos de forma a mitigar os estragos das inundações em residências, edifícios comerciais ou industriais, mas os entornos das edificações expostas às inundações continuam a sofrer os transtornos.

Estes são classificados em temporários ou permanentes, dependendo do tempo da ascensão da cheia, por exemplo, para córregos, o custo de implantação seria alto, uma vez que o tempo de resposta da corrente é menor do que em bacias hidrográficas de maior porte, neste caso poderia ser adotado o sistema de alerta.



13.4 – SISTEMAS DE ALERTA, SUPERVISÃO E CONTROLE DE CHEIAS.

A implantação de um **Sistema de Alerta, Supervisão e Controle de Cheias e Encostas** no município de Ibirarema é indispensável e deverá compor medidas de caráter preventivo. Ele poderá relacionar e compilar informações hidrológicas e geológicas, visto que o município apresenta sérios problemas de voçorocas e de drenagem, por consequência do carreamento dos sedimentos em épocas de chuvas intensas. Esse sistema deverá constar basicamente de **Plano de Ação Emergencial**. Esse plano é composto pelas seguintes etapas:

a) Preparação anterior à inundação:

- Estoque de material para execução de diques;
- Seleção de locais para colocação de equipamentos como guinchos, bombas, escavadeiras e caminhões;
- Programas de inspeção e manutenção de estruturas de combate a enchente; acordos para execução de abrigos de emergência;
- Centro comunitário temporário para a época de inundação com comida água potável, sanitários, abrigos, médicos; durante as épocas secas seria utilizado para serviços de utilidade pública;
- Prevenção com a adoção de medidas individuais como estruturas elevadas, paredes externas à prova d'água e reorganização dos espaços estruturais de trabalho e;
- Preparação da comunidade para antes e depois das inundações ajuda a melhorar a qualidade da assistência externa e a redução de falhas, como a falta de informações, a má avaliação das necessidades e as formas inadequadas de ajuda, reduzindo assim, os problemas de saúde e sobrevivência decorrentes das inundações.

b) Monitoramento e alerta:

- Monitoramento das chuvas e dos níveis d'água a montante das áreas
- Inundáveis;
- Previsão dos níveis d'água e vazões e;



- Informação da previsão da enchente aos órgãos de defesa civil e de controle dos dispositivos de controle das vazões.

c) Combate a inundação:

- Fechamento de ruas;
- Evacuação de residências de áreas críticas;
- Fornecimento de cuidados médicos;
- Reforço do policiamento;
- Utilização de bombas portáteis;
- Construção de diques provisórios;
- Ativação das medidas a prova de inundação e;
- Inspeção das estruturas de drenagem.

d) Limpeza após a cheia:

- Remoção dos diques temporários;
- Ajudas aos refugiados a retornarem para suas residências e negócios e;
- Execução de reparos nas utilidades públicas.

13.5 – PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO

Todos os sistemas de drenagem devem ser contemplados por planos de manutenção e inspeção, para que o sistema atenda aos seus propósitos, como o desbloqueio da estrutura de entrada e saída de bacias de amortecimento ou o desassoreamento de canais para aumentar a capacidade de vazão.

Para o caso específico do município de Ibirarema aconselha-se a implantação de uma Divisão de Manutenção de córregos e reservatórios, a composição mínima deve ser a seguinte:

- 1 motorista de caminhão;
- 2 operadores de máquinas;
- 2 serventes;
- 1 caminhão basculante;
- 1 pá carregadeira;



- 1 escavadeira hidráulica sobre esteira.

13.6 – IMPLANTAÇÕES DA DIVISÃO DE DRENAGEM

O município precisa criar uma Divisão de Drenagem responsável pelo gerenciamento do sistema de drenagem da cidade, tem como atribuições, a elaboração/fiscalização de projetos e obras, além do fornecimento das diretrizes de drenagem urbana do município. Deverá ser composta no mínimo por:

- 1 engenheiro civil pleno especializado em drenagem e infraestrutura urbana;
- 1 engenheiro civil júnior;
- 1 desenhista cadista;
- 1 topógrafo;
- 1 auxiliar de topografia.

13.7 – IMPLANTAÇÕES DA TAXA DE ÁREA PERMEÁVEL DOS LOTES

As taxas de ocupação e de área permeável⁵⁸ em lotes urbanos no município de Ibirarema serão definidas por lei a ser aprovada denominada Plano Diretor do município de Ibirarema.

A garantia de espaços livres permeáveis inseridos nos lotes urbanos é extremamente importante no tocante à manutenção das vazões de pré-urbanização. A manutenção de áreas permeáveis, que podem ser constituídas por espaços ajardinados ou simplesmente, executadas com pavimentação ou pisos permeáveis deve ser observada e praticada.

O roteiro a seguir descreve a metodologia utilizada para verificação e definição das porcentagens de áreas permeáveis.

- 1 - Definição da área urbanizada no ano base 2008**
- 2 - Definições da área total ocupada em 2025**



- 3 - Definição do CN médio do município:
- 4 - Definições da área impermeável do lote
- 5 - Definição do CN médio da zona i:
- 6 - Definição do CN ponderado do município:
- 7 - Definição da área passível de impermeabilização no município:
- 8 - Roteiro de Aplicação.

13.8 – LEGISLAÇÕES RELACIONADAS À COBRANÇA DE TAXA DE DRENAGEM

Para o gerenciamento sustentável da drenagem urbana pelo município é necessário que a população beneficiada pela implantação de drenagem passe a contribuir. Essa contribuição pode ser traduzida na cobrança de uma taxa de drenagem que pode ser traduzida como a cobrança pelo gerenciamento da drenagem, incluindo nesse caso a implantação, a operação e a manutenção. Pode ser calculada de várias maneiras, como por exemplo:

- Em função do custo de implantação da macrodrenagem e do número de lotes (por zona) inseridos naquela bacia e;
- Em função do custo de implantação das obras de macrodrenagem nessa bacia, da área total da bacia e da porcentagem de impermeabilização dessa bacia;
- Em função do volume lançado no sistema de drenagem pela área impermeabilizada do imóvel.

13.9 – REGULAMENTAÇÕES PARA ÁREAS EM CONSTRUÇÃO

A licença para obras de construção civil deve incluir a obrigatoriedade de medidas de controle do escoamento superficial em função das vazões de pré-urbanização. Essa regulamentação deverá ser imposta, para locais destinados principalmente, a implantação de shoppings centers, estacionamentos e hipermercados, que acarretam a impermeabilização de grandes áreas, bem



como medidas de controle da produção de sedimentos, com o intuito de diminuir a erosão no local. Como exemplo de medidas de controle de escoamento superficial pode-se citar a legislação paulistana conhecida no meio técnico como a Lei das Piscininhas – SP:

– Decreto Nº 41.814 de 15 de março de 2002 que regulamenta a Lei nº 13.276 de 4 de janeiro de 2002, que torna obrigatória a execução de reservatórios para as águas coletadas por cobertura de pavimentos nos lotes, edificados ou não, que tenham área impermeabilizada superior a 500,00m².

13.10 – CADASTROS TÉCNICOS MULTIFINALITÁRIO

O Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é uma ferramenta importante de gerenciamento municipal das questões urbanas, auxiliam os técnicos no conhecimento das particularidades da bacia urbana, seu processo de ocupação, bem como identificar as áreas propícias de inundação e assim ser capaz de controlar por meio da legislação, a ocupação do solo urbano. Esse conhecimento supre a falta de monitoramento das transformações urbanas, a qual conscientizaria o poder público a adotar medidas de ações preventivas e não estruturais de controle da drenagem urbana.

13.11 – MAPEAMENTO

O mapeamento com a localização precisa dos elementos do sistema e das características hidráulicas da superfície da bacia hidrográfica é um material indispensável para os técnicos avançarem nas implantações das medidas não estruturais, os principais componentes de um mapa são:

- Cobertura vegetal;
- Solo de acordo com seu nível de permeabilidade e com vulnerabilidade à erosão;



- Declividade;
- Informações topográficas com linhas mais densas contornando as áreas críticas;
- Redes de drenagem natural e artificial.

13.12 – ÁREAS VERDES

As áreas verdes, por meio da infiltração, reduzem vazões e volumes de escoamento superficial, carga de sedimentos e também a carga de alguns poluentes que interagem com o sedimento. Deve ser incentivada a manutenção de áreas verdes já existentes, áreas de proteção permanente, a criação de novas áreas e a recuperação de áreas degradadas. Técnicas para a preservação de áreas verdes devem ser incentivadas e apresentar as seguintes características:

- Mitigação dos impactos hidrológicos ou manter as funções hidrológicas das áreas verdes;
- Controle do escoamento superficial: adoção de sistemas abertos de drenagem, preservação dos cursos naturais de água e suas áreas de várzea, técnicas que incentivem a infiltração e retardamento do escoamento;
- Gestão integrada dos recursos hídricos: adoção de técnicas individuais integradas nos locais que promovam a retenção, detenção, infiltração, etc.;
- Prevenção contra a poluição das águas: reduzir o aporte de poluentes e melhoria da qualidade da água.

A utilização de sistemas vegetativos para a redução dos escoamentos superficiais por meio da evaporação, transpiração, bem como da infiltração, são sistemas que interagem bem com o local a sua volta, pois se tornam um atrativo paisagístico. Eles consistem na integração de métodos que reduzem o escoamento superficial, com o armazenamento, tratamento e a infiltração utilizando vegetação.



O exemplo típico são as “wetlands” (alagadiços), artificiais ou naturais, são *habitats* ricos em biodiversidade, dentre outras coisas, são responsáveis pela depuração de forma natural das águas.

13.13 – VARRIÇÕES DE RUAS

A varrição de ruas com a coleta do material grosseiro é importante para a diminuição do depósito de lixo e de material nas estruturas de drenagem, não limitando a capacidade das mesmas quando da ocorrência das chuvas. Não se pode esquecer também, os benefícios à qualidade da água com a diminuição do aporte quando de épocas chuvosas. A época do ano em que a varrição apresenta um benefício maior é o outono, quando há a coleta das folhas que caem das árvores, naquelas cidades onde isto possa ser um problema.

13.14 – CONTROLES DA COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DO LIXO

A adequada coleta e disposição final do lixo produzido nas zonas urbanas são extremamente importantes sob o ponto de vista de saúde pública.

O mesmo pode-se dizer do controle da poluição e da drenagem urbana. As atividades relacionadas à coleta e disposição final do lixo urbano devem ser fiscalizadas para que não haja lixo derramado nas ruas, pessoas jogando o lixo em locais inadequados devido à ausência da coleta, etc. A consequência de uma disposição inadequada é o comprometimento da qualidade da água do corpo receptor, não somente devido à carga poluidora recebida pelo escoamento superficial, mas também a recebida pelo escoamento subterrâneo,

Além da redução da capacidade de descarga das redes e canais de drenagem.

13.15 – EDUCAÇÃO AMBIENTAIS DA POPULAÇÃO

A meta a ser alcançada pela educação da população é a de esclarecê-la sobre os problemas relativos à drenagem urbana e, conscientizá-la para que



auxilie nas tarefas de prevenção do uso e/ou disposição final inadequada de poluentes, prevenção do lançamento de lixo nas ruas e preservação das áreas destinadas aos sistemas de drenagem artificiais e naturais, e as calhas de inundação dos canais.

A falta de participação popular é o fator que impede em encontrar soluções para uma drenagem mais sustentável. Silveira (2002) enfatiza que a participação depende da vontade e capacidade de auto-organização dos moradores, bem como da abertura de canais reais de comunicação direta por parte da administração municipal. Esse tipo de entendimento eleva o nível de informação técnica e de educação ambiental, bem como a aceitabilidade da população frente a um novo conceito que é a sustentabilidade ambiental.

14 – INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS

No Município de Ibirarema Foram diagnosticadas juntamente com o auxílio dos técnicos do município pontos problemáticas relacionadas à drenagem urbana.

No projeto apresentado foi levantados e projetados a ampliação da microdrenagem nas áreas centrais com lançamentos apropriados evitando assim o carreamento de solo aos corpos hídricos, a construção de dissipadores de energia para evitar a erosão devido a velocidade da água e o desvio das águas pluviais com o intuito de diminuir a velocidade com que as águas coletadas chegam ao dispositivo final.

O detalhamento técnico das medidas estruturais a serem tomadas se encontra nas considerações finais e planilha Orçamentária.

15 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Esta especificação aplica-se à execução de obras e serviços de movimentação de terra, canalização, pavimentação, drenagem superficial para combate às inundações e Controle da Erosão Urbana no Município de Ibirarema.



15.1 – ASPECTOS AMBIENTAIS

15.1.1 – BOTA – FORA

Todo material não aproveitável, e remanescente da obra, deverá ser imediatamente transportado para o bota-fora, cujo local será pesquisado pela Contratada e aprovada pela Fiscalização.

Na conclusão dos trabalhos, se ainda sobrar material nos estoques, as sobras serão levadas pela empreiteira para os bota-foras já existentes e com a licença ambiental atualizada, e as áreas de estoques serão tratadas.

Os materiais resultantes das escavações, inadequados para o uso nas obras, serão depositados em bota-fora, levando-se em conta os cuidados especiais que as argilas moles demandam.

Para as áreas a serem exploradas como bota-fora, deverá ser realizado Levantamentos Planialtimétrico preliminares ao início de seu uso. Uma vez determinado o relevo local, será executado o projeto de terraplanagem, fixando a inclinação do talude, compatível com a natureza e tipo de solo, sistema de drenagem e o acabamento superficial dos taludes. As cotas das plataformas finais deverão estar condizentes com a topografia geral, não devendo formar depressões que venham a causar erosões ou depósitos indesejáveis.

Deverá ser dada especial atenção ao sistema de drenagem, ou seja, todos os taludes deverão ter bermas com largura suficiente para os serviços de manutenção nas valas de drenagem, podendo se fazer o uso de meia cana colocada junto ao talude. As bermas terão uma pequena elevação na borda para impedir que a água de chuva venha a provocar erosão nas encostas, e a parte central terá vala para coletar e dirigir as águas aos pontos de coleta, devidamente protegidas, para não causar erosão.

As áreas de bota-fora serão escolhidas de maneira a não interferir com a construção e operação da obra e nem prejudicar sua aparência estética, adaptando-se sua forma, tanto quanto possível, ao terreno adjacente.

A Contratada tomará todas as precauções necessárias para que o material em bota-fora não venha a causar danos às áreas e/ou obras circunvizinhas, por deslizamentos, erosão, maus cheiros, etc. Para tanto,



deverá a Contratada manter as áreas convenientemente drenadas, a qualquer tempo.

Na conclusão dos trabalhos as superfícies aterradas deverão apresentar bom aspecto visual, estarem limpas e convenientemente drenadas, além de atenderem às exigências ambientais do Município.

15.1.2 – EROSÃO

A execução de terraplanagem terá especial cuidado em prevenir a erosão do solo e o seu possível carreamento para o rio.

As pilhas de estoque de solos e materiais também serão convenientemente afastadas das margens, contando ainda com contenção de forma a prevenir o seu carreamento.

Durante a execução dos serviços, haverá sempre um sistema de drenagem provisório que, além de esgotamento de águas pluviais, também minimize o carreamento de material.

15.1.3 – VEGETAÇÃO

A Contratada cabe o desmatamento e destocamento do terreno. Deverá ser evitada a remoção desnecessária da vegetação. Caso esta seja inevitável, a Contratada fará um levantamento, indicando a localização, dimensões e espécies a serem removidos os que deverá ser submetido à aprovação previam dos órgãos competentes.

As árvores removidas deverão ser preferencialmente, transplantadas para locais próximos às obras, seguindo-se as orientações da Fiscalização.

15.2 – LIMPEZAS DE ÁREA

A Contratada cabe a limpeza do terreno, demolições das edificações existentes dentro da faixa de desapropriação.

O produto das demolições será de propriedades da Contratada que deverá providenciar sua remoção da área no menor período do tempo.



15.3 – CANTEIRO

Compete à Contratada providenciar, às suas expensas, as áreas, a construção, operação, manutenção, desmontagem e remoção do canteiro de obras.

Os caminhos de serviço, as travessias de veículos e pedestre, inclusive as passagens provisórias e pontes de serviço ao longo das obras, jazidas botaforas deverão ser projetadas, construídos, mantidos e reforçados, se necessário, pela Contratada.

Os projetos respectivos devem ser aprovados preliminarmente pela Fiscalização e submetidos pela Contratada à aprovação dos órgãos competentes.

Além dos sanitários, que farão parte das diversas instalações do canteiro, serão dimensionadas e projetadas também as instalações sanitárias para atender o pessoal das frentes de serviços.

15.4 – TAPUMES / CERCAS

A Contratada limitará a faixa das obras e dos canteiros de serviço, seja com tapumes, seja com cercas, de modo a ter o completo controle de entradas e saídas de veículos e pessoas através de guaritas com cancelas e manter passagens de veículos e pedestres onde necessários.

Deverá ser objeto de precauções especiais a segurança de todas as pessoas e bens que circularão nos caminhos de serviços e nas travessias das obras, bem como as instalações existentes nas divisas, provendo-se onde necessários, telas, corrimão e bandejas de proteção. Todas as circulações serão devidamente sinalizadas.



15.5 – PLACAS

A contratada deverá colocar as placas previstas pelo CREA e pela prefeitura e aquelas necessárias a esclarecer o público sobre as obras. As dimensões, cores, dizeres e quantidades serão informados pela Fiscalização.

15.6 – SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

Para locação da obra, acompanhamento da execução do projeto, controle de recalques e fornecimento de dados para mediação, a Contratada deverá contar com a mão de obra e equipamentos compatíveis com o grau de precisão previsto pelo projeto.

15.7 – REDES DE CONCESSIONÁRIAS

Com base no cadastro utilizado na fase do projeto, o qual será verificado e completado onde necessário, a Contratada organizará o Plano de Remanejamento das Instalações das concessionárias de serviços públicos que estejam interferindo com a obra.

O remanejamento obedecerá às normas das Concessionárias, e do Plano deverão constar desenhos e especificações dos trabalhos a executar.

Deverá ser providenciada pela Contratada a aprovação junto aos órgãos competentes, de todos os remanejamentos necessários. O plano de remanejamento quando não contemplado no Projeto Executivo, será elaborado pela Contratada e submetido à aprovação previa da Fiscalização.

Junto a locais conflitantes com a obra, deverão ser previstas redes ou muretas de proteção, as quais deverão também ser projetadas pela Contratada e aprovadas pelas empresas envolvidas. Se, no decorrer da execução da obra, a Contratada danificar qualquer rede por imprudência, negligência ou imperícia, a reconstituição fiel dessa rede deverá ser executada no menos período de tempo e às suas expensas.



15.8 – CONTROLES TECNOLÓGICOS

A Contratada fará o controle tecnológico do concreto estrutural, do aço, dos aterros, das diversas camadas do pavimento, do concreto asfáltico, procedendo aos ensaios e testes necessários, de acordo com as especificações de projeto e normas pertinentes, independentes do Acompanhamento Técnico da Obra (ATO).

Este controle será feito na jazida, pedreiras próprias ou de terceiros, nos fornecedores e nos locais de preparo e/ou aplicação dos materiais.

A Contratada, no prazo de 25 dias corridos da data de assinatura do Contrato, apresentará à Fiscalização os seus procedimentos internos de controle de qualidade para todos os serviços de sua responsabilidade.

15.9 – MODIFICAÇÕES DE PROJETOS E CADASTRO

Modificações e complementações aos projetos fornecidos somente serão executadas com a prevista aprovação da Fiscalização e da projetista. Antes do recebimento provisório da obra, sob a forma de cadastro do empreendimento, a Contratada deverá entregar todos os documentos “Como Construídos”; o não atendimento aplicará na não aceitação da obra.

16 – PROGRAMAÇÃO E CONTROLE

Dentro das limitações do projeto, impostas pela largura da faixa desapropriada e necessidade de remanejamento de redes de Concessionárias, a Contratada deverá apresentar umas metodologias construtivas, garantindo, principalmente a segurança das edificações, que será analisada pela Fiscalização.



Com relação a prazo e valor, esses métodos executivos deverão atender de uma forma geral, ao Cronograma Físico–Financeiro de desenvolvimento das obras.

Semanalmente deverão ser realizadas reuniões entre a Fiscalização e a Contratada, quando serão verificados os serviços já executados, analisados os serviços em andamento, e programado o saldo a executar.

Para oficialização da comunicação entre as partes, deverão existir os seguintes documentos:

- Atas de Reunião: Documento que resumem os assuntos tratados em reunião devendo ser assinados pelas partes.
- Caderneta de Ocorrências: Documento que registra as pendências, irregularidades, solicitações urgentes e outros, devendo ser de uso comum.
- Diário de Obras: Documentos que registra os fatos do dia, como produção, interrupção dos serviços, ocorrência de chuva, entrada e saída de equipamentos, efetivos, visita e outros, devendo ser redigido pela Contratada e visitado pela Fiscalização.
- Ordem de Serviço: Documento emitido pela Contratada e aprovado pela Fiscalização, onde constam serviços necessários não previstos no projeto ou aqueles cuja execução deverá obrigatoriamente ser precedida da devida aprovação da Fiscalização de Campo.

As ordens de Serviço se constituirão em documentos de medição.

- Pedido de Informação de Projeto – PI: Documento emitido pela Contratada, respondido e aprovado pela Fiscalização, que solicita esclarecimento ou modificações de projeto. Os PI's se constituirão em documentos de medição quando aplicável.
- Nota de Modificação de Projeto – NP: Documento emitido pela Fiscalização contendo instruções de modificação de projeto. As NP's se constituirão em documentos de medição quando aplicável.



Os itens de serviço não especificados deverão atender as respectivas Normas Brasileiras atualmente vigentes e os critérios de medições e pagamentos correspondentes serão pagos nas unidades discriminadas nas planilhas.

Movimentação de terra. As operações referentes aos serviços de terraplanagem serão executadas mediante a utilização de equipamentos adequados, complementados com o emprego de serviços auxiliares, manuais ou não. Sempre que necessários deverá ser feita a limpeza de terreno que corresponde a: capina; roçada; remoção de toda a vegetação; entulhos; blocos de pedras ou demolições ao longo da faixa necessária para execução das obras.

Nas escavações para o canal serão respeitados os alinhamentos e as cotas indicadas no projeto, com eventuais modificações autorizadas pela Fiscalização, mediante Ordem de Serviço específico.

Na hipótese de ser necessário modificar a largura de escavação prevista no projeto, como no caso e se encontrar solos moles (orgânicos ou não) na projeção do canal e de suas paredes, será procedida sua remoção, ao longo de toda seção transversal do canal, conforme instruções de Fiscalização, aprovadas mediante Ordem de Serviço específica.

A execução pela Contratada de qualquer excesso de escavaco não prevista no projeto nem determinado pela Fiscalização, não apresentará ônus para a Contratante tanto em escavação como na correção correspondente em reaterro compactado e/ou enchimento na zona abrangida pela escavação ou em área próxima.

Antes de iniciar as escavações, a Contratada fará uma pesquisa no local, para que não sejam danificadas edificações, dutos e tubos, caixas, cabos, postes, etc. que estejam na zona abrangida pela escavação ou em área próxima.

No caso de cruzamento da escavação com tubulações, a Contratada executará o escoramento e sustentação das mesmas.

As escavações deverão ser executadas de forma a ficar garantida a sua permanente segurança devendo, para tanto, serem obedecidas as plantas e os métodos executivos do projeto. A posição e as dimensões dos escoramentos e



travamentos serão executadas pela Contratada e aprovada pela Fiscalização mediante Ordem de Serviço específica.

Prevendo o reaproveitamento futuro de algum material escavado, a Contratada deverá tomar precaução para não misturar os materiais inaproveitáveis para reaterro, com os demais. Em comum acordo com a Fiscalização, verificar-se-á se o material poderá ou não ser usado para reaterro. O material reaproveitável e que não puder ser imediatamente utilizado será estocado em local aprovado pela Fiscalização.

Quando a escavação de fundações atingirem o lençol d'água, dever-se-á ter o cuidado de manter o terreno permanentemente drenado através de abertura de valas provisórias com 1,50 m de profundidade devidamente drenadas por gravidade ou por bombeamento.

A espessura do material a ser compactado deverá ser compatível com o equipamento a ser utilizado, mas não superior a 30 cm “solto” para veículos compactadores pesados (rolo, pneus, etc.) e 15 cm “solto” para equipamento manual ou leve mecanizado (soquetes, placas, etc.).

Nos locais onde for possível, o material poderá ser compactado com os equipamentos pesados normais.

A distância entre a faixa compactada por estes equipamentos e a face das estruturas não poderá ser inferior a 1,5m.

Onde não for possível o emprego de equipamentos pesado convencional, a compactação será processada por meio de placas vibratórias, soquetes tipo “sapo” ou “manuais” com características que permitam atingir o grau de compactação especificado.

A compactação das camadas em torno das peças das estruturas deve ser orientada de maneira a não transmitir às mesmas, empuxos indesejáveis, não previstos, que possam afetar a sua estabilidade.

O espalhamento do material poderá ser feito mecanicamente, porém, próxima à face das estruturas, será sempre, por processo manual. O material a ser utilizado deverá atender às especificações, ser isento da presença de turfa, mica em excesso ou substâncias orgânicas e ser previamente aprovado pela Fiscalização.

Todo reaterro que não satisfizer as exigências preconizadas, a critério da Fiscalização, deverá ser removido e refeito a expensas da Contratada.



O material para aterro compactado junto às paredes do canal deverá apresentar CBR > 5% e o grau de compactação a ser atingido no aterro será de 95% da energia relativa ao Proctor Normal.

O critério de Fiscalização, o aterro no fundo da vala poderá iniciar-se com uma camada de material granular ou de um “forno de aterro” adensado pelo próprio equipamento espalhador, mediante Ordem de Serviço específica. Nos términos de jornadas diárias de trabalho ou mesmo pela eventual previsão de chuvas iminentes, dever-se-á proceder à selagem das camadas e à adequada conformação superficial para o escoamento das águas, para garantir a qualidade do que já estiver compactado e para facilitar a retomada dos serviços.

Quando a camada apresentar, após a compactação, a formação de placas separadas por retração, dever-se-á proceder a escarificação superficial para, a seguir, por recompactação promover-se a solidarização com a camada subjacente.

O material que se destinar o aterro, antes de ser transportado para lançamento, deverá ser verificado quanto às condições de unidade para correção quando necessário. A compactação será basicamente controlada pelo Proctor Normal, a umidade pelo Método Hilf, “speedy” ou frigideira.

Com o conhecimento do tipo de solo e maquinário a se utilizar serão estabelecidas, em cada caso, o número de “passadas” do equipamento compactador, para aperfeiçoar o andamento dos serviços, caso contrário serão executados aterros experimentais para determinação deste parâmetro.

A compactação de solos não coesivos deverá ser feita com emprego de equipamentos vibratórios, mesmo que para isto devam ser feitos escoamentos de segurança.

O material proveniente de escavações considerado aproveitável pela Fiscalização deverá ser utilizado para reaterro. Para completar o volume necessário será escavado material de jazidas pesquisadas pela Contratada e aprovadas pela Fiscalização.

No caso de necessidade de uso de explosivos, serão obedecidas as normas de segurança vigente, especialmente aquelas do Ministério do Exército, e da boa técnica. A Fiscalização será informada previamente de todas as operações. A superfície final seja de escavação ou aterro compactado, será



acabada na conformação (dimensões, inclinações, níveis, etc.), prevista no projeto. Lastros de areia e de concreto magro.

a) Lastro de Areia Compactada

Onde indicado em projeto ou pela Fiscalização o lastro executado com areia média a grossa espalhada em camada de no Máximo, 30 cm e compactados por saturação, por equipamento adequado, até se atingir 75% da densidade máxima.

b) Lastro de Concreto Magro

Consistirá de camadas de concreto, de espessura conforme projeto, com consumo mínimo de 150 kg de cimento por m³. Guias, sarjetas e calçamentos.

Os serviços aos quais se refere a presente seção consistem no fornecimento no projeto, com tolerância de 1% para mais ou para menos do valor de cada dimensão, possuir superfícies lisas, não possuir trincas, nem fraturas, nem retoques, nem pintura, produzir som típico de guia não trincada quando percutida com, martelo leve, e não possuir nenhum ponto que se afaste mais de 4 mm de uma régua que sobre ela se apoie, em qualquer direção.

As guias pré-moldadas deverão possuir as formas e dimensões indicada no projeto, com tolerância de 1% para mais ou menos do valor de cada dimensão, possuir superfícies lisas, não possuir trincas, nem fraturas, nem retoques, nem pintura, produzir som típico de guia não trincada quando percutida com, martelo leve, e não possuir nenhum ponto que se afaste mais de 4 mm de uma régua que sobre ela se apoie, em qualquer direção.

O fck do concreto utilizado para a execução das guias deverá ser de 18,0 MPa. O lastro, a ser executado após a regularização do terreno, deverá ser concreto tipo 9,0 MPa.

Os materiais para concreto e para argamassa deverão satisfazer as exigências contidas nas normas de Seção correspondente a “concreto”, sendo que o concreto para a execução das sarjetas deverá ser de 18.0 Mpa, e para os calçamentos de 15,0 MPa.



16.1 – EXECUÇÃO

16.1.1 – SERVIÇOS PRELIMINARES

A locação das obras será executada pela empresa Contratada e verificada pela prefeitura.

O terreno, no local em que será executada a obra, será regularizado, de modo a assumir a forma prevista no projeto. A regularização poderá compreender se necessária, operações de escavação, remoção de pedras e matacões, carga, transporte e descarga, não só dos materiais removidos como também dos materiais importados para aterro ou reaterro, umedecimento, Apiloamento a acabamento da superfície final.

16.1.2 – OPERAÇÕES CONSTRUTIVAS

Moldagem manual “in loco” das sarjetas, lastro e calçamento.

O concreto será contido lateralmente, por formas assentadas de conformidade com os alinhamentos e perfis do projeto. As formas serão convenientemente travadas, de modo a impedir o seu deslocamento e assegurar bom acabamento.

A mistura dos materiais, componentes de concreto, será executada em betoneira. Antes do lançamento do concreto, as formas e a base ou o terreno serão umedecidos.

O adensamento do concreto será, de preferência, executado por método manual, o concreto deverá ser isento de vazios.

Junto às formas, nas superfícies que serão visíveis após a conclusão da obra, o adensamento deverá ser executado com ferramenta que permita afastar das formas, as pedras de maior diâmetro. Após o adensamento, a superfície obtida será modelada com gabarito e acabada com desempenadeira de madeira, até que se obtenha uma superfície lisa e uniforme.



16.1.3 – PRÉ - MOLDADOS

Os pré-moldados poderão ser fabricados no canteiro da obra ou adquiridos pela Quando as guias forem assentadas sobre base de concreto, o intervalo de tempo entre o lançamento de concreto na base e o assentamento da guia deverá ser menor que uma hora.

Quando constar no projeto, ou forem determinadas pela prefeitura, as guias serão escoradas, nas posições correspondentes às juntas, por blocos (ou bolas) de concreto.

As juntas formadas entre guias consecutivas serão limpas, molhadas até a saturação, e enchidas com argamassa cimento-areia 1:3. As extensões visíveis das juntas serão alisadas, com ferramenta adequada, de forma a ser obtido um friso côncavo de 3 mm de diâmetro. Após a conclusão do assentamento, os espaços vazios existentes, em uma faixa contígua à guia, com largura mínima de um metro, serão reaterrados com solo apilado, até a altura da guia.

16.1.4 – PROTEÇÃO DAS OBRAS

Durante todo o intervalo de tempo, necessários ao endurecimento do concreto ou da argamassa de rejuntamento, as obras serão protegidas contra a ação erosiva das águas pluviais. As correções, quando necessárias, serão executadas pela Empresa Contratada, sem ônus para a prefeitura.

16.2 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

16.2.1 – GUIAS

Nos poços de visita, deverão ser utilizado como dispositivos de inspeção, tampão de ferro fundido, com 600 milímetros de diâmetro, com capacidade de resistir carga de trafego compatível com trem tipo “TB-45” das Normas Brasileiras (ABNT).



As bocas-de-lobo e/ou poços de visita deverão ser executados em conformidade com as formas, dimensões, cotas e localização indicada no projeto. As escavações deverão ser as mínimas compatíveis para execução dos serviços.

O concreto, formas e armadura deverão ser executados rigorosamente de acordo com o previsto na Especificação de estruturas de Concreto.

A alvenaria de blocos de concreto será executada utilizando-se argamassa de cimento e areia (1:3). Após sua conclusão, deverá ser revestida interna e externamente, utilizando-se argamassa de cimento e areia no mesmo traço.

As argamassas que não forem utilizadas até 45 minutos após o seu preparo, deverão ser rejeitadas, não sendo permitido o seu reaproveitamento, mesmo que a elas seja adicionado mais cimento.

As tampas de concreto armado deverão ser pré-moldadas em formas de aço ou de madeira revestida com chapa, e adensadas em mesa vibratória.

16.2.2 – FORMAS

A Contratada deverá executar e manter as formas obedecendo rigorosamente às instruções do projeto.

As formas deverão ter resistência suficiente para suportar as pressões resultantes do lançamento e da vibração do concreto, devendo ser mantidas rigidamente na posição correta e não sofrerem deformações além dos limites especificados. Deverão ser suficientemente estanques, de modo a impedir a perda de nata do concreto.

Os escoramentos e as formas para o concreto devem ser calculados e executados levando-se em consideração o sistema de trabalho e as cargas atuantes na fase de construção. A Fiscalização poderá exigir cálculo estático do suporte e travamentos das formas de concreto, inclusive, com indicação das deformações consideradas.

As guias, que não satisfizerem as condições descritas nos itens anteriores, serão recusadas e deverão ser substituídos, desde que o número de peças recusadas seja iguais aumentos que 10% do número total de peças do lote. Em caso contrário, todas as peças do lote poderão ser recusadas.



16.2.3 – CONCRETO

Será utilizado concreto tipo 18,0 MPa nas sarjetas e 15,0 MPa nos calçamentos, tanto no caso de moldagens manuais “in loco” quanto no caso de fabricação de pré-moldados no canteiro de obra. O controle e o recebimento do concreto serão realizados da forma prevista da seção correspondente a concreto.

16.2.4 – BOCAS DE LOBO E POÇOS DE VISITA

Os serviços aos quais se refere a presente especificação consistem em todos os serviços, materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de bocas de lobo e/ou poços de visita, incluindo a escavação, compactação, escoramento e reaterro das cavas, esgotamento de água, e construção da boca de lobo ou poços de visita de acordo com o projeto específico. O concreto utilizado na execução destes dispositivos deverá atender a especificação de estrutura em Concreto Armado.

16.2.5 – ALVENARIA DE BLOCOS

Os blocos de concreto a serem empregados nas paredes de alvenaria deverão ser de boa qualidade e aprovados previamente pela Fiscalização. O cimento e areia a serem empregados nas argamassas, deverão satisfazer as exigências para uso destes materiais em concretos estruturais. O escoramento das cavas deverá ser executado com os mesmos materiais e procedimentos apresentados nas Especificações para Escoramentos de Valas.

O material de reaterro deverá seguir o apresentado na especificação de Escavação, Compactação de Fundo de Valas. As formas e o cimbramento poderão ser de madeira, aço ou outro material aprovado pela Fiscalização, conforme o grau de acabamento previsto para o concreto em cada local. De qualquer modo, porém, a qualidade da forma é de responsabilidade da Contratada.

No momento da concretagem, as superfícies das formas deverão estar livres de incrustações de nata ou outros materiais estranhos (pontas de aço,



pregos, papel, óleo, etc.). Aconselha-se, sempre que possível, a utilização de formas padronizadas e de alto reaproveitamento.

No caso de serem utilizadas formas metálicas, as mesmas deverão estar desempenadas e sua utilização ficará na dependência da apresentação, por parte da Contratada, do cálculo estático que comprove ter resistência e rigidez suficiente para suportar pressões resultantes de lançamentos, vibração e peso próprio do concreto.

Todos os materiais necessários às formas, seus travamentos, seu sistema de fixação e desmoldagem, filetes de canto triangulares, etc., deverão ser de boa qualidade.

Na execução de formas das caixas de drenagem e embutidos no concreto, deverá ser tomado cuidado especial da fixação das mesmas, de modo a evitar deslocamento durante a concretagem, não considerando os efeitos de flutuação dessas formas quando do lançamento do concreto.

As formas para concreto aparente deverão dar ao mesmo textura lisa, sem ondulações de superfície ou arestas e sem ressaltos nos locais de juntas. Quando não fixado no projeto, o material da forma é de escolha da Contratada que o submeterá à aprovação da Fiscalização.

Antes da confecção dos painéis das formas, a serem aplicados nos casos de peças em concreto aparente, os detalhamentos das juntas deverão ser submetidos à Fiscalização para aprovação. Particular atenção deverá ser dada ao posicionamento dos painéis e ao encontro dos mesmos, evitando-se ressaltos, a fim de não prejudicar o aspecto do concreto aparente. As formas para as superfícies curvas deverão ser construídas de maneira a ficarem com as curvaturas exigidas, cujas dimensões são dadas pelo projeto. Onde for necessária, para atender às exigências, a forma da madeira deverá ser construída em réguas laminadas, cortadas de modo a serem superfícies de formas estanques e lisas.

As formas serão retiradas de acordo com o disposto pela NB-1 da ABNT, que estabelece os prazos mínimos de acordo com as peças ou em prazos maiores ou menores, determinados eventualmente pela Fiscalização. Não se admitirá na desforma o uso de ferramentas metálicas como pés-de-cabra, alavanca. Talhadeiras, etc., entre o concreto endurecido e a forma. Caso haja necessidade do afrouxamento das formas, devem-se usar cunhas de



madeira-dura. Choques ou impactos violentos deverão ser evitados, devendo para o caso, ser estudado outro método para a desforma. A reutilização da forma, depois da limpa e reparada será liberada ou não, pela Fiscalização, após inspeção da mesma. Após a desforma, todas as imperfeições na superfície de concreto deverão ser corrigidas; todos os pregos deverão ser removidos; quaisquer asperezas e todas as arestas nas superfícies moldadas, causadas pelo encontro imperfeito dos painéis das formas deverão ser tratadas, todos os furos dos tirantes preenchidos, etc.

16.2.6 – ARMAÇÃO

As exigências fixadas pela EB-3 e NB-1 são consideradas parte integrante desta Especificação. Os casos omissos deverão ser submetidos à Fiscalização.

O aço poderá chegar ao canteiro já cortado e dobrado, conforme o projeto, salvo indicação da Fiscalização em contrário.

As emendas das barras deverão ser executadas de acordo com o especificado pela NB-1. Qualquer outro tipo de emenda só poderá ser utilizado mediante a aprovação prévia da Fiscalização. No caso de pôr solda a Contratada se obriga a apresentar, através de laboratório idôneo, o laudo do tipo de solda a ser empregado.

Na execução das armaduras, de acordo com o projeto, obriga-se a Contratada a colocar e fornecer (quando for o caso) todas as peças de montagem (caranguejos, espaçadores, etc.), fornece arame de amarração, necessário à rigidez na ferragem, devendo esses serviços e materiais estar previsto no preço da armadura estrutural.

Após o término dos serviços de armação deverá a Contratada, até a fase de lançamento de concreto, evitar ao Máximo o transito de pessoas através das ferragens colocadas, exceção feita aos elementos de colocação de formas e de limpeza de arame, pedaços de madeira, lavagem da superfície a ser concretada, etc.

Nestes casos a Contratada executará uma passarela de tábuas que oriente a passagem e distribua o peso sobre o fundo das formas e não sobre a ferragem diretamente.



No prosseguimento dos serviços de armação decorrente das etapas construtivas da obra, obriga-se a Contratada a limpar a ferragem de espera, com escova de aço, retirando excesso de concretagem, ferrugem ou nata de cimento. Em casos em que a exposição das armaduras às intempéries for longa e previsível, as mesmas deverão ser devidamente protegidas.

A Contratada deverá fornecer todo o aço destinado às armaduras, inclusive todos os suportes, cavaletes de montagem, arame para amarração, etc., bem como deverá estocar, cortar, transportar e colocar as armaduras. Todo o equipamento e pessoal necessário para os serviços deverão ser fornecidos pela Contratada.

A contratada, a cada recebimento de aço, deverá fornecer à Fiscalização o certificado de ensaio do fabricante. A Fiscalização poderá solicitar a Contratada a retirada de amostras para ensaios. A contratada não poderá utilizar o aço antes da liberação por parte da Fiscalização.

O aço que não atender à prescrição da EB-3 será rejeitado e de imediato, retirado da obra pela Contratada.

Todo aço deverá ser estocado em áreas adequadas, previamente aprovadas pela Fiscalização. Os depósitos deverão ser feitos sobre estrados de madeira ou similar, e de modo a permitir a arrumação das diversas partidas, segundo a categoria, classe e bitola, e segundo estiverem ou não liberadas.

16.2.7 – CONCRETO ESTRUTURAL

O concreto será composto de cimento Portland de alto forno, água, agregados inertes e, se necessários, aditivos apropriados. O uso dos aditivos e ou outros tipos de cimento somente será permitido após aprovação da Fiscalização.

A composição da mistura será determinada pela Contratada obedecendo às Normas Brasileiras e submetidas à aprovação da Fiscalização, através de ensaio para dosagem racional e estará baseada na pesquisa dos agregados mais adequados e respectivos granulometria. Por se tratar de obras hidráulicas, a relação água/cimento deverá ser menor ou igual a 0,50 obedecendo a trabalhável, segundo as necessidades de utilização, e resultar num produto que após uma cura apropriada e em adequado período de



endurecimento, tenha resistência, impermeabilidade e durabilidade de acordo com as exigências do projeto.

16.2.8 – CONTROLE

O controle de resistência do concreto à compressão é obrigatório e deve ser feito conforme os Métodos Brasileiros MB-2 e MB-3.

Os corpos de prova serão retirados e preparados pela Contratada. A Fiscalização aprovará o local onde serão retirados os corpos de prova.

Para melhor caracterização, os corpos de prova serão preferencialmente retirados no local de lançamento de concreto, de modo que as amostras retratem da forma mais exata possível as condições e características do concreto da peça.

A retirada dos corpos deverá obedecer ao prescrito na Norma Brasileira adotando-se em princípio, o índice de amostragem normal para cada idade julgada de interesse.

Devem ser obedecidas as seguintes condições:

O cimento deve ser medido em peso e somente em caso de absoluta emergência, a critério da Fiscalização, poderá ser feito por contagem de sacos, tomadas as devidas precauções para garantir a exatidão do peso declarado de cada saco, tomadas as devidas precauções para garantir a exatidão do peso declarado em cada saco, erro máximo tolerável: 2% do peso. Os agregados miúdos e graúdos devem ser medidos separadamente, em peso, devendo-se sempre levar em conta a influência da umidade, que será verificada no canteiro, erro máximo tolerável na pesagem: 2%.

Os ensaios necessários à dosagem, à obtenção dos corpos de prova, bem como os necessários na pesquisa de agregados, correm por conta da Contratada. O traço ótimo será apresentado à Fiscalização pelo menos uma semana antes da concretagem.

A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários à preparação do concreto, com capacidade suficiente para o ritmo necessário das obras, previsto no cronograma de trabalhos.



O equipamento deverá receber a manutenção necessária para garantir o perfeito controle das quantidades de cada componente da mistura, ao longo de toda obra.

O equipamento deverá ter precisão para pesagem de cada uma das classes dos agregados, do cimento e da água com erros inferiores a 2% e deverá, ainda, permitir ajustamentos de variações de umidade dos agregados.

Todas as instalações de pesagem deverão ser visíveis ao operador. As balanças deverão ser aferidas periodicamente pelo Instituto de pesos e medidas. A frequência das aferições será indicada pela Fiscalização sendo, em princípio, uma vez por mês.

Os silos de dosagem serão construídos de modo a não reter nenhum resíduo durante o esvaziamento.

O equipamento da mistura poderá ser constituído de betoneiras fixas ou montado sobre caminhões. Caso o concreto seja fornecido por terceiros, por conveniência da Contratada, esta será responsável pelo cumprimento destas especificações. A Fiscalização poderá exigir o controle de caminhões betoneiras na obra através de medida de “slump” admitindo-se uma variação de mais ou menos dois centímetros (2 cm) em relação ao traço de Projeto. É expressamente proibido alterar a água do traço fornecido pela Central.

Os meios de transporte e lançamento deverão ser tais que fique assegurado o mínimo tempo no percurso e lançamento, evitando-se segregação apreciável dos agregados ou variações na trabalhabilidade da mistura ou ainda o início de pega.

Quando levado por calhas para dentro das formas, a inclinação das mesmas deverá ser estabelecida experimentalmente.

As extremidades inferiores das calhas serão dotadas de anteparo, para evitar segregação. Para esses casos especiais, a inclinação das calhas será determinada em comum acordo com a Fiscalização. Toda e qualquer concretagem deverá ser liberada por Engenheiro da Contratada, antes do seu início, mediante boletim de liberação, rubricado em todos os itens que o constituem pelos respectivos encarregados.

A Fiscalização optará por aprovar ou não o boletim, previamente, mas deverá sempre receber uma via da liberação para seu controle. Toda a



superfície do concreto deve ser mantida limpa. Irregularidades devem ser removidas.

Os concretos estruturais confirmados em formas devem ser lançados em camadas sucessivas não superiores a 30-40 cm. É importante que se tenha especial atenção para que o concreto seja adensado nos ângulos mais difíceis e nos pontos de encontro das formas.

Deve-se evitar paralisação da concretagem nos pontos de maior solicitação da estrutura, obrigando-se a Contratada a manter um sistema de comunicação permanente entre a obra e a Central de Concreto, ou um veículo à disposição.

No caso de lançamento de concreto em superfícies inclinadas, este deverá ser inicialmente lançado na parte mais baixa e progressivamente, sempre de baixo para cima. Deve-se tanto quanto possível prever lonas para proteção da superfície recém acabada contra chuvas. No caso de formas de madeira não impermeável, elas deverão ser mantidas úmidas pelo menos 24 horas antes do início do lançamento do concreto.

No caso de eventual ocorrência de “junta fria”, esta deve ser imediatamente tratada e a concretagem retomada o mais rapidamente possível. O concreto deverá ser vibrado até que se obtenham as máximas densidades possíveis, evitando-se a criação de vazios e bolhas de ar na sua massa.

A superfície do concreto será protegida adequadamente contra a ação nociva do sol e da chuva, de águas em movimento e agentes mecânicos, e conservada úmida desde o lançamento até pelo menos 7 dias após o lançamento do concreto, de acordo com a NB-1.

Para o caso de superfícies verticais, deverão ser usados sacos de aniagem, molhados ou películas químicas tipo “*curing*” ou similar. A água usada para a cura deverá ser limpa e mantida até o final da cura. Quando é lançado concreto fresco sobre concreto endurecido, devem ser tomadas as precauções necessárias para garantir a suficiente ligação entre as duas camadas.

A superfície de concreto endurecido deve apresenta-se com abastecimento rústico, com partículas de agregados expostas. Qualquer camada de nata de cimento ou argamassa deverá ser removida da superfície.



Quando se lançar concreto fresco sobre concreto velho é necessário manter este último saturado de água pelo menos por 24 horas antes da concretagem. Antes da concretagem sobre o cimento endurecido, deve ser aplicada uma camada de argamassa, da mesma dosagem da do concreto, sobre a superfície dura, para se evitar a formação de “ninhos” de pedra e assegurar uma junta bem vedada.

As juntas de dilatação devem ser rigorosamente executadas conforme projeto, devendo sua posição ser perfeitamente assegurada durante as operações de lançamento de concreto. Estas juntas deverão ser sempre desformadas. Sempre que possível, os reparos devem ser iniciados logo após a retirada das formas. O trabalho de reparação em serviço novo desenvolve melhor liga e tem melhor “chance” de ser mais durável e permanente.

A superfície deve ser estruturalmente sã, com acabamento rústico, isenta de poeira, nata de cimento, manchas de óleo e graxa. A superfície deve ser, durante várias horas, continuamente molhada, de preferência durante a noite (excetuam-se os casos em que seja aplicado adesivos a base de epóxi).

16.3 – MATERIAIS PARA CONCRETO – ESPECIFICAÇÕES

16.3.1 – AGREGADOS:

Os agregados miúdos e graúdos devem satisfazer à Especificação EB-4. Os agregados necessários à preparação do concreto devem ser estocados separadamente, de acordo com sua granulometria.

Poderão ser exigidos pela Fiscalização ensaios de confirmação, tais como:

MB-6: Amostragem de Agregados

MB-7: Determinação da Composição Granulométrica dos Agregados

MB-8: Determinação do teor de Argila em Torrões dos Agregados

MB-9: Determinação do teor de Materiais Pulverulentos dos Agregados

MB-10: Avaliação das Impurezas das Areias para Concreto



16.3.2 – CIMENTO

Por se tratar de obras hidráulicas, deverá ser usado cimento Portland de alto forno respeitando-se as normas pertinentes. Visto que o certificado de uma partida de cimento, como especificado na EB-208, só informa ao comprador a respeito das qualidades medias daquela partida, sem garantir a qualidade de toda produção, serão exigidos ensaios de recebimento do cimento segundo a norma MB-1, que deverão ser executados pela Contratada. A fim de preservar as qualidades do cimento, o mesmo deve ser armazenado em locais protegidos da ação de intempéries, da umidade e de outros agentes nocivos.

O armazenamento poderá ser utilizado normalmente até a idade máxima de 30 dias. Além dessa idade o cimento só poderá ser usado a critério da Fiscalização.

Quer o cimento esteja armazenado em silos adequados ou em sacaria, poderá a Fiscalização a qualquer tempo exigir da Contratada a retirada de amostras e a realização de ensaios que permitam concluir pelo uso ou não do material.

16.3.3 – ÁGUA

A água destinada ao amassamento do concreto deve ser isenta de teores prejudiciais e substâncias estranhas. Uma porcentagem muito alta de ácidos ou sal, e grande quantidade de impurezas químicas (por exemplo, fenóis) ou orgânicas (açúcar, mesmo em pequenas quantidades) são perniciosas e comprometem a qualidade do concreto. Presumem-se satisfatórias as águas potáveis. Para casos duvidosos, ensaiar como prescrito na MB-1

16.3.4 – ADITIVOS

O uso de aditivos para o concreto será permitido em casos especiais dependendo da aprovação previa da fiscalização.



16.4 – GENERALIDADES

Obriga-se a Contratada a manter nos serviços de concretagem, além de equipe especializada no serviço de lançamento, um encarregado e, se a Fiscalização assim o exigir, também um engenheiro. Essa equipe será responsável também pela conclusão dos serviços executados, retirada de amostras, alisamento da superfície e aplicação da cura.

Os cobrimentos de armadura serão aqueles indicados no projeto ou, em caso de omissão, o valor mínimo de 2,5 cm. Esses cobrimentos devem ser assegurados antes e durante a concretagem por meio de espaçadores adequados. Em princípio, as barras de distribuição devem ser colocadas no lado interno da armação principal.

O espaçamento deverá ser controlado pela Contratada, de modo a atender aos cobrimentos especificados, durante os serviços de concretagem. As armações que sobressaírem as superfícies de concreto deverão ser fixadas em sua exposição através de meios adequados. O dobramento das barras, eventualmente necessários aos trabalhos de impermeabilização e outros, deverão ser feitos apenas com uma dobra.

A lavagem dos caminhões betoneiras, após a concretagem, só será permitida em locais apropriados, previamente aprovados pela Fiscalização, não podendo nunca ser em vias públicas. Correrá por conta da Contratada quaisquer desobstruções de galerias, valas, etc., provenientes da não observância do exposto acima.

Durante a concretagem a Contratada manterá vigilância do comportamento das formas, escoramentos, etc., no sentido de, com segurança, sanar quaisquer imperfeições constatadas nos serviços executados e que eventualmente possam ocorrer.

16.4.1 – LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA

a) Lastro simples de pedra britada nº 4 e 5, compactado até a boa arrumação das pedras, com a largura da galeria prevista mais de 40 cm.



b) Lastro com pedra britada nº 4 e 5, sobre o qual será executada uma camada de 6 cm de concreto de 150 quilos de cimento por metro cúbico e com largura da galeria prevista, mais 40 cm.

O lastro deve ser apiloado até boa arrumação das pedras e preenchidos os vazios com pó de pedra ou areia fina. Plantio de grama em placas, arborização e ajardinamento.

16.4.2 – PREPARAÇÃO PARA PLANTIO

a) Preparação para plantio da forração:

Preliminarmente, eliminar todos os detritos. Retirar todo o mato existente inclusive as raízes.

Procedimento a ser tomado dependendo das condições do terreno:

Solo de boa qualidade: escarificar o terreno numa profundidade de 0,15 m, regularizando-o Solo de qualidade ruim: colocar sobre o terreno uma camada de terra de boa qualidade na espessura de 0,10m. Solo resultante de aterro contendo restos de material de construção: colocar sobre o terreno uma camada de terra de boa qualidade na espessura de 0,20 m.

No caso de forração ser grama, esta deverá ser plantada em placas justapostas, cuidando para não apresentarem ervas daninha. Após o plantio, fazer uma cobertura com terra de boa qualidade na espessura de 0,02m.

Correção do solo:

Incorporar ao solo 50 g/m² de Calcário Dolomítico deixando reagir por 15 dias no mínimo, antes de iniciar a adubação.

Adubação orgânica e química:

30 litros / m² de composto orgânico curtido e peneirado. (*)

100 g / m² de adubo mineral granulado NPK na fórmula 10-20-10.

b) Preparação para plantio de arbustos:

Os arbustos deverão ser plantados em covas de 0,40 x 0,40 x 0,40m. Se o terreno for de solo ruim ou solo resultante de aterro contendo restos de



material de construção, essas covas deverão ser preenchidas com terra de boa qualidade.

Correção do solo:

Incorporar ao solo 32 g/cova de Calcário Dolomítico, deixando reagir por 15 dias no mínimo antes de iniciar a adubação.

(*) Item não válido para grama.

Obs.: No caso dos arbustos serem azaleias, não fazer correção do solo, pois dão preferência a solo ácido.

Adubação orgânica e química:

20 l/cova de composto orgânico curtido e peneirado.

64 g/cova de adubo mineral granulado NPK na fórmula 10-20-10.

c) Preparação para plantio de árvores:

Para a plantação de árvores, deverão ser abertas covas de 1,00 x 1,00 x 1,00 m.

Se o terreno for de solo ruim ou solo resultante de aterro contendo restos de material de construção, essas covas deverão ser preenchidas com terra de boa qualidade.

Correção do solo:

Incorporar ao solo, 500 g/cova de Calcário Dolomítico deixando reagir por 15 dias no mínimo antes de iniciar a adubação.

Adubação orgânica e química:

300 l/cova de composto orgânico curtido e peneirado

1 kg / cova de adubo mineral granulado NPK na fórmula 10-20-10

d) Plantio propriamente dito:

Durante o plantio observar que o colo do vegetal fique no nível da superfície do terreno.



Depois da colocação da muda no centro da cova, completar o vão formado, com a mistura de terra especificada nos itens anteriores, compactado ao redor do torrão da planta, para evitar tombamento.

Logo após o plantio, proceder à irrigação. “Coroar” as mudas das árvores plantadas.

16.4.3 – TUTORES

Todas as mudas de árvores deverão ser amparadas por meio de tutores que serão colocados desde o fundo da cova, com cuidado para não perfurar o torrão ou injuriar as raízes. Os caibros serão de madeira (pinho ou eucalipto) tratada com carbolineum, dimensões: 2,50 x 0,04 x 0,04m (*). Os tutores deverão ser presos ao fuste por meio de corda de sisal, rafia ou arame envolvido em mangueira plástica, formando “8”. Colocar dois amarrilhos; se a muda da árvore tiver mais de 3 (três) metros, três amarrilhos.

No caso da área ser uma praça, esta deverá ser cercado com cerca de arame liso, altura de 1,50m, mourões de eucalipto de 2,00 m de altura, na distância de 2,50m um do outro. Essa proteção deverá ser conservada no mínimo por três meses.

Obs.: Nas mudas de palmeiras utilizar 3 tutores de bambu.

Protetores para árvores:

Deverão ser colocados protetores para árvores, tipo “Parque” conforme detalhe, nas árvores situadas nos passeios, “playground” ou isoladas. Estes protetores serão executados com sarrafos de pinho ou eucalipto de 0,04 x 0,04m e ripas de 0,015 x 0,04m.

Os protetores deverão receber pintura a óleo, cor verde, com duas demãos. A parte enterrada deverá ser tratada com carbolineum.

(*) ou bambu 2,50 x 0,04m de diâmetro.

Porte e qualidade das mudas:

Todas as mudas de árvore, constantes do projeto deverão conter de 2,00 a 3,00m de altura e arbustos de 0,50m de altura no mínimo, quando não especificadas na planilha de orçamento. Todas as mudas de árvore, arbustos e



forração deverão estar: em perfeita formação, enraizada, porte adequado e perfeita sanidade.

Adubação e correção do solo:

A contratada deverá comunicar a Fiscalização o início da adubação ou da correção do solo. Deverá ter em estoque, na obra, a quantidade total dos produtos necessários a adubação ou correção do solo, para exame da Fiscalização. A Contratada deverá ter uma medida-padrão para o emprego do adubo ou do corretivo, aprovada pela Fiscalização.

Consolidação:

Período com a duração de 90 dias, iniciado após a execução da obra, no qual afirma empreiteira manterá constantes tratamentos culturais de replantio, podas, capinas, despraguejamentos, adubações, irrigações, tratamentos fitossanitários, escarificações do solo e demais atividades necessárias ao bom êxito do plantio.

Enrocamento de pedra em taludes:

A presente especificação tem por objetivo estabelecer as condições técnicas mínimas a serem atendidas no lançamento do revestimento dos taludes e proteção dos aterros, em contato com a água.

O enrocamento deverá ser constituído por pedras previamente aprovadas pela prefeitura e satisfazer à faixa granulométrica indicada em projeto.

Execução de gabião:

O revestimento dos gabiões obedecerá as seguintes especificações básicas:

Malha: Rede hexagonal de 80 mm x 100 mm de dupla torção, com fios entrelaçados por 3 vezes e diâmetro 2,7 mm.

Fio: Deverá ser de arame de aço de baixo teor de carbono, revestida em PVC, com diâmetro de 2,4 mm, no mínimo.



As bordas serão enroladas mecanicamente e os fios das bordas terão diâmetros superior ao da malha, cerca de 3,4 mm.

Os arames de amarração serão de diâmetro 2,2 mm com as mesmas características de proteção dos fios das malhas.

Enchimento dos gabiões – os gabiões serão cheios com material rochoso, são com índice de desgaste à abrasão segundo o ensaio “Los Angeles” – 40%.

Quanto a granulometria recomenda-se que:

30% tenha diâmetro acima de 4”;

70% diâmetro médio de 6”,

As caixas poderão ser cheias no lugar definitivo ou em áreas próximas da obra, e posteriormente transportado para o local definitivo através de um equipamento com guindaste ou uma pá carregadeira.

A amarração dos gabiões entre si será pelas quinas, sendo feita por costura, por lançada simples ou dupla, alternadamente, segundo a ordem das malhas. Toda a estrutura em gabião deverá ser perfeitamente solidarizada.

Manta Geotêxtil:

O Material filtrante será constituído por uma manta geotêxtil não tecida filtrante. Caberá à fiscalização estabelecer as condições ou aprovações do material filtrante (manta filtrante).

Drenagem

a) Dreno de pé:

O dreno será constituído por materiais granulares envolvidos por uma manta filtrante. A largura será de 0,60 m com paredes verticais, sempre que o material permitir, e a profundidade de 0,35m.

Imediatamente após a abertura de um trecho da vala, deverá ser estendida a manta geotêxtil não tecida filtrante tipo Bidim ou similar, e iniciado o processo de enchimento da vala por camada de material drenantes, de granulometria indicada no projeto.



Inicia-se depois a colocação da linha de tubos perfurados e em seguida o material compactado por camadas de 0,20 m de espessura com placas vibratórias até o enchimento total da vala. Após o termino da compactação, deverá ser fechada a manta filtrante, com sobreposição de pelo menos 0,30 m.

b) Bombas Superficiais:

A contratada deverá dispor de equipamentos suficientes para que o sistema de esgotamento permita a realização dos trabalhos a seco.

As instalações de bombeamento deverão ser dimensionadas com suficiente margem de segurança e deverão ser previstos equipamentos de reserva, incluindo grupo moto bombas diesel, para eventuais interrupções de energia elétrica.

As instalações da rede elétrica alimentadora, pontos de força, consumo de energia ou combustível, manutenção, operação e guarda dos equipamentos serão de responsabilidade da Contratada. A contratada deverá prever e evitar irregularidades das operações de esgotamento, controlando e inspecionando o equipamento continuamente. Eventuais anomalias deverão ser eliminadas imediatamente.

Nos casos em que a escavação for executada em argilas plásticas impermeáveis consistentes, poderá ser usado o sistema de bombeamento direto, desde que o nível estático d'água não exceda em mais de 1,00 m o fundo da escavação.

Serão feitos drenos laterais, na cota de fundo da escavação junto ao escoramento, fora da área de interferência da obra, para que a água seja coletada pelas bombas em ponto adequadas. Os crivos das bombas deverão ser colocados em pequenos poços internos a esses drenos e recobertos de brita a fim de se evitar a erosão.

c) Rebaixamento de Lençol Freático:

Os locais da implantação do sistema de rebaixamento do lençol freático deverão atender às indicações dos desenhos de projeto e instruções da Fiscalização.

Todas as escavações deverão ser mantidas secas através de sistema adequado de rebaixamento de lençol freático.



No caso de aplicação de rebaixamento de lençol freático por sistemas de ponteiros a vácuo, a escavação abaixo do nível original do lençol só poderá ser executada após a comprovação do perfeito funcionamento e recebimento do sistema através de indicadores de nível. Se o nível estático d'água situar-se a uma cota superior em mais de 1,00 m ao fundo da escavação, será feito o rebaixamento parcial do nível d'água até cerca de 1,00 m acima do fundo da escavação, mantendo-o seco com o auxílio também de bombeamento direto.

Nos casos em que a escavação for executada em solos arenosos ou siltosos, ou onde tais solos constituam a cota de fundo, somente será permitido o uso de rebaixamento do nível d'água através de ponteiros ou poços filtrantes, com eventual uso de vácuo.

A adoção do sistema de rebaixamento do lençol freático, com instalação montada dentro da escavação, somente será permitida se este não interferir nos trabalhos de execução das obras, nem prejudicar os serviços de reaterro.

Este sistema de rebaixamento deve ser executado de maneira a poder funcionar com total eficiência até a execução das obras e reaterro acima da cota prevista. As instalações de bombeamento para o rebaixamento do lençol, uma vez instaladas, funcionarão sem interrupção (24 horas por dia) até o término do serviço.

Não será permitida a interrupção do funcionamento dos sistemas sob alegação de nenhum motivo, nem nos períodos noturno ou de feriados, mesmo que nos respectivos intervalos de tempo nenhum outro serviço seja executado na obra.

Nos locais onde as obras estiverem sendo mantida seca através do bombeamento ou rebaixamento do lençol freático, a operação de bombeamento cessará gradativamente, de maneira que o nível piezométrico seja sempre mantido, pelo menos, meio metro da cota superior atingida pelo aterro.

As instalações da rede elétrica alimentadora, pontos de força, consomem de energia ou combustível e a manutenção, operação e a guarda dos equipamentos serão de responsabilidade da Contratada.

Rachão:



Esta especificação refere-se à execução de sub-base constituída de pedra “rachão” obtido diretamente da britagem, tendo os seus vazios preenchidos por agregados miúdos tipo pedrisco e pó de pedra. A sub-base será executada, resumidamente, nas seguintes etapas:

- a) Espalhamento e rolagem de uma camada de bloqueio, com 3 a 5 cm de espessura, constituído de agregado miúdo, diretamente sobre o subleito compactado;
- b) Espalhamento e rolagem inicial do agregado graúdo sobre a camada de bloqueio;
- c) Preenchimento dos vazios do agregado graúdo através do espalhamento e rolagem de uma camada de enchimento, constituída de agregado miúdo, sobre o mesmo;
- d) Compactação final da camada.

Agregado Graúdo:

O Agregado Graúdo deverá ser constituído por pedra britada tipo rachão, produto total de britagem primária, devendo ser constituído de fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lameladas ou alongado, macio ou de fácil desintegração, ou de outras substâncias prejudiciais.

Quando submetidos a ciclos de ensaios de durabilidades (soundness test), deve apresentar uma perda máxima de 20%, contendo sulfato de sódio e 30% com sulfato de magnésio. A percentagem de desgaste no ensaio Los Angeles deverá ser inferior a 65%.

O diâmetro máximo do agregado graúdo deverá ser de 4”. No entanto, devido ao processo de obtenção da pedra rachão, admitir-se-á um percentual de 10% de agregado com granulometria entre 4” e 6”.

Agregado miúdo:

As camadas de bloqueio e de enchimento deverão ser constituídas por produto de britagem com 50% do material com granulometria inferior a 3/8”, de forma a permitir o travamento da camada de pedra rachão e evitar a sub-penetração do material do subleito.



Execução:

Compreendem as operações de execução da camada de bloqueio, agregado graúdo e miúdo e material de enchimento realizada na pista devidamente preparada na largura desejada e nas quantidades que permitem, após compressão atingir a espessura projetada.

Deverá ser executada antes do espalhamento do agregado graúdo que cubra toda a largura da plataforma, compreendendo pista e acostamento, tendo espessura de 3 a 5 cm.

Esta camada é muito importante em locais de subleito expansivo, devendo ser rolada com rolo liso vibratório para acomodação após o espalhamento uniforme com equipamento de lâmina.

Agregado Graúdo: O agregado graúdo, com diâmetro máximo de 4" , será espalhado em uma camada de espessura constante, uniformemente solta e disposta de modo que seja obtida a espessura comprimida especificada, atendendo aos alinhamentos e perfis de projetados.

Este espalhamento deverá ser feito com trator de lâmina pesado, executando-se após, a primeira operação de compreensão com equipamento pesado observando-se a não degradação do agregado graúdo, até que consiga um bom entrosamento do agregado graúdo e a conformação transversal necessária. A sub-base de pedra rachão deverá ser executada em camadas (pedra rachão + enchimento) de no Máximo 20 cm de espessura acabada cada uma.

Material de enchimento e Acabamento:

O material de enchimento deverá ser espalhado com moto niveladora sobre a camada de agregado graúdo, a seco, de modo a preencher os vazios de agregado já parcialmente comprimido.

A seguir continua-se com a compressão com rolo liso vibratório para reforçar a penetração do material de enchimento nos vazios do agregado graúdo. A camada de fechamento penetrará totalmente na camada de pedra rachão, regularizando-a.

Será dada como terminada a compressão quando desaparecerem as ondulações na frente do rolo e a sub-base se apresente completamente firme.



Concluídas estas operações, a sub-base deverá ser aberta ao tráfego de obra com a finalidade de revelar pontos fracos que deverão ser corrigidos antes da execução da base, com a adição de material de enchimento.

Bica Corrida;

Esta especificação se aplica à execução da sub-base dos pavimentos com produto total de britagem (bica corrida). Será empregado o produto total da britagem de rocha sã, livre de impurezas, de boa cubicidade, sem grãos alterados.

Serão empregados, além dos equipamentos de exploração de pedreiras e britagem, moto niveladoras, pás-carregadeiras, carros-tanque distribuidores de água, rolos compactadores tipo vibratório liso, *tandem* ou pneumático tipo pesado.

Compreende as operações de espalhamento, mistura, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após compactação, atingir a espessura projetada. Quando houver necessidade de executar camadas de sub-base com espessura final superior a 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de sub-base será de 10 cm, após a compactação.

Todas as camadas serão controladas geometricamente de modo a manter constante a espessura compactada. Serão tolerados, nas espessuras individuais, desvios, para mais ou para menos, de até 1,5 cm. Na última camada de bica corrida, as seções transversais serão medidas e niveladas nos pontos de controle geométrico estabelecidos pela Fiscalização.

Tolerar-se-á:

- a) variação de até 10 cm para mais na largura;
- b) cotas da superfície acabada compreendida no intervalo (cota de projeto -2 cm) a (cota de projeto + 1 cm). A superfície acabada deve se afastar de 1,5 cm da face inferior de uma régua de 3 m, colocada em um ponto qualquer, seguindo uma direção qualquer.



Passeio de Concreto:

a) Objetivo

Esta especificação fixa as condições mínimas que devem ser observadas na execução de passeio de concreto.

b) Condições Gerais

O concreto deve ser dosado no traço mais apropriado à trabalhabilidade e à resistência requerida, ou conforma indicado no projeto.

c) Condições Específicas

Preparo da base:

O solo que constituirá a base da calçada deverá ser devidamente compactado. Eventualmente poderá ser exigida base de pedra britada n.º 1 que deverá ser aplicada conforme instruções da Fiscalização.

Materiais:

O concreto de cimento Portland para execução de passeios deverá ter $f_{ck} > 150 \text{ kgf/cm}^2$.

Preparada a base, devem ser colocadas formas de ripas de madeira, formando quadrados ou retângulos, com panos máximos de 1,50 x 1,50m. As ripas devem ser apoiadas diretamente sobre a base e fixadas por ponteiro cravados na base.

O bordo superior de ripa deve ficar na cota de projeto; para isto, eventualmente, poderão elas ser calçadas ou a base ser ligeiramente escavada, formando um rebaixo.

Antes da colocação das formas, deve-se verificar se todas as canalizações e outros dispositivos que devam passar por sob o passeio foram definitivamente instalados. A fixação das formas deve ser suficientemente rígida, de modo que sua posição não seja alterada pela pressão do concreto ou por choques eventuais.



Os equipamentos a serem usados serão os convencionais para este tipo de trabalho, tais como betoneiras, vibradores, ferramentas manuais, equipamentos de transporte, etc.

Antes da concretagem, o leito da base deve ser limpo e umedecido para não absorver a água de mistura do concreto.

O concreto deve ser esparramado sobre a base e desempenado com régua apoiada nas formas. Terminada a concretagem a superfície deverá ser acabada com desempenadeira e obturada todas as cavidades formadas por bolhas de ar ou devido à incrustação de materiais estranhos. A superfície dos panos concretados deve ser protegida com material saturado de água, mantido molhado durante o período de cura.

O passeio somente será liberado decorridos 7 dias de cura. Somente serão recebidos os serviços executados desta especificação. Quando os resultados não cumprirem as condições desta especificação, a Fiscalização poderá exigir a re-execução dos serviços inadequados. A re-execução dos serviços correrá a expensas da Contratada. Cabe à Contratada conservar os passeios em condições de recebimento pela Fiscalização.

d) Manejo Ambiental

Os cuidados a serem observados visando a preservação do meio ambiente, nos serviços de execução de passeios devem estar em conformidade às recomendações das especificações DNER-ES 279 e DNER-ES 281. Deverá sempre haver cuidados especial, de modo a minimizar os danos inevitáveis da área lindeira durante a execução desta camada.

e) Inspeção

Controle de qualidade de execução.

Nivelamento da cota de terraplanagem dos passeios nas duas bordas de 5 m em 5 m.

Nivelamento das bordas dos passeios de 5 m em 5 m. Medidas da largura dos passeios de 5 m em 5 m. A tolerância para largura do passeio acabado é de + 5 cm.



Remanejamento de Interferências:

a) Redes de esgoto

Esta especificação visa a execução do remanejamento de redes de esgoto.

Materiais: Os materiais necessários para a execução da obra são os seguintes:

- estacas de eucalipto diâmetro 0,30m de comprimento estimado em 6,0m;
- agregado graúdo para concreto;
- agregação miúdo para concreto;
- cimento;
- água;
- aço CA-50;
- formas comuns de madeira;
- tubos de concreto ponta e bolsa;
- anéis de borracha.

As redes de esgoto deverão ser executadas em tubos de concreto ponta e bolsa com anel de borracha de acordo com as especificações da Concessionária local. Os tubos deverão ser assentados sobre berço de areia ou concreto, conforme especificado no projeto.

Geométrico: A declividade longitudinal, bem como a locação dos tubos deverá ser determinada através de acompanhamento topográfico, obedecendo rigorosamente ao projeto e devidamente acompanhada pela Fiscalização da Concessionária.

Demais atividades, tais como, execução de berço de concreto, cravação de estaca de madeira, reaterro, etc, deverão obedecer às especificações correspondentes.

Tela



Descrição: inclui todos os serviços e materiais necessários para o funcionamento, estocagem, corte e montagem de telas tipo “Telcon” ou similar, nas estruturas de concreto armado e/ou projetado, bem como os serviços e materiais para emendas das telas, de acordo com o projeto e as especificações Técnicas.

Tubos de PVC

Descrição: Incluem o assentamento, escavações, reaterro e serviço em geral.

Pavimentação

Os serviços de execução de concreto asfáltico consistirão no fornecimento e mistura de agregado e asfalto, e no espalhamento e compactação da mistura na área a pavimentar, de acordo com as indicações do projeto, especificações e determinações da prefeitura.

Os materiais asfálticos a serem empregados serão cimentos asfálticos derivados do petróleo, devendo satisfazer as especificações da EB-78 da ABNT (Norma NP-12).

Quando necessários, para se obter adesividade satisfatória deverão ser utilizados aditivos, que deverão ser empregados conforme as especificações dos fabricantes e seu uso ter sido aprovado pela prefeitura.

O agregado graúdo, conforme preceitua o item 5 da EB-72, será pedra britada, a qual deve se constituir de fragmentos são, duráveis, livres de torrões de argila e substâncias nocivas. O valor Máximo tolerado, no ensaio de desgaste Los Angeles, é de 40% (Método DNER – DPT – M 35 – 64).

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes e apresentar moderadas angulosidades. Deve estar

Isento de torrões de argila e de substâncias nocivas, e apresentar um equivalente de areia igual ou superior a 55%.



O material de enchimento (filler) deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, inertes em relação aos demais componentes da mistura, não plásticos, tais como cimento Portland, cal extinta, pó-de-pedra, etc., e que atendam a granulometria recomendada pela ASSHO. A mistura de agregados minerais é constituída normalmente por três parcelas: pedra britada, areia e quando necessário “filler”.

A composição da mistura asfáltica será determinada pelo Método Marshal.

A mistura será executada em usina do tipo descontínuo ou gravimétrica, ou do tipo contínuo ou volumétrico. Os agregados, “filler”, e betume, serão dosados em peso ou volume, de acordo com o tipo de usina de asfalto a ser utilizada. Nenhum material, individualmente ou já sob forma de mistura, poderá ser utilizado sem antes ter sido aprovada pela prefeitura. Uma vez aprovados, é da responsabilidade da Contratada garantir a qualidade e uniformidade dos materiais.

Todos os equipamentos utilizados na execução da obra deverão ser aprovados pela prefeitura antes do início dos serviços, e deverão ser mantidos sempre em eficientes condições de operação. As misturas asfálticas deverão ser distribuídas na pista somente quando a base preparada para recebê-la estiver seca e o tempo não se apresentar chuvoso.

A mistura deverá ser transportada para o local de aplicação com um mínimo de perdas calóricas. Se a temperatura de qualquer mistura que sair da usina cair mais de 10°C entre o momento de sua partida e o de sua aplicação na pista a Contratada devesse cobrir as cargas com lonas ou adotar dispositivos que permitam diminuir a perda de calor. Imediatamente antes do espalhamento da mistura betuminosa, a superfície existente deverá ser limpa de todo o material solto prejudicial, procedendo-se a varrição com vassouras mecânicas ou rotativas.

Achando-se a mistura asfáltica em condições de utilização, deverá ser espalhada sobre a largura da pista afetada pelas obras. A mistura será lançada sobre uma base aprovada somente quando as condições de tempo forem adequadas.

A acabadora será acionada à velocidade recomendada por seu fabricante. Depois de compactada a largura da primeira faixa, passar-se-á à



segunda, executando-se o espalhamento, compactação e acabamento da mesma forma como especificado para a primeira.

Quando houver necessidade de espalhamento da mistura em duas camadas, o procedimento acima indicado para faixas duplas aplicar-se-á a cada uma das duas camadas executadas separadamente. Logo após o espalhamento e o “emparelhamento” da mistura, a superfície deverá ser vistoriada, corrigindo-se todas as irregularidades aparentes e em seguida compactação intensa e uniforme, por meio de rolagem.

Quando a espessura total compactada da camada de concreto asfáltico for de 5 cm ou menos, as operações de espalhamento e compactação poderão ser feitas numa única etapa. O espalhamento da mistura deverá ser feito de modo a evitar segregação e formação de núcleos de material graúdo ou fino. O trabalho de compactação poderá ser executado quando a mistura estiver nas condições requeridas e não produzir deslocamentos excessivos, trincas ou ondulações na mistura espalhada.

A rolagem inicial será efetuada com uma cobertura completa, dependendo do tipo e da temperatura da mistura, com um dos rolos especificados deslocando-se logo atrás da acabadora, e de peso tal que possa produzir afundamento ou deslocamento da mistura. O rolo compressor, liso se deslocará com seu cilindro motor rodando o mais próximo possível da acabadora, salvo determinação diversa da prefeitura.

Logo após a rolagem inicial, a mistura será integralmente compactada mediante o uso de rolo pneumático autopropulsado. A parte final da compactação será executada com rolo *tandem*, de dois ou três eixos, de peso especificado.

A compactação deverá ter início pelas bordas, progredindo em direção ao centro. Cada passada do rolo deverá ser recoberto, na sucessiva, pelo menos da largura rolada precedentemente, até compactar toda a superfície.

As faixas de rolagem alternadas do rolo terminarão em pontos de parada afastados 1 metro, no mínimo, dos pontos de parada anteriores.

Outros métodos de compactação (diferentes dos acima indicados) poderão ser determinados pela prefeitura, quando este assim julgar conveniente. Durante a rolagem, o rolo deverá ser mantido em operação até não imprimir mais marcas na massa compactada, e atingir a densidade



especificada. Junto a bueiros, muros de arrimo e outros locais inacessíveis ao rolo compressor, a mistura deverá ser compactada com soquetes manuais aquecidos, ou com mecânicos de compressão. A densidade da mistura compactada não deverá ser inferior a 95 % da densidade obtida em laboratório, com corpos de prova composta com materiais misturados nas proporções determinadas pela prefeitura.

Imprimação Ligante Betuminosa

Este serviço constituirá no fornecimento e aplicação do material betuminoso de baixa viscosidade entre as camadas finais do pavimento flexível. A finalidade é dar condições de aderência entre a base e a camada de rolamento, de concreto betuminoso.

Os materiais betuminosos a utilizar devem ser, de preferência, de baixa viscosidade para permitir um recobrimento delgado, de modo que o resíduo produza uma superfície seca e ligante.

O material betuminoso poderá ser um dos seguintes:

- asfaltos diluídos de cura CR – 70, CR 250, CR – 800;
- emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida RR-2C.

Devem ser observadas as especificações do IBP para os asfaltos diluídos tipo CR e as normas CNP-14 para as emulsões asfáltica catiônicas.

Amostras do material a utilizar devem ser previamente examinadas em laboratório para verificar se obedecem a esta Especificação. Nenhum material poderá ser usado sem a prevista aprovação da Fiscalização.

A escolha do material betuminoso deve ser feita em função da sua capacidade de penetração e da textura do material de base. A faixa de viscosidade correta será determinada pela Fiscalização. A taxa de aplicação deve ser indicada no projeto executivo estabelecida pela Fiscalização, devendo ser determinada experimentalmente no canteiro de obras.

A pintura ligante deve ser executada somente sobre superfícies limpas e quando a temperatura ambiente à sombra for de pelo menos 13°C em ascensão ou de 15°C quando em declínio, sem neblina ou chuva iminente.



Imediatamente antes da aplicação da pintura ligante sobre a superfície da base asfáltica já preparada, todos os materiais soltos ou nocivos e o pó devem ser removidos por meio de varredura com emprego de vassoura mecânica completada por operação manual.

Cuidado particular deve ser tomado para limpar inteiramente as bordas externas da faixa a pintar, especialmente as que forem adjacentes a depósitos de agregados minerais que possam ter sido colocados na plataforma, os quais devem ser removidos manualmente antes da varredura.

Depois de preparada a superfície, aplica-se o material ligante na temperatura fixada pelo seu tipo, quantidade certa, e de modo uniforme. A taxa de aplicação deve situar-se em torno de 0,5 litro por metro quadrado. O material betuminoso deve ser distribuído sob pressão uniforme. A quebra admissível da taxa pré-estabelecida será de 0,1 litro por metro quadrado. Para evitar a superposição ou excesso de material nos pontos iniciais e finais da pintura, devem ser colocadas faixas de papel tipo “Kraft” transversalmente na pista, de modo que o material betuminoso comece e cesse de sair da barra de distribuição sobre essas faixas. O papel será, depois, removido.

Um regador ou um distribuidor manual equipado com bico de pulverização deverá ser usado para aplicar o material ligante nas áreas inacessíveis ao distribuidor e para retocar todos os lugares omitidos pelo distribuidor. A contratada deve corrigir imediatamente qualquer folha de aplicações constatada. Após a aplicação do material ligante, deverão ser observados os seguintes cuidados para com a película acabada antes da aplicação da camada betuminosa sobrejacentes:

- o asfalto diluído deve permanecer em cura até completa evaporação do solvente, o que ocorre normalmente de 8 a 24 horas depois da aplicação;
- a ruptura da emulsão asfáltica catiônica deve ocorrer dentro de 5 a 10 minutos após a aplicação e a secagem da superfície deve ser completa.

Macadame Betuminoso

Os serviços consistem no fornecimento, carga, transporte e descarga dos materiais, mão-de-obra e equipamentos adequados, necessários à execução e ao controle de qualidade de camadas de macadame betuminoso,



em conformidade com a norma apresentada a seguir e detalhes executivos contínuos no projeto.

Consistem em duas aplicações alternadas de ligante betuminoso, uma distribuição de agregado graúdo e duas distribuições de agregado miúdo em quantidades especificadas, devidamente espalhadas, niveladas e compactadas.

Condição Física da Camada de Apoio do Macadame Betuminoso

Caso a execução do macadame asfáltico não se efetue logo após a execução da camada de apoio subjacente e de modo especial, quando a mesma esteve exposta a chuvas, devem ser realizadas nesta camada de apoio as seguintes determinações:

Determinação da presença de água livre na camada mediante a abertura de um furo (D=15cm) em toda sua espessura. A ocorrência de água livre drenada da camada para o furo caracteriza uma saturação da parte superficial (4 cm) da camada inferior ao macadame hidráulico.

Verificação, através da observação no fundo do furo, da possível saturação da parte superficial (4 cm) da camada inferior ao macadame hidráulico.

Caso ocorra uma das situações indicadas acima a macadame betuminoso não poderá ser executado, devendo ser aguardada a secagem da camada de macadame hidráulico de modo que as citadas situações não mais se verifiquem. Tão logo isto se dê, poderá ser autorizada a construção do macadame betuminoso.

Macadame Hidráulico

Estes serviços consistirão no fornecimento, distribuição e compressão de uma ou mais camadas agregadas minerais graúdo e de material de enchimento aglutinado pela adição de água, de acordo os alinhamentos, cotas e seções transversais indicadas no projeto.



A camada subjacente, sobre a qual será executada a base de macadame hidráulico, deverá estar perfeitamente regularizada, consolidada e aprovada pela Fiscalização.

A base de macadame hidráulico será construída com produto total de britagem, de modo que venha apresentar estabilidade e durabilidade conveniente, satisfazendo aos requisitos de granulometria e qualidade estabelecida nesta Especificação.

Não é permitido o transporte de brita e material de enchimento quando as condições de tempo forem tais que as operações de transporte e distribuição ocasionem danos aos serviços já executados.

Também é vedado constituir base de macadame hidráulico sobre a superfície encharcada do subleito. A camada subjacente, sobre cuja superfície será executada a camada de macadame hidráulico deverá estar moldada com acabamento cuidadoso, de modo a não apresentar desigualdades ou depressão e estar suficientemente drenada.

A camada subjacente, após a relocação, deverá estar de acordo com a seção transversal tipo e com as cotas de projeto, dentro das tolerâncias permitidas nas especificações destes serviços. A espessura final compactada de camada de macadame hidráulico será no mínimo de 7 cm.

Quando a espessura a executar for superior a 14 cm, a distribuição deverá ser feita em duas etapas sucessivas. Neste caso, a primeira camada deverá ter a largura aumentada de 20 cm. Quando o material da sub-base tiver de 30% em peso passando na peneira nº 200 deverá ser executada, antes do primeiro espalhamento do agregado graúdo, uma camada de bloqueio em toda largura da plataforma com uma espessura de 3 a 5 cm após a compactação. Esta camada, que também terá a função de camada drenantes, será definida pela Fiscalização.

O agregado graúdo será espalhado em uma camada de espessura uniforme, uniformemente solto a disposição de modo a que seja obtida a espessura comprimida Especificada, atendendo aos alinhamentos e perfis projetados. O espalhamento deverá ser feito de modo que não haja segregação das partículas de agregado, por meios mecânicos.

Não será permitida a descarga do agregado em pilhas ou cordões, devendo o espalhamento ser feito diretamente dos caminhões basculantes em



espessura a mais uniforme possível, seguidos de acerto definitivo com a lâmina da moto-niveladora. Depois do espalhamento e acerto do agregado graúdo, será feita a verificação do greide longitudinal e seção transversal, com cordéis, gabarito etc., sendo, então, corrigidos os pontos com excesso ou deficiência de material.

Nesta operação deverá ser usada brita com a mesma granulometria da usada na camada em execução, sendo vedado o uso da brita miúda para tal fim. Os fragmentos alongados, lamelares, ou de tamanhos excessivos, visíveis na superfície de agregado espalhado, deverão ser removidos.

A compressão inicial deverá ser feita com um rolo de 3 rodas, pesando 10 e 12 toneladas, ou rolo vibratório, aprovado pela Fiscalização. Em qualquer faixa, esta passagem deve ser feita em marcha à ré e à velocidade reduzida (1,8 a 2,4 Km/h), devendo também as manobras do rolo ser realizadas fora da base em compressão. Nos trechos em tangente, a compressão deve partir, sempre, dos bordos para o eixo e, nas curvas, do bordo interno para o bordo externo.

Em cada deslocamento do rolo compressor, a faixa anteriormente comprimida deve ser recoberta de, pelo menos, metade da largura da roda traseira do rolo. Após obter-se a cobertura completa da área em compressão ser feita uma nova verificação do greide longitudinal e seção transversal, efetuando-se as correções necessárias.

A operação de compressão deverá prosseguir até que se consiga um bom entrosamento do agregado graúdo, sem formar ondas diante do rolo. O material de enchimento deverá ser, a seguir, espalhados por meios manuais ou mecânicos, em quantidade suficiente para encher os vazios do agregado já parcialmente comprimido.

O material do enchimento deverá ser descarregado em pilhas sobre o agregado graúdo, mas espalhadas em camadas finas, seja por meio de espalhadores mecânicos, diretamente dos caminhões, ou por meios manuais. A aplicação do material de enchimento deverá ser feita em 03 (três) ou mais camadas sucessivas, durante o que se deve continuar a compressão e força a sua penetração nos vazios do agregado graúdo por meio de vassouras manuais ou mecânicas.



Quando não for possível a penetração do material de enchimento a seco dado início à irrigação da base, ao mesmo tempo em que se espalha mais material de enchimento e se prossegue com as operações de compressão. A irrigação e aplicação do material de enchimento deverão prosseguir até que se forme na frente do rolo uma pasta de material de enchimento e água.

Será dada como terminada a compressão quando desaparecer as ondulações na frente do rolo e a base se apresentarem completamente firme. Quando a construção da base de macadame hidráulico for feita em duas etapas, a primeira camada deverá estar completamente seca antes de iniciarse a execução da segunda.

Ambas as camadas deverão ser construídas obedecendo ao procedimento descrito acima. No caso de construção em meia pista, será obrigatório o uso de fôrmas ao longo do eixo. As formas poderão ser metálicas ou de madeira, tendo estas últimas uma espessura mínima de 5 cm. No caso da construção em duas etapas, a linha de junção das duas meias-pista inferiores não deverá coincidir com a das duas meias pistas superiores. Terminada a construção da base de macadame hidráulico deve-se deixá-la secar, durante um período de 7 a 15 dias, antes da execução do revestimento.

Construção de Camada de Isolamento

A camada de isolamento deverá ser construída sobre a superfície da base, conforme indicado no projeto. Esta camada deverá ter 3 a 5 cm de espessura após a compactação, será definida pela Fiscalização.

Reforço do subleito

Reforço do subleito é a camada do pavimento que tem o objetivo de dotar a estrutura de uma fundação com qualidades e suporte superiores ao do solo encontrado no local quando este não atender às exigências do projeto. O reforço do subleito conforme a plataforma transversal e longitudinal e será executado de acordo com as dimensões do projeto, sobre o subleito regularizado.



Os materiais a serem empregados no reforço deverão possuir características superiores aos do subleito e serem provenientes de jazidas ou depósitos, ou mesmo de cortes dentro da faixa da própria obra desde que atendam às características mínimas exigidas pelo projeto.

Os materiais do reforço deverão ter um índice de suporte Califórnia (ISC/CBR) mínimo especificado pelo projeto. A expansão máxima deverá ser de 1,0%. Os solos utilizados deverão estar isentos de vegetais ou materiais orgânicos.

Execução

Sobre a plataforma de terraplenagem devidamente regularizada distribui-se o material que constituirá a camada de reforço. Após o depósito e espalhamento com equipamento adequado, deverão ser efetuadas as correções de umidade. A água deve ser adicionada parceladamente, seguindo-se a cada fração de água acrescentada rigorosa homogeneização. Após a última incorporação de fração que totaliza a quantidade de água requerida, a homogeneização deve prosseguir até obter-se total uniformidade e teor de umidade especificado.

Se o material a ser empregado apresentar excesso de umidade deve-se proceder à aeração até que o teor de água apresente-se uniforme e de acordo com o especificado. A compactação deverá ser executada em camada de no mínimo 10 cm e no Máximo 20 cm acabadas. Serão permitidos retoques superficiais desde que executados em corte. Nos locais em que sejam necessárias em aterro, será feita a escarificação dos 10 cm superiores da última camada executada, adicionando o material necessário para a complementação e repetidas as operações de compactação.



17. - SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

CÁLCULO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

17.1. - INTRODUÇÃO

No projeto do sistema de drenagem de águas pluviais, a área de interesse foi dividida em sub-bacias, delimitadas a partir da planta geométrica. Inclui o sistema viário e áreas adjacentes, caracterizando-o em microdrenagem.

O escoamento, captação e condução das águas pluviais da área urbana, foram adotados a captação através de boca de lobo (simples e dupla) com escoamento das vazões captadas por meio de sarjetas e sarjetões. O uso destas estruturas substitui as galerias com tubos em excesso.

Os sarjetões são instalados nas esquinas de acordo com a inclinação das vias para direcionamento das águas de chuva para a próxima quadra ou boca de lobo.

Foi adotado o Método Racional para a determinação das vazões de projeto; que relaciona diretamente a precipitação com o deflúvio, considerando as principais características da bacia, tais como área, permeabilidade, forma, declividade média. Comumente utilizado para bacias urbanas com áreas inferiores a 2 Km², foram obedecidos e adotados os seguintes princípios:

- Nas galerias de Águas Pluviais temos as condições de escoamento com conduto livre, em regime permanente e uniforme;
- As dimensões da galeria não devem decrescer na direção de jusante, mesmo que, com o aumento da declividade, um conduto de menores dimensões tenha capacidade adequada;
- A declividade da galeria, tanto quanto possível, deve ser igual a do terreno para termos menos escavação;
- Na junção de galerias de dimensões diferentes as geratrizes superiores terão a mesma cota;



- A velocidade mínima, a plena seção, é de 0,75m/s;
- A velocidade máxima ser de 5,0 m/s;
- A relação lamina / diâmetro ser menor ou igual a 0,81;
- Recobrimento mínimo de 1,0 metro acima da geratriz superior do tubo.

17.2. - ELEMENTOS DO SISTEMA PROJETADO:

17.2.1. - Definições dos Elementos:

O sistema de drenagem de águas pluviais projetados é composto por uma série de unidades e dispositivos hidráulicos para os quais é dada uma terminologia própria e cujos elementos mais frequentes são conceituados a seguir:

- Greide – é uma linha do perfil correspondente ao eixo longitudinal da superfície livre da via ou rua;
- Guia - também conhecida como meio fio, é a faixa longitudinal de separação do passeio com o leito viário. Geralmente feito em concreto;
- Sarjeta – é o canal longitudinal, em geral triangular, situado entre a guia e a via destinada a coletar e conduzir as águas de escoamento superficial até os pontos de coleta;
- Sarjetões – canal de seção triangular situado nos pontos baixos ou nos encontros das vias destinados a conectar sarjetas ou encaminhar efluentes destas para os pontos de coleta;
- Bocas coletoras – também denominadas de bocas de lobo, são estruturas hidráulicas para captação das águas superficiais transportadas pelas sarjetas e sarjetões, em geral situam-se sob o passeio ou sob a sarjeta;



- Poços de visita – são câmaras visitáveis situadas em pontos previamente determinados, destinados a permitir a inspeção e limpeza dos condutos subterrâneos;
- Caixas de ligação – também denominadas caixas mortas, são caixas de alvenaria subterrâneas não visitáveis, com a finalidade de reunir condutos de ligação ou estes a galeria;
- Galerias - são condutos destinados ao transporte das águas captadas, nas bocas coletadas até os pontos de lançamento, tecnicamente denominado de galerias tendo em vista serem constituídas com diâmetro mínimo de 600 mm;
- Condutos de ligação – também denominados de tubulações de ligação, são destinadas ao transporte de água coletada nas bocas coletoras até às galerias pluviais;
- Trecho de galerias – é a parte da galeria situada entre dois poços de visita consecutivos;
- Canaleta - são canais que interligam duas bocas de lobo sob a via, possui grade no nível do pavimento para facilitar sua limpeza;
- Valeta ou canal trapezoidal – são canais que acompanham a declividade do terreno e conduzem toda água captada para o seu destino final.

17.3. - PARÂMETROS DE PROJETO

- Tempo de concentração - define-se o tempo de concentração como sendo o tempo em minutos decorrido desde o início da precipitação torrencial sobre a bacia até o instante em que toda bacia passa a contribuir para o escoamento a jusante da mesma;
- Período de retorno - os sistemas de microdrenagem, em geral, são dimensionados para frequências de descargas de 25 a 50 anos, de acordo com as características da ocupação da área que se quer beneficiar, foi considerado, entretanto a importância e segurança da obra;



- Coeficiente de escoamento superficial – este coeficiente exprime a relação entre o volume de escoamento livre superficial e o total precipitado. É por definição a grandeza, no método racional, que requer maior acuidade na sua determinação, tendo em vista o grande número de variáveis que influem no volume escoado, tais como infiltração, armazenamento, evaporação, detenção, tornando necessariamente, uma adoção empírica do valor adequado.

Tabela 19: Coeficiente C de acordo com o revestimento da superfície

Natureza da Superfície	C
Pavimentadas com concreto	0,80 a 0,95
Asfaltadas em bom estado	0,85 a 0,95
Asfaltadas e má conservadas	0,70 a 0,85
Pavimentadas com paralelepípedos rejuntados	0,75 a 0,85
Pavimentadas com pedras irregulares e sem rejuntamento	0,40 a 0,50
Macadamizadas	0,25 a 0,60
Encascalhadas	0,15 a 0,30
Calçadas	0,75 a 0,85
Telhados	0,75 a 0,95

Tabela 20: Coeficiente C de acordo com a ocupação da área

Natureza da Superfície	C
Áreas centrais, densamente construídas, com ruas pavimentadas.	0,70 a 0,90
Áreas adjacentes ao centro, com ruas pavimentadas.	0,50 a 0,70
Áreas residenciais com casa isoladas	0,25 a 0,50
Áreas suburbanas pouco edificadas	0,10 a 0,20



Tabela 21: Coeficiente **C** para solos arenosos.

Inclinação do terreno	C
$I \leq 2\%$	0,05 a 0,10
$2\% < I < 7\%$	0,10 a 0,15
$I \geq 7\%$	0,15 a 0,20

Tabela 22: Coeficiente **C** para solos pesados.

Inclinação do terreno	C
$I \leq 2\%$	0,15 a 0,20
$2\% < I < 7\%$	0,20 a 0,25
$I \geq 7\%$	0,25 a 0,30

- Intensidade média das precipitações – é a quantidade de chuva por unidade tempo para um período de recorrência e duração prevista. Sua determinação, em geral, é feita através de análise de curvas que relacionam intensidade/duração/frequência, elaboradas a partir de dados pluviográficos anotados ao longo de vários anos de observações que antecedem ao período de determinação de cada chuva.

Para localidades onde ainda não foi definida ou estudada a relação citada, o procedimento prático é adotarem-se, com as devidas reservas, equações já determinadas para regiões similares climatologicamente.

Para o cálculo da intensidade de precipitação utilizou-se a equação descrita na planilha de cálculo de drenagem em anexo, onde foram considerados a duração das chuvas intensa e o período de retorno adequado a este tipo de obra.



17.4. - FÓRMULAS UTILIZADAS

17.4.1. - Método Racional

O Método racional presume como conceito básico que o máximo caudal para uma pequena bacia, ocorre quando toda a bacia está contribuindo, e que este caudal é igual a uma fração da precipitação média. Em termos de forma analítica, a fórmula é:

$$Q = C.i.A$$

Onde:

Q = vazão que deflui sobre a superfície do solo, em L/s ou m³/s;

C = coeficiente de escoamento superficial, dado pela relação entre o pico de vazão e a chuva média sobre a área receptora;

i = intensidade média da chuva, em L/s.ha, m³/s ha;

A = área da bacia receptora de chuva em hectares.

17.4.2. - Cálculo da Capacidade de vazão de uma sarjeta:

No cálculo de vazão de uma sarjeta, foi utilizada a fórmula de Izzard para escoamento de um canal triangular:

$$Q = 0,375 \times \sqrt{I} \times \frac{Z}{n} \times y^{\frac{8}{3}}$$

onde:

Q = vazão em m³/s;

n = coeficiente de rugosidade de Manning relativo à sarjeta, adotou-se 0,013 (concreto acabamento manual áspero);

Z = inverso da declividade transversal ∴ Z = 12;

y = altura máxima da lamina d'água na guia ∴ y = 0,13 m;

I = declividade longitudinal da rua em m/m.



17.4.3. - Cálculo das galerias de águas pluviais:

Utilizou-se a Formula de Manning:

$$Q = 0,312 \times D^{\frac{4}{3}} \times \frac{\sqrt{I}}{n}$$

onde:

Q = vazão em m³/s;

D = diâmetro em metros;

I = declividade em m/m;

n = natureza da parede do tubo, concreto n = 0,013.

17.5. - CÁLCULOS

17.5.1. - Vazões das Sub-Bacias

Os cálculos estão em planilha anexo.

17.5.2. - Galerias de Tubos

As tubulações existentes abrangem grande parte da área urbana, e são de diâmetros compatíveis com as vazões; sendo necessários alguns trechos de prolongamentos com os mesmos diâmetros das tubulações a jusante. Será necessária uma adequação da captação das águas através de aumento do número de boca de lobo, e seu melhor posicionamento na via a fim de utilizar sua plena eficiência de captação. Será também necessária a instalação de sarjetões certas ruas (anexo em projeto) para o direcionamento correto para o sistema de captação.



17.6. - DESTINO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

As águas pluviais, depois de escoarem superficialmente pelas sarjetas e coletadas nas bocas-de-lobo, serão conduzidas pelas tubulações para as canaletas de saída (dissipadores de energia) diminuindo assim sua velocidade e lançadas no Córrego mais próximo, ou em Caixas Secas propostas.



17.7. – PLANILHA DE DRENAGEM

 <p>ENVIRONMENTAL PROJECT MANAGEMENT GERENCIAMENTO DE PROJETOS AMBIENTAIS</p>	<p>PLANILHA DE CÁLCULO DE SISTEMA DE DRENAGEM</p>	<p>LOCAL: IBIRAREMA-SP</p>	<p>DATA: OUTUBRO/2015</p>
		<p>BACIA: URBANA</p>	<p>FOLHA: 1 de 06</p>
<p>DETERMINAÇÃO DOS PARÂMETROS MÉTODO RACIONAL</p>			
<p>CHUVA DE PROJETO :</p>			
<p>De acordo com o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos SIGRH, deverá ser usada a equação do município de Salto Grande: "Salto Grande - D6-289M"</p>		<p>A = 26,4615 B = 20 C = -0,8479 D = 5,1394 E = 10 F = -0,8016 G = -0,4713 H = -0,8699 t = 30,00 T = 50,00</p>	
<p>DADOS:</p>			
<p>t = 30,00 Duração da Chuva (min) Tr = 50,00 Período de Retorno (anos)</p>	$i_{t,T} = A * (t + B)^C + D * (t + E)^F * (G + (H * \ln(\ln(T/(T-1)))))$ $i_{t,T} = 26,4615 (30+20)^{-0,8479} + 5,1394 (30+10)^{-0,8016} [-0,4713 - 0,8699 \ln \ln(50/50-1)]$		<p>i = 1,74031 mm/min i = 104,42 mm/hora Intensidade Máx. Média da Chuva</p>
<p>Coeficiente de Escoamento Superficial :</p>			
<p>C = 0,80</p>	<p>VAZÃO DE PROJETO :</p>		<p>Q = C . I . A</p>
<p>Coef. de Rugosidade :</p>			
<p>n = 0,013</p>	<p>Q = 0,23204 x A m3/s</p>		
<p>Área (A) - ha</p>			



17.8. – BACIAS DE DRENAGEM DO MUNICÍPIO

Para o desenvolvimento dos cálculos de drenagem, o município foi dividido em 09 bacias de contribuição, por onde escoam a água no município de Ibirarema, conforme mapa anexo, e figura abaixo:

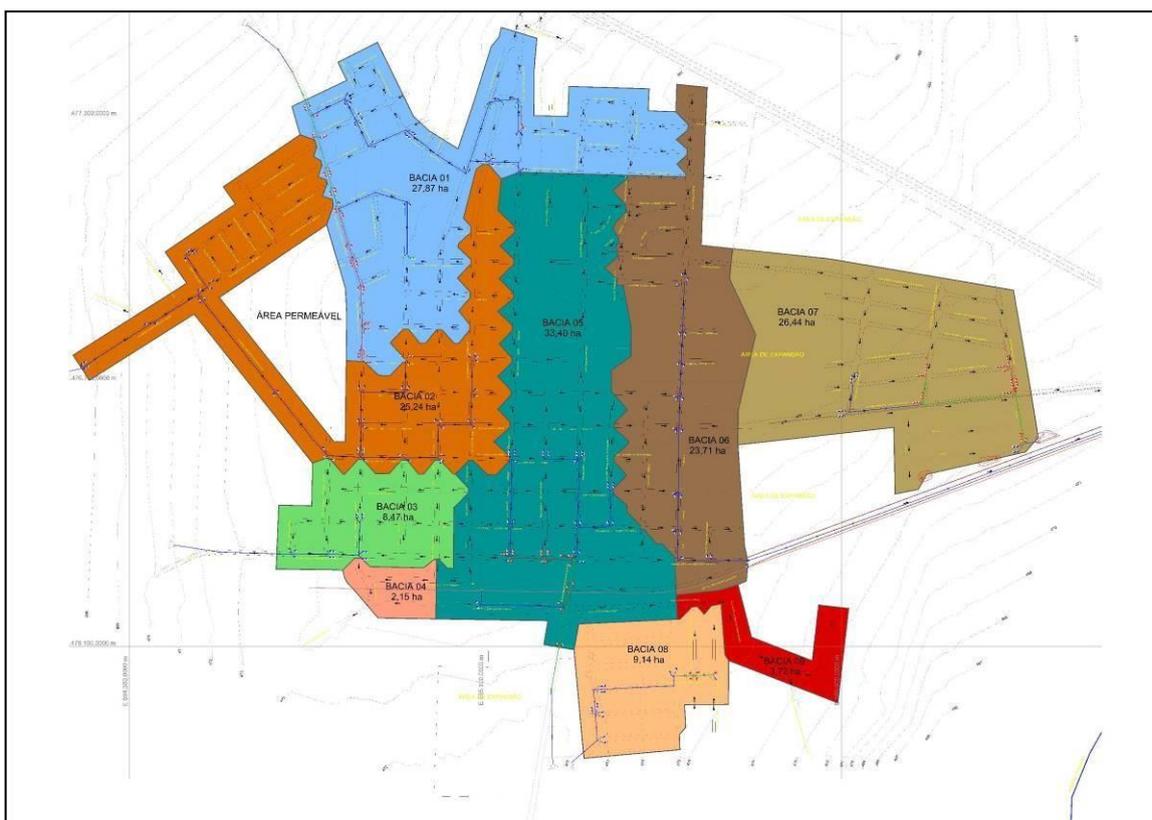


Figura 13 – Bacias de contribuição do município

17.8.1. – Prioridades de investimento

Foram definidos junto ao corpo técnico da Prefeitura, de acordo com as necessidades emergenciais do município, as bacias prioritárias para investimento nas redes de drenagem implantadas neste projeto, levando em consideração os pontos críticos principais e custos estimados para implantação de cada bacia de contribuição definida em projeto. Na figura 14 a seguir, é possível identificar as bacias com seu nível de prioridade.



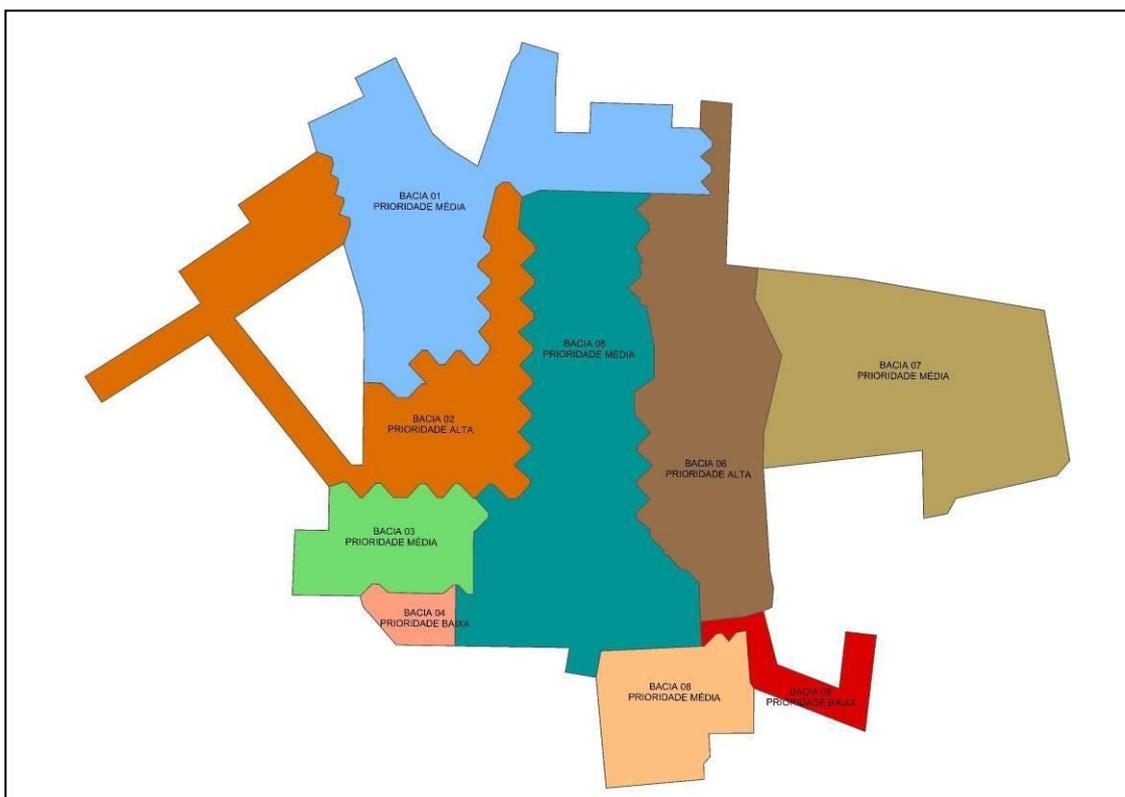


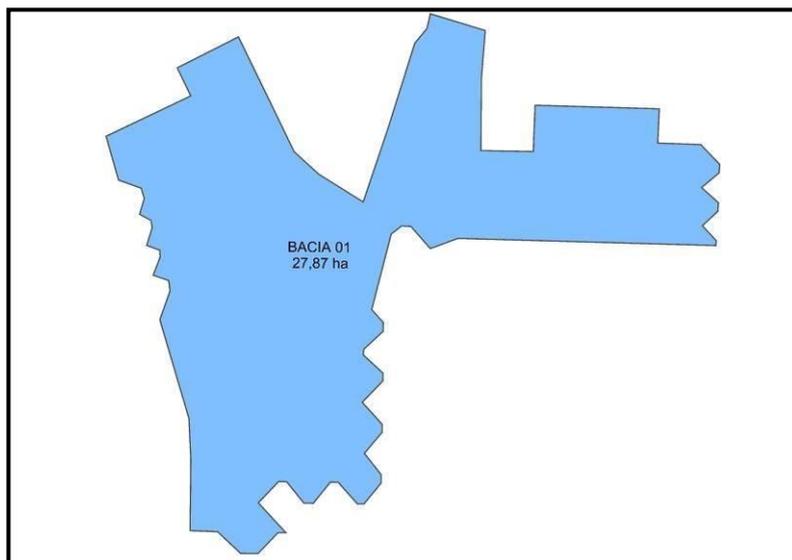
Figura 14 – Prioridades de investimentos das Bacias

17.8.2. – Descrição dos sistemas de drenagem proposto por Bacia

A seguir, serão apresentados os resultados e conclusões referentes ao sistema de drenagem em cada uma das bacias estudadas. Toda a descrição neste item está detalhada em anexo na Folha 08/11 – Projeto de Implantação.

Bacia 01:





A área de drenagem correspondente a Bacia 01 é de 27,87 ha. Foram diagnosticadas duas redes de drenagem existente, conforme detalhado no Mapa Planialtimétrico Cadastral anexo. A primeira rede existente correspondente a essa bacia está localizada logo na entrada do município, na rotatória principal de acesso, próximo às ruas Ministro Salgado Filho e Capitão Pedro Messias. A tubulação de diâmetro igual a 400mm, está sendo interligada diretamente por bocas-de-lobo, e a dissipação ocorre de maneira inadequada à margem esquerda da Rua Ministro Salgado Filho, causando início de processos erosivos no local. A outra rede de galerias existente dentro dessa bacia, se estende pelas Ruas João Domiciano Pereira e Francisco José da Silva Onça. O sistema existente é composto por bocas-de-lobo que captam a água da chuva, que são transportadas através de ramais para poços de visita, que interligam os trechos principais da galeria, que possui diâmetro igual a 1000 mm até a dissipação, que ocorre no final da Rua Francisco José da Silva Onça, de maneira incorreta, lançando a meia encosta, causando processos erosivos no local, próximo ao Distrito Industrial.

Foi proposto a interligação entre os dois sistemas de drenagem existentes, com melhorias na captação de águas pluviais, implantação de

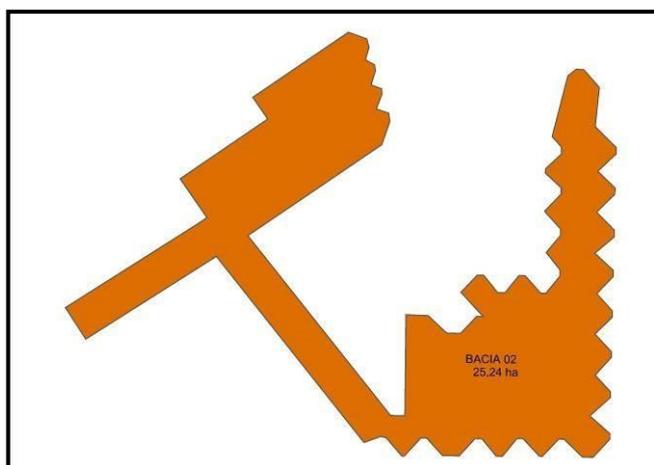


bocas-de-lobo e poços de visita para interligação dos trechos de galeria. O primeiro trecho próximo ao acesso principal do município foi suprimido, minimizando assim, os processos erosivos presente no local devido a dissipação incorreta. Os trechos se interligam no cruzamento das Ruas Francisco José da Silva Onça e Joaquim Costa Aranha, e seguem até a dissipação próximo ao Distrito Industrial, onde foi proposto a construção de uma caixa seca com camadas de materiais drenantes para infiltração, localizado no final da Rua Francisco José da Silva, evitando assim possíveis erosões pelo lançamento inadequado das águas captadas nessa bacia.

Os diâmetros das redes de galerias propostas na bacia 01 variam entre 600 e 1500mm. Os trechos em vermelho no projeto (T1-1 a T1-8), atendem a vazão e foram mantidos, já os trechos em verde (T1-9 a T1-15), precisam ser substituídos, ou seja, precisam de um aumento no diâmetro na tubulação, visto que a área de drenagem é grande, e o diâmetro existente não suporta a vazão de chegada nas tubulações.

De acordo com a classificação de prioridade, definido em relação aos pontos mais críticos do município, essa bacia possui Prioridade Média.

Bacia 02:



A área de drenagem da Bacia 02 é de 25,24 ha. No local foram identificados dois trechos de galerias existentes independentes, que dissipam em locais diferentes, ambos irregulares.

O primeiro trecho de galeria localizado no final da rua Vereador Eusébio de Paula Lima, é composta por uma boca-de-lobo que faz a captação da água de chuva da bacia e dissipa, através de um trecho de ramal com diâmetro de 400 mm, a meia encosta, causando processos erosivos no local. Esse trecho foi suprimido, evitando assim o aumento da erosão urbana no local. A área de contribuição desse trecho foi desviada com a proposta de construção de sarjetões, que desviarão o fluxo da água para o sistema de drenagem proposta para a bacia.

O outro trecho de galerias existentes está localizado no final da Rua Vicente da Costa Melo, próximo ao Velório Municipal, com a presença de bocas-de-lobo que estão danificadas e entupidas, prejudicando a captação de água e causando alagamentos no local, além da dissipação em meia encosta, que pode vir a causar erosões urbanas no local, danificando o solo e assoreando os córregos próximos. As bocas-de-lobo têm de ser substituídas para o novo sistema de drenagem para garantir a eficácia da captação das águas pluviais.

O sistema proposto para essa bacia, contempla a integração entre os dois sistemas existentes citados acima, e propõe ainda a solução para um outro ponto crítico do município, localizado no final da Alameda Augusta Martins Vieira, próximo ao cemitério municipal. O local não possui sistema de drenagem, e nos períodos chuvosos, são identificados pontos de alagamentos, que prejudicam os moradores próximos ao local e o acesso ao cemitério municipal. Com o novo sistema, foram feitas captações de águas pluviais no local para a solução desse problema.

Devido à proximidade do ponto mais baixo da bacia em relação ao córrego das Pedras, a galeria foi estendida para o local, propondo assim, o lançamento no curso hídrico, com estrutura de dissipação de energia, conforme projeto anexo.

A galeria proposta inicia-se nas proximidades do Velório Municipal e segue pela Alameda Augusta Martins Vieira até o cemitério municipal, com estruturas de captação (bocas-de-lobo) interligadas por ramais, destinados a

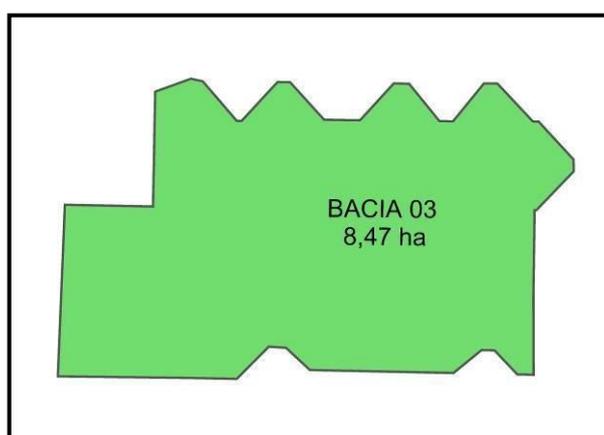


poços de visita que separam os trechos principais da galeria, com diâmetro variando entre 600 e 1500mm.

Todos os trechos existentes foram suprimidos, pois não suportam a vazão de chegada na tubulação, além das condições inadequadas das estruturas, que estão danificadas, prejudicando todo o sistema.

De acordo com a classificação de prioridade, definido em relação aos pontos mais críticos do município, essa bacia possui Prioridade Alta de investimentos.

Bacia 03:



A área de drenagem da Bacia 03 é de 8,47 ha. Não foi diagnosticado nenhum sistema de drenagem no local, porém o ponto mais baixo da bacia, por onde escoam as águas pluviais superficialmente, está sofrendo com alagamentos e início de processos erosivos, causados pela ausência do sistema de drenagem, com captação das águas pluviais.

De acordo com o diagnóstico, foi proposto um sistema de drenagem, com a implantação de bocas-de-lobo para captação das águas de chuva, poços de visita para interligação dos trechos, que possuem diâmetro variando de 600mm até 1000mm no ponto de dissipação, conforme projeto anexo.

A rede de galerias proposta, tem seu início no cruzamento das Ruas Alexandre Simões de Almeida e João Domiciano Pereira, seguindo por esta, até a Avenida Deputado Nelson Fernandes, rumando até o final desta, sentido



Oeste, até a dissipação, onde foi proposta a construção de uma caixa seca com camadas de materiais drenantes para promover a infiltração da água dissipada, prevenindo assim o lançamento direto ao solo, que possa acarretar processos erosivos no local.

De acordo com a classificação de prioridade, definido em relação aos pontos mais críticos do município, essa bacia possui Prioridade Média de investimentos.

Bacia 04:



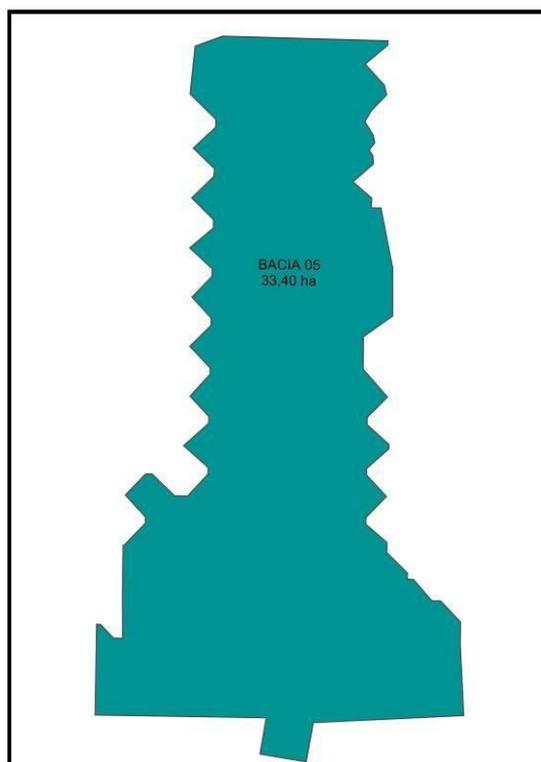
A área de drenagem correspondente a Bacia 04 é pequena, com aproximadamente 2,15 ha. Não foi diagnosticado nenhum sistema de drenagem nesta bacia.

Após análise da área de contribuição, e da declividade das ruas que fazem parte da bacia, foi determinado que o escoamento superficial ocorre sem maiores problemas.

De acordo com a classificação de prioridades, a bacia não se enquadra dentre aquelas prioritárias. Dada essas premissas, não houve a necessidade da implantação de redes de galeria de águas pluviais.

Bacia 05:





A área de contribuição da bacia 05 é de aproximadamente 33,40 ha. Foram diagnosticados dois sistemas de drenagem na Bacia 05, que são dissipados em locais distintos.

A primeira rede de drenagem localiza-se no final da Rua Francisco Pontremolez, próximo a Prefeitura Municipal, com a captação de águas pluviais em uma boca-de-lobo, e dissipação ocorrendo paralelamente a linha férrea, causando processos erosivos no local, devido ao lançamento inadequado. A dissipação ocorre através de uma rede dupla de galerias com diâmetros de 400mm.

A outra galeria existente na bacia inicia-se na Avenida Deputado Nelson Fernandes, e segue até o cruzamento com a Rua Auzenda de Almeida Duarte, seguindo por esta até a dissipação a meia encosta próxima a área de expansão localizada a Sul do município. O diâmetro existente nessa rede de galerias é de 1000 mm.

O sistema de drenagem proposto visa interligar as duas redes existentes em uma única rede de galerias, com dissipação em um único ponto. Devido à grande área de contribuição da bacia, houve a necessidade de captação mais a montante, evitando assim alagamentos e aumento da velocidade de escoamento superficial. A água captada a montante segue por ruas paralelas



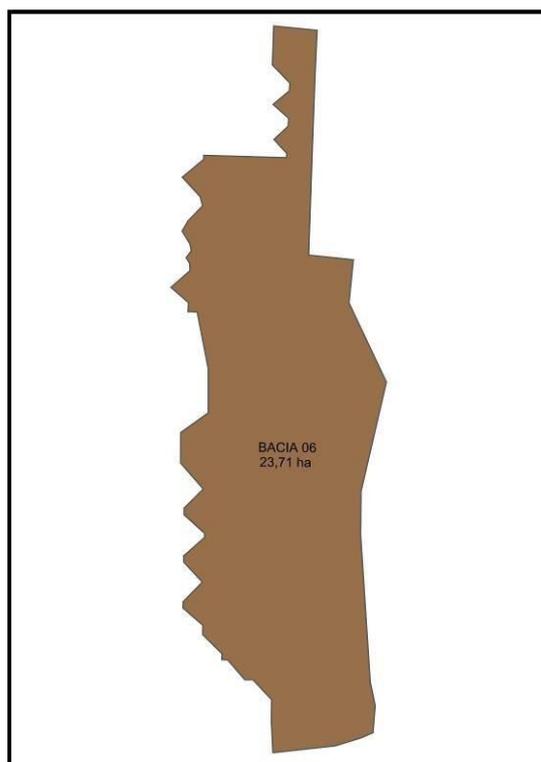
(Rua Capitão Pedro Messias, Rua Siqueira Rezende e Rua Vereador Pedro Camacho), até a Avenida Deputado Nelson Fernandes, seguindo pela Rua Auzenda de Almeida Duarte até a dissipação proposta em uma caixa seca com camadas de materiais drenantes para promover a infiltração da água captada na bacia.

O sistema é composto, assim como os outros, de bocas-de-lobo para captação de águas pluviais, poços de visita para interligação dos trechos principais da galeria, e dissipação de energia no ponto de lançamento. Os diâmetros da rede variam de 600 a 1500mm. Os trechos em vermelho no projeto (T9-4 e T9-5), suportam a vazão e foram mantidos e reaproveitados para o sistema proposto. Os trechos em verde (T9-6 a T9-8 / T12-1) não atendem a vazão e necessitam de uma substituição por um trecho de diâmetro maior, conforme projeto anexo.

De acordo com a classificação de prioridades de investimentos, a bacia não se enquadra dentre aquelas prioritárias, mas, por se tratar da maior área de contribuição do município e se enquadrar como Prioridade Média, foram tomadas essas medidas de prevenção para um novo sistema de drenagem e evitar que no futuro, se torne um problema maior, já que a tendência é o aumento da impermeabilidade, com o crescimento do município em seus extremos.

Bacia 06:





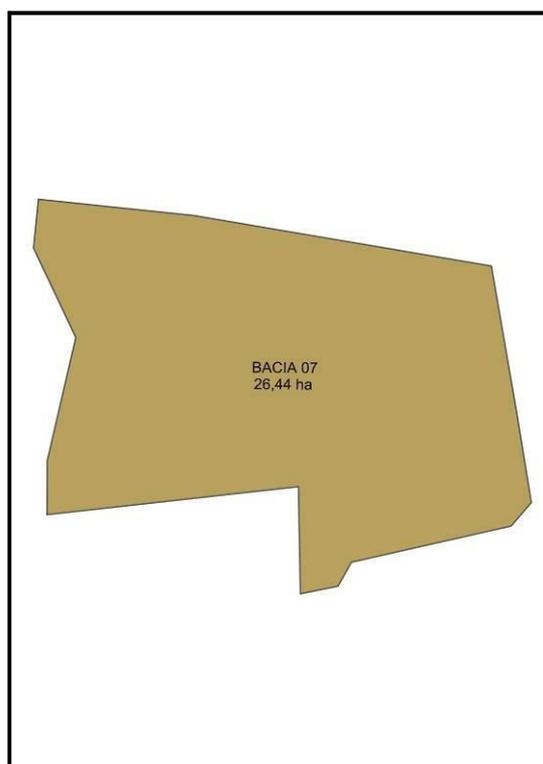
A área de drenagem da bacia 06 é de 23,71 ha. A classificação de Prioridades de investimentos enquadra essa bacia como “Prioridade Alta”. Devido à grande área de drenagem, a bacia é precária em relação ao sistema de drenagem, que é composto apenas por uma boca-de-lobo no final da Avenida Deputado Nelson Fernandes, sentido Leste, rumando por uma rede dupla de galerias com diâmetro de 400mm, dissipando na canaleta natural da Estrada Municipal, causando processos erosivos e assoreamentos no local. O diâmetro da rede é insuficiente, sendo necessário a proposta de implantação de um novo sistema de drenagem que seja eficiente e previna os problemas decorrentes das fortes chuvas no local.

Foi proposto uma rede de drenagem, com captação a montante, com início no cruzamento das Ruas Enrico Ciavolella e Samuel Keplach, seguindo por esta até a Avenida Deputado Nelson Fernandes, com estruturas de captação e poços de visita interligando os trechos principais da galeria proposta. A rede segue pela Estrada Municipal até a Caixa de Retenção existente próxima a Rodovia Raposo Tavares, que deve sofrer alterações para o recebimento das águas captadas na bacia, sendo necessário uma movimentação de terra no local, para aumentar a profundidade e conseqüentemente, o volume da Caixa de Retenção, promovendo assim a



infiltração das águas pluviais por materiais drenantes no fundo da Caixa, prevenindo possíveis processos erosivos no local, já que o Córrego mais próximo para lançamento da rede de galerias está distante cerca de 1km, o que aumentaria consideravelmente o custo para investimento na Bacia.

Bacia 07:



A área de drenagem da bacia 07 é de 26,44 ha. Foi diagnosticado no local uma rede de drenagem, com diâmetros variando de 600 a 800mm na dissipação. A rede principal segue na Avenida Prefeito Chiquito Antunes, captando as águas pluviais nas ruas perpendiculares, seguindo pela Rua 02 do novo loteamento que está sendo implantado no município, dissipando na canaleta da Estrada Municipal, causando estrangulamento de tubulação na dissipação, bem como processos erosivos na Estrada.

O principal problema diagnosticado na bacia é a dissipação, que foi readequada para o novo sistema de drenagem que foi proposto.

Devido à grande área de drenagem da bacia, foi proposto o início do trecho de captação a montante, com implantação de bocas-de-lobo no local, destinando para a rede principal de galeria na Avenida Prefeito Chiquito



Antunes, seguindo por esta até a Rua 02 do loteamento que está sendo implantado no local, dissipando na Caixa de Retenção do loteamento que está em execução.

Os trechos em vermelho no projeto (T16-1 e T16-2) suportam a vazão na tubulação e foram mantidos. Os trechos em verde (T14-4 a 14-8 / T15-1 a T15-2) necessitam ser substituídos por trechos de mesmo comprimento, porém com diâmetro maior.

De acordo com a classificação de prioridade, definido em relação aos pontos mais críticos do município, essa bacia possui Prioridade Média.

Bacia 08:



A área de drenagem da bacia 08 é de aproximadamente 9,14 ha. Foi diagnosticado no local uma rede de drenagem, localizado na Rua José Camargo do Nascimento, com a presença de bocas-de-lobo, que fazem a captação das águas pluviais e lançam na rede principal com diâmetro de 400mm. A dissipação ocorre em meia encosta, causando problemas aos moradores locais, com o início de processos erosivos próximo as residências.

Foi proposto um novo sistema de drenagem no local, incluindo a expansão municipal, localizada ao lado do bairro inserido na bacia de



contribuição. Foram propostas a implantação de bocas-de-lobo dentro do futuro loteamento que será implantado, bem como a substituição dos trechos existentes (T17-1 e T17-2) para readequação dos diâmetros das tubulações. A dissipação é proposta na mesma Caixa Seca, que deve ser executada com volume que suporte a vazão dos trechos desta bacia, bem como a Bacia 05.

De acordo com a classificação de prioridade, definido em relação aos pontos mais críticos do município, essa bacia possui Prioridade Média.

Bacia 09:



A área de drenagem correspondente a Bacia 09 é pequena, com aproximadamente 3,72 ha. Não foi diagnosticado nenhum sistema de drenagem nesta bacia.

Após análise da área de contribuição, e da declividade das ruas que fazem parte da bacia, foi determinado que o escoamento superficial ocorre sem maiores problemas.

De acordo com a classificação de prioridades, a bacia não se enquadra dentre aquelas prioritárias. Dada essas premissas, não houve a necessidade da implantação de redes de galeria de águas pluviais.



18. – OBRAS DE DETENÇÃO E RETENÇÃO

É importante destacar os conceitos relativos as obras de detenção e retenção do escoamento superficial, obras estas que fazem parte do contexto da macrodrenagem e que vem assumindo uma importância crescente dentro das conceituações modernas no trato da drenagem urbana. Conforme mencionado anteriormente, existem duas abordagens distintas de controle da quantidade e qualidade do escoamento superficial, uma voltada para o esgotamento rápido das águas provenientes do escoamento superficial e outra para o seu armazenamento. Estas duas formas de abordagem não são mutuamente excludentes.

A seguir, será feita uma apresentação geral dos conceitos e procedimentos fundamentais para planejamento e projeto de obras de detenção e retenção. Convém enfatizar que não é possível, nem desejável, estabelecer uma metodologia detalhada neste sentido, em face de grande variabilidade de possibilidades de soluções. Entretanto é possível, com base na experiência, identificar os aspectos essenciais relativos ao planejamento e projeto de obras de detenção e retenção, e mostrar caminhos possíveis na busca de soluções.

As expressões “obras de detenção” e “obras de retenção” tem os mais variados significados e interpretações, tanto na literatura técnica como também nos termos de uso corrente. No âmbito do presente trabalho, serão adotadas as seguintes definições para obras dessa natureza:

Bacias de detenção (BD) - São obras que permitem o armazenamento de água de escoamento superficial, normalmente secas, projetadas para “deter” temporariamente as águas, durante e imediatamente após um evento. Constituem exemplos de dispositivos de detenção: valas naturais em levantamento transversal atuando como estrutura de controle, depressões naturais ou escavadas, caixas ou reservatórios subsuperficiais, armazenamento em telhado e bacias de infiltração.

Bacias de retenção (BR) - São obras que permitem o armazenamento de águas de escoamento superficial com o objetivo de dar uma destinação



destas águas retidas para fins recreativos, estéticos, abastecimento, ou outros propósitos. A água de escoamento superficial e temporariamente armazenada acima do nível normal de retenção, durante e imediatamente após um evento de precipitação. Constituem exemplos de dispositivos de retenção, reservatórios e pequeno lagos em áreas públicas, comerciais ou residenciais.

Bacias de sedimentação (BS) - São dispositivos que permitem o armazenamento de águas de escoamento superficial com o objetivo de reter material sólido em suspensão, bem como detritos flutuantes carregados através do sistema de drenagem. Estes, por sua vez, podem ser parte integrante de um sistema mais amplo, tendo em vista múltiplos propósitos.

18.1. – PROCEDIMENTOS DE PLANEJAMENTO E PROJETO

O planejamento e projeto de obras de detenção e retenção é muito mais do que um simples exercício de hidrologia e de hidráulica. Existem muitos aspectos técnicos que devem ser cuidadosamente considerados além da hidrologia e da hidráulica. Destacam-se:

- A determinação da inclinação máxima de talude para escavação de reservatórios de armazenamento em locais potencialmente favoráveis para isso, assim como de pequenos levantamentos em valas naturais que ofereçam condições propícias para armazenamento;
- A estimativa da carga anual de transporte de material sólido da bacia tributária, verificando se será necessário prever bacia (s) de sedimentação ou outros meios de controle de sedimentos;
- A seleção das variedades de grama para proteção de taludes que resistam a inundações ocasionais que possam durar várias horas ou mesmo vários dias.



Devem também ser consideradas as condicionantes e as necessidades de natureza não técnica, dentre as quais se ressaltam:

- A análise das necessidades da comunidade local, inclusive as relativas a recreação de modo a inserir as possíveis obras de detenção e retenção num contexto de uso múltiplo;
- A análise dos riscos que possam comprometer as condições de segurança e prever os meios de mitiga-los;
- A procura dos caminhos adequados, tendo em vista o financiamento de desapropriações, construção e manutenção das obras.

Para uma abordagem completa e adequada de todos os aspectos fundamentais no planejamento e projeto de um sistema de obras de detenção e retenção, recomendam-se seguir os passos discriminados abaixo:

- Aquisição e análise de dados relativos a bacia drenada;
- Configuração preliminar da concepção hidrológica do projeto;
- Estudos de amortecimento de cheias e definição da faixa operativa;
- Identificação dos possíveis locais para armazenamento;
- Análise e consolidação de todas as restrições e condicionantes laterais e verticais;
- Estudo do vertedouro de emergência e estabelecimento de critérios de segurança;
- Desenho do projeto hidrológico-hidráulico;



Os passos acima não se aplicam a todas as situações, podendo surgir circunstâncias especiais. Os tópicos a seguir abordam cada um dos passos acima indicados em seus aspectos essenciais.

18.2. – CUIDADOS ESPECÍFICOS QUANTO ÀS OBRAS DE DETENÇÃO

Os dispositivos de retenção nos sistemas de drenagem urbana, muito embora possam ter uma grande eficiência em termos de redução dos picos de cheias, apresentam alguns aspectos negativos que devem ser devidamente considerados.

Os principais problemas que podem ocorrer são resultantes da deposição de sedimentos e detritos que podem desencadear uma série de dificuldades, cabendo destacar: a perda de capacidade de armazenamento nos reservatórios de retenção caso os sedimentos depositados não sejam removidos em tempo hábil, o aparecimento de maus odores e problemas de saúde pública resultantes da decomposição da matéria orgânica dos depósitos e, finalmente, problemas de colmatção, com perda de capacidade de retenção em obras previstas para infiltração e percolação.

Para evitar tais problemas é fundamental tomar alguns cuidados, cabendo atentar para os aspectos mencionados a seguir:

1) É conveniente que as áreas onde venham a ser implantadas obras de retenção já sejam consolidadas em termos de ocupação urbana;

2) É também conveniente que essas áreas sejam dotadas de um razoável sistema de coleta de lixo e de limpeza das vias públicas, a fim de que os detritos carregados pelo sistema de drenagem sejam de pequena monta;

3) É importante atentar para o nível de educação da população dessas áreas, uma vez que este aspecto tem uma relação muito estreita com o lixo lançado diretamente no sistema de drenagem;



4) No projeto de obras de detenção, de maneira geral, e necessário prever condições de acesso que facilitem os trabalhos de remoção de detritos e limpeza, em particular nos casos de obras subterrâneas que, pela sua própria natureza, envolvem dificuldades inerentes a esse tipo de obra;

18.3. – IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS LOCAIS PARA ARMAZENAMENTO

Neste passo é efetuada uma escolha prévia dos locais potencialmente favoráveis a obra de detenção e retenção antes de efetuar uma análise mais detalhada de cada um deles. A seguir são mencionados os fatores que devem ser considerados nessa abordagem, aproximadamente na ordem em que devem ser tratados.

Uma primeira consideração relativa a obra de detenção e retenção é que ela esteja localizada a montante, e tão próximo quanto possível da área que requer proteção. Quanto mais próximo ao local de armazenamento esteja da área sujeita a inundação, maior será a porção da área de drenagem controlada pela obra cogitada.

Um local potencialmente utilizável deve revelar, mesmo numa avaliação aproximada, um porte adequado em termos de área, bem como de volume que possa conter armazenamento temporário. Uma vez conhecidas as características da área tributária ao local em consideração, é possível efetuar uma estimativa aproximada do volume de escoamento superficial que deve ser desviado ou retido no local de armazenamento.

Uma primeira estimativa pode ser feita considerando uma chuva de grandes proporções e que tenha causado inundações na região ou chuvas com período de retorno escolhido para projetor pesquisando-se a duração crítica da chuva, um coeficiente de escoamento superficial ou um número de curva (CN) representativo da área de drenagem, convertendo em seguida esta precipitação em volume de escoamento superficial.

Obviamente é sempre preferível que uma obra de detenção e retenção possa operar exclusivamente por gravidade, tanto em termos de captação das águas a serem armazenadas como da sua restituição para o sistema local de drenagem. Constitui condição necessária para que tal possibilidade exista que



se trate de local de armazenamento situado em área com declive relativamente acentuado.

Em certos casos, a área favorável para implantação de uma obra de retenção e retenção pode estar situada no próprio vale do curso local a ser controlado, podendo haver ou não a necessidade de escavação adicional para obter o volume de armazenamento necessário. Em tais casos as condições de entrada serão simplificadas, restringindo-se as estruturas de controle apenas ao ponto de descarga.

Ha situações em que as áreas favoráveis podem estar situadas fora do vale do curso local, havendo a necessidade de obras de transposição, devendo-se prever então obras de captação e desvio para o local de armazenamento. Poderá haver ou não a necessidade de escavações adicionais para a obtenção do volume necessário de armazenamento.

Para o estudo das possibilidades em questão é imprescindível um conhecimento detalhado dos sistemas de drenagem locais existentes em termos de suas características hidráulicas, hidrológicas e limitações principais.

Outros fatores relevantes poderão eventualmente ser considerados, pelo menos ainda no âmbito de uma análise preliminar, dependendo das circunstâncias. Alguns locais potencialmente favoráveis para obras de retenção e retenção podem ser aproveitados em condições quase que imediatas. Como exemplo hipotético pode-se citar uma área baixa situada a montante de uma rodovia que passa sobre um bueiro que, mediante a inclusão de um dispositivo de restrição de capacidade em sua entrada, pode atuar como obra de controle e permitir que a citada área atue como reservatório de retenção.

19. – DIMENSIONAMENTO DE RESERVATÓRIO DE DETENÇÃO E RESERVATÓRIO

Os reservatórios de retenção são obras que permitem controlar a vazão num trecho de canal, natural ou não. Eles fazem parte de um conjunto de medidas estruturais que permitem à cidade conviver com o regime sazonal dos rios. Esses reservatórios podem permanecer vazios durante boa parte do



tempo, só armazenando água durante a ocorrência de chuvas, são os chamados reservatórios de detenção, também podem permanecer parcialmente com água, formando um lago para compor com o paisagismo local, são os chamados reservatórios de retenção. Os reservatórios exercem duas funções básicas, controlar a vazão a jusante da sua instalação e compor com outras obras de drenagem de um sistema de controle de cheias na sua bacia hidrográfica, ou seja, eles exercem um controle local e um controle sistêmico em função da sua posição na bacia hidrográfica.

Do ponto de vista hidrológico/hidráulico, o dimensionamento de um reservatório envolve basicamente três elementos:

- Dimensionar o volume total de armazenamento
- Dimensionar a sua estrutura de entrada
- Dimensionar a sua estrutura de saída

Todos esses componentes estão tecnicamente conectados e eles são determinados em função do grau de proteção requerido pelo reservatório e pelo sistema de obras no qual ele está inserido. A fixação do grau de proteção, dado pelo risco hidrológico, é fundamental e sua definição deve ser feita quando da execução do programa de bacia hidrográfica.

O reservatório de detenção pode modificar o regime de cheias de um canal de duas formas distintas.

Ele pode ser instalado de forma a interceptar transversalmente o canal, toda vazão do rio passa pelo seu interior e sai por sua estrutura de descarga, e pode ser instalado lateralmente ao canal e a vazão do rio pode ser desviada para o seu interior. No primeiro caso, o mais tradicional do ponto de vista da reservação, ele é chamado de reservatório **in-line**, o segundo caso, é chamado de **off-line**. Do ponto de vista hidrológico/hidráulico, como será visto, o comportamento dos dois reservatórios é totalmente diferente. A Figura abaixo mostra esquematicamente a posição dos dois reservatórios em relação a um canal.



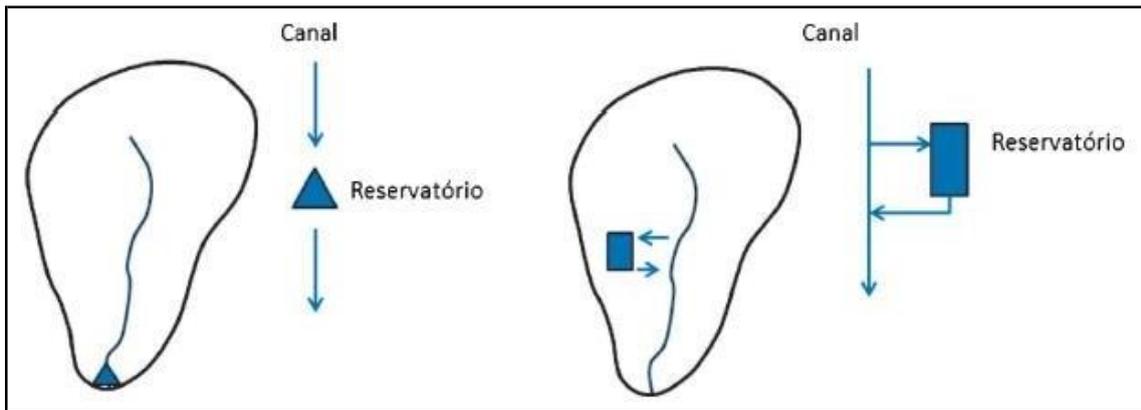


Figura 15: Reservatório in-line e off-line

A escolha do tipo de reservação é muito complexa. Os principais condicionantes para a escolha do tipo de reservatório são:

- O objetivo da reservação (proteção local e/ou sistêmica);
- A disponibilidade de área para sua instalação;
- As condições geotécnicas e hidrogeológicas da região;
- Impactos sociais, ambientais e econômicos envolvidos nas fases de obra, operação e manutenção do reservatório.

Antes de detalhar os critérios de dimensionamento dos reservatórios, é importante apresentar, de forma geral, o efeito que os dois tipos de reservatórios, in-line e off-line, causam na onda de cheia natural que translada e amortece no canal.

Na Figura 17 está o efeito do reservatório in-line. A onda de cheia entra totalmente no reservatório (onda afluyente) e a sua estrutura de saída permite a sua saída (onda efluente), percebe-se nitidamente que a onda de cheia natural é amortecida e que a vazão máxima efluente ocorre exatamente no ponto de interseção dos dois hidrogramas, ou seja, este processo de amortecimento, também conhecido por routing, permite controlar desde o início da cheia a vazão que vai para jusante.



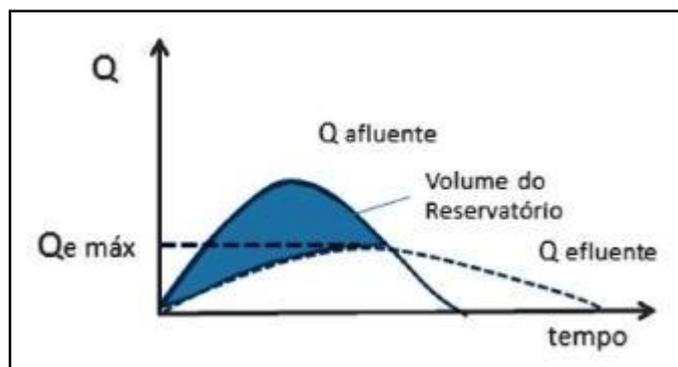


Figura 16: Efeito no reservatório in-line

Na Figura 19 está o efeito do reservatório off-line. Percebe-se nitidamente a diferença no efeito de armazenamento, a cheia natural passa pelo canal até que o nível d'água alcança a cota da estrutura de desvio lateral, passando então a restringir a vazão de jusante e a encher o reservatório. Em geral, o reservatório off-line só passa a efluir quando o nível d'água a jusante é inferior à cota da estrutura de desvio lateral. O nível de corte da vazão é função da capacidade do canal a jusante e da função sistêmica do reservatório no contexto de outras obras na bacia.

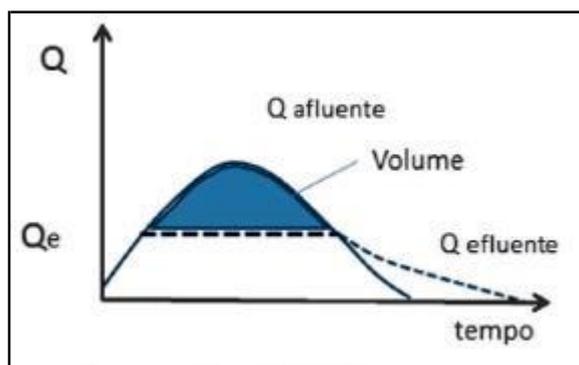


Figura 17: Efeito no reservatório off-line

As áreas hachuradas correspondem aos volumes que devem estar disponíveis para o amortecimento.

O volume requerido pelos reservatórios in-line é, em geral, inferior ao volume requerido pelo off-line. Também existe uma percepção ambiental de que, em geral, os reservatórios in-line são mais adequados para integrar o paisagismo de uma região uma vez que o rio está inserido no seu interior, ao contrário dos reservatórios off-line que ficam boa parte do tempo seco. Isso não



é verdade, pois existem inúmeros exemplos de obras em que os reservatórios off-line podem ser instalados em praças, em regiões de ocupação temporária, perfeitamente inseridos na paisagem da região. Portanto, nos dois casos o conceito da sustentabilidade no projeto pode ser aplicado.

Quanto aos critérios de dimensionamento, os dois tipos de reservatórios empregam técnicas diferentes. Os reservatórios in-line podem ser dimensionados de três formas diferentes, conforme o critério adotado em relação ao risco hidrológico e às descargas ao canal a jusante:

- Critério de vazão de restrição a jusante;
- Critério associado à condição de sazonalidade natural do regime a jusante;
- Critério de ponderação entre armazenamento e condutividade hidráulica a jusante.

O critério de vazão de restrição a jusante ocorre quando, por diversos motivos, existe a jusante do local de reservação uma restrição de descarga, por exemplo, restrição por limitação física da condutividade do canal existente, por uma travessia, etc. Neste caso, o reservatório é dimensionado de tal forma que a vazão máxima efluente deve ser igual à vazão de restrição em qualquer situação, isto é, independentemente do evento de precipitação que está ocorrendo a vazão máxima não pode ultrapassar a vazão de restrição.

Fixando-se o risco hidrológico, o período de retorno, estima-se o hidrograma de projeto para esta probabilidade, considerando a ocupação do solo a montante do reservatório correspondente ao horizonte de projeto considerado no projeto. Esta cheia de projeto amortecida no reservatório e mais a vazão efluente máxima predefinida, a vazão de restrição, servem como critério para dimensionamento das estruturas hidráulicas, sendo o volume do reservatório dado por este processo de amortecimento e propagação aqui descrito. A Figura 20 ilustra este tipo de critério de dimensionamento.



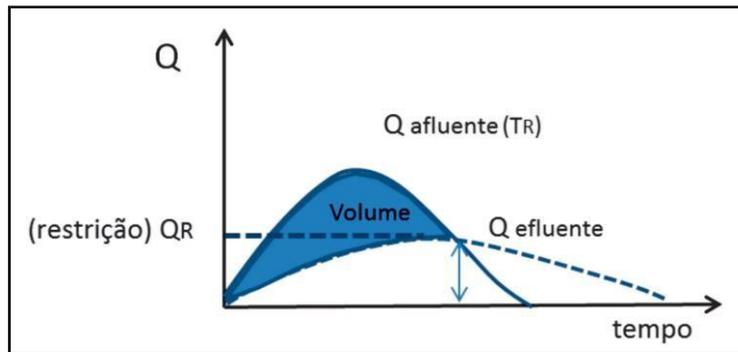


Figura 18: Definição de volume do reservatório in-line

O critério associado à sazonalidade hidrológica é aquele que permite manter a jusante do reservatório a relação entre o período de retorno e vazão máxima de cheia, até o risco hidrológico de projeto, definidor do volume máximo do reservatório e da máxima vazão efluente permitida. Ou seja, este tipo de critério objetiva manter o regime variável de escoamento no canal, na condição preexistente natural ou numa nova condição “possível” de restabelecer, mesmo que parcialmente, o regime renaturalizado do rio. O reservatório neste caso deve possuir uma estrutura de descarga que permita variar a vazão de saída em função da cheia afluente. A estrutura de saída é dimensionada de tal forma que possa amortecer diferentes cheias, relacionadas a diferentes períodos de retorno. A Figura 21 ilustra melhor esta condição.

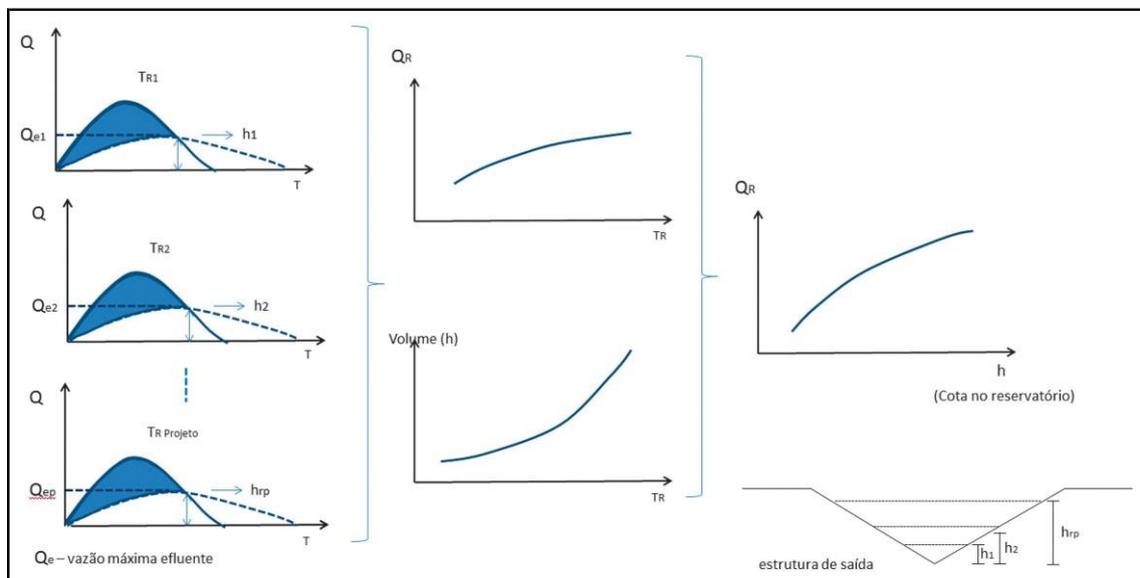


Figura 19: Dimensionamento de reservatório com preservação da sazonalidade



Observa-se nesta figura que é possível determinar a partir de diversos “*routings*”, para diferentes períodos de retorno, a relação entre a vazão efluente e os volumes retidos no reservatório. Com a curva cota x volume do reservatório é possível determinar a relação entre a vazão efluente e a cota do nível d’água no reservatório, o que permite determinar a curva de descarga de um vertedor (indica-se na figura um vertedor triangular). Observa-se que para este tipo de dimensionamento o reservatório não vai seguir uma vazão de restrição como o caso anterior, ele vai descarregando as vazões para jusante em função do nível d’água afluente, preservando a sazonalidade das cheias. Percebe-se que para o mesmo risco hidrológico, o reservatório dimensionado deste modo apresenta um volume máximo inferior ao método da vazão de restrição. A Figura 22 também complementa a relação entre os dois métodos.

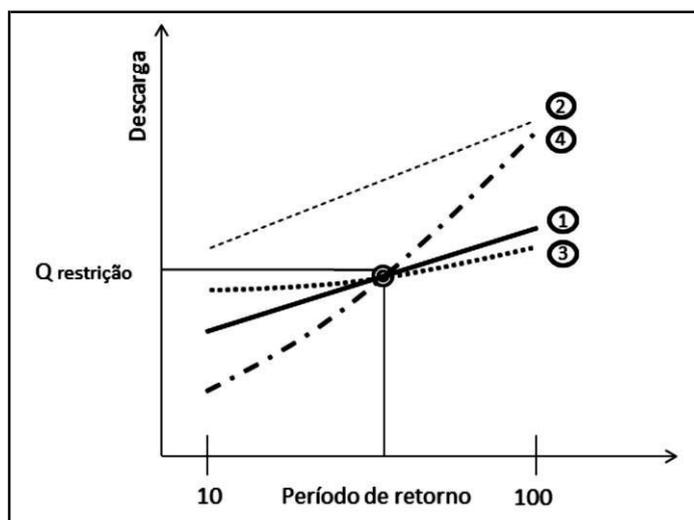


Figura 20: Relação entre os critérios de restrição e de sazonalidade de cheias

A curva 1 da Figura 22 corresponde a relação entre os picos de cheia e os correspondentes períodos de retorno da bacia na condição preexistente, natural ou atual. Ela representa o que se deseja alcançar com o projeto de reservação: manter a sazonalidade. A curva 2 é a mesma curva mas com a condição de uso e ocupação do solo para o horizonte de projeto (HP). Deseja-se “trazer” a curva 2 para a curva 1, com a ocupação prevista no HP. O ponto indicado na figura corresponde a vazão de restrição, obtido pelo primeiro critério. As curvas 3 e 4 indicam os prováveis comportamentos da relação pico x período de retorno com o reservatório operado para manter a vazão de



restrição a jusante com a ocupação do HP. As curvas se afastam da curva 1 desejada.

Portanto, a decisão final sobre esses dois critérios se baseia na análise geral dos efeitos dos dois critérios.

O terceiro critério é intermediário entre os métodos anteriores, ele procura definir um conjunto de alternativas entre a reservação e a melhoria da condutividade hidráulica no canal de jusante. A análise benefício-custo neste caso permite indicar a alternativa de maior eficiência econômica, porém a decisão deve envolver os aspectos sociais e ambientais envolvidos.

O reservatório off-line é dimensionado segundo critério diferente, mais próximo da condição de sazonalidade. Estabelece-se em função da condutividade de jusante uma vazão de “corte” do hidrograma, a partir desse valor a vazão do rio é desviada para o reservatório. Do ponto de vista hidráulico, esse desvio em geral é feito por um vertedor lateral, instalado longitudinalmente ao canal. A eficácia desse sistema depende de alguns condicionantes hidráulicos, essenciais para o bom desempenho do sistema. Muitas vezes a modelação física é necessária para o perfeito layout das obras. O esvaziamento dos reservatórios off-line pode ser feito por gravidade ou por bombeamento. Em geral admite-se que o esvaziamento desse reservatório deve iniciar logo após constatação de que a vazão no canal é inferior à vazão correspondente à de desvio para o canal lateral, isto é, o esvaziamento inicia quando o nível do canal é inferior à cota da crista do vertedor lateral.

Cabe comentar que o layout das obras de reservação é extremamente dinâmico, não existem dois casos em que as condicionantes hidrológicas/hidráulicas sejam iguais.

Tanto os reservatórios in-line como os off-line podem ser subterrâneos, isso depende de condicionantes locais e sistêmicos.

Finalmente, cabe mencionar que os reservatórios devem ser sempre analisados de forma sistêmica, a inserção de um reservatório deve ser avaliada localmente e no conjunto de todas as obras hidráulicas operando simultaneamente. Os critérios hidrológicos locais são importantes para dimensionamento das obras no seu ponto de instalação. Quando avaliadas no seu conjunto, os efeitos hidrológicos devem ser revistos, pois passam a predominar os efeitos espaciais dos eventos chuvosos.



Os eventos chuvosos variam no tempo e no espaço. A bacia hidrográfica e todas as suas obras hidráulicas exibem comportamento diferente diante de eventos muito diversos. A combinação entre duração de chuva, intensidade da chuva, distribuição espacial e condição inicial do estado do sistema, cria uma série de combinações de eventos que devem ser avaliados. Para tal a técnica de concepção de cenários de eventos chuvosos é fundamental, e deve ser aplicada em modelos matemáticos hidrológicos/hidráulicos que possam avaliar a eficácia das obras em diferentes condições. Isso é fundamental para que se possa efetivamente estimar o risco real a que o sistema está sujeito. O próprio conceito do período de retorno das obras perde o seu valor porque é muito difícil se estimar a probabilidade de falha de um evento aleatório multidimensional. A técnica da concepção de cenários deve ser aplicada para que se possa melhor avaliar a segurança das obras.

19.1. – OBRAS MÚLTIPLAS DE DETENÇÃO E RETENÇÃO

A implantação indiscriminada das obras de retenção e retenção numa dada bacia visando apenas a solução de problemas localizados, pode levar a efeitos adversos e deve ser sempre evitada. É importante destacar duas situações que podem ocorrer em decorrência da presença de obras de retenção e retenção numa bacia que são: o surgimento de um falso senso de segurança em determinadas áreas e o efeito de sincronismo de picos de cheias de sub-bacias resultando, em certos pontos, descargas maiores que antes da implantação das obras.

Embora obras de retenção e retenção individuais numa dada bacia permitam resolver problemas localizados de inundação (i.e. imediatamente a jusante delas), podem interagir com a bacia como um todo de forma a agravar problemas de inundação em outros locais da bacia a jusante.

A Figura 18 ilustra esquematicamente como uma nova obra de retenção e retenção pode provocar um problema de sincronismo adverso numa bacia. Conforme se observa na Figura 23 abaixo, a construção de uma obra de retenção e retenção num tributário de um dado curso d'água pode ter um efeito favorável de atenuação de inundações no próprio tributário, enquanto que, no



curso principal, poderá ter um efeito desfavorável ou mesmo agravar problemas existentes de inundação.

Mein (1980) propõe que nos estudos de detenção e retenção seja estabelecido, como objetivo principal de projeto, manter descargas máximas permissíveis em determinados pontos de controle, e recomenda a utilização de chuvas com durações diferentes. Em suas investigações ele conclui que uma obra de detenção e retenção é mais eficiente do que duas obras em série, e que duas são mais eficientes do que três em série e assim por diante.

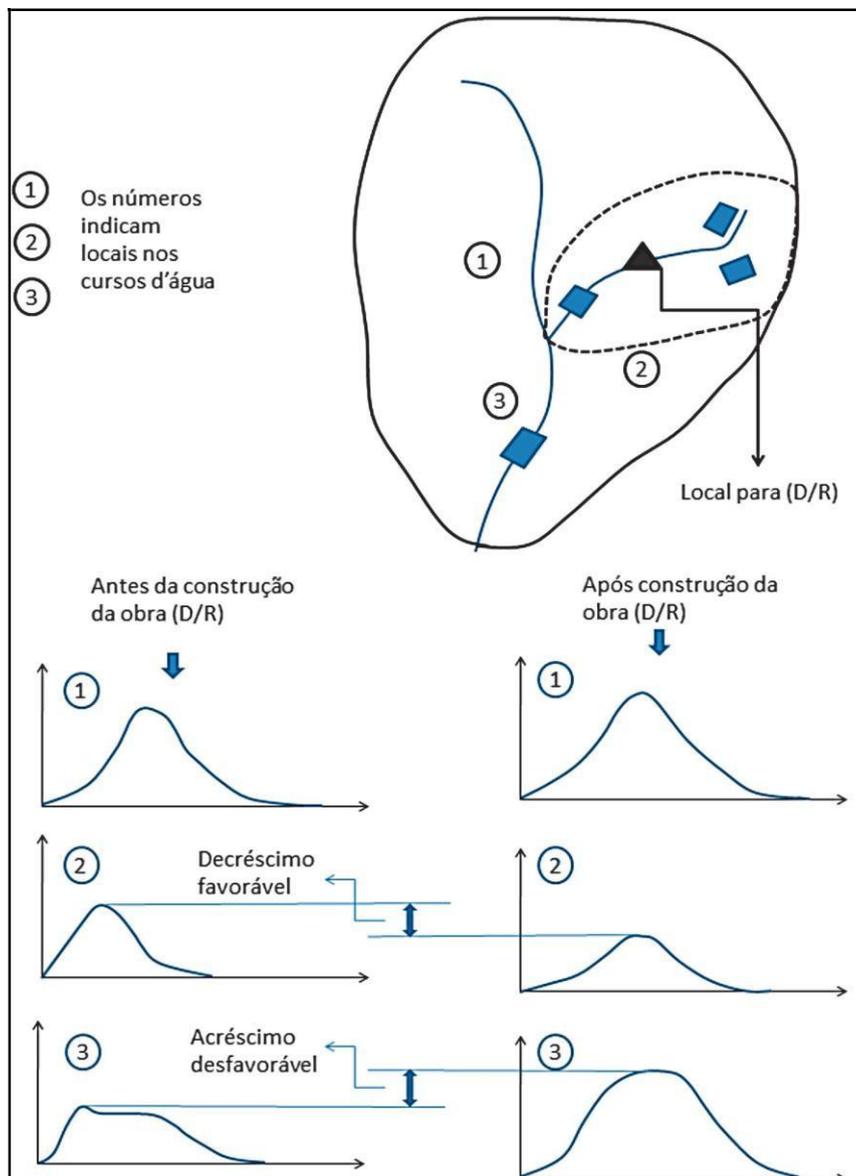


Figura 21: Interação adversa de hidrogramas de cheias como consequência de uma obra de detenção/retenção



Um sistema de obras de retenção e retenção no qual o critério de dimensionamento corresponda à probabilidade simples, não permite um efeito significativo de redução de picos de cheias, tanto para eventos de grandes como de pequenas magnitudes, o que constitui um dos aspectos do “falso senso de segurança”.

Isto significa que um sistema com uma ou mais obras de retenção e retenção numa bacia, pode controlar apenas uma pequena parte da gama de possibilidades de cheias que possam ocorrer, permanecendo determinadas áreas da bacia sujeitas a inundações para condições hidrológicas diferentes daquelas consideradas no projeto.

Mein (1980) indica que embora um conjunto de obras de retenção e retenção em série ou paralelo possam não incrementar significativamente os picos de cheias ao longo de uma bacia, elas podem também produzir um efeito interativo de modo a não proporcionar nenhuma redução dos picos, o que constitui um outro aspecto de “falso senso de segurança”. Em outras palavras num sistema de obras de retenção e retenção pode ocorrer um tipo de efeito interativo inesperado, de modo que umas anulem os benefícios de outras, causando problemas em áreas a jusante.

19.2. – ASPECTOS NEGATIVOS E USOS INADEQUADOS DE OBRAS DE DETENÇÃO E RETENÇÃO

As obras de retenção e retenção constituem uma das possíveis medidas de natureza estrutural e não estrutural tendo em vista o gerenciamento das águas urbanas em termos de quantidade e de qualidade. Elas não constituem uma panaceia universal, e seu uso deve ser efetuado com as devidas cautelas.

Debo e Ruby (1982) efetuaram uma abordagem dos aspectos negativos das obras de retenção e retenção com base em cerca de 10 anos de experiência na área metropolitana de Atlanta. Os problemas citados incluem:

1) manutenção inadequada ou não continuada, particularmente quando as obras não são de responsabilidade do proprietário próximo. Possível solução: atribuir a responsabilidade pela operação a municipalidade, com



exceção dos casos em que os setores industrial e comercial locais possam assumir tal encargo;

2) dificuldade de acesso para manutenção;

3) taludes muito inclinados, criando dificuldades para implantação e manutenção de vegetação;

4) dispositivo de controle de vazão de dimensões muito reduzidas que acarretam os problemas de obstrução, resultando em dificuldades de operação e água estagnada após a ocorrência de chuvas;

5) problemas de controle de mato e ervas daninhas, particularmente em obras com armazenamento permanente, ou como consequência de falta de manutenção;

6) proliferação de mosquitos, ratos e outros vetores de doenças;

7) problemas de segurança, particularmente de crianças, devido a profundidades muito grandes e velocidades excessivas;

8) inexistência de controle de cheias a jusante ou o agravamento dos problemas de inundação, como consequência de efeitos interativos inesperados de duas ou mais obras de retenção e retenção na bacia;

9) ocorrência de erosão imediatamente a jusante dos dispositivos de descarga;

10) surgimento ou agravamento de problemas de erosão no canal a jusante, como possível consequência de um tempo mais prolongado de permanência das vazões escoadas;

11) reduzido ou nenhum efeito sobre as cheias em outros locais que não aquele em que se situa a obra de retenção e retenção.

20. – MEDIDAS ESTRUTURAIS DE CONTROLE NA FONTE

20.1. – CRITÉRIOS DE ESCOLHA DAS OBRAS DE REDUÇÃO E CONTROLE

A escolha dos tipos de técnicas de medidas de controle na fonte a serem adotadas em uma bacia ou sub-bacia e dependente de fatores urbanísticos, sociais, econômicos e ambientais. Estas podem ser utilizadas em diversas



situações, no entanto, devem levar em consideração algumas características da bacia estudada para que suas potencialidades sejam efetivas.

Dentre os fatores que condicionam as medidas de controle na fonte podem ser citados:

20.1.1 – ÁREA DE DRENAGEM

Normalmente utilizada como parâmetro para o cálculo hidrológico e hidráulico das obras na bacia, sendo a área que contribui para o local de controle e que deve ser estimada através da determinação do divisor de águas.

20.1.2 – CAPACIDADE DE INFILTRAÇÃO DO SOLO

Característica utilizada para o dimensionamento de dispositivos de infiltração, podendo viabilizar ou inviabilizar a sua aplicação. Por exemplo, em solos argilosos, a capacidade de infiltração é reduzida quando em comparação a capacidade de infiltração dos solos arenosos.

20.1.3 – NÍVEL DO LENÇOL FREÁTICO

O nível elevado do lençol freático pode reduzir a capacidade de infiltração no solo, acarretando as mesmas restrições citadas para a capacidade de infiltração.

20.1.4 – DECLIVIDADE DO TERRENO

A declividade determina a condição de escolha das estruturas, podendo inviabilizar estruturas de infiltração, terrenos de elevada declividade produzem escoamento com alta velocidade.



20.1.5 – DISPONIBILIDADE DA ÁREA

Conforme a disponibilidade de área pode-se optar, segundo o tamanho e a disposição, pelos dispositivos mais adequados. Em áreas menores, é aconselhado dispersar os dispositivos.

20.1.6 – INSTALAÇÕES SUBTERRÂNEAS

A presença de instalações subterrâneas pode inviabilizar certos tipos de dispositivo. Isto ocorre pela interferência na infiltração, disposição de espaço e incorre na possibilidade de contaminação no caso de rede de água potável.

20.1.7 – POLUIÇÃO POR ESGOTO

A poluição proveniente do sistema de coleta separador de esgoto e águas pluviais, por via de descargas irregulares acaba despejando poluentes no sistema de águas pluviais. Deve ser considerado para que sejam utilizados dispositivos que possam melhorar as condições de qualidade do efluente.

20.1.8 – SEDIMENTOS

Assim como ocorre com a afluência de poluentes, alguns dispositivos não operam bem com um aporte de sedimentos, como é o caso das bacias de retenção e detenção. Portanto, os projetos devem constar de dispositivos que sejam operados facilmente, não necessitando de limpeza e manutenção tão constantes.

20.1.9 – SISTEMA VIÁRIO ADJACENTE A INTENSIDADE DE TRÁFEGO

O sistema viário adiciona restrições na instalação de canais e galerias. A instalação de dispositivos de infiltração também é restringida pela dimensão das vias.

20.1.10 – POLUIÇÃO DIFUSA



A poluição difusa é gerada pelo escoamento superficial, em áreas urbanas e rurais, proveniente da deposição de poluentes, de maneira esparsa, sobre a área contribuinte da bacia hidrográfica. Elas aderem aos corpos d'água ao longo de sua extensão.

De acordo com Baptista et al. (2005), o processo de escolha e de concepção de sistemas pluviais com medidas de controle na fonte pode se dar em duas etapas: a de eliminação e a de decisão ou escolha, propriamente dita. A fase de eliminação baseia-se na análise de suas características físicas e de suas implicações para a área de implantação. Os critérios de análise são fundados essencialmente no confronto entre a tipologia da técnica, seus princípios de funcionamento, de armazenamento e de esvaziamento e em requisitos e restrições de uso.

Diversos são os fatores que condicionam a viabilidade das diferentes medidas. Com base nas experiências norte-americana (Schueler, 19872) e francesa (Azzout et al., 19943), podem ser apontados os seguintes fatores:

- Área da bacia de contribuição a ser controlada: dependente da natureza do dispositivo que pode ser projetado para o controle de pequenas ou grandes áreas;
- Capacidade de infiltração do solo: tem influência sobre o desempenho dos dispositivos de infiltração;
- Nível do lençol freático: o nível máximo do lençol freático deve ser de até 1 m abaixo do fundo do dispositivo de infiltração, proximidades maiores reduzem a capacidade de infiltração. Em reservatórios subterrâneos pode haver infiltração de água para o seu interior, exigindo bombeamento;
- Risco de contaminação de aquífero: ocorre devido a infiltração de águas superficiais poluídas;
- Fragilidade do solo à ação da água: possibilidade de desestruturação do solo em presença de água, o que restringe a implantação de dispositivos de infiltração. É o caso de solos argilosos ou com muitos finos;
- Permeabilidade do subsolo: limita o escoamento da água percolada nos dispositivos de infiltração;
- Declividade do terreno: altas declividades restringem a implantação de dispositivos de retenção e infiltração;



- Ausência de exutório: limita a utilização de dispositivos de detenção, pois estes exigem um local de destino para a descarga do volume armazenado. Isto pode ser devido à inexistência de uma rede pluvial ou curso d'água nas proximidades ou devido a questões ambientais que podem impedir este tipo de despejo;
- Disponibilidade de área: restringe a implantação de dispositivos que necessitam espaços amplos;
- Presença de instalações subterrâneas: interferências com outras redes subterrâneas é limitante;
- Restrição de urbanização: áreas com alta densidade habitacional restringem a implantação de valas de inundação, enquanto a maioria dos pavimentos porosos não resiste ao tráfego intenso;
- Afluência poluída: as técnicas compensatórias, em sua maioria, não toleram aflúências com altas concentrações de poluentes (esgotos ou carga difusa); nestes casos é recomendada a utilização de pré-tratamento;
- Afluência com alta taxa de sedimentos e lixo: igualmente à afluência poluída, as técnicas compensatórias não toleram aflúências com altas concentrações de sedimentos e lixo, deve-se considerar manutenção de rotina;
- Risco sanitário por falha de operação: a manutenção periódica é essencial para contornar este tipo de risco;
- Risco sedimentológico por falha de operação: neste caso também é essencial que seja realizada manutenção periódica;
- Esforços e tráfego intensos: esforços e vibrações podem danificar a estruturas de bacias subterrâneas e condutos enterrados; dispositivos de infiltração sofrem degradação sob tráfego intenso;
- Flexibilidade de desenho: restringe a implantação de estruturas que exigem escoamento por gravidade, como é o caso do micro reservatório e bacias subterrâneas. Já os telhados reservatórios são limitados à configuração da edificação;
- Limites de altura ou profundidade da medida compensatória (MC): é dependente do tempo de residência desejado (MCs de infiltração) e da capacidade de infiltração do solo.



20.2. – PRÉ-DIMENSIONAMENTO DAS MEDIDAS DE CONTROLE

Medidas de controle são aquelas construídas para reduzir o volume e/ou remover os poluentes do escoamento. São medidas estruturais a construção de bacias de retenção, colocação de pavimento poroso, uso de áreas ou canais cobertos de vegetação para infiltração, obras de retenção de sedimentos nos locais em construção e criação de banhados.

A escolha das medidas mais apropriadas deve levar em consideração se a área está em processo de urbanização ou se já está urbanizada. No primeiro caso, a possibilidade de implantação de medidas não estruturais como zoneamento urbano é mais fácil, enquanto que em zonas já urbanizadas é praticamente impossível. Algumas medidas estruturais, como a criação de bacias de retenção, são também mais simples de serem adotadas na fase de planejamento, pela possibilidade de se deixar espaço livre para tal. Em áreas já urbanizadas, nas quais é complicada a implantação de medidas que requeiram o uso de áreas já ocupadas, medidas não estruturais, como as relativas à melhoria dos serviços de limpeza, são fundamentais para a diminuição da carga poluidora.

A gestão da qualidade da água do escoamento urbano será mais eficiente quanto mais cedo se iniciar a implantação das medidas de controle. Além disso, medidas estruturais e não estruturais são complementares no que se refere ao controle desejado. Devem também ser levadas em conta as características hidrológicas, topográficas e pedológicas da bacia para a escolha das medidas a serem adotadas e, no caso de não haver experiência local, pode sempre ser selecionada uma área piloto para testes de eficiência das ações pretendidas.

Os principais objetivos a serem alcançados com a implantação de medidas estruturais para controle e redução da poluição por cargas difusas em zonas urbanas são a remoção eficiente dos poluentes presentes no escoamento superficial, a minimização dos impactos do lançamento da drenagem urbana no corpo receptor, o estabelecimento de uma relação custo/benefício aceitável, a seleção de alternativas que apresentem necessidades futuras de operação e manutenção viáveis a longo prazo e,



sempre que possível, a associação a soluções com usos múltiplos, como áreas de recreação, parques e recursos paisagísticos.

20.2.1 – BACIA DE DETENÇÃO

O pré-dimensionamento das bacias de detenção, para aplicação como medida de controle, segue os mesmos critérios de dimensionamento de reservatórios de detenção e de retenção.

20.2.2 – TÉCNICAS DE COMPENSAÇÃO LINEAR

As técnicas de compensação linear têm como objetivo aumentar a capacidade de armazenamento do sistema de drenagem, o que promove a redução nas vazões de pico e aumenta o tempo de concentração da bacia. Assim sendo, o reservatório linear funciona como um reservatório “in line”, mas com o seu volume sendo armazenado ao longo das galerias e canais.

Para o pré-dimensionamento desta técnica é necessário que sejam obedecidos os critérios e restrições de vazão impostos pelo projeto, para uma precipitação de tempo de retorno predeterminado.

Assim, como para as bacias de detenção, deve ser calculado o volume a ser reservado, para que as restrições não sejam excedidas.

Uma vez determinado o volume, é necessário distribuí-lo ao longo dos canais e galerias, aumentando as dimensões das seções e introduzindo seções de controle de vazão, para que seja possível utilizar todo o volume dos condutos no amortecimento das ondas de cheia.

As estruturas de restrição deverão ser dimensionadas de tal forma que permitam a passagem das vazões básicas livremente e passem a atuar somente quando o sistema for solicitado por uma tormenta de projeto determinada, atuando como uma forma de represa até que seja atingido o nível da crista do dispositivo, que eventualmente, para vazões maiores que as de projeto, possa verter o excedente para a seção de jusante, sem comprometer e colocar em carga o escoamento.



20.2.3 – TRINCHEIRAS DE INFILTRAÇÃO E DETENÇÃO

É necessário avaliar quais as condições e possíveis impactos dos eventos extremos nas estruturas de infiltração e retenção. Para tanto, o dimensionamento de trincheiras de infiltração e retenção necessita a escolha do risco hidrológico de projeto, definido pelo tempo de retorno.

Para este tempo de retorno são então estudadas as condições de funcionamento dos dispositivos, podendo simular os eventos de projeto e possibilitando verificar se os dispositivos terão capacidade de suportar a solicitação.

Segundo Baptista M., Nascimento N. Sylvie B. (2005), as dimensões iniciais nem sempre são pré-estabelecidas. Portanto, no caso de restrição de espaço disponível, as dimensões das trincheiras ficam restritas aos espaços ainda disponíveis.

As dimensões básicas da trincheira são seu comprimento longitudinal, profundidade e largura.

Cada uma delas é determinada de acordo com a natureza dos dispositivos. No caso da profundidade, os valores dos ensaios de capacidade de infiltração são aqueles utilizados para o dimensionamento. Já para a largura, as dimensões dependem da área disponível. Caso haja espaço suficiente, o dimensionamento também deve levar em consideração a possibilidade de colmatação da trincheira, e, portanto, fazendo com os valores da relação profundidade/largura, uma relação básica que ajuda no dimensionamento, sejam reduzidos.

Este dispositivo é normalmente posicionado em pontos baixos e segue longitudinalmente o terreno no sentido de menor declividade.

A trincheira de infiltração tem como objeto fazer com que parte do escoamento superficial infiltre no solo, assim sendo, determinar as vazões de descarga do dispositivo é fundamental.

As vazões são influenciadas pela capacidade de absorção do material com o qual são projetadas as trincheiras, dependendo da condutividade hidráulica e da saturação do material. O cálculo da vazão vem demonstrado pela seguinte equação:



$$Q = \alpha \cdot q_{as} \cdot A_{inf}$$

Onde:

A_{inf} – Superfície contribuinte

q_{as} – Capacidade de absorção por unidade de superfície

α – Coeficiente de segurança devido à colmatção

O fator de segurança α é aplicado devido à redução da permeabilidade, o que acaba reduzindo a capacidade de infiltração do dispositivo.

A vazão de projeto deve considerar também as restrições de descarga a jusante, que é um fator limitado por restrições impostas pelas autoridades ou pela própria capacidade hidráulica no exutório da bacia, seja por fatores naturais ou por uma vazão de restrição a jusante destinada à proteção da região.

O custo de implantação varia consideravelmente, dependendo do material e das dimensões da trincheira. Uma aproximação dos valores é fornecida por Baptista M., Nascimento N. Sylvie B. (2005), que indica R\$ 68/m³ (valores de janeiro de 2000), como o valor estimado para as obras, em razão do volume necessário na construção do dispositivo, recomendando-se a atualização deste valor indicado com a ajuda de indicadores da construção civil para a projeção atual dos custos.

Além deste valor, uma estimativa também pode ser realizada com o auxílio de:

$$Lv = (PT)^{0,4}$$

Onde:

Lv – Longevidade (anos)

P – Permeabilidade (mm/h)

T – Fator de longevidade (assume-se $T= 20$ anos)



Com esta equação poderão ser estimados os custos de acordo com sua vida útil prevista.

20.2.4 – VALAS, VALETAS E PLANOS DE DETENÇÃO E INFILTRAÇÃO

O dimensionamento do perfil transversal das valas considera normalmente a disponibilidade de área e as características do solo para sua implantação. Tal consideração decorre das características de estabilidade dos taludes e da capacidade de infiltração do terreno disponível para implantar as medidas.

A partir destas características, será possível definir qual a profundidade e largura de projeto da vala, não permitindo que a vala apresente inclinação das paredes superior a indicada para o solo. Assim sendo, é possível também relacionar esta restrição com a profundidade, que pode, segundo Baptista M., Nascimento N. Sylvie B. (2005), ser entre 4 e 10 vezes menor do que a largura das valas.

Como as valas são medidas que priorizam a infiltração a condução propriamente dita do escoamento superficial, as vazões de saída são condicionadas pela capacidade de infiltração do dispositivo e determinadas pela equação:

$$Q = q_{as} \cdot A_{ef}$$

Onde:

q_{as} – Capacidade de absorção por unidade de área

A_{ef} – Área da projeção transversal da seção de infiltração

As valas podem funcionar, além de dispositivos de infiltração, como valas de retenção, não somente infiltrando o escoamento, como também promovendo a regularização das vazões. Neste caso as vazões a serem calculadas devem conter tanto a parcela infiltrada quando aquela regularizada.



20.2.5 – PAVIMENTOS PERMEÁVEIS COM ESTRUTURAS DE DETENÇÃO E INFILTRAÇÃO

É importante salientar que os pavimentos podem funcionar como medidas de controle do escoamento de três maneiras diferentes, sendo somente revestimentos permeáveis, pavimentos de retenção e pavimentos de infiltração.

Para cada um destes casos, a obra deve ser dimensionada de forma diversa.

Para pavimentos com um simples revestimento permeável, não é necessário o dimensionamento propriamente dito da medida, uma vez que será realizada somente a substituição do pavimento tradicional por um que permita a infiltração das águas pluviais. Desta maneira, será necessário somente caracterizar qual o material e configuração do pavimento.

No caso de aplicação de pavimentos de retenção, é necessário, seguindo as restrições impostas pelas solicitações de projeto, calcular o volume esperado de armazenamento na camada do pavimento, que permite o acúmulo de um determinado volume entre seus poros ou em um dreno ou reservatório instalado sob a camada do pavimento. Deste modo, os volumes armazenados poderão ser infiltrados diretamente no solo ou destinados ao sistema de águas pluviais.

Já para o caso dos pavimentos de infiltração, existem duas configurações possíveis, a que visa a reserva temporária e posterior infiltração no terreno, e aquela de simples infiltração direta.

Em ambos os casos, é necessário dimensionar uma base para o pavimento que seja revestido por material permeável ou impermeável, dependendo da função que o pavimento deve desempenhar. Desse modo, o dimensionamento deve obedecer às restrições e volumes de projeto para um período de retorno determinado.

20.2.6 – POÇOS

O dimensionamento de poços de infiltração segue os mesmos critérios já apresentados neste item para as demais estruturas de controle do escoamento



superficial na fonte, dependendo do tipo do evento chuvoso e o período de retorno.

Como a infiltração dos poços depende da infiltração da água diretamente no terreno, a capacidade drenante é diretamente relacionada à sua superfície de infiltração, portanto, é importante saber as dimensões, principalmente da profundidade dos poços, pois o seu diâmetro pode ser limitado pelas condições de ocupação da área de projeto. Vale ressaltar que os valores de profundidade, por elevado custo, preferencialmente não devem passar de 20 metros, e que a capacidade de infiltração do dispositivo também é um fator que deve ser levado em consideração no dimensionamento.

A vazão de descarga, assim como os demais dispositivos de infiltração, depende da capacidade de infiltração do terreno, e, conseqüentemente, da área necessária a absorver os volumes de projeto. Portanto, a vazão pode ser expressa por:

$$Q = q_{as} \cdot A_{inf}$$

Onde:

q_{as} – Capacidade de absorção por unidade de área ($m^3/s/m^2$)

A_{inf} – Área de contribuição para a evacuação de água

Como as águas pluviais, podem conter contaminantes, os efeitos da infiltração na qualidade das águas e no solo são fatores a serem considerados.

Uma vez levantada esta questão, a qualidade da água é fator de grande importância ao instalar um poço de infiltração, como medida de controle do escoamento superficial, pois partindo da premissa da não poluição do solo e do lençol freático, projetos do gênero não devem ser instalados quando houver possibilidade de contaminação.

20.2.7 – TELHADOS ARMAZENADORES

O dimensionamento de telhados reservatório obedece aos critérios de período de retorno estabelecidos pelas normas brasileiras de instalações



prediais. Como uma referência, a NBR 10844 estabelece que a instalação dos condutos de águas pluviais devem ter cobertura para um período de retorno de 5 anos e fixa a duração de precipitação em 5 minutos. A norma também fornece as informações necessárias para o projeto do número de drenos a partir de ábacos que relacionam o diâmetro interno dos condutos com a vazão de dimensionamento.

A vazão de dimensionamento será condicionada pela vazão de restrição do lote, determinada pelo método racional.

O dispositivo lida também com o carregamento da estrutura e, portanto, não deve, para situações de solicitação maiores que as de projeto, sobrecarregá-la. Esta sobrecarga poderá levar ao comprometimento ou até o colapso dos telhados. Assim sendo, para solicitação maior que as determinadas para projeto, o sistema de águas pluviais deve funcionar normalmente, não funcionando mais como reservatórios, mas, sim, como sistema de escoamento.

20.3. – VANTAGENS DAS MEDIDAS DE CONTROLE NA FONTE

As medidas de controle na fonte apresentam um novo paradigma para a cidade, que é a convivência com as suas águas. Elas apresentam soluções que melhoram as condições gerais de uma região, uma vez que, em geral, elas produzem impactos inferiores àqueles gerados pelas medidas estruturais.

Como exemplo de medidas que favorecem a paisagem e reduzem os problemas de inundação podem ser citadas a implantação de valas de infiltração, a reserva de espaço nas várzeas e a aplicação de pavimentos porosos. São medidas que geram áreas verdes, assim como criam novas áreas que podem ser utilizadas para parques e lazer público.

Tendo em vista os custos essas medidas em geral apresentam dispêndios inferiores às medidas estruturais. Assim sendo, as técnicas das medidas de controle na fonte são condizentes com o que se espera de uma drenagem urbana moderna e sustentável.

20.4. – EFEITO AMBIENTAL DAS MEDIDAS DE CONTROLE NA FONTE



As medidas de controle na fonte favorecem a infiltração e a retenção de água. Além dessas características, elas também influenciam na qualidade da água.

As medidas para o aumento da infiltração ocupam áreas anteriormente impermeabilizadas, liberando espaço para intervenções urbanísticas, como a criação de parques e áreas de convivência. Essas medidas modificam a paisagem e favorecem a melhoria das condições ambientais e na qualidade de vida dos habitantes.

Com a utilização de dispositivos de retenção, também é possível influenciar na qualidade das águas, já que os reservatórios podem auxiliar na retenção de resíduos sólidos e reter os volumes de primeira chuva, os quais são responsáveis por carrear grande parcela da poluição. Reservando este volume, é possível enviá-lo a estações de tratamento.

21. – FUNDAMENTOS DE MEDIDAS DE CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL

21.1. – MEDIDAS DE CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL

No planejamento dos sistemas públicos de drenagem, os efeitos desse tipo de medida sobre a redução dos picos de vazão e dos volumes de escoamento, geralmente não são considerados. Por serem intervenções que dependem de diversas condicionantes técnicas e também de ações de controle e fiscalização, nem sempre simples de aplicar, é muito difícil prever se, em uma determinada bacia, serão ou não implantadas de acordo com os critérios de dimensionamento adotados. Por isso são consideradas como medidas complementares, importantes para aumentar a segurança do sistema. Uma a galeria dimensionada, por exemplo, para um risco hidrológico de 10 anos de período de retorno, poderá ter sua segurança aumentada para 12 ou 15 anos, caso sejam implantadas medidas de controle do escoamento superficial na bacia drenada por esta galeria. Além de reduzir os riscos de inundação, sem a necessidade de ampliar a capacidade da galeria, podem trazer também outros benefícios ao ambiente urbano como mostrado neste trabalho.



O princípio de funcionamento das medidas de controle do escoamento superficial baseia-se na retenção temporária e na infiltração do excesso de escoamento provocado por ações antrópicas, promovendo a restauração parcial do ciclo hidrológico natural.

Neste manual são apresentadas algumas das medidas de controle do escoamento superficiais mais comuns. Outros tipos podem ser encontrados na literatura especializada, cada qual com suas características próprias, mas sempre concebidas a partir desses mesmos princípios.

21.1.1 – PAPEL DAS MEDIDAS DE CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL

O papel das medidas de controle do escoamento superficial é o de proporcionar soluções para a retenção, infiltração e abatimento do escoamento superficial. Diferentemente da visão dos sistemas tradicionais de drenagem, que é a de acelerar o escoamento e se desfazer rapidamente dos volumes de água, as medidas de controle do escoamento superficial visam a retardar e a reduzir o escoamento com a ajuda dos dispositivos de controle.

Ao planejar a drenagem, é necessário considerar a integração entre os dispositivos tradicionais de drenagem para o controle do escoamento superficial com medidas de controle na fonte e não estruturais.

Esse tipo de medidas ainda é utilizado com menor frequência em comparação com as medidas tradicionais, sendo assim, menos conhecidas por projetistas.

As medidas de controle na fonte contêm dispositivos que atuam na redução dos volumes escoados, introduzem alternativas que se integram harmoniosamente com a paisagem e também tratam da poluição difusa, melhorando a qualidade da água que escoar para os canais.

Fundamentalmente, os dispositivos propostos pelas medidas de controle na fonte são classificados em função de sua atuação, na infiltração e no armazenamento, ou na combinação desses processos.

- **Dispositivos de Infiltração** - Alguns dos exemplos típicos de dispositivos de infiltração são as valas de infiltração, pavimentos porosos,



trincheiras de infiltração e valas gramadas. Estes dispositivos têm a função de destinar a água para a sua absorção pelo solo, o que reduz a quantidade de água no sistema pluvial.

Os dispositivos têm escala adequada para a utilização em lotes, e é aplicado de forma dispersa na bacia.

- **Dispositivos de Armazenamento** - O objetivo principal do dispositivo de armazenamento é a retenção do escoamento, para posterior liberação do volume. Entre eles estão bacias de detenção, retenção nos lotes e microdrenagem de forma linear.

- **Dispositivos Mistos** - Os dispositivos mistos influem a infiltração e o armazenamento, podendo em algumas situações ser mais eficientes do que os dispositivos isolados.

Sua utilização é recomendada em regiões com pouca área disponível para obras, permitindo a melhor utilização do espaço e se adequando melhor às características da bacia.

Além destes dispositivos, a relação de ações não estruturais presentes nas medidas de controle na fonte desempenha o papel de regular a utilização do solo e propor normas e critérios técnicos para a construção em áreas sujeitas a inundação.

Tais medidas têm forte ligação com o processo de planejamento, o que acaba reduzindo seus custos e permitindo a expansão urbana de forma que reduza os impactos da urbanização.

As principais ações não estruturais utilizadas pelas medidas de controle na fonte são o zoneamento, a aplicação de critérios construtivos para habitações, imóveis comerciais e industriais e áreas de lazer, assim como a normatização desta estrutura técnica.

21.2 – REVITALIZAÇÕES DE CORPOS HÍDRICOS

A revitalização de bacias urbanas é uma tendência com uma visão sustentável que vem sendo aplicada mundialmente para a melhoria das condições ambientais do meio urbano, levando em conta a reaproximação e



convivência da população com a água no ambiente urbano. Para tanto é preciso considerar novas estratégias que dirijam-se a revitalização dos rios e córregos urbanos. A recuperação destas áreas deverá trazer benefícios para a qualidade de vida da população, com a diminuição dos prejuízos econômicos causados pelas inundações, o controle de doenças de veiculação hídrica e a valorização do meio ambiente urbano.

Nessa visão, os corpos hídricos urbanos, seja em razão de seu estado inicial, seja em função de um manejo, devem ser predominantemente vegetados e bastante diversificados quanto às suas dimensões, exercendo as múltiplas funções de:

- Manter, criar e enriquecer os habitats e proteger a diversidade de espécies;
- Contribuir para a valorização da paisagem urbana e consequente melhoria da qualidade de vida da população;
- Proteger os recursos hídricos e contribuir para o manejo das águas pluviais, reduzindo a exposição dos moradores às áreas de risco de inundação;
- Contribuir para a melhoria do microclima local, bem como pelo efeito acumulativo, influir no conjunto do espaço urbano metropolitano;
- Promover a saúde pública pelo controle do contato com solo e água contaminados, bem como pela promoção de atividades físicas, e oferecimento de espaços para contemplação, interação social, expressão cultural e educação ambiental;
- Criar um retorno financeiro de longo alcance em termos de valor das propriedades, investimentos urbanos e finalmente, no aumento da base fiscal municipal.

Estas áreas verdes não devem ser consideradas meramente como um meio de embelezamento urbano, mas sim como parte integrante da infraestrutura urbana, articulando o espaço com o sistema viário e edificações e cumprindo as funções tradicionais de lazer, recreação e contemplação. Para isto, as ações de revitalização de corpos hídricos devem seguir as seguintes diretrizes básicas:



- Identificação dos rios ou trechos de cursos d'água passíveis de restauração;
- Delineamento dos objetivos que se pretende alcançar, o que muitas vezes é dependente das condições de degradação inicial do corpo hídrico;
- Realização de debates com a comunidade para troca de informações. Nessa etapa, é extremamente importante que a comunidade adote a proposta, desta forma ela poderá zelar pelo novo espaço que será criado, e este tende a ser mantido;
- Desenvolvimento de projeto conceitual com a participação de equipe multidisciplinar e da comunidade;
- Desenvolvimento de projeto executivo;
- Execução das ações de revitalização, obras e manutenção;
- Monitoramento antes e depois da implantação das ações de revitalização.

21.3. – O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO SOBRE OS RIOS URBANOS

A degradação dos rios urbanos é resultante das alterações em sua bacia. O entendimento destas alterações é essencial para o estudo e restauração dos rios urbanos. Segundo Schueler (2005) as principais alterações que ocorrem em uma bacia urbana devido à urbanização são:

- Impermeabilização do solo: a impermeabilização do solo afeta intensamente a hidrologia das bacias urbanas diminuindo a infiltração da água no solo e aumentando o escoamento superficial. Comparando-se os hidrogramas da Figura 19 de uma bacia urbanizada com o de uma bacia rural, observa-se que o pico do hidrograma, em uma bacia urbana é maior e ocorre em um tempo menor, outro aspecto importante é o aumento do volume em comparação com a condição anterior à urbanização.



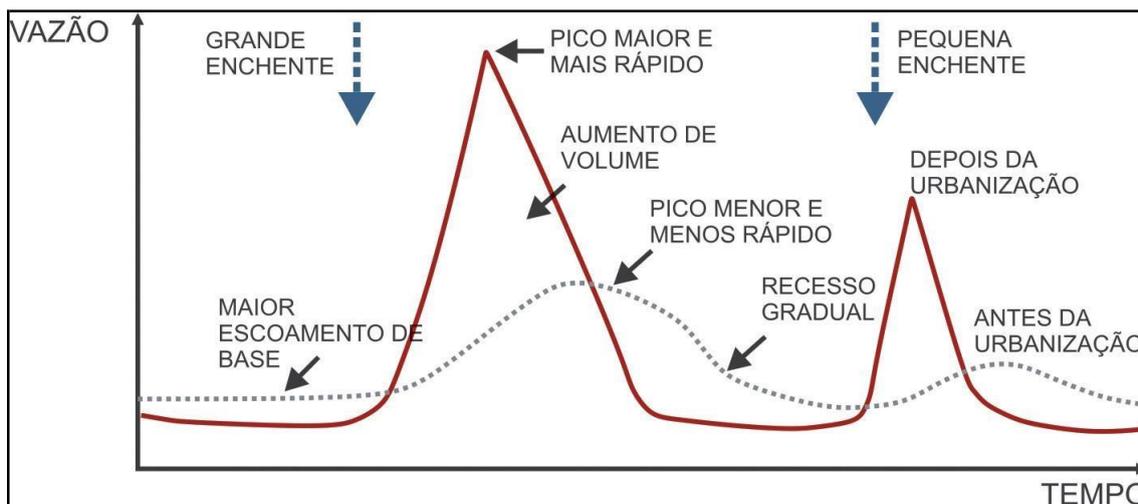


Figura 22: Comparações entre os hidrogramas de uma bacia urbana e uma bacia rural

- Interferências entre as redes de água, esgoto e de águas pluviais: a construção das redes de água, esgoto e de águas pluviais alteram as condições naturais de uma bacia urbana. As ligações clandestinas e o vazamento das redes de água e esgotos contribuem para alterações na quantidade e qualidade das águas que chegam aos córregos. Enquanto as redes de águas pluviais tradicionais transportam rapidamente as águas de chuva para jusante. Isso contribui para o aumento das inundações e o carreamento de poluentes a jusante, uma vez que em condições naturais a remoção de poluentes é facilitada pela vegetação ripária.

- Alterações ao longo do canal do rio: interrupções ao longo do canal podem ocorrer principalmente em áreas densamente ocupadas, a exemplo de travessias, pontes, canalizações, diques, e outros tipos de obras de engenharia projetadas para conduzir o fluxo do rio e suas inundações no local desejado. Outra alteração é a perda frequente da vegetação ao longo das margens dos rios com a urbanização, que se limita a uma estreita faixa ou muitas vezes inexistente.

- Ocupação das margens: a modificação mais comum, que resulta da ocupação destas áreas, são os aterros construídos para suportar as edificações, isso pode reduzir significativamente a seção do canal causando



alterações no fluxo. Mesmo que esse tipo de ocupação não ocorra, as planícies de inundações se expandem em resposta à urbanização a montante. Como ilustrado, bacias urbanizadas produzem maiores inundações, conseqüentemente as planícies de inundação devem se expandir para acomodar estes volumes maiores.

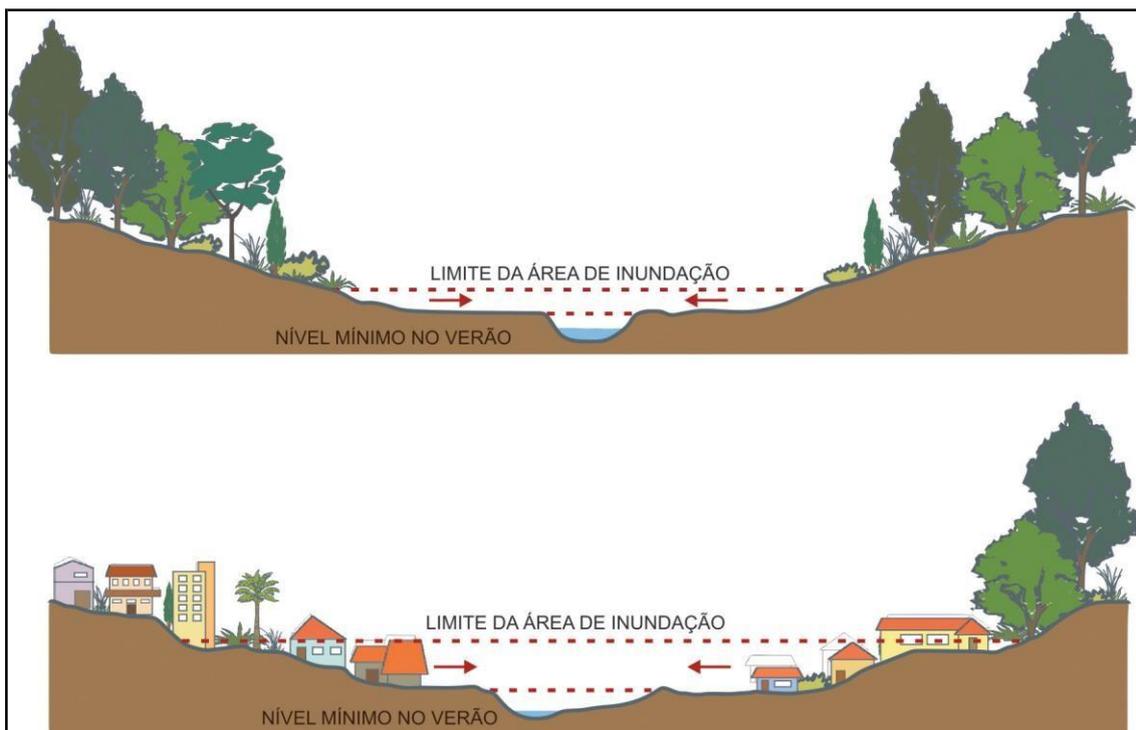


Figura 23: Resposta da geometria do escoamento devido à urbanização

- Degradação da qualidade da água: as águas pluviais que lavam as superfícies de uma área urbanizada carregam uma ampla quantidade de poluentes que alteram a qualidade da água do corpo receptor. A concentração de poluentes na água pode variar de acordo com característica do uso do solo, da região e da precipitação. E, na maioria das vezes, a concentração de poluentes aumenta na medida em que a área impermeável se desenvolve.

21.4. – ESTRUTURAS AUXILIARES DE RETENÇÃO DE LIXO E SEDIMENTOS

As estruturas de retenção de resíduos sólidos são importantes para o bom desempenho das medidas de controle na fonte.



Os resíduos sólidos e os sedimentos impactam negativamente a rede de drenagem, entupindo bocas de lobo, obstruindo sarjetas e assoreando galerias e canais. Portanto, projetar estruturas que englobem este fator em sua concepção é aconselhável para melhorar o desempenho do sistema como um todo.

A seguir são apresentadas duas possibilidades de solução para a captação e/ou retenção dos resíduos:

21.4.1 – BACIA DE RETENÇÃO DE SEDIMENTOS

Funcionam como uma bacia de retenção de cheias, reservando e reduzindo a velocidade do escoamento, fazendo com que o material em suspensão seja depositado no fundo do reservatório, necessitando de manutenção constantemente.

Elas têm a desvantagem de necessitar de áreas relativamente grandes para sua instalação.

21.4.2 – GRELHAS

As grelhas funcionam como barreiras para reter os resíduos sólidos, deixando que a água passe por suas aberturas separando o resíduo. Existem grelhas autolimpantes e grelhas de penetração parcial.

As grelhas autolimpantes são capazes de se manter limpas, retendo os resíduos sem a necessidade de intervenção mecânica. Elas geralmente são inclinadas fazendo com que os resíduos escoem por gravidade até um local de armazenamento e destinação.

As grelhas de penetração parcial estão imersas, mas não tocam a parte inferior do canal. Assim sendo, o fluxo de água passa pela parte inferior, enquanto, os resíduos são capturados pela grelha, que deve ser limpa constantemente, mecanicamente ou manualmente. A desvantagem deste método está na geração de vórtices no escoamento, permitindo que os resíduos passem sob a grelha.



21.5. – REGULAMENTAÇÃO DA ZONA INUNDÁVEL

Um aspecto importante que deve ser considerado nos projetos de revitalização dos corpos hídricos é a regulamentação das áreas inundáveis.

Primeiramente, deve ser considerado o tratamento das APPs urbanas segundo as políticas públicas de meio ambiente (Lei nº 6.938/81), recursos hídricos (Lei nº 9.433/97) e urbanismo (Lei nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade e a Lei nº 11.445/07).

As APPs referem-se a um regime jurídico especial de uso do solo e dos recursos vegetais, voltado à proteção do ambiente, sendo definidas nos seguintes termos:

“Área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.”

No que se refere às APPs nas margens de cursos d'água consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

- de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.



b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura.

Em face de ocupações ocorridas em desacordo com as normas ambientais, sobretudo nas cidades, pois a legislação que cuida da proteção do meio ambiente é muito posterior à implantação da maioria destas, foi incluído um parágrafo único ao art. 2º, que modificou o regime jurídico das florestas e demais formas de vegetação em áreas urbanas:

*Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, **respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.***

Nos municípios, as APPs urbanas devem ser disciplinadas pelo que dispuser o Plano Diretor e a legislação municipal de uso e ocupação do solo, o que vai ao encontro do conteúdo do art. 182 da CF/88, que remete ao município a definição de sua política urbana, traduzida no plano diretor. Todavia, o município, ao estabelecer a sua política urbana, deve respeitar os *princípios e limites* a que se refere o art. 2º do Código Florestal, que representa a norma geral sobre a matéria.

Nesse sentido, uma das ações do Plano de Gestão é o desenvolvimento de legislação e de instrumentos de gestão que viabilizem a incorporação do zoneamento de inundação à Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, definindo um conjunto de regras para a ocupação das áreas de risco de inundação, com o intuito de minimizar as perdas materiais e humanas resultantes das inundações. O detalhamento dessa ação será objeto de outra atividade, mas pretende-se apresentar neste item uma visão geral sobre o



assunto, uma vez que os projetos de revitalização em corpos hídricos devem considerar este zoneamento.

O zoneamento deverá ser baseado no mapeamento das áreas de inundação dentro da delimitação da cheia de 100 anos ou maior registrada. Dentro dessa faixa, devem ser definidas áreas de diferentes riscos hidrológicos e com diferentes critérios de ocupação, tanto em relação ao uso como também aos aspectos construtivos. A Figura 26 apresenta um esquema da delimitação das zonas de inundação de acordo com o risco hidrológico dividida em três faixas:

Faixa 1 – Zona de passagem de enchente: nesta seção a construção de qualquer edificação reduz a área de escoamento, elevando os níveis a montante desta seção, deste modo deve-se procurar manter esta área livre.

Faixa 2 – Zona com restrições de ocupação: esta área representa o restante da superfície inundável. As inundações destas áreas, geralmente apresentam pequenas profundidades e baixas velocidades. Deste modo poderiam ser permitidos usos como: construção de parques, agricultura, habitações estruturalmente protegidas contra enchentes, áreas industriais ou comerciais sem o armazenamento de produtos perecíveis ou tóxicos.

Faixa 3 – Zona de baixo risco hidrológico: área com baixa probabilidade de inundações. Não necessita necessariamente de regulamentação, mas a população deve ser informada sobre o risco hidrológico a que está sujeita, mesmo este sendo baixo.



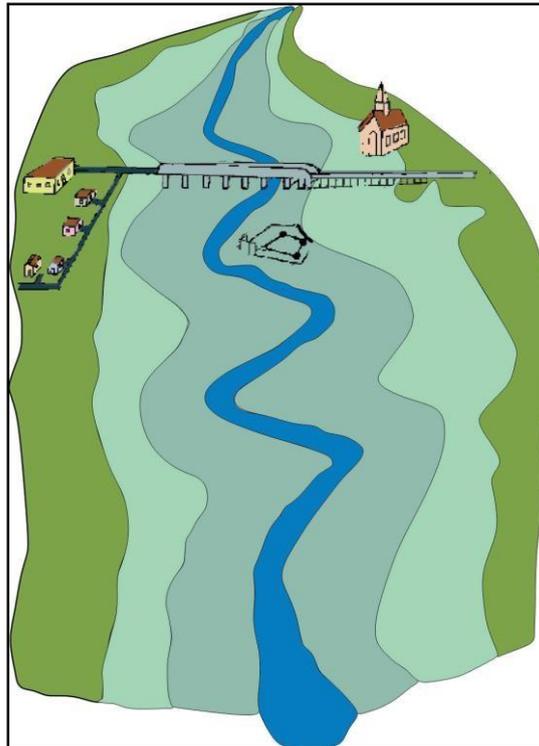


Figura 24: Regulamentação da zona inundável

O zoneamento deve ser incorporado pelo Plano Diretor Urbano da cidade e regulamentado por legislação municipal específica ou pelo Código de Obras. Para o caso de áreas já ocupadas, o zoneamento pode estabelecer um programa de transferência da população e/ou convivência com os eventos mais frequentes.

22. – FUNDAMENTOS DE TRANSPORTE DE SEDIMENTOS

22.1. – EROSÃO URBANA

A drenagem urbana deve ser entendida como parte integrante do planejamento urbano, o que em nosso meio raramente acontece. Como consequência direta dessa não integração são comuns ocorrências de processos erosivos superficiais, por vezes intensos e localizados, devidos principalmente às deficiências de microdrenagem, e por vezes não tão intensos porém difusos, que resultam em grandes montantes de aporte sólido aos



corpos d'água receptores, decorrentes da presença de grandes áreas de exposição direta aos agentes de erosão.

Os processos de erosão urbana têm características muito diferentes dos correspondentes às bacias rurais, no que diz respeito às próprias ações físicas bem como às dimensões das áreas envolvidas. Do ponto de vista de instabilização da morfologia de cursos d'água, a erosão rural tem um caráter mais extensivo que as erosões urbanas, no entanto com taxas específicas de contribuição significativamente inferiores.

Um segundo aspecto que deve ser entendido é a grande variabilidade temporal do processo de erosão urbana. Numa primeira fase, nos casos mais comuns em que o processo de ocupação envolve grandes movimentos de terra sem maiores cuidados de proteção, ocorrem processos erosivos intensos com grande aporte sólido aos corpos d'água receptores. Com o decorrer do tempo as vias vão sendo gradualmente pavimentadas e os lotes ocupados de sorte que a intensidade de erosão vai decaindo até o momento em que ocorra a consolidação total da bacia. A partir dessa situação as contribuições mais significativas decorrem de intervenções localizadas na bacia.

É importante também considerar que durante o processo de ocupação urbana ocorrem transformações em toda a rede de drenagem natural. Isso faz com que haja modificações importantes na capacidade de transporte sólido dos cursos d'água que compõem a rede de drenagem, bem como nas condições que regem o equilíbrio morfológico. Do balanço entre essas alterações diretas na rede de drenagem e o suprimento de sedimentos da bacia é possível definir tendências de alterações morfológicas. Para isso é fundamental o conhecimento adequado de todas as variáveis que regem o fenômeno, o que evidentemente não é uma tarefa simples.

Tendo em vista os fatos apresentados, preparou-se neste capítulo uma descrição geral dos principais processos de transformações de bacias urbanas que com outras alterações de natureza hidráulica e hidrológica, afetam o equilíbrio de canalizações de sistemas de drenagem. Serão apresentadas também algumas considerações, que são úteis nos projetos de drenagem urbana.



22.1.1 – DEFINIÇÕES GERAIS

Antes de tratar da questão relativa às ações que desencadeiam alterações morfológicas de canalizações em geral, convém apresentar algumas definições básicas que ajudam a compreender melhor os mecanismos que regem o equilíbrio de canais.

22.1.2 – VAZÃO LÍQUIDA CARACTERÍSTICA

Nos estudos de estabilidade de rios, o ideal é trabalhar-se com séries históricas de vazões. No entanto, é comum nas avaliações mais frequentes trabalhar-se com uma única vazão representativa do hidrograma anual, denominada de **Vazão Modeladora**, que manteria o mesmo padrão geomorfológico do rio caso ocorresse constantemente ao longo do ano.

Não existe um padrão para a descrição da vazão modeladora, porém os critérios mais utilizados para a sua definição são os seguintes:

- Vazão de seção plena.
- Vazão do leito principal do rio. Essa definição somente é válida para rios aluvionares.
- Vazões com período de retorno entre 1,5 e 2 anos. Esse critério é equivalente ao anterior nos rios de planície, porém é mais genérico, podendo ser aplicado nos trechos superiores, onde as declividades são mais acentuadas.
- Vazão dominante.
- Representa o valor de uma vazão fictícia que se ocorresse constantemente ao longo do ano transportaria a mesma quantidade de sedimentos do hidrograma anual. Sua aplicação, no entanto, exige um nível de informações superior às definições anteriores.

22.1.3 – VAZÃO SÓLIDA

Essa é uma grandeza de fundamental importância para os estudos de fluviologia, porém raramente disponível. Quando há algum tipo de informação,



de maneira geral, esta se refere ao transporte sólido em suspensão. Em grande parte dos casos essa modalidade é constituída predominantemente por uma parcela denominada de carga de lavagem.

A carga de lavagem é definida como a parcela correspondente a frações granulométricas muito finas, comparadas ao material constituinte do leito, proveniente quase que totalmente das contribuições da erosão superficial da bacia. Como a capacidade de transporte sólido para essa fração granulométrica é superior ao suprimento, resultam deposições muito modestas desse material no leito e conseqüentemente sem uma participação ativa nas transformações morfológicas do curso d'água. Para que se entenda melhor essa definição, é interessante recorrer à Figura 27, que apresenta um confronto entre a capacidade de transporte sólido e o aporte de material proveniente da bacia de contribuição, ambos como função do diâmetro dos sedimentos.

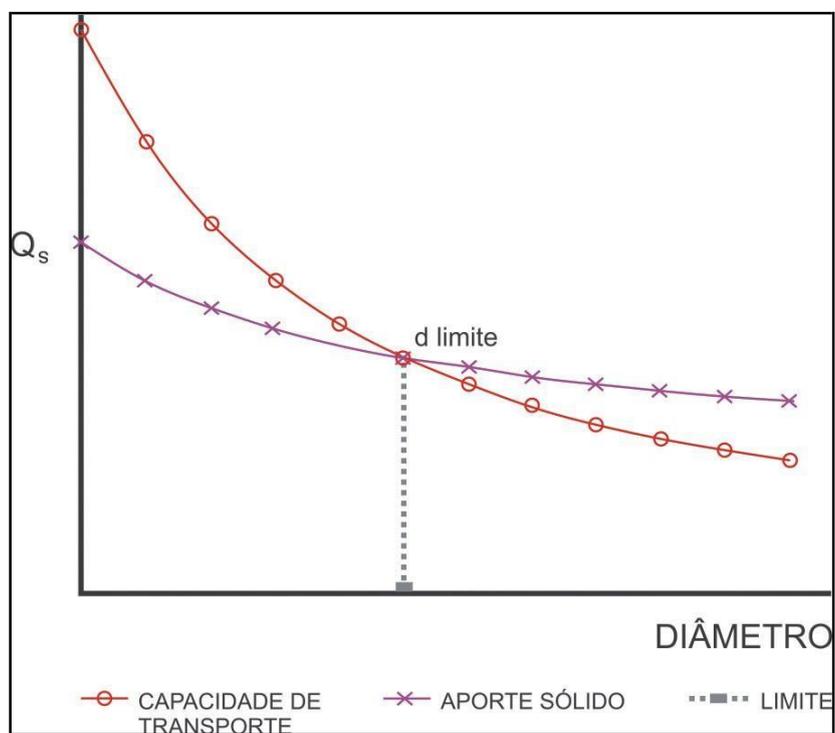


Figura 25: Confronto entre a disponibilidade de sedimentos e a capacidade de transporte sólido

Por este gráfico pode-se ver que existe um valor de diâmetro limite em que a capacidade de transporte sólido se iguala com o aporte de material da bacia, ou seja, uma situação de equilíbrio. Para valores superiores a esse limite o transporte sólido estará condicionado à capacidade de transporte do canal,



sendo o excedente depositado no leito. Para valores inferiores ao limite o transporte sólido estará condicionado pelo aporte sólido da bacia, uma vez que a capacidade de transporte do canal é superior a esse valor. Conforme já foi definido anteriormente, a esta última situação denomina-se de transporte da carga de lavagem, a qual não participa das transformações morfológicas fluviais.

Materiais que nos trechos superiores dos rios, onde a capacidade de transporte sólido é maior (as declividades são mais acentuadas e é maior a energia de escoamento), são caracterizados como carga de lavagem, passam a ser considerados como carga de material de leito nos trechos inferiores. Por esta razão a carga de lavagem não pode ser definida pela sua dimensão característica do material transportado.

A parcela da vazão sólida que efetivamente atua nos processos morfológicos é denominada de transporte de material do leito, que pode ocorrer na modalidade de transporte em suspensão ou por arrastamento ou saltação junto ao fundo. Devido à complexidade do fenômeno em si, e conseqüentemente das técnicas de medição e, conforme foi mencionado anteriormente, a exiguidade de postos fluviossedimentométricos, não é raro ter que se fazerem avaliações a partir das equações de transporte sólido disponíveis e mais adequadas aos estudos.

22.2. – EROSÃO SUPERFICIAL

22.2.1 – FORMAS DE EROSÃO

A erosão do solo pode ser de natureza eólica ou hídrica. A primeira é produzida pela ação aerodinâmica sobre a superfície sólida, que faz com que as partículas sobre a superfície do solo se desprendam e mantenham-se em suspensão pela ação turbulenta do escoamento e transportada até que haja condições de deposição. A segunda forma, é de natureza mais complexa, envolvendo diversas fases, que serão explicadas a seguir, de forma resumida.

A primeira fase da erosão superficial corresponde aos impactos das gotas de chuva. Existe nesta fase um primeiro efeito de desagregação das



partículas do solo e um segundo de expulsão desse material do local de origem, expondo-o às ações hidrodinâmicas do escoamento superficial.

Quando as precipitações superam a capacidade de infiltração, se inicia o escoamento superficial, que devido predominantemente às forças atrativas do escoamento, produzem uma erosão superficial em camadas delgadas em toda a área. A intensidade deste tipo de erosão não é muito acentuada, porém devido a sua abrangência acaba produzindo contribuições sólidas consideráveis. Esta fase é denominada de erosão laminar.

A erosão em sulco resulta da concentração do escoamento em caminhos preferenciais. Produz-se, então, um grande aumento dos esforços cortantes sobre o solo e conseqüentemente da capacidade de transporte, resultando no aprofundamento desses sulcos.

Quando a erosão em sulco não é tratada e se desenvolve, pode atingir grandes proporções com a formação de ravinas. Se a erosão produzir aprofundamentos a ponto de atingir o nível do lençol freático, podem ocorrer grandes escorregamentos, principalmente se o material do substrato for arenoso, por efeito de erosões tubulares. A esta fase de erosão comumente denomina-se de voçoroca.

Ao contrário da erosão laminar, que apresenta baixas taxas de erosão específica, mas tem um caráter mais extensivo, estas últimas formas de erosão (sulcos, ravinas e voçorocas) têm intensidades mais acentuadas mas são localizadas. Em particular, a erosão na fase da voçoroca é a mais agressiva e, de maneira geral, somente se justificam obras para a sua recuperação em áreas urbanas, em virtude dos prejuízos e perigos potenciais que estas podem representar.

De maneira geral as erosões lineares (sulcos, ravinas e voçorocas) em áreas urbanas assumem uma maior relevância e estão estreitamente ligadas a deficiências de microdrenagem, podendo representar uma fonte importante de contribuição sólida.



22.2.2 – FATORES QUE AFETAM A EROSÃO

A erosão superficial que irá servir de aporte aos cursos d'água é fruto das ações dinâmicas de natureza hídrica ou eólica sobre o solo, das características intrínsecas do solo, da geomorfologia da bacia e sua cobertura. Embora já existam alguns modelos para a determinação da erosão e transporte sólido superficial, são de aplicação extremamente restrita, dada a complexidade do fenômeno e à quantidade de dados de entrada envolvidos e de difícil determinação. Portanto, esse tipo de solução ainda está longe de ter um caráter prático e suficientemente preciso para o enfrentamento do problema. Existem, no entanto, alguns indicadores de natureza empírica que têm se prestado para uma primeira avaliação do potencial de erosão de uma bacia. Dentre estes destaca-se a clássica **Fórmula Universal de Perda de Solo**, de Wischmeyer Smith (1960), desenvolvida para bacias rurais:

$$E = R \times K \times L \times S \times C \times P$$

Onde:

E - perda de solo média anual por unidade de área;

R - fator de erosividade para uma precipitação característica da bacia;

K - fator de erodibilidade do solo;

L, S - fatores topográficos do terreno, no caso o comprimento de rampa e a declividade longitudinal;

C, P - fatores relativos ao uso do solo, no caso o tipo de manejo agrícola e a prática conservacionista aplicada.

Este tipo de formulação é bastante didática, pois apresenta de forma explícita os fatores envolvidos na perda de solo. Os dois primeiros fatores, *R* e *K*, são devidos à características naturais enquanto os dois últimos, *C* e *P*, se devem tão somente à ação antrópica. Os fatores topográficos *L* e *S*, apesar de serem também características naturais, podem de alguma forma ser modificados pelo homem.



Sistemas de macrodrenagem urbana podem ter seu equilíbrio morfológico afetado, à medida que valores de perdas de solo estejam fora dos limites normais, quer por erosão da porção urbana da bacia quer por erosão da porção rural da bacia. Exemplo disto se tem, por exemplo, na região oeste do Estado de São Paulo, em que as perdas de solo são responsáveis pelo intenso assoreamento dos rios da região, comprometendo obras como travessias, captações de água e, relativamente ao tema aqui tratado, a capacidade de descarga de sistemas de drenagem.

Avaliações destas perdas envolvem complexos estudos específicos, acompanhados de intensas campanhas de medições. O Instituto Agrônomo de Campinas adota para o Estado de São Paulo valores de perda de solo em torno de 0,4 t/ha.ano para regiões de pasto, e uma variação entre 12 e 25 t/ha.ano para diversos tipos de cultura (Bertoni e Lombardi - 1985). Evidentemente estes valores devem ser tomados apenas como referências, uma vez que inúmeros fatores podem afetar a perda de solo, conforme já foi visto.

Apesar da Fórmula Universal de Perda de Solo ter sido desenvolvida para áreas rurais, é interessante verificar que alguns dos fatores desta equação são extremamente afetados nos processos de urbanização. Por exemplo, na implantação de loteamentos, obras públicas ou privadas de grande porte, de maneira geral ocorrem grandes movimentações de terra, em que se altera de forma significativa a topografia local (fatores L e S). Normalmente remove-se a camada superficial deixando expostos substratos que em algumas situações podem apresentar taxas de erodibilidade diferenciadas (fator K). Dependendo da duração para a completa implantação do projeto, com a recomposição da cobertura do solo (edificações, pavimentações e áreas verdes) e implantação da drenagem, é comum que o empreendimento atravesse períodos de chuvas em condições precárias; seria algo equivalente a uma condição desfavorável do fator P . Há inúmeros exemplos de processos inadequados de ocupação urbana, que potencializam os fatores erosivos descritos anteriormente, e que, aliados ao fato de haver uma drenagem inadequada, foram causadores de prejuízos de grande monta.



23. – CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICAVEL A DRENAGEM URBANA

23.1 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

23.1.1 – DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

O art. 225 da CF/88 marcou uma inovação no direito, pois, valendo-se de instrumentos que já constavam da Lei no 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), elevou ao nível da Constituição a temática ambiental.

O fundamento do direito ambiental brasileiro consiste em todos terem “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O meio ambiente é definido na Constituição como bem de uso comum do povo, expressão que se refere muito mais a interesse, ou necessidade, que a domínio ou a propriedade. Sendo o meio ambiente um objeto do interesse de todos, insere-se no rol dos bens tutelados pelo Poder Público, a quem cabe intervir nas atividades públicas, ou particulares, com vistas a assegurar a sadia qualidade de vida.

23.1.2 – GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE URBANA

A propriedade é aqui abordada em razão dos efeitos do uso do solo, sobretudo no que tange a sua impermeabilização, ao lançamento das águas da chuva nas ruas e a conseqüente inundação. Daí tratar dos limites do exercício do direito a propriedade.

O art. 5o da CF/88 garante a propriedade privada, atendida a sua função social. Essa determinação indica uma evolução ocorrida no que tange ao conceito de propriedade que, de exercício pleno, passou, ao longo dos séculos, a possuir uma relação intrínseca com seu entorno, de modo a compartilhar



benefícios e garantir a não ocorrência de danos a terceiros. A função social, pois, adicionada ao interesse privado que reveste a propriedade, explicita o interesse público incorporado em seu conteúdo.

A regra da proteção ambiental permeia todo o texto constitucional, ficando muito clara a profunda alteração trazida pelo texto de 1988 no que se refere aos recursos ambientais: de uma situação de exploração ilimitada para outra em que se impõem limites as atividades humanas, condicionando-as as normas ambientais.⁴ Um dos casos desse tipo de limitação trazidos pela CF/88 é o princípio da função social da propriedade. De acordo com essa previsão constitucional, o direito de propriedade deve ser exercido com vistas a atender ou a não prejudicar o interesse público, em que se insere a proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos hídricos e do solo. Daí a existência de normas impondo recuos, gabaritos e coeficientes de aproveitamento; e estabelecendo zoneamento, restrições ao uso das APPs, obrigação de reservar a água da chuva no interior da propriedade, entre outras regras e normas ambientais.

A CF/88 definiu função social da propriedade rural no art. 1866. No que se refere a propriedade urbana, a CF/88 remeteu-se ao Plano Diretor de cada município para tal definição. Ou seja, a política urbana, a ser definida pelos poderes públicos municipais, estabelece quais regras são necessárias para garantir que o direito a propriedade urbana seja exercido em observância a sua função social. Nesse sentido, considerando que o Plano Diretor deve ser guiado pela sustentabilidade e pela proteção ambiental, incluída a segurança pela redução dos riscos de danos causados pelas inundações, a propriedade urbana também deve observar tais parâmetros.

Além disso, o Código Civil determina, no § 1º do art. 1.228 que “o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, em conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.” Comparado com as disposições contidas no caput do artigo, que concede ao proprietário a faculdade de “usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem injustamente a possua ou detenha”, fica clara a imposição de uma restrição ao exercício do direito da



propriedade, com vistas a proteger valores como o meio ambiente e o desenvolvimento sócio econômico.

23.1.3 – O PAPEL DO MUNICÍPIO NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE URBANO

A defesa e a preservação do meio ambiente são atribuições do Poder Público – União, Estados, Distrito Federal, Municípios e os respectivos órgãos e entidades – e também da coletividade, que pode ser entendida, nesse caso, como a sociedade em geral.

O art. 182 da Constituição dispõe que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Entende-se que as questões relativas a drenagem estão intimamente ligadas a manutenção do desenvolvimento da cidade.

A Constituição estabelece, ainda, o plano diretor como “o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” e determina que “a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. Cabe ao município formular a política urbana, seu plano diretor e, conseqüentemente, determinar a função social da propriedade.

23.1.4 – DOMÍNIO DA ÁGUA

As águas pertencem a União ou aos Estados e ao Distrito Federal, de acordo com a localização dos corpos hídricos. São bens da União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio”. São também de domínio da União os lagos, rios e quaisquer correntes que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.



Ao domínio dos Estados cabem as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

O município não é detentor do domínio hídrico. Essa classificação, que vigorava no Código de Águas, modificou-se com a Constituição de 1946, alterando o domínio para a União e os Estados e, por analogia, ao Distrito Federal. O mesmo se pode afirmar com referência as águas particulares.

23.1.5 - SANEAMENTO BÁSICO

A competência legislativa para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos, pertence a União. Independentemente disso, o art. 24 da Constituição Federal estabelece a competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre temas correlatos ao saneamento, como a proteção da saúde e do meio ambiente.

No que se reportam as competências administrativas, é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios a promoção de programas de saneamento básico. O saneamento possui uma interface marcante com a saúde, cabendo ao Sistema Único de Saúde (SUS) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

23.2 – ESTATUTO DAS CIDADES

O Estatuto da Cidade, Lei no 10.257/01, regulamentou os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, o que significa a confirmação da preocupação com o meio ambiente nas discussões relativas as cidades, em nível de norma geral.

O Estatuto da Cidade se aplica a todo o território nacional, devendo os municípios, responsáveis pela definição das respectivas políticas de



desenvolvimento urbano, buscar obrigatoriamente o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade – conforme definido no Plano Diretor e demais normas municipais – e o bem-estar dos seus habitantes.

As diretrizes gerais de política urbana estabelecidas pela lei, relacionando normas urbanísticas e proteção do meio ambiente urbano, atribuem uma função ambiental a propriedade urbana, bem como os instrumentos para sua efetivação.

No tocante ao planejamento, o Estatuto da Cidade fixou diretrizes gerais de política urbana, relacionando as normas de natureza urbanística com as de proteção ambiental. Para tanto, não apenas atribuiu uma função ambiental a propriedade urbana, como também estabeleceu os respectivos instrumentos para a sua consecução. Seu objetivo é regular o uso da propriedade urbana em favor do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida, que desempenhará sua função socioambiental de forma a evitar a poluição e a degradação ambiental.

23.3 – POLITICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, refletiu a preocupação da sociedade brasileira em assegurar o desenvolvimento do país, garantindo a preservação dos recursos naturais. Essa norma mudou definitivamente a forma de tratar as atividades humanas, estabelecendo-se um vínculo de natureza legal entre o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente.

23.3.1 - CONCEITOS

O conceito de meio ambiente – “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” – refere-se fundamentalmente aos conceitos de vida e equilíbrio. Esse equilíbrio inclui o fluxo das águas, inclusive na estação das cheias. Mesmo considerando a ocupação antrópica ao longo dos corpos



hídricos, há que manter, na organização das cidades, condições mínimas de sustentabilidade e mesmo de sobrevivência das populações, na ocorrência de fortes chuvas.

Na fixação dos conceitos, a Lei no 6.938/81 identificou a figura do poluidor e causador da degradação ambiental. A pessoa jurídica, de direito público ou privado, foi introduzida no conceito de poluidor. Até então, não estava claro que o Poder Público, ao implantar empreendimentos públicos como estradas, usinas hidroelétricas e loteamentos, poderia ser responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. Reforçando essa ideia, a lei determina que as atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

Tanto as inundações são formas de degradação ambiental como as obras destinadas a evitá-las podem causar, efetiva ou potencialmente, danos.

A poluição foi definida como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- Criem condições adversas as atividades sociais e econômicas;
- Afetem desfavoravelmente a biota;
- Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

A caracterização da poluição é feita, pois, pela descrição do fato ocorrido, relativo a poluição e a correspondente previsão legal. É o que acontece com uma atividade que tenha prejudicado a saúde, a segurança e o bem-estar da população, ou que tenha criado condições adversas as atividades sociais e econômicas, que tenha afetado desfavoravelmente a biota ou que ainda tenha causado danos as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente. Todas essas situações devem ser comprovadas no respectivo processo – administrativo ou judicial –, destinado a apurar a ocorrência de um dano ambiental.



Além das situações acima descritas, lançar substâncias fora dos padrões legalmente fixados também caracteriza a poluição. Mas há uma diferença entre essa situação e as demais: neste caso, a poluição ocorre pelo simples fato de haver despejos fora dos padrões legalmente estabelecidos, independentemente dos efeitos que efetivamente ocorram na água, no ar ou no solo. Aplicou-se na alínea e do inciso III do art. 3º da Lei no 6.938/81 a presunção legal de ocorrência de poluição.

Já a degradação da qualidade ambiental consiste na alteração adversa das características do meio ambiente, o que remete para o entendimento de ser a poluição uma espécie do gênero degradação ambiental.

A degradação da qualidade ambiental, da qual uma das causas é a poluição, refere-se justamente a um desequilíbrio provocado pela atividade humana e é definida no art. 3º, II, da Lei no 6.938/81. Trata-se de “alteração adversa das características do meio ambiente”.

23.4 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL

As obras a serem realizadas no âmbito de um plano de drenagem devem ser licenciadas, quando couber. O art. 10 da Lei no 6.938/81 determina que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento.

O procedimento administrativo do licenciamento ambiental é formado por um conjunto de atos sucessivos, ora da parte da Administração, ora da parte do empreendedor, cumprindo-se uma série de requisitos que podem, ou não, resultar na expedição das licenças ambientais. Nos termos do art. 10 da Resolução CONAMA no 237/97, esse procedimento obedecerá as seguintes etapas:

- Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais



necessários ao início do processo de licenciamento correspondente a licença a ser requerida;

- Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
- Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;
- Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;
- Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;
- Deferimento, ou indeferimento, do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

O procedimento acima descrito aplica-se, no que couber, aos três tipos de licenças estabelecidos pelo art. 19 do Decreto no 99.274/90, que regulamentou a Lei no 6.938/81:

- Licença Prévia (LP) na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;



- Licença de Instalação (LI) autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado;
- Licença de Operação (LO) autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas licenças: Prévia e de Instalação.

A LP refere-se a uma fase anterior a qualquer ato material em relação ao empreendimento. Existe um projeto e um local pretendido para a sua implantação. Nesse passo, deve ser analisado o empreendimento a luz dos planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo. Após a emissão da LP, a critério do órgão licenciador, estabelece-se uma série de requisitos a serem observados pelo empreendedor e cujo cumprimento será fiscalizado quando das fases de licenciamentos posteriores.

A finalidade da LI é autorizar o início da implantação do projeto, de acordo com o projeto executivo aprovado. No que se refere aos projetos básicos e executivos, mencionados na legislação sobre licenciamento, cabe lembrar que a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, que trata das licitações e dos contratos com a Administração Pública, estabelece definições que, embora se destinem aos fins daquela lei, constituem um parâmetro de caráter legal.

Nessa linha, projeto básico consiste no conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base em estudos técnicos que assegurem viabilidade técnica e adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar os seus elementos constitutivos com clareza;
- Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes



durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras de montagem;

- Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar a obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
- Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
- Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra compreendendo sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização, e outros dados necessários em cada caso;
- Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

E, de acordo com o inciso X do mesmo artigo, define-se o Projeto Executivo:

- O conjunto dos elementos necessários e suficientes a execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Na fase da Licença de Instalação de um empreendimento, será verificada a observância as exigências fixadas na Licença Prévia como condição essencial de sua concessão. Além disso, será aferido se houve cumprimento das normas e dos padrões de qualidade e emissões estabelecidos pela legislação federal ou estadual. O mesmo ocorre na LO. Após as verificações necessárias, é autorizado o início da atividade.

23.5 - CÓDIGO FLORESTAL, PLANO DE DRENAGEM E APP URBANA

O tema em foco são as APPs em áreas urbanas, objeto do art. 2º, § único da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, (Código Florestal) e as suas



relações com os planos de drenagem, que preveem as obras e demais medidas necessárias para redução dos riscos de danos causados pelas inundações.

Mas, para que plano de drenagem urbana se refere a matéria ambiental e as APPs? Qual o ponto de intersecção entre essas matérias? Tendo em vista essas questões, um ponto a esclarecer, de antemão, é a pertinência do tratamento das APPs em um plano de drenagem urbana. As respostas encontram-se nas políticas públicas de meio ambiente, recursos hídricos e urbanismo.

Primeiramente, a Lei no 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, determina que “as atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente” (grifo nosso). Drenagem urbana é atividade da administração pública; faz parte do rol de obrigações do município para garantir saúde e segurança aos munícipes; e é serviço público legalmente definido como tal. Assim, além das questões da engenharia – como os projetos e as obras civis e hidráulicas – deve ser considerada a vertente ambiental na arquitetura dos planos de drenagem, incluindo, portanto a consideração das APPs.

Em segundo lugar, quando o município organiza seu plano de drenagem urbana, não deixa de causar um impacto – negativo ou positivo – na situação dos recursos hídricos, com a finalidade de controlar eventos catastróficos e diminuir os danos a pessoas e bens decorrentes de inundações. Portanto, tal atividade mantém relação direta com “[a] prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrente do uso inadequado dos recursos naturais”,⁵⁸ um dos princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei no 9.433/97. Nessa esteira, embora o município não seja detentor do domínio dos recursos hídricos, exerce um papel fundamental para assegurar o princípio acima mencionado.

Esta última questão também está diretamente relacionada com as APPs na medida em que um dos tipos de APP previstos no Código Florestal, conforme será analisado mais detalhadamente adiante, tem justamente a função de assegurar a proteção e a função ambiental dos corpos d’água.



Ambas as leis urbanísticas que envolvem o tratamento jurídico do saneamento e da drenagem – a Lei no 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e a Lei no 11.445/07 – são guiadas por princípios ambientais.

Assim, não só a saúde e a segurança da população urbana estão asseguradas, mas também a sustentabilidade ambiental. Desse modo, mais uma vez, a questão ambiental e, portanto, das APPs, permeia as políticas urbanas.

As normas aplicáveis as margens de rios possuem objetivos distintos da necessidade de criação de áreas de drenagem, sobretudo em fundos de vale, que sejam capazes de conter, temporariamente, as enchentes dos rios.

No âmbito da vegetação localizada nas margens dos corpos hídricos, foi editada recentemente a Lei federal no 12.651, de 25-5-2012 que incorpora a Medida Provisória no 571, dispondo sobre a proteção da vegetação nativa. Essa norma altera, entre outras, as Leis no 6.938/81, e 11.428/06 e revoga as Leis no 4.771/1965, e 7.754/1989, bem como a Medida Provisória no 2.166-67/2001. Essa norma encontra-se ainda em discussão no Congresso Nacional, em face da apresentação de novas emendas, não se tendo, até o presente, um cenário concreto de como será delineada a proteção das florestas no país.

Independentemente da edição dessa nova norma federal, e das incertezas e conflitos que revestem esse tema, têm sido inúmeras as dificuldades de aplicabilidade do Código Florestal, principalmente em face das diversas alterações ao longo de sua vigência e da consolidação de construções nesses espaços.

No caso da drenagem, o foco da atuação do Poder Público encontra-se sobre a necessidade de tratar dos aspectos técnicos envolvidos com a ocupação urbana dos fundos de vale, instituindo, por exemplo, o zoneamento das áreas inundáveis, com a definição, em cada caso, dos usos possíveis, que não comprometam a vida e o patrimônio das pessoas que venham a ocupar esses espaços.

23.6 - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

As APPs são definidas nos seguintes termos:



- Área protegida nos termos dos arts. 2o e 3o do Código Florestal, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

O Código Florestal atual prevê diversas espécies de APP: ao longo das margens de cursos d'água (art. 2o, "a", "b", e "c"), em áreas topográficas (art. 2o, "d", "e", "g", e "h"), de áreas de vegetação específica (art. 2o, "f") e de destinação por ato do Poder Público (art. 3o).⁶¹ No Manual, o foco consiste nas APPs as margens de cursos d'água e, mais especificamente, conforme já mencionado, nas áreas urbanas.

23.7 - RIOS, CURSOS D'ÁGUA E NASCENTES.

Rio vem do latim rivus, que significa "corrente de água". Pode ser classificado segundo seu potencial de utilização ou sua grandeza em extensão e caudal. Assim, o rio pode ser entendido como um curso considerável de água (de grande monta) que tem origem nas montanhas. Recebe águas de regatos e ribeiras e se lança por uma ou outra embocadura, no mar ou noutro rio. De acordo com o Glossário da ANA, rio é "curso de água de grande dimensão que serve de canal natural para a drenagem de uma bacia". Conforme o Glossário da UNESCO trata-se de um "grande curso de água que serve de canal natural de drenagem a uma bacia hidrográfica". Independentemente da diversidade dos conceitos, a essência do que se entende por rio repousa, conforme Antônio de Pádua Nunes, "no volume de água e na sua extensão".

É importante notar que a água que corre nos rios está, necessariamente, em uma calha, ou seja, sobre um leito – ou álveo – e entre margens, onde justamente se localizam as APPs. Segundo Pádua Nunes, citando Daniel de Carvalho, "a água corrente, as margens e o leito são os três elementos que formam o rio, como partes integrantes de um todo". O termo corrente vem do latim currensentis, que quer dizer "curso de água". É a água dos rios, córregos ou ribeirões. Ou ainda "água corrente; parte do escoamento que entra num curso d'água depois de queda de chuva ou de fusão de neve"; "igual a soma do



escoamento superficial, subsuperficial e da precipitação direta sobre a calha fluvial”.

Curso de água, por sua vez, é, segundo a Instrução Normativa MMA 04/2000, o “canal natural para drenagem de uma bacia, tais como: boqueirão, rio, riacho, ribeirão, córrego ou vereda”. A UNESCO utiliza a seguinte definição:

“Canal natural ou artificial através do qual a água pode fluir”. A Norma da Portaria DAEE72 no 717/96 define como “qualquer corrente de água, canal, rio, riacho, ribeirão ou córrego”.

Por fim, para a ANA, a definição é a seguinte:

“Canal natural ou artificial pelo qual a água escoia contínua ou intermitentemente (por exemplo, sazonalmente)”;

“rio natural mais ou menos importante, não totalmente dependente do escoamento superficial da vizinhança imediata, correndo em leito entre margens visíveis, com vazão contínua ou periódica, desembocando em ponto determinado numa massa de água corrente (curso de água ou rio maior) ou imóvel (lago, mar), podendo também desaparecer sob a superfície do solo”; “massa de água escoando geralmente num canal superficial natural”; “água que escoia num conduto aberto ou fechado”; “jato de água que flui de um orifício ou massa de água corrente subterrânea”.

Convém ainda esclarecer o significado de alguns elementos utilizados na definição de rios e cursos d’água. O canal é a “parte mais profunda do leito de um curso de água pela qual flui o caudal principal; curso de água natural ou artificial, claramente diferenciado, que permanece ou periodicamente contém água em movimento ou que forma uma ligação entre duas linhas de água” Ribeira é “pequeno curso de água superficial, geralmente com escoamento contínuo e, de certo modo, turbulento”, ou “curso de água natural em geral menor do que um rio; curso de água natural, normalmente pequeno e tributário de um rio” . Riacho é um “pequeno rio, córrego”, ou ainda “curso d’água natural, normalmente pequeno e tributário de um rio; pequeno curso d’água



que serve como canal de drenagem natural para uma bacia vertente de pequena extensão”. Córrego é o mesmo que “riacho; via estreita e funda entre montanhas; desfiladeiro”.

Como se pode verificar, os termos rio, ribeirão, ribeira, riacho e arroio são empregados de forma geral e não possuem critérios técnicos de diferenciação. O que se pode inferir é que o vocábulo rio refere-se a um curso de água de maior caudal, em relação aos demais termos.

Nascentes, por sua vez, é o “ponto no solo ou numa rocha de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para uma massa de água” ou “local onde a água emerge naturalmente, de uma rocha ou do solo, para a superfície do solo ou para uma massa de água superficial”.

Olhos d’água são considerados sinônimo de *nascentes* e definidos como o “local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático”, ou “designação dada aos locais onde se verifica o aparecimento de uma fonte ou mina d’água”; “as áreas onde aparecem olhos d’água são, geralmente, planas e brejosas”.

Note-se que o sistema de drenagem natural é formado por corpos d’água, cujas águas fluem de um ponto mais alto para um ponto mais baixo. O curso d’água origina-se em uma nascente e tem seu destino em uma foz.

23.8 - PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO

A Lei no 13.430, de 13 de setembro de 2002, institui o Plano Diretor Estratégico (PDE) e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano.

O Plano Diretor Estratégico é instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município. O Plano Diretor Estratégico é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. Além do Plano Diretor Estratégico, o processo de planejamento municipal compreende, nos termos do art. 4º da Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, os seguintes itens:



disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo e zoneamento ambiental.

Segundo parágrafo único da Política Urbana do Município são funções sociais dos Municípios de São Paulo proporcionar condições gerais para melhor habitar e desempenhar atividades econômicas e sociais e o pleno exercício da cidadania, bem como prover infraestrutura básica e de comunicação.

A Política Urbana do Município deverá obedecer as seguintes diretrizes: implantação do direito a infraestrutura urbana, a ordenação e controle do uso do solo, de forma a combater e evitar o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação a infraestrutura urbana; a poluição e a degradação ambiental; e a excessiva ou inadequada impermeabilização do solo.

Quanto as questões do meio ambiente e desenvolvimento urbano o PDE, em seu art. 54, destaca que a Política Ambiental no Município se articula as diversas políticas públicas de gestão e proteção ambiental, de áreas verdes, de recursos hídricos, de saneamento básico, de drenagem urbana e de coleta e destinação de resíduos sólidos.

Os objetivos da Política Ambiental do PDE estão profundamente relacionados ao manejo das águas pluviais do Município, sendo eles:

- Implantar as diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Saneamento, Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas e regulamentares da legislação federal e da legislação estadual, no que couber;
- Proteger e recuperar o meio ambiente e a paisagem urbana;
- Controlar e reduzir os níveis de poluição e de degradação em quaisquer de suas formas;
- Pesquisar, desenvolver e fomentar a aplicação de tecnologias orientadas ao uso racional e a proteção dos recursos naturais;
- Ampliar as áreas integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município;



As diretrizes da Política Ambiental do Município, as quais se vinculam aos objetivos da gestão da drenagem urbana, constituem-se em:

- Aplicação dos instrumentos de gestão ambiental, estabelecidos nas legislações federal, estadual e municipal, bem como a criação de outros instrumentos, adequando-os as metas estabelecidas pelas políticas ambientais;
- Estabelecimento do zoneamento ambiental compatível com as diretrizes de ocupação do solo;
- Controle do uso e da ocupação de fundos de vale, áreas sujeitas a inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem;
- Ampliação das áreas permeáveis no território do Município;
- Controle da poluição da água, do ar e a contaminação do solo e subsolo;
- Definição de metas para redução da poluição

Outro tópico de interesse para o controle e gestão das águas pluviais do PDE é a ação estratégica para a gestão da Política Ambiental em observar a Lei Federal no 9605, de 12 de fevereiro de 1998 – de Crimes Ambientais; e a implantação de parques lineares dotados de equipamentos comunitários de lazer, como forma de uso adequado de fundos de vale, desestimulando invasões e ocupações indevidas;

Em relação as questões do saneamento básico o PDE estabelece os objetivos para os Serviços de Saneamento (art. 64 da Lei no 13.430/02). Dentre estes objetivos são de interesse da drenagem urbana: despoluir os cursos d'água, recuperar talvegues e matas ciliares e ainda reduzir a poluição afluyente aos corpos d'água através do controle de cargas difusas.

Entre as ações estratégicas para os serviços de saneamento o PDE ainda estabelece no art. 66:



- Priorizar a implantação de sistemas de captação de águas pluviais para utilização em atividades que não impliquem em consumo humano;
- Promover a instalação de grelhas em bocas de lobo do Município.

Em relação a drenagem urbana o PDE apresenta os objetivos do sistema de drenagem urbana do Município, entre os quais estão:

- Equacionar a drenagem e a absorção de águas pluviais combinando elementos naturais e construídos;
- Garantir o equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais;
- Interromper o processo de impermeabilização do solo;
- Conscientizar a população quanto a importância do escoamento das águas pluviais;
- Criar e manter atualizado cadastro da rede e instalações de drenagem em sistema georreferenciados.

O PDE estabelece que as diretrizes para o Sistema de Drenagem Urbana são:

- O disciplinamento da ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias do Município, preservando a vegetação existente e visando a sua recuperação;
- A implantação da fiscalização do uso do solo nas faixas sanitárias, várzeas, fundos de vale e nas áreas destinadas a futura construção de reservatórios;
- A definição de mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, tais como parques lineares, áreas de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;
- O desenvolvimento de projetos de drenagem que considerem, entre outros aspectos, a mobilidade de pedestres e portadores de



deficiência física, a paisagem urbana e o uso para atividades de lazer;

- A implantação de medidas não estruturais de prevenção de inundações, tais como controle de erosão, especialmente em movimentos de terra, controle de transporte e deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e a outros tipos de invasões nas áreas com interesse para drenagem;
- O estabelecimento de programa articulando os diversos níveis de governo para a implantação de cadastro das redes e instalações.

O Sistema de Drenagem Urbana tem como ações estratégicas as seguintes medidas:

- Elaborar e implantar o Plano Diretor de Drenagem do Município de Lençóis;
- Preservar e recuperar as áreas com interesse para drenagem, principalmente várzeas, faixas sanitárias e fundos de vale;
- Implantar sistemas de retenção temporária das águas pluviais (reservatórios de detenção);
- Desassorear, limpar e manter os cursos d'água, canais e galerias do sistema de drenagem;
- Implantar os elementos construídos necessários para complementação do sistema de drenagem na Macrozona de Estruturação Urbana;
- Introduzir o critério de “impacto zero” em drenagem, de forma que as vazões ocorrentes não sejam majoradas;
- Permitir a participação da iniciativa privada na implantação das ações propostas, desde que compatível com o interesse público;
- Promover campanhas de esclarecimento público e a participação das comunidades no planejamento, implantação e operação das ações contra inundações;
- Regulamentar os sistemas de retenção de águas pluviais nas áreas privadas e públicas controlando os lançamentos de modo a reduzir a sobrecarga no sistema de drenagem urbana;



- Revisar e adequar a legislação voltada a proteção da drenagem, estabelecendo parâmetros de tratamento das áreas de interesse para drenagem, tais como faixas sanitárias, várzeas, áreas destinadas a futura construção de reservatórios e fundos de vale;
- Adotar, nos programas de pavimentação de vias locais e passeios de pedestres, pisos drenantes e criar mecanismos legais para que as áreas descobertas sejam pavimentadas com pisos drenantes;
- Elaborar o cadastro de rede e instalações de drenagem.

O PDE apresenta a questão do manejo dos resíduos sólidos que possui ligação direta com a adequada gestão da drenagem urbana. Dentre os objetivos da Política de Resíduos Sólidos listados no PDE são de interesse para o município os incisos II, V, VI, XI e XII, conforme listados a seguir:

- Promover um ambiente limpo e bonito por meio do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos e recuperação do passivo paisagístico e ambiental;
- Preservar a qualidade dos recursos hídricos pelo controle efetivo do descarte de resíduos em áreas de mananciais;
- Implantar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana;
- Controlar a disposição inadequada de resíduos pela educação ambiental, oferta de instalações para disposição de resíduos sólidos e fiscalização efetiva;
- Recuperar áreas públicas degradadas ou contaminadas.

O Plano conceitua, na base da construção lógica deste conjunto que constitui seu eixo estratégico de desenvolvimento urbano e ordenação do território, quatro redes estruturais de suma importância para a definição dos vetores de crescimento, adensamento e mobilidade do Município, sob a noção de “elementos estruturadores” (art. 101, I):

- Rede Hídrica Estrutural;
- Rede Viária Estrutural;



- Rede Estrutural de Transporte Público Coletivo;
- Rede Estrutural de Eixos e Polos de Centralidades.

Estas redes estruturais formam “o arcabouço permanente da Cidade, os quais, com suas características diferenciadas, permitem alcançar progressivamente maior aderência do tecido urbano ao sítio natural, melhor coesão e fluidez entre suas partes, bem como maior equilíbrio entre as áreas construídas e os espaços abertos (...)”. (Art. 101, § 1o). Destacam-se as definições dadas, no mesmo parágrafo, a essas quatro redes:

“I – a Rede Hídrica Estrutural é constituída pelos cursos d’água e fundos de vale, eixos ao longo dos quais serão propostas intervenções urbanas para recuperação ambiental – drenagem, recomposição de vegetação e saneamento ambiental – conforme estabelecido no Plano de Recuperação Ambiental de Cursos d’água e Fundos de Vale;

II – a Rede Viária Estrutural, constituída pelas vias que estabelecem as principais ligações entre as diversas partes do Município e entre este e os demais municípios e estados;

III – a Rede Estrutural de Transporte Público Coletivo que interliga as diversas regiões da Cidade atende à demanda concentrada e organiza a oferta de transporte, sendo constituída pelos sistemas de alta e média capacidade, tais como o metrô, os trens urbanos e os corredores de ônibus;

IV – a Rede Estrutural de Eixos e Polos de Centralidades, constituída pelo centro histórico principal e pelos centros e eixos de comércio e serviços consolidados ou em consolidação, e pelos grandes equipamentos urbanos, tais como parques, terminais, centros empresariais, aeroportos e por novas centralidades a serem criadas.” (Art. 101, § 1o)

No que respeita a rede hídrica estrutural, aplicam-se as diretrizes estratégicas contidas nos arts. que institui o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos d’Água e Fundos de Vales, que estabelece os objetivos



do Programa e que estabelece as Áreas de Intervenção Urbana para a implantação dos parques lineares.

O conjunto dessas disposições não deixa dúvidas quanto a determinação do Plano em garantir a integridade da rede hídrica, principalmente mediante o desenvolvimento de parques lineares e a preservação de faixas non aedificandi. Caminhos de circulação de pedestre e ciclovias, juntamente com a promoção de ações em saneamento e preservação do sistema de drenagem pluvial em relação aos lançamentos de esgotos compõem uma concepção de conjuntos urbano-ambientais, lindeiros a rede hídrica estrutural, diametralmente oposta ao padrão das avenidas de fundos de vale.

O Programa de Recuperação Ambiental de Cursos d'Água e Fundos de Vale tem como objetivos, com interesse para o sistema de gestão da drenagem urbana:

- Ampliar progressiva e continuamente as áreas verdes permeáveis ao longo dos fundos de vale da Cidade, de modo a diminuir os fatores causadores de inundações e os danos delas decorrentes, aumentando a penetração no solo das águas pluviais e instalando dispositivos para sua retenção, quando necessário;
- Ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando progressivamente parques lineares ao longo dos cursos d'água e fundos de vale não urbanizados;
- Garantir a construção de habitações de interesse social para reassentamento, na mesma sub-bacia, da população que eventualmente for removida;
- Integrar as áreas de vegetação significativa de interesse paisagístico, protegidas ou não, de modo a garantir e fortalecer sua condição de proteção e preservação;
- Recuperar áreas degradadas, qualificando-as para usos adequados ao Plano Diretor Estratégico;
- Integrar as unidades de prestação de serviços em geral e equipamentos esportivos e sociais aos parques lineares previstos;



- Construir, ao longo dos parques lineares, vias de circulação de pedestres e ciclovias;
- Mobilizar a população envolvida em cada projeto de modo a obter sua participação e identificar suas necessidades e anseios quanto as características físicas e estéticas do seu bairro de moradia;
- Motivar programas educacionais visando ao correto manejo do lixo domiciliar, a limpeza dos espaços públicos, ao permanente saneamento dos cursos d'água e a fiscalização desses espaços;
- Criar condições para que os investidores e proprietários de imóveis beneficiados com o Programa de Recuperação Ambiental forneçam os recursos necessários a sua implantação e manutenção, sem ônus para a municipalidade;
- Promover ações de saneamento ambiental dos cursos d'água;
- Implantar sistemas de retenção de águas pluviais;
- Buscar formas para impedir que as galerias de águas pluviais sejam utilizadas para ligações de esgoto clandestino.

23.9 - LEI DAS PISCININHAS

A Lei Municipal no 13.276, de 4 de janeiro de 2002, representa um grande marco na legislação municipal para o controle do escoamento pluvial em lote. Esta Lei, conhecida como Lei das Piscininhas, torna obrigatória a execução de reservatório de armazenamento para as águas coletadas por coberturas e pavimentos nos lotes edificados ou não.

Conforme consta na Lei no 13.276/02, deverão ser executados reservatórios para acumulação das águas pluviais nos lotes edificados ou não que tenham área impermeabilizada superior a 500 m², como condição para obtenção do Certificado de Conclusão ou Auto de Regularização previstos na Lei no 11.228, de 26 de junho de 1992169.

A capacidade do reservatório deverá ser calculada com base na equação abaixo:



$$V = 0,15 \cdot A_i \cdot IP \cdot t$$

Onde:

V = volume do reservatório (m³);

A_i = área impermeabilizada (m²);

IP = índice pluviométrico igual a 0,06 m/h;

t = tempo de duração da chuva igual a uma hora.

A Lei das Piscininhas estabelece a necessidade de instalação de um sistema que conduza ao reservatório toda água captada por telhados, coberturas, terraços e pavimentos descobertos, e ainda que a água armazenada no reservatório deverá preferencialmente infiltrar-se no solo, podendo ser despejada na rede pública de drenagem após uma hora de chuva ou ser conduzida para outro reservatório para ser utilizada para finalidades não potáveis.

As áreas de estacionamentos deverão ter 30% de sua área com piso drenante ou com área naturalmente permeável. Em caso de descumprimento do estabelecido neste artigo, o estabelecimento infrator não obterá a renovação do seu alvará de funcionamento.

23.10 - OUTORGA DE RECURSOS HÍDRICOS

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei no 9.433/97) estabeleceu a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso a água.

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um ato administrativo, de autorização ou concessão, mediante o qual o Poder Público faculta ao outorgado fazer uso da água por determinado tempo, finalidade e condição expressa no respectivo ato.

A drenagem urbana, conforme o estabelecido no Art. 12 da Lei no 9.433/97, está sujeita a outorga pelo Poder Público, uma vez que se enquadra nos seguintes itens da Lei:



- Lançamentos em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- Outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

O Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE é a entidade do Estado de São Paulo competente para efetuar o controle dos recursos hídricos de domínio estadual, incluindo a outorga do direito de uso de recursos hídricos.

Nos termos da Lei no 7.663/91, compete ao Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH, exercer as atribuições que lhe forem conferidas por lei, especialmente:

1. Autorizar a implantação de empreendimentos que demandem o uso de recursos hídricos, sem prejuízo da licença ambiental;
2. Cadastrar os usuários e outorgar o direito de uso dos recursos hídricos e
3. Efetuar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Desta forma, o usuário que pretender fazer uso das águas de um corpo hídrico deve solicitar a outorga (autorização, concessão ou licença) ao DAEE. Deve solicitar a outorga aquele que fizer o uso ou interferir nos recursos hídricos das seguintes formas:

- Na implantação de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos (superficiais ou subterrâneos);
- Na execução de obras ou serviços que possam alterar o regime (barramentos, canalizações, travessias, proteção de leito, etc.);
- Na execução de obras de extração de águas subterrâneas (poços profundos);
- Na derivação de água de seu curso ou depósito, superficial ou subterrâneo (captações para uso no abastecimento urbano,



industrial, irrigação, mineração, geração de energia, comércio e serviços, etc.);

- No lançamento de efluentes nos corpos d'água.

Para obter a outorga de obras hidráulicas novas ou a regularização de obras existentes deverão ser observadas as seguintes instruções técnicas:

- Instrução técnica DPO – N° 001, de 30/07/2007: Estabelece instruções sobre a apresentação de requerimentos e relatórios técnicos.
- Instrução técnica DPO – N°002, de 30/07/2007: Estabelece critérios para a elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos.
- Instrução técnica DPO – N° 003, de 30/07/2007: Estabelece conteúdos mínimos para apresentação de estudo técnicos para fins de emissão de outorga de implantação do empreendimento.
- Instrução técnica DPO – N° 004, de 30/07/2007: Estabelece conteúdos mínimos para apresentação de estudos técnicos para fins de emissão de outorga de regularização de obras hidráulicas existentes.

Nesta contextualização, cabe destacar a Resolução Conjunta SMA/SERHS no 1, de 23 de Fevereiro de 2005, que “Regula o Procedimento para o Licenciamento Ambiental Integrado as Outorgas de Recursos Hídricos”. Esta resolução, ao estabelecer os procedimentos para a integração das autorizações ou licenças ambientais com as outorgas de recursos hídricos, entre os órgãos e entidades componentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, promove a efetiva e necessária integração dos instrumentos das Políticas Estaduais do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

Conforme consta no Art. 6o da Resolução SMA/SERHS no 1/05, nos casos sujeitos a licença ambiental, a emissão da Licença Prévia (LP) pela Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais – CPRN ou pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, para os empreendimentos que tenham interface com recursos



hídricos, terá como pré-requisito a outorga de implantação de empreendimento emitida pelo DAEE.

Para emissão da outorga de direito de uso ou interferência nos recursos hídricos, o DAEE solicitará como pré-requisito a Licença de Instalação (LI), para as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental¹⁷⁹.

A emissão da Licença de Operação (LO), em empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, e que tenham interface com os recursos hídricos, terá como pré-requisito a outorga de direito de uso emitida pelo DAEE.

24 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A drenagem urbana é uma rede de infraestrutura da cidade, tida como um de seu equipamento urbano. A drenagem faz parte do conjunto de sistemas que compõem o leque de saneamento ambiental, que congrega de forma agregada:

- Sistema de abastecimento de água;
- Sistema de esgotamento sanitário;
- Sistema de drenagem de águas pluviais;
- Sistema de coleta de lixo;

Dentro do contexto de saneamento ambiental, o sistema de drenagem é o responsável e primordialmente, pela coleta, manejo e disposição das águas pluviais, utiliza-se o manejo para dar maior abrangência ao tratamento dado às águas coletadas à condução do escoamento e a possibilidade de amortecimento e infiltração.

A função da drenagem se mostra essencial no contexto de uma cidade, pois uma rede de drenagem que apresenta mal funcionamento é responsável por enchentes severas, com grandes áreas alagadas, causando prejuízos e expondo a população a riscos diversos.

Os sistemas de drenagem urbana englobam dois subsistemas principais característicos:

A Microdrenagem e a macrodrenagem.



Por Microdrenagem podem-se entender o sistema de condutos construídos e destinados a receber e conduzir as águas das chuvas vindas das construções, lotes, ruas, praças e outros.

Em uma área urbana, a Microdrenagem é essencialmente definida pelo traço das ruas.

A cheias urbanas estão diretamente associadas à falha do subsistema, em conjunto ou separadamente, por erro de concepção, falta de manutenção ou por obsolescência devido ao acelerado crescimento urbano.

A Microdrenagem urbana é definida pelo sistema de condutos em nível de loteamento ou rede primária urbana e elementos tradicionais de Microdrenagem listado.

- Sarjetas: faixas de vias públicas, paralelas e vizinhas ao meio-fio, formando uma calha que recebe as águas pluviais que inclui sobre as próprias vias e para ela escoam.
- Sargetões: calhas localizadas nos cruzamentos de ruas, formadas pela própria pavimentação destas e que se destinam a orientar o fluxo das águas que se escoam pelas sarjetas de ruas principais, quando passando por ruas secundárias.
- Bocas de lobo e caixas-ralo: pontos de captação das águas pluviais, localizadas em pontos convenientes das sarjetas, conforme a necessidade de descarga desta ou nos pontos mais baixos da malha viária. As bocas de lobo e as caixas-ralo devem ser projetadas para manter os escoamentos nas sarjetas dentro dos limites previstos, evitando o alagamento das vias além dos limites.
- Galerias: canalizações públicas usadas para conduzir as águas pluviais provenientes das bocas de lobos ou caixas-ralo e das ligações privadas de casas, prédios ou lotes.
- Tubos de ligação: são canalizações destinadas a interligar boca de lobos ou caixas-ralo a poços de visitas.
- Poços de visita: são dispositivos localizados em pontos estratégicos do sistema de galerias para permitirem adequada mudança



de direção, declividade ou diâmetro, para manterem trechos de galeria entre dois poços de visita sempre acessíveis, além de garantirem a inspeção e limpeza das canalizações.

Numa visão tradicional, o dimensionamento de uma rede de drenagem de águas pluviais transcorre, em linhas gerais, nas seguintes etapas:

- Subdivisão da área de sub-bacias e traçado da rede, que deve ser lançada em planta baixa, de acordo com as condições naturais de escoamento, procurando adequar-se as condições topográficas, por sub-bacias, e acompanhando o traçado urbano.
- Determinações das vazões que afluem até a rede de condutos, através do método racional, por exemplo, ou outro método hidrológico que venha a ser conveniente.
- Dimensionamento hidráulico de rede de condutos, para conduzir a vazão máxima encontrada.

Objetivos Gerais

O Objetivo do presente material é descrever as reais condições atuais do sistema de microdrenagem do município em linhas rápidas, ruas onde já existem tubulações e estruturas da microdrenagem tais como boca de lobo, poços de visita e dissipadores de energia.

Foram detalhadas também em forma descritiva as ações a serem propostas, como ampliação, substituições de redes de drenagem.



25. - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO NETTO, J.M & ALVAREZ, G.A. Manual de hidráulica. 6ª ed. São Paulo: Editora Blucher, 1973.

BAPTISTA, Marcio; NASCIMENTO, Nilo; BARRAUD, Sylvie. Técnicas Compensatórias em Drenagem Urbana, Porto Alegre: ABRH, 2005.

DAEE / CETESB. Drenagem urbana: Manual de projeto. 2ª ed., São Paulo: DAEE / CETESB, 1980.

DAEE. Manual de Cálculo das vazões máximas, médias e mínimas nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. São Paulo: DAEE, 1994.

DAVID, DA SILVA. D, PRUSKI, F.F. Gestão de Recursos Hídricos, Aspectos legais, econômicos e sociais. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos; Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa; Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2000.

DOP – Manual Técnico – caderno de encargos – Governo do Estado de São Paulo.

IPT. Estudo de Macro drenagem de Valentil Gentil – SN Engenharia e Consultoria, 2007.

IPT. Relatório de Situação dos Recursos hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande. São Paulo: IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2000.

LENCASTRE, A. Manual de hidráulica Geral. São Paulo: Editora Edgar Blucher, 1972.



PORTO, R. Melo. Hidráulica básica. São Carlos: EESC / USP, 1998.
RIGUETTO, A. Marozzi. Hidrologia e recursos hídricos. São Carlos: EESC/
USP, 1998. São Paulo. Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras.

Departamento de Água e Energia Elétrica. Síntese do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. São Paulo: Departamento de Água e Energia Elétrica, 1999.

TPCO 10: Tabelas de Composições de preços para orçamentos. 10ª ed. São Paulo: Pini, 1996.

TUCCI, C.E.M. Hidrologia, ciência e aplicação. São Paulo: ABRH / EDUSP, 1993.

TUCCI, C.E.M.; PORTO, R.L.L.; BARROS, M.T. Drenagem Urbana. Porto Alegre: ABRH / UFRGRS, 1995.

- CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, Resolução nº20 de 18 de junho de 1986, define critérios para classificação das águas doces, salobras e salinas do território nacional;

- FUNASA –Fundação Nacional de Saúde, 2004, *Manual de Saneamento*, 3 ed., Brasília, Fundação Nacional de Saúde, 408 p;

- WILKEN, Paulo Sampaio, 1978, *Engenharia de Drenagem Superficial*, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, 478 p;

- NETTO, Azevedo José M., 1982, *Manual de Hidráulica*, 7 ed, São Paulo, Edgard Blucher;

- DER – Departamento de Estradas de Rodagem, *Manual de Drenagem do DER*;



- NBR 12266 – Projeto e Execução de valas para assentamento de tubulação de água, esgoto ou drenagem;

- NBR 8893 – Tubo de Concreto para Drenagem.

Ibirarema, 04 de Dezembro de 2015.

MEP CONSULTORIA E AMBIENTAL LTDA.

ENG CIVIL. ANDRE PAVARINI

CREA: 5061281496

